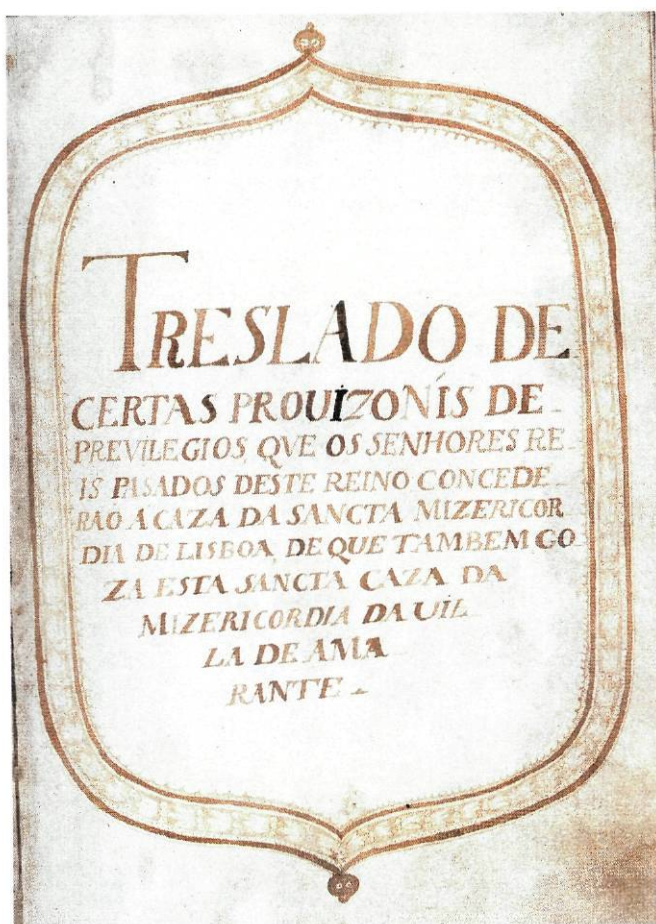


MARIA JOSÉ QUEIRÓS LOPES



**MISERICÓRDIA DE AMARANTE: CONTRIBUIÇÃO PARA O SEU ESTUDO**

Porto

2004

**UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**MISERICÓRDIA DE AMARANTE: CONTRIBUIÇÃO  
PARA O SEU ESTUDO**

MARIA JOSÉ QUEIRÓS LOPES

MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA

PORTO

2004



## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Amadeu José Coelho Dias, o reconhecimento pela sua orientação, a sua permanente ajuda e sugestões pertinentes;

Aos provedores da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, Dr. Babo de Magalhães, que infelizmente já não se encontra entre nós, ao Dr. Albano Quintino Tamegão e a todos os funcionários administrativos desta Instituição, pelo acolhimento e facilidades concedidas;

À colega Paula Bonifácio (BPMP) pelo seu estímulo e amizade sempre presentes.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
SUMÁRIO	3
<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>CAPÍTULO I – AS MISERICÓRDIAS E A MENTALIDADE CRISTÃ</b>	12
1. DA MISERICÓRDIA DO HOMEM À MISERICÓRDIA DE DEUS	13
<b>CAPÍTULO II – CONDICIONALISMOS LOCAIS DO APARECIMENTO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE E O SEU CONTEXTO NACIONAL</b>	18
1. AMARANTE – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	19
1. 1. População	21
1. 2. Administração	22
2. PERCURSORES DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	25
2. 1. Instituições da Caridade Cristã na Idade Média	25
3. PROBLEMÁTICA SOBRE A FUNDAÇÃO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	28
<b>CAPÍTULO III - O FUNCIONAMENTO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE</b>	33
1. O COMPROMISSO	34
2. COMPOSIÇÃO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	37
3. PERFIL DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	39
3. 1. O Riscamento de Irmãos	44
<b>CAPÍTULO IV – PRIVILÉGIOS DA MISERICÓRDIA DA AMARANTE</b>	48
1. A AUTONOMIA	50
2. O MONOPÓLIO DOS ENTERROS	54
<b>CAPÍTULO V - PATRIMÓNIO</b>	58
1. BENS ADMINISTRADOS PELA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	59
1. 1. Instituições Anexadas à Misericórdia de Amarante	59
1. 1. 2. A Gafaria de Amarante	61
1. 1. 3. Capela de S. Lázaro	61
1. 1. 4. Capela de Santo Estêvão	62
1. 1. 5. O Hospital da Albergaria do Covelo	63
1.2. Irmandade de S. Pedro	65
2. OS LEGADOS E AS HERANÇAS	68

2. 1. Os Legados à Misericórdia de Amarante	69
2. 1. 1. O legado de Baltasar Vieira ao Hospital da Santa Casa	70
2. 1. 1. 1. Quem era Baltasar Vieira?	72
2. 1. 2. Outros Legados ao Hospital da Santa Casa	74
2. 1. 2. 1. Como era o Hospital da Rua da Ordem?	78
2. 1. 3. Legados de Emigrantes	80
2. 1. 4. Legados para vestir pobres e amparar donzelas	83
2. 1. 5. Legados de Bens Imóveis	85
2. 1. 6. Legados para serem colocados a juros	86
2. 1. 7. Legados de Irmãos da Misericórdia de Amarante	87
2. 1. 8. Legados a favor de Familiares enquanto vivos	88
2. 1. 8. 1. Legado de Manuel Sousa de Azevedo	88
2. 1. 8. 2. Legado de Ana Barbosa	89
3. OS LEGADOS ESPIRITUAIS	90
3. 1. A Atribuição de Relíquias	90
3. 2. A instituição do Sagrado Lausperene	95
<b>CAPÍTULO VI - ECONOMIA E FINANÇAS</b>	100
1. ACTIVIDADE FINANCEIRA	101
2. AS DESPESAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	104
2. 1. Despesas com Missas	104
2. 2. Despesas com o Culto e Rituais	106
2. 3. Despesas com a Igreja e Alfaias da Misericórdia	108
2. 3. 1. A Igreja da Misericórdia e Frei José de Santo António Ferreira de Vilaça	109
2. 3. 1. 2. Outras obras na Igreja da Misericórdia	112
2.4. Despesas com a Assistência	113
3. AS RECEITAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE	115
3. 1. Dinheiro emprestado a juros	116
3. 1. 1. Quem pedia dinheiro à Misericórdia?	117
3. 2. Receitas de foros, esmolos, cera e tumba	120
3. 3. Juros do Almocharifado de Guimarães	122
<b>CONCLUSÃO</b>	124

<b>APÊNDICE DOCUMENTAL</b>	127
Glossário	128
Documentos	131
I. Carta da Chancelaria de D. João III para a atribuição de uma esmola de duas arrobas de açúcar à Misericórdia da vila de Amarante (Lisboa, 1529, Agosto, 27).	132
II. Carta de privilégio emitida pela Chancelaria de D. João III para o mamposteiro da Misericórdia de Amarante pedir esmola na vila de Amarante e lugares comarcãos (Lisboa, 1529, Agosto, 27).	132
III. Resposta da Misericórdia de Amarante ao inquérito da Secretaria de Estado do Reino sobre os rendimentos e encargos daquela Instituição (Amarante, 1827, Setembro, 3).	133
IV. Petição da Irmandade da Misericórdia de Amarante para lhe serem atribuídas as regalias e privilégios através da confirmação do compromisso da Misericórdia de Lisboa (1607, Julho, 5).	142
Carta emitida pela Chancelaria de Filipe II para confirmação à Misericórdia de Amarante das liberdades e privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa (Lisboa, 1607, Abril, 28).	143
V. Petição feita pela mesa da Misericórdia de Amarante para lhe ser atribuído um “numerus clausus” na admissão de irmãos (Lisboa, 1622, Novembro, 4).	143
Carta alvará emitida pela Chancelaria de D. Filipe III e pela qual é estipulado o número de irmãos que a Misericórdia de Amarante deve admitir (Lisboa, 1623, Junho, 23).	144
VI. Carta emitida pela Chancelaria de D. João VI para recondução do provedor e irmãos da Misericórdia de Amarante nos mesmos lugares para que tinham sido eleitos no ano de 1810 (Lisboa, 1812, Setembro).	144
VII. Carta assinada por dois irmãos da Misericórdia de Amarante, dirigida ao rei, na qual denunciam fraudes em actos eleitorais desta confraria (Amarante, 1825).	146
VIII. Cargos exercidos pelas elites locais na Câmara e Misericórdia de Amarante no século XVIII e XIX.	154
IX. Carta emitida pela Chancelaria de Filipe III para atribuição de juiz privativo à Misericórdia de Amarante (Lisboa, 1628, Setembro, 1).	155



X.	Petição dirigida ao rei pelos irmãos da Misericórdia de Amarante para anulação de provisões que foram passadas sem o conhecimento da mesa (1629, Abril, 26).	156
	Provisão aos irmãos da Misericórdia de Amarante segundo a qual as provisões solicitadas sem o conhecimento destes não teriam efeito. Com a emissão desta provisão a mesa seria sempre ouvida nas determinações que lhe fossem concedidas (Lisboa, 1629, Junho, 15).	157
XI.	Contrato efectuado entre a Misericórdia de Amarante e a Irmandade de S. Pedro da mesma vila, estabelecendo as condições de utilização do esquife da Misericórdia (Amarante, 1644, Novembro, 20).	158
XII.	Inventário dos bens móveis da Santa Casa feito em 23/12/1763.	161
XIII.	Treslado da provisão pela qual a Misericórdia de Amarante passou a administrar a Gafaria, Capela de S. Lázaro e de Santo Estêvão, assumindo os seus encargos e rendimentos (Lisboa, 1565, Setembro, 6).	163
XIV.	Auto de posse da gafaria pela mesa da Misericórdia de Amarante. (Amarante, 1565).	166
XV.	Auto de medição da Capela de S. Lázaro e respectivas confrontações. (Amarante, 1650).	167
XVI.	Auto de medição da Capela de Santo Estêvão e seus anexos apresentando as respectivas confrontações (Amarante, 1650).	168
XVII.	Treslado da provisão pela qual a Misericórdia de Amarante passou a administrar o hospital da albergaria do Covelo, assumindo os respectivos encargos e rendimentos (Lisboa, 1614, Janeiro, 12).	169
XVIII.	Treslado do auto de posse da Irmandade da Misericórdia da Amarante do Hospital da Albergaria do Covelo (Amarante, 1614, Março, 7).	172
XIX.	Relação dos bens que constituíam o património do Hospital do Covelo aquando da transferência deste para a Misericórdia de Amarante (Amarante, 1614, Março, 7).	174
XX.	Auto de medição do Hospital da Albergaria do Covelo e respectivas confrontações (Amarante, 1650).	175
XXI.	Auto de medição da casa do Concelho de Gouveia que confrontava com o Hospital da Albergaria do Covelo (Amarante, 1650).	175
XXII.	Contrato efectuado entre os Padres de S. Pedro e a Confraria da	

Misericórdia de Amarante, estabelecendo as condições que a Irmandade de S. Pedro teria de cumprir para edificar a sua igreja no local onde se encontrava a Ermida de S. Martinho, pertença da Misericórdia (Amarante, 1620, Dezembro, 17).	176
XXIII. Carta emitida pela Chancelaria de D. João III para venda de um padrão de 30 reais de juro ao Dr. Baltasar Vieira, natural de Guimarães (Lisboa, 1554, Setembro, 27).	180
XXIV. Treslado do testamento de Baltazar Vieira (Reprodução).	189
Treslado do testamento de Baltasar Vieira através do qual o padrão de 30 reais de juro, cujas rendas eram pagas no almoxarifado de Guimarães, foi doado ao hospital da Misericórdia de Amarante (Guimarães, 1578, Janeiro, 30).	196
XXV. Carta emitida pela Chancelaria de D. Filipe I para atribuição, à Misericórdia de Amarante, do padrão de 30 reais de juro que fora comprado por Baltasar Vieira (Lisboa, 1582, Maio, 16).	198
XXVI. Escritura de doação de 20 contos de reis que Manuel José do Covelo fez ao Hospital da Misericórdia de Amarante para socorrer os seus doentes (Amarante, 1826, Março, 2).	199
XXVII. Atribuição de relíquias à Misericórdia de Amarante por Frei Manuel de São Boaventura (Reprodução).	205
Documento pelo qual Frei Manuel de São Boaventura declara enviar um conjunto de relíquias à Misericórdia de Amarante, para serem usadas nos actos litúrgicos da mesma. Neste documento são apresentadas as autenticações das personalidades que intervieram neste processo até que estas relíquias chegaram à posse de Frei Manuel São Boaventura, atestando deste modo a veracidade desses objectos de culto (Lisboa, 1727, Março, 8).	213
XXVIII. Provisão emitida pela Chancelaria de D. Pedro IV que autoriza Manuel José do Covelo a instituir na Igreja da Misericórdia de Amarante o Sagrado Lausperene (Lisboa, 1826, Maio, 3).	218
XXIX. Documento com os encargos religiosos da Santa Casa e do Hospital (Amarante, 1827, Setembro, 3).	219
XXX. Relação dos encargos religiosos da Santa Casa da Misericórdia de	



Amarante (Amarante, 1822, Dezembro, 27).	221
XXXI. Encargos da Santa Casa com missas no século XVIII	222
XXXII. Encargos da Santa Casa com missas após o Breve Apostólico para redução de alguns legados em 1802.	225
XXXIII. Relação de documentos que integravam o arquivo da Misericórdia de Amarante e inventário de bens da sacristia da igreja daquela instituição (Amarante, 1680).	226
XXXIV. Documento com as medições da Igreja da Misericórdia de Amarante, da Casa do despacho e respectivas confrontações(Amarante, 1650).	233
XXXV. Carta da Chancelaria de Filipe III sobre o distrato da tença dos 30. 000 reais de juro de 16.000 reais o milhar para 20.000 reais (Lisboa, 1623, Julho).	234
Memórias Paroquiais.	238
Vila de Amarante.	239
Freguesia de São Veríssimo	253
Gouveia do Tâmega	257
Freguesia de Cepelos	260
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	264

## SIGLAS UTILIZADAS

ACMA - Arquivo da Câmara Municipal de Amarante

ADB - Arquivo Distrital de Braga

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ASCMA - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante

## ABREVIATURAS UTILIZADAS

mns. - Manuscrito

fl.(s) - Folha (s)

p. - Página

dir. - Direcção

imp. - Impresso

v. - Volume

m. - Memória

F. - Fonte

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho sobre a Misericórdia de Amarante, respeitante ao seminário Presença e Acção das Ordens Religiosas, integrado no Mestrado em Historia Moderna, surge na sequência do interesse suscitado pela organização do arquivo daquela Instituição realizado no âmbito do curso de Ciências Documentais. Trata-se de um fundo documental pouco divulgado e estudado. O fundo documental do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Amarante apresenta hiatos consideráveis nalgumas séries verificando-se a inexistência de outras que seriam importantes para o conhecimento da vida desta Instituição.

Apesar destes obstáculos, pretendeu-se apresentar, com a informação que foi possível extrair dos documentos disponíveis, uma notícia histórica da Misericórdia de Amarante. A análise documental deveria permitir traçar a evolução estrutural desta confraria. As faltas a nível dos documentos encontrados não permitiram realizar o estudo nestes parâmetros, o que nos impediu de apresentar, relativamente a assuntos importantes na vida da confraria, uma seriação dos mesmos.

Para os livros de termos ou actas da mesa, a data mais recuada que conseguimos trabalhar foi do ano de 1739. Os livros de registo dos irmãos não integram o fundo documental utilizado. Contudo, nalguns livros de termos, foram encontradas listagens de irmãos. Verificou-se ser uma prática corrente colocar no mesmo livro, além do assunto principal desse livro, informações de outro carácter. Documentos sobre os doentes tratados nos hospitais também não constam deste arquivo. Daí as limitações na abordagem à assistência que a Misericórdia prestava.

Os livros de receitas e despesas, dos legados e, um livro com os treslados das provisões régias concedidas à Misericórdia de Amarante, constituíram as fontes mais utilizadas do arquivo desta Irmandade. Foram também consultadas as Chancelarias Régias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A importância da informação ali recolhida para este trabalho, foi considerável, já que permitiu situar a Misericórdia de Amarante no momento do aparecimento das primeiras confrarias desta natureza no país.

Essa documentação permitiu-nos saber que, a partir dos finais da segunda década do século XVI, os ideais da assistência incentivada pela rainha D. Leonor e por D. Manuel I, tinham chegado ao então pequeno concelho de Amarante. Lamentamos não poder, a partir do momento em que localizamos temporalmente a Irmandade da Misericórdia de Amarante, apresentar elementos importantes da vida desta instituição desde os seus



primórdios. Entre omitirmos estes dados, e fazer apenas a evolução a partir das séries sequenciais que nos permitiriam traçar de uma forma sistemática determinados aspectos da instituição, optamos por incluir estes factos, apesar de não os podermos apresentar com informações complementares. Apresentam-se assim factos da Misericórdia ocorridos neste período mas que se tornam importantes para o conhecimento daquela instituição: a atribuição de esmolas por D. João III; a tença de juro aos pobres do hospital desta casa; ou a administração de instituições de que a mesma foi incumbida, acontecimentos do século XVI.

Os livros de despesas e receitas (embora com algumas faltas cronológicas devidamente assinaladas no corpo do trabalho); o registo de encargos de legados (alguns instituídos no século XVI); e os poucos registos de livros de termos possibilitaram o tratamento sequencial desta documentação entre 1700 e 1830.

Por estas razões não podemos definir rigorosamente o âmbito cronológico deste trabalho.

A misericórdia de Deus concedeu aos homens que, ao longo deste tempo, dirigiram a Misericórdia de Amarante, a compaixão pelos pobres, mendigos, cativos, e enjeitados. Estes, como forma de gratidão, rogaram a Deus mercês pelas almas dos seus benfeitores. As doações e os seus rendimentos foram os suportes da estrutura que lhe permitiu assegurar as despesas com as esmolas, os remédios para os doentes, as festas religiosas e a manutenção do seu património. Para a abordagem dos cultos ou práticas de devoção e determinadas crenças (as relíquias), foram utilizadas obras de referência que documentaram a religiosidade desses rituais e, simultâneamente, a mentalidade do homem enquanto protagonista das mesmas.

A Misericórdia de Amarante não tinha sido objecto de estudo até à realização deste trabalho. Esperamos que este traga um contributo para o conhecimento de um vector da história local de Amarante, até aqui desconhecido, e suscite a outros estudiosos novas abordagens.

\*\*\*

O apêndice documental integra a transcrição dos documentos considerados de maior importância para a elaboração deste trabalho. Esses documentos são apresentados e numerados sequencialmente, conforme a sua referência no decurso do trabalho. Estão também incluídos nesse apêndice documental quadros efectuados a partir da análise de determinados documentos.

Na apresentação dos documentos foram seguidas as normas de transcrição do Padre Avelino Jesus da Costa<sup>1</sup>: indicação da data e dos intervenientes no documento; desdobramento de abreviaturas; apresentação conforme os textos originais dos sinais de pontuação, maiúsculas e acentos; utilização de parêntesis rectos para apresentar intervenção no documento original e indicação do fundo documental e respectiva referência arquivística.

---

<sup>1</sup> COSTA, P<sup>c</sup> Avelino de Jesus da - *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia, 1993. 3<sup>a</sup> edição. (Edição melhorada)

**CAPÍTULO I**  
**AS MISERICÓRDIAS E A MENTALIDADE CRISTÃ**

## 1. DA MISERICÓRDIA DO HOMEM À MISERICÓRDIA DE DEUS

O sentido de misericórdia e compaixão, a prática da assistência, acompanha o homem na diacronia da história em todos os tempos e lugares, sempre ligada às suas religiões.<sup>2</sup>

Seria na Idade Média cristã, porém, que estas manifestações de assistência se traduziram em práticas sociais de solidariedade humana profundamente religiosa. As corporações de mestres albergavam membros de uma profissão, que tinham como objectivo a prática da caridade. Estas corporações espalharam-se por toda a cristandade no século XII através do rei de França, S. Luís. Simbolizavam a união de uma classe contra os senhores feudais.

As confrarias medievais reuniam elementos que não estavam sujeitos à autoridade da Igreja. Tinham um cariz religioso pela fidelidade e compaixão que os seus membros partilhavam entre si. Tiveram um papel muito importante na organização social das comunidades. Os seus membros praticavam as obras de misericórdia, quer espirituais quer corporais. *“Essas confrarias cuidavam de dar esmolas alimentares e de vestuário; visitavam os pobres em suas casas para averiguarem as necessidades; criavam hospitais para recolherem os doentes, albergues para os viandantes, asilos para os velhos e incuráveis, cuidavam dos enterros deles, libertavam cativos davam dotes a raparigas pobres, etc.”*<sup>3</sup>

Muitas confrarias tinham albergues ou hospitais anexos. Quer os hospitais quer os albergues eram constituídos por dotes e legados. Os seus patronos acreditavam que, ao fazerem bem a quem necessitava e, desta forma, ao amarem o próximo, também contribuía para a salvação das suas almas. As mercearias que existiram em Portugal e noutros países durante a Idade Média, eram asilos para sacerdotes pobres, asilos para velhos e eram instituídas para auxiliar necessitados *“os pobres envergonhados,”* que deviam rogar a Deus mercês pelos seus benfeitores, em troca da assistência que recebiam.

Com a crise económica e demográfica do século XIV e XV a mendicância, a pobreza e o aparecimento de grupos sociais carenciados vão concorrer para que as práticas de caridade cristã reúnam esforços no socorro a estes necessitados.

Esta forma de ajuda ao próximo acentuou-se com a acção das Ordens Mendicantes, especialmente os Franciscanos que, ao praticarem uma *“pobreza voluntária,”* faziam

---

<sup>2</sup>SILVA, Fernando Correia da - *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 22.

<sup>3</sup>IDEM, - *Ibidem*, p. 187.



acreditar que a salvação da alma era conseguida com a ajuda e o amor ao próximo. Servir os pobres tornou-se uma das mais nobres missões.

Os testamentos, os legados pios, que foram feitos ao longo de toda a Idade Média em Portugal, permitiram que fosse efectuada uma rede de instituições assistenciais, desde albergarias e hospitais a gafarias. Estas fundações, mantidas com os legados dos seus instituidores, foram por vezes motivos de abuso na sua gestão. A maioria era administrada pelas câmaras. Contudo, as práticas de assistência, que prestavam a pobres, mendigos, peregrinos, órfãos, viúvas, presos, cativos e enjeitados, deram a estes grupos o manto protector da Virgem Maria.

Nos hospitais permaneciam pobres e doentes por um período não superior a três dias; as albergarias prestavam apoio aos peregrinos e forasteiros. Acontecia que, por vezes, as funções destas duas instituições, na prática não eram delimitadas. As gafarias destinavam-se aos doentes incuráveis, como os gafos, que aí permaneciam.

A crise económica e demográfica do século XIV e XV permite, todavia, aos monarcas mostrar, a nível oficial, os primeiros sinais de sensibilidade e consciência perante a assistência dos pobres e necessitados. É neste contexto de alguma preocupação pela assistência que D. João II vai agrupar os vários hospitais de Lisboa num único, com o nome de Hospital Real de Todos os Santos. É desta época, também, a criação do Hospital das Caldas pela rainha D. Leonor, que abriu em 1488.

No ano de 1498, ano da chegada de Vasco da Gama à Índia, foi também fundada a confraria da Misericórdia de Lisboa, mais precisamente no dia dois de Agosto.

A historiografia do século XX pôs de lado uma corrente surgida no século anterior, veiculada por Costa Goodolphim e Vítor Ribeiro, segundo a qual a fundação da Misericórdia de Lisboa se devia às influências que D. Leonor teria recebido de um frade trinitário, nascido em Espanha, Frei Miguel Contreiras.

Fernando Correia da Silva, Joaquim Veríssimo Serrão e, mais recentemente, Ivo de Sousa Carneiro, desmistificaram a tese, que foi desenvolvida e impulsionada pela ordem dos trinitários no século XVI. Em 1574, Frei Bernardo da Madre de Deus, da referida ordem, solicitou autorização à mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa da época, para ser pintado nas bandeiras das Misericórdias o frade trinitário. A partir de então aparecia um rei e uma rainha com as seguintes designações FMI.

Ivo de Sousa Carneiro<sup>4</sup> demonstra que, entre 1574-1575, nos processos abertos pela ordem dos trinitários, não aparece qualquer referência em termos documentais a esta personagem. Este autor, através da citação de várias publicações e do patrocínio que a rainha concedeu a várias edições consegue delinear um ambiente culto em que D. Leonor teria convivido: o contacto com a filosofia dos clássicos e com as correntes de espiritualidade e caridade cristã medievais. Embora o papel da rainha fosse determinante na fundação da Misericórdia de Lisboa, não podemos ignorar as redes de assistência associadas a práticas cristãs que operavam no nosso país em mercearias, albergarias, hospitais e gafarias.

As misericórdias, nascidas com a rainha D. Leonor, aperfeiçoaram essas redes de solidariedade, desenvolvendo-as a partir do início do século XVI, não só por todo o país, mas também ultrapassando as fronteiras, pelos então territórios ultramarinos (Goa, Macau, S. Salvador da Baía).

As misericórdias portuguesas tiveram uma missão social, religiosa e espiritual. Verificasse, assim nos seus compromissos, texto regulador do funcionamento destas instituições, a enumeração das sete obras de misericórdia corporal e das sete obras de misericórdia espiritual. Vão amparar pobres, mendigos, doentes, viúvas, raparigas órfãs, pobres envergonhados, enterrar os mortos, ajudar os presos e encarcerados num acto de amor ao próximo.

As confrarias das misericórdias eram formadas por cem irmãos. Os confrades eram dirigidos por um conjunto de 13 elementos. Supervisionava este grupo um Provedor, que era eleito anualmente no dia de Santa Isabel, 2 de Julho, juntamente com os outros doze. Destes, seis eram de condição nobre, e outros seis de menor condição. Estes últimos assessoravam os irmãos nobres nas tarefas que tinham de ser desempenhadas dentro da confraria: pedir esmolas, enterrar os mortos, levar o esquife. Estes oficiais deveriam sempre acorrer ao chamamento da campanha da misericórdia. Todos estavam ao serviço de Deus e do próximo. A prática das misericórdias tinha um sentido cristão e bíblico.

A misericórdia humana é compaixão pela vida alheia, pelo próximo e, desta forma, é um dos elementos de aperfeiçoamento do ser humano. É virtude social, onde radica a essência da beneficência, tendo esta por missão evitar o mal na sociedade.

---

<sup>4</sup>CARNEIRO, Ivo de Sousa -*Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito Editores, 1999, p. 118-127.



Na doutrina cristã, a prática das obras de misericórdia é quase uma exigência e obrigação essencial. No âmago da religião cristã encontra-se as obras de misericórdia, sendo a virtude máxima do cristianismo a caridade, através da qual nos unimos a Deus. Deus é generoso, fiel e misericordioso e de um amor eterno: *“A Misericórdia faz parte da própria essência de Deus e reconhece-se no contexto de fidelidade de Deus à Aliança.”*<sup>5</sup> A misericórdia de Deus é infinita para com os pobres e pecadores e também com o povo de Israel, quando lhe é perdoada a não correspondência ao amor de Deus e à Aliança.

O Deus da Bíblia é um Deus Misericordioso, sendo vários os textos do Antigo Testamento a testemunha-lo: a Misericórdia é entendida como forma de Deus perdoar, amar e ser fiel ao seu povo. O Povo de Israel quebrou várias vezes a aliança de fidelidade para com Deus. (Jz 3, 7-9; 1 Sam 8, 22-53; Mq 7, 18-20; Is 1, 18; 51, 4-16; Bar 2, 11-38; Ne 9). Nestes momentos dramáticos de desespero, este povo invocou e confiou na Misericórdia do Senhor, recorreu à sua bondade, ao seu amor, à sua tolerância e compaixão. Israel testemunha essa Misericórdia Divina a partir do seu próprio pecado, da sua própria desgraça.

No Antigo Testamento, a ideia de Misericórdia está ligada à identidade do próprio Deus, a estar com Deus. No Novo Testamento, por outro lado, a vida de Jesus, ao identificar-se com os famintos, os doentes, os presos e todos os necessitados (Mt 25, 34-45) é a manifestação da sua Misericórdia.

A Parábola do Filho Perdido e do Filho Fiel (Lc. 15, 11-32); a Parábola do Bom Samaritano (Lc. 10, 30-37) no Evangelho de S. Lucas; A Pecadora Arrepentida são lições de Misericórdia que Jesus usou para com todos e a todos com a sua compaixão perdoou.

No Evangelho de São Mateus (Mt. 25, 34-40) identificamos o que podemos apelidar de texto programático das obras de misericórdia, tanto para a prática dos cristãos como das obras dos artistas. O Rei dizia, então, aos da sua direita: *“Vinde benditos de Meu Pai, recebei em herança o Reino que vos está preparado desde a criação do Mundo. Porque tive fome e deste-Me de comer; era peregrino e recolheste-Me; estava nu e deste-Me de vestir; adoeci e visitaste-Me; estive na prisão e foste ter Comigo.”*

Então, os justos responder-lhe-ão: *“Senhor, quando foi que Te vimos com fome e Te demos de comer ou com sede e Te demos de beber? Quando Te vimos peregrino e Te*

---

<sup>5</sup>PALOS, José António Morais - “A Expressão Bíblica da Misericórdia”. -*Eborencia, Revista do Instituto Superior de Évora*. Évora, 1999, Ano XII, nº 23 e 24, p. 23.

*recolhemos, ou nu e Te vestimos? E quando Te vimos doente ou na prisão e fomos visitar-Te? E o Rei dir-lhes-à em resposta: “Em verdade vos digo: Sempre que fizeste isto a um destes Meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizeste.”*

Jesus transmite-nos o amor misericordioso através da sua Misericórdia pelos pobres, infelizes e na sua entrega até à morte. No Evangelho de São Mateus, estão enunciadas as obras de misericórdia: dar de comer ao faminto, dar de beber ao sedento, receber o peregrino, vestir o nu, cuidar dos enfermos, redimir o cativo e o escravo. A estas se juntam enterrar os mortos. As irmandades foram criadas para sepultar religiosamente e recolher os cadáveres que se encontravam na via pública. Estas obras correspondem às necessidades corporais próprias do mundo do Evangelho.

No catecismo da Igreja Católica apontam-se 14 obras de misericórdia, 7 corporais e 7 espirituais. A Igreja, quando pôde, ajudou os pobres e necessitados. Os pobres e enfermos estiveram a seu cargo durante séculos; foi ela, praticamente, a única formuladora das obras de assistência social. De facto, as obras de caridade privada, de amor ao próximo, correspondem aos ideais cristãos como dom pessoal. É a forma mais adequada para desfazer o ódio dos deserdados e de atender os “*pobres envergonhados*” que não se expunham publicamente. Reportando-se estas situações para um número crescente, foi necessário organizar as obras de caridade. A assistência era dada em asilos organizados e assim nasceram os hospitais da Misericórdia, os albergues, os hospícios, os reformatórios, as ordens religiosas ao serviço da caridade cristã.

Esta forma de caridade organizada em diversas formas teve a vantagem de não atender só a casos pontuais, mas a necessidades e perigos sociais permanentes.<sup>6</sup>

---

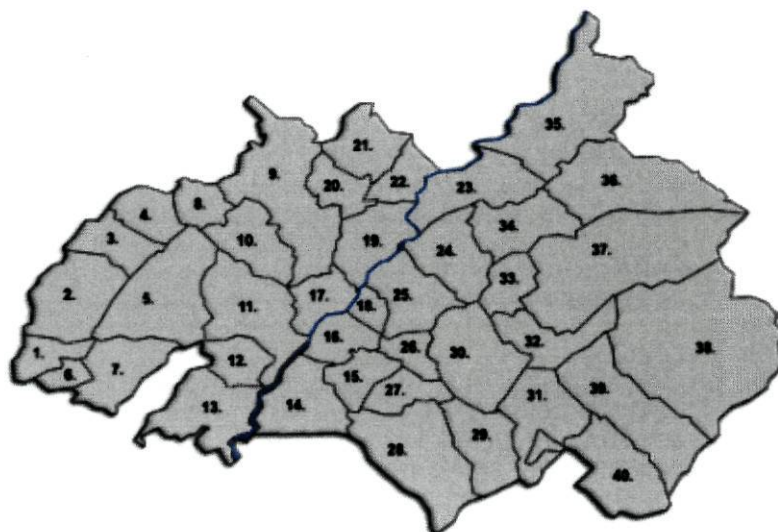
<sup>6</sup>SILVA, Manuel Maria Madureira da, - “Expressão Ética da Misericórdia.” *Eborencia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora*. Évora, 1999, Ano XII, nº23-24, p. 70.

**CAPÍTULO II**  
**CONDICIONALISMOS LOCAIS DO APARECIMENTO DA**  
**MISERICÓRDIA DE AMARANTE E O SEU CONTEXTO**  
**NACIONAL**



## 1. AMARANTE – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Amarante dá o nome a um concelho que está contido na bacia hidrográfica do rio Tâmega, onde se estende um profundo vale, circunscrito por zonas de altitude particularmente elevada em relação a este, destacando-se a serra do Marão, com os seus 1200 metros de altitude. O vale do rio Tâmega, no sentido nordeste-sudoeste, abre-se em pequenos vales delimitados por pequenos afluentes, Olo e Santa Natália. Outros vales, em direcção paralela ao rio Tâmega são percorridos pelos rios Odres e Ovelha.



- |                            |                 |                     |
|----------------------------|-----------------|---------------------|
| 1. Oliveira                | 14. Salvador    | 27. Jazente         |
| 2. Travanca                | 15. Lomba       | 28. São Simão       |
| 3. Figueiró (Stª Cristina) | 16. Cepelos     | 29. Carvalho de Rei |
| 4. Figueiró (Santiago)     | 17. S. Gonçalo  | 30. Gondar          |
| 5. Mancelos                | 18. Madalena    | 31. Bustelo         |
| 6. Ataíde                  | 19. Gatão       | 32. Várzea          |
| 7. Real                    | 20. Vila Garcia | 33. Sanche          |
| 8. Freixo de Cima          | 21. Aboim       | 34. Olo             |
| 9. Telões                  | 22. Chapa       | 35. Rebordelo       |
| 10. Freixo de Baixo        | 23. Fridão      | 36. Canadelo        |
| 11. Fregim                 | 24. Vila Chã    | 37. Aoadela         |
| 12. Louredo                | 25. Lufrei      | 38. Ansiães         |
| 13. Vila Caiz              | 26. Padronelo   | 39. Candemil        |
|                            |                 | 40. Carneiro        |

**Fig.1** – Actual composição territorial do concelho de Amarante.

A formação de Amarante deve ter sido remota se considerarmos que a constituição dos concelhos, de alguns coutos, honras e beetrias - hoje incorporados no concelho de Amarante depois da reforma administrativa de 1834 - nos aparecem com a formação da própria nacionalidade, quase todos possuindo o seu foral e alguns objecto de doações régias.



De facto, a actual composição territorial do concelho de Amarante resulta da integração de várias freguesias dos extintos concelhos de Santa Cruz de Riba Tâmega, Gestaço, Gouveia, e do concelho de Basto. Até então, o espaço ocupado pela vila de outrora era diminuto e encravado entre concelhos com maior dimensão espacial e humana. A rua que atravessava a vila acabava e começava noutros concelhos. Vinda de São Veríssimo (freguesia de Santa Cruz De Riba Tâmega), passava ao longo da vila atravessando a ponte para ir continuar pelos concelhos de Gouveia e Gestaço. A antiga vila de Amarante confinava-se, administrativamente, ao seu próprio território. A área rural em que se apoiava pertencia a outras entidades administrativas.<sup>7</sup>

Sobre o espaço ocupado pela vila de Amarante, atente-se na caracterização que é feita pelo Padre António Carvalho da Costa na Corografia Portuguesa, em 1706 (Tomo I, pag. 144) “*Compõem-se esta villa de huma so rua muy comprida até a ponte com suas traveças, & tem muitas casas nobres, com que manifestão a fidalguia de seus povoadores.*”

Nas inquirições feitas em 1527 por D. João III, já aparecia também a vila associada a uma rua comprida. (Texto transcrito na nota 9).

Devido à sua localização, Amarante teve, desde as suas origens, uma posição estratégica importante na passagem das populações para Trás-Os-Montes e Alto Douro. Aquela, não foi alheia a via romana que, vinda de Guimarães, a ligava à região transmontana. Num documento do século VI, sobre as delimitações da diocese de Braga, datado de 1 de Janeiro de 572, lê-se “*per illa aqua de Estolla usque in Durio, usque in foze de Corrago et inde ad montem Maroni et inde ad Castro quod dicitur Villa Plana et inde **ponte de Tamice** et inde per illam aquam usque ad fluvie de Úteros.*”<sup>8</sup> Como se pode depreender pelo documento citado, a existência de uma ponte medieval, senão mesmo romana, em Amarante, constituiu desde tempos remotos um meio de comunicação importante para as gentes desta região. Devido à importância desta localidade e do trânsito que nela se verificava, foi ainda construída, no concelho de Gouveia, que confinava com Amarante, a Albergaria do Covelo, do início da Idade Média, que dava pousada a peregrinos e passageiros, sem contudo existirem provas documentais sobre a sua fundação. Como lugar de passagem do interior duriense e transmontano para o Minho, Amarante iria ter um papel aglutinador, dando origem à cidade actual.

---

<sup>7</sup>MARQUES, Bernardo da Serpa - “Amarante de uma vila sem termo a um concelho de quarenta - freguesias.” ACTAS DO CONGRESSO HISTÓRICO 98 IV, Amarante, 1988, -*Poder Local, Municípios, Autarquias, e Instituições*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000, vol. IV, p. 49.

<sup>8</sup>COSTA, Avelino Jesus da - *Liber Fidei. Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital, 1965. Tomo I, p. 32-33.

## 1. 1. POPULAÇÃO

A população desta região é mencionada nas inquirições feitas em 1220, a mando de D. Afonso II, e nas de D. Afonso III, em 1258.

Em 1527, D. João III ordena o arrolamento da população, tendo a vila de Amarante “*uma rua comprida*” com 236 moradores.<sup>9</sup>

Sobre a população, refere Craesbeck, nas “Memórias Ressuscitadas na Província de Entre Douro e Minho”, em 1726: “*He esta vila muito abundante de fontes, nas casas particulares, com que regão os donnos dellas as suas ortas; e já tão crescida, que tem 525 fogos, a saber: Pessoas de sacramento, 1300; clerigos, 32; casadas, 240; solteiros e solteiras, 170; menores, 120; e ao presente, no seo destricto e anexa de São Veríssimo, rua de Gouveia e de Gestaço, se acharão viver 62 clerigos.*”

Na “Descripçam Corografica do Reyno” (1739), António Oliveira Freire apresenta Amarante, constituída por uma freguesia, com 380 fogos, 1108 almas; o concelho de Gouveia, com 8 freguesias e 2994 almas; o concelho de Gestaço com 13 freguesias, 1809 fogos, 3311 almas. Verifica-se através do quadro abaixo apresentado que, em finais do século XVIII, houve um ligeiro aumento da população na zona urbana de Amarante: em 1739, contava com 1108 almas para, nos fins deste século, passarem a 1370.

---

<sup>9</sup>ALVES, Artur da Mota - *O Brasão da Vila de Amarante*. Amarante: Edições do Tâmega, 1993, p. 34 – “Item – Esta vylla de huma rua comprida sem cerqua onde esta Sam Gonçallo e tem huma ponte no rio de Tamegua per onde parte com Guouvea e Covello e he byatrya do Mestre e parte pello rio com Trallos Montes e tem termo ao redor em roda quarto de meia legua, nom mais e faz antre o rio e o concelho de Santa Cruz de Riba Tamegua e o Concelho de Celoriquo otras e tem moradores juntos per foguos todos duzentos e trynta e 6 moradores com vyuvras e clerigos. Item-Avera nesta vylla mancebos e homes solteiros e officiaes d’eles de 18 té trynta annos que vyvem com pays e amos delles per sy 180 mancebos”. (Na margem tem esta nota: não entra corregedor). Este documento encontra-se registado na Chancelaria de D. João III, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Villa d' Amarante S. Gonçalo d' Amarante	Nome de freguesia	O Mosteiro dos religiosos Dominicanos d' Amarante	Quem he o padroiro	Cura	Dignidade do Pároco	352	Fogos	506	Homens maiores de 14 anos	619	Mulheres maiores de 14 anos	109	Rapazes maiores de 14 anos	136	Raparigas Maiores de 14 anos	1370	Almas	26	Clérigos	1	Conventos de frades	24 Dominicanos	1	Conventos de freiras	26 Franciscanas	Distância em léguas à cabeça da Comarca	4 <sup>15</sup> / <sub>16</sub>	Rumo a que ficão	S.37°30' L.
--	-------------------	---	--------------------	------	---------------------	-----	-------	-----	---------------------------	-----	-----------------------------	-----	----------------------------	-----	------------------------------	------	-------	----	----------	---	---------------------	----------------	---	----------------------	-----------------	---	---------------------------------	------------------	-------------

**Fonte:** “*Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII*”, rec. anot. e publicados por António Cruz.

Segundo o censo oficial de 2001, o concelho de Amarante tem 59.638 habitantes.

## 1. 2. ADMINISTRAÇÃO

A vila de Amarante não recebeu foral, não era muralhada nem tinha castelo. É considerada por alguns autores como beetria: “*Para baixo, junto ao rio Tâmega, esta a villa Damarante, Que he Beatria com outras que ahi junto estão, e esta he hua boa villa, porque he porto de todo Entre Douro e Minho.*”<sup>10</sup>

Fortunato de Almeida<sup>11</sup> distingue beetrias de coutos e estabelece como diferença entre estas duas formas de organização, o facto de no primeiro caso serem seus senhores aqueles que os seus habitantes elegem, não sendo nomeados por reis ou senhores. Aponta como exemplo Amarante.

As principais autoridades eram os juizes, em número de dois, eleitos todos os anos, em dia de S. João. Um, era eleito pelos moradores das Casas da Ordem, e outro, pelos mais moradores com direito a tal, ou seja os Cavaleiros (aristocracia rural).

Quando investidos das suas funções, os juizes nomeavam os meirinhos e os almotacés.

<sup>10</sup>BARROS, João de - *Colecção de Manuscritos: Geografia D'Entre Douro e Minho e Trás-Os Montes*. Porto: Tipografia Progresso, 1919, Vol.4, p. 79.

<sup>11</sup>ALMEIDA, Fortunato de - *História de Portugal: Tomo I: Desde os tempos pré-históricos até à aclamação de D. João I (1385)*. Coimbra: Fortunato de Almeida, 1922. p. 380-384.

“Algumas vezes o privilégio de beetria andava unido a uma só vila ou honra, como acontecia em Amarante e Ovelha; outras vezes uma beetria tinha anexas ou sufragâneas honras diversas, até de concelho diferente.”

Uma carta de El-rei D. João I,<sup>12</sup> datada de 24 de Janeiro da era de 1425, ou seja, da era cristã de 1387, refere o costume dos homens bons de Amarante elegerem o senhor do lugar. Este documento, ao indicar o costume, transmite uma prática que, provavelmente, já se fazia há algum tempo.

Em virtude de nunca ter sido atribuído foral a Amarante, o conselho era a reunião dos homens livres que decidiam sobre assuntos importantes. No início do século XVII é atribuído, através de um alvará do rei Filipe II,<sup>13</sup> o primeiro juiz de fora aos “*homens bons de Amarante*.”

Craesbeeck, sobre a forma de organização política, refere: “*Govenace esta villa, ao presente, com hum juiz de fora, 3 vereadores, 1 procurador, 3 escriptores do publico, judicial e notas, e hum delles serve tambem de escriptão da camara, e outro das sizas e almotaceria, 1 Juiz dos orphãos (que he também enqueredor), e 1 escriptão dos orphãos, 1 meirinho, que he o das beatrias e servia de carcereiro: todos data (sic) de el Rey. He de notar que o porteiro desta villa he hum preto. A eleição dos officiaes da camara faz o corregedor, com com provisão de desembargo do passo, e remetida a este tribunal; de lá vem eleitos os vereadores e procurador, todos os annos: o que he de tres em tres annos. Esta villa não tem foral. E quanto ao Militar, serve o juiz de fora de Cappitão-Mor, sendo que achamos noticia que já ouvera nella em algum tempo Cappitão-mor.*”<sup>14</sup>

O sistema político de governação municipal amarantino no Antigo Regime e até 1834 era composto pelos seguintes elementos: juiz de fora, que era nomeado pelo Desembargo do Paço, em nome do rei; um procurador, que era o governante principal do concelho e três vereadores. Estes últimos, vereadores e procuradores, eram eleitos a partir das directivas contidas no livro I das Ordenações e em leis avulsas das quais se destacam os regimentos de 1611, 1640, 1670.

---

<sup>12</sup>MACHADO, António de Sousa - *Amarante Medieval*. S.L: Edição do Autor, 1979. p. 36.

<sup>13</sup>CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I, p. 255.

“Juiz, Vereadores, Procuradores, Fidalgos, Cavaleiros, Escudeiros, Homens Bons e povo da villa de Amarante.

Eu el Rey vos envio muito saudar. Posto que athe agora não ouvesse nessa villa Juiz de fora, havendo respeito ao numero dos moradores della e a frequencia da gente, que concorre ahi às feiras, que se fazem, como à romaria do Bem Aventurado São Gonçalo, e por outro justos respeitos, que me a isso moverão, e para melhor admenistração da justissa, dou por bem, por fazer merce à dita villa, que daqui en diante haja nella juiz de fora, e de encarregar logo do dito cargo ao Bacharel João Lobato de Abreu, pella confiança que delle tenho, que servirá o dito officio bem, como cumpre a meo serviço; pelo que vos encomendo e mando que lhe deis logo posse do dito cargo e lho deixeis servir, conforme a provisão e alçada que de mim leva, e do dia, que a tomar, passareis certidão para me enviar. António de Moraes a fez, en Lisboa, aos 25 de Julho de 1604. João da Costa a fez escrever. Rei.”

<sup>14</sup>IDEM, - *Ibidem*, p. 255-256.

O processo de selecção para estes cargos era feito através de um modelo de eleição indirecta. O corregedor da comarca apresentava-se na Câmara com uma provisão régia convidando dois informadores. Estes deveriam escolher pessoas da terra com condições para serem eleitos, gente de reconhecida nobreza e probidade. Estas pessoas, por sua vez, iriam escolher seis eleitores, que eram agrupados dois a dois, seleccionados entre pessoas principais da terra. Estes eleitores deviam indicar nove nomes para vereadores e três para procuradores, dentro da relação que previamente lhe fora fornecida pelos informadores. Conferidos os mais votados, era feita uma pauta, que era enviada ao Desembargo do Paço para confirmação sendo remetida de novo à câmara cessante. Este sistema eleitoral, que vigorou até ao liberalismo, permitiu que se formassem grupos de famílias influentes que governaram os municípios, assumindo poder e protagonismo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>BORRALHEIRO, Rogério – “Os homens da Governança: sistema eleitoral e ocupação dos cargos nos séculos XVII e XIX.” ACTAS DO CONGRESSO HISTÓRICO 98, IV, Amarante, 1998, *História Política, Sociedade, Economia*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000, vol.I, tomo I, p. 51-54.



## 2. PERCURSORES DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

### 2. 1. INSTITUIÇÕES DA CARIDADE CRISTÃ NA IDADE MÉDIA.

Antes do aparecimento da Misericórdia de Amarante, existiam como instituições de caridade cristã a Albergaria do Covelo, que pertencia ao antigo concelho de Gouveia, e a Gafaria de S. Lázaro, no limite da então vila de Amarante. Estas duas casas pias, cuja origem, em Amarante, remonta à Idade Média, são também precursoras da filosofia e da praxis das obras de Misericórdia, como já foi referido no capítulo anterior.

Numa notícia publicada no semanário “Flor do Tâmega” nos dias 29 de Outubro, 5 e 12 de Novembro de 1933, José de Pinho descreveu o que tinha observado durante a realização de umas obras levadas a cabo pela Câmara, na Rua 31 de Janeiro (antiga Rua do Covelo do concelho de Gouveia), no início do século XX: a demolição parcial de uns prédios nesta rua *“pôs a descoberto toda a fachada norte e parte do outão de poente da velha albergaria medieval.”*

A fachada, que foi posta a descoberto, *“corria ao longo da estrada antiga, que por ali passava, era cega de aberturas, de parede dobrada feita em fiadas de junta seca e encimada por uma cornija chanfrada, que por sua vez descansa num renque de modilhões, na sua maioria completamente lisos, apresentando apenas três ou quatro, e dum só lado, uma pequena cavidade circular que de forma alguma posso tomar à conta de qualquer motivo decorativo.”*<sup>16</sup>

A identificação destas características e de outras que são apresentadas na mesma notícia, leva o autor a concluir, e com lógica, que estamos perante marcas da arquitectura românica. Sendo este estilo próprio da Idade Média, podemos inferir que nesta época e no burgo amarantino, (ponto de passagem entre o Minho e Trás-os-Montes) existia uma casa que dava guarida a pobres e peregrinos.

Quer a Albergaria do Covelo, quer a Gafaria de S. Lázaro vão passar para a administração da Santa Casa da Misericórdia de Amarante. Este assunto será apresentado no capítulo V deste trabalho. A partir de um documento, transcrito em anexo, com o nº XIII, sobre a integração da Gafaria e Capela de S. Lázaro na gestão da Santa Casa em 1565, podemos constatar que a Gafaria era, até então, administrada pela justiça da terra, ou seja, pelos vereadores e juizes: *“o juiz e vereadores da dita villa*

---

<sup>16</sup>PINHO, José de - “Materiais para o estudo do povo Amarantino-Albergaria do Covelo”. *Flor do Tâmega*. Amarante, 1933, n.º 2444, p. 1.



*serem admenistradores da dita Gafaria em posse antiga e ao presente nem haver nelle doentes nem gafos.*”<sup>17</sup>

Nos primeiros tempos da nacionalidade, a lepra alastrou por todo o país. Verifica-se nos testamentos dos primeiros reis de Portugal a atenção dada a este flagelo, através de legados para a instituição e manutenção de gafarias. A gafaria de Amarante teria tido, também, origem remota, não havendo dados concretos acerca da sua fundação, tal como acontece com a Albergaria.

De acordo com estudos realizados, sabe-se que a lepra diminuiu no século XIV, tendo quase desaparecido no século XVI. Poder-se-à então aceitar que, provavelmente, no século XIII, funcionavam, no actual espaço urbano de Amarante, estes dois pólos de solidariedade social: um nas delimitações do concelho de Gouveia com o de Amarante a Albergaria - instalando-se num local de passagem importante, e o outro - a Gafaria -fora da urbe e ao lado de um ribeiro, condições necessárias para o funcionamento das gafarias.

O Convento das Freiras de Santa Clara é, também, desta época e aparece referenciado por disposições testamentárias a partir da segunda metade do século XIII.

As explicações que aparecem para a fundação deste convento estão envoltas em fantasia, não possuindo rigor histórico. É costume atribuir a fundação do Convento das Freiras Clarissas à Rainha D. Mafalda em 1174. Neste ano a Rainha teria 8 anos de idade, o que exclui a hipótese de ter levado a cabo tal iniciativa.

Segundo informação de Craesbeesk,<sup>18</sup> foi atribuída pelo rei D. AfonsoV, em 1449, uma esmola anual a este convento. É de supor que seria uma comunidade pobre e pequena. A descrição que este autor apresenta é a seguinte: *“Em tempo de el Rei D. Afonso 5º, achámos já estas Terceiras (que erão só 5) nomeadas freiras de Santa Clara, porque aos 25 de Abril de 1449, o dito rei lhe continuou a dar cada anno des mil libras de esmola ordenada (como se vê do Libro 3º dos Misthicos da Torre do Tombo) e elegerão por primeira abadessa huma dellas, chamada Sor Guiomar das Chagas (que muito velha faleceo, no anno de 1506), crescendo o mosteiro em numero de religiosas, no governo dos claustraes, ainda no anno de 1.567, a 12 de Janeiro, nelle estavam, quando se lhes intimou o decreto Apostólico, para guardarem a clausura; e depois derão obediência aos prelados da observância regular; e de huma relação, feita no*

---

<sup>17</sup>ASCMA - Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa, 1762 –1781. Livro 89, fl. 17.

<sup>18</sup>CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I, p. 259.

*anno de 1592, se vê que vivião por milagre, com grande pobreza que observavão, sustentando-ce dos dotes das noviças e esmollas, que pedião; e ainda, no anno de 1602, saião fora, a pedir esmolla, sendo muito de lembrança as que lhe fizerão os Reis D.Afonso 4, D.João 1º, D.Afonso 5º, D. João 3º e D.Sebastião.*”

Ivo Carneiro de Sousa a propósito da difusão da reforma das Clarissas diz o seguinte: *“Em Santa Clara de Amarante, comunidade de urbanistas fundada talvez à roda de 1449, a partir da experiência mais vetusta de terceiras, a reforma viria a ser introduzida muito tarde, somente pelos anos de 1575.”*<sup>19</sup>

Só a partir do século XVI é que o convento das freiras clarissas terá ganho alguma expressão, com as doações feitas pelo Conde de Redondo, Senhor de Gouveia, que reedificou e ampliou o edifício. Em 1620, Manuel Cerqueira,<sup>20</sup> um dos grandes beneméritos deste convento, institui, na Igreja do mesmo, para seu jazigo, a Capela de São José.

---

<sup>19</sup>Sousa, Ivo Carneiro de - *A rainha D.Leonor(1458–1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade, e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002, p. 528.

<sup>20</sup>Manuel Cerqueira que foi patrocinador do convento de Santa Clara também foi benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, conforme podemos verificar pelo seu testamento que será abordado neste trabalho.



### 3. PROBLEMÁTICA SOBRE A FUNDAÇÃO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Os documentos que integram o arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante respeitam essencialmente ao período a partir do século XVIII. Existem documentos do século XVI e XVII, mas em pequena percentagem. Tratam-se de livros de treslados de documentos, que fornecem, contudo, informações pertinentes. Não existem séries completas e determinados conteúdos obtém-se através de ilações tiradas de outros documentos. Estas questões foram abordadas na Introdução do presente trabalho.

Costa Goodolpim situa a fundação da Misericórdia de Amarante, em 1629, não fazendo nenhuma referência sobre a sua história, apenas indicando que tinha sobre a sua dependência um hospital, o valor da receita (6.214\$000), do capital nominal (14.600\$000) e do capital mutuado (88.494\$000).<sup>21</sup>

Apesar das informações retiradas deste autor, poderemos, desde já, referir que no período indicado - 1629 - a Misericórdia de Amarante administrava dois hospitais, como teremos oportunidade de demonstrar no presente trabalho. Em relação à data de fundação apontada, o Padre Luís Cardoso<sup>22</sup>, no seu “Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica” em 1747, fl. 425, diz a propósito do fundador da Misericórdia: *“foi fundada por Pedro da Cunha Coutinho, Donatário do concelho de Gestaço”*. Reproduzimos aqui informação recolhida sobre Pedro da Cunha Coutinho, na obra de Craesbeeck, a propósito dos Senhores que foram da vila de Celorico de Basto: *“E depois foi Senhor do dito Castello de Lanhoso e do de Montelongo (de que falaremos no título 10º), Gil Vasques da Cunha, terceiro neto do sobredito Martim Vasques da Cunha, o qual teve o Senhorio deste Castello de Celorico, por mercê de el Rei D. João 1º, depois que se voltou de Castella, a seo serviço, e foi Alferes-mor. Suscedeo-lhe seo filho Fernão Vasques da Cunha e, por morte deste, sua filha D. Maria da Cunha, que casou com Fernão Vas Coutinho, que pela dita sua mulher foi senhor da dita terra (e era filho 2º de Gonçallo Vas Coutinho, 2º Marichal do Reino); suscedeo no Senhorio **Pedro da Cunha Coutinho**<sup>23</sup>, seo filho 3º (que faleceo no anno de 1535), casado com D. Brites de Vilhena (que falesceo no anno de 1545 a 26 de Novembro); e por não terem filhos*

---

<sup>21</sup>GOODOLPIM, Costa- *As Misericórdias*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, p. 271.

<sup>22</sup>CARDOSO, P.<sup>º</sup>Luís - *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica*. Lisboa: Régia Oficina Sylviana e da Academia Real, 1747, Tomo I, p. 425.

<sup>23</sup> Sublinhado nosso.



*fundarão o mosteiro de Monchique do Porto, onde jazem na cappela mor do dito mosteiro.*”<sup>24</sup>

Pedro da Cunha Coutinho, que é referido pelo Padre Luís de Carvalho como o fundador da Misericórdia de Amarante, será o mesmo que Craesbeeck indica como tendo falecido em 1535? Caso se verificasse esta coincidência, teríamos de recuar o aparecimento da Misericórdia de Amarante à terceira década do século XVI. Tentámos, em vão, obter dados que nos confirmassem que a pessoa que faleceu em 1535 e fundou o Mosteiro de Monchique no Porto teria fundado também a Misericórdia em Amarante. Embora a hipótese fosse viável, não nos foi possível recolher provas nesse sentido.

Recentemente, Aníbal Barreira, num artigo publicado, apresentou a transcrição de *“Uma Escripura de concerto e contrato, que celebrou esta Santa Casa [do Porto] com a de Amarante sobre esta não poder tirar esmollas senão nos concelhos de Teixeira, e no de Bayão e em todas as suas honras, e coutos, e no concelho de Soalhães, e no de Gouvêa, e no couto de Tuyas, e vila de Canavezes; e não em outros concelhos do Bispado do Porto. Feita por Braz Francisco tabeliam desta cidade a vinte de Abril de 1530.*”<sup>25</sup> Este documento permite-nos, portanto, recuar a existência da Misericórdia até 1530.

Para o presente estudo, consultamos os livros da Chancelaria Régias, pelo que a seguir se transcrevem dois documentos encontrados, emitidos pela Chancelaria de D. João III à Misericórdia de Amarante, em 27 de Agosto de 1529. São duas cartas de privilégios, uma de atribuição de duas arrobas de açúcar e outra para o seu mamposteiro pedir esmolos.

*A Miserycordia da Villa d'Amarante. Carta de duas arrobas d'açucar*<sup>26</sup>

[Fl.79] Dom Joham etc aquantos esta minha carta virem faço saber querendo eu fazer esmola a Miserycordia da Villa d'Amarante da comarca d'Antre Doyro e Minho tenho por bem e me praz lhe porem mando ao recebedor que ora he e ao diante for do huum por cento que do dicto dia em diante dee fazer esmola em cada hum anno de Janeiro que vem de V<sup>c</sup> e XXX em diante de duas arrobas d'açucar. E certo recado do provedor e officiaes da dicta Miserycordia as dictas duas arrobas d'açucar cada anno e per o trelado desta que sera registada no lyvro de sua despeza e seu conto lhe seja em cada hum hum (sic) anno levados em conta. E esta se registara no lyvro das esmolos dos açucares dos mosteyros e casas pyas. Antonio Paaeez a fez em Lisboa a XXVII dias d'Agosto de mill V<sup>c</sup> XXIX. E eu Dimião Diaz o fez escrever.

<sup>24</sup> CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Provincia de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I, p. 325-326.

<sup>25</sup> BARREIRA, Aníbal - “Para a história da Misericórdia de Amarante”. *Amarante. Entremuros. Revista Cultural*, 1990, n.º 1, p. 45-52.

<sup>26</sup> ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 48, fl. 97 [1529.Ago.27].

*Miserycordia da Villa d'Amarante. Carta para o seu memposteyro pedir esmola*<sup>27</sup>

[Fl. 97] Dom Joham etc aquantos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer esmola a Miserycordia da Villa d'Amarante da comarca d'Antre Doyro e Minho pera que possam aver esmolos com que se a dicta Miserycordia possa aministrar e fazer as obras piedosas que se requer tenham por bem e me praz dar lugar e licença ao proveador (sic) e oficyaes da dicta miserycordia pera que eles possam mandar pedir por hua pessoa na dicta villa e lugares comarcaõs de redor della he em que nam ouver a dicta comfrarya esmolos pera ella que os fieis lhe quiserem dar sem lhe nisso ser duvida nem embargo algum. E isto sem embargo de minha ordenação que manda que nam aja hy os taes petytoiros e sem embargo do regimento que tenho dado ao memposteyro mor dos catyvos em que mando que nenhum memposteyro nem pessoa nam peça em nenhuma emvocaçao sem prymeiro ir mostrar a provysão que de mim pera yso leva ao memposteyro do bispado em que for pedir sob as penas no dicto regimento contheadas. Porem o notefico asy a todollos meus corregedores, juizes e justiçaes, memposteyros, oficyaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada e o conhecimento della pertencer e lhe mando que a pessoa que o dicto provedor e oficyaes da dicta miserycordia puserem pera pedir as dictas esmolos lhas deixem pedir na dicta villa e lugares comarcões de redor della sem duvida nem embargo algum que lhe a elo seya posto por que asy he minha merce e lhe dou pera yso licença. Amtonio Paaeez o fez em Lisboa a XXVII dias d'Agosto de mill V<sup>c</sup> XXIX. E diz na antrelynha moor. E poderam pedir asy nos lugares comarcões como e concelhos comarcões.

Podemos, com convicção, afirmar que a Misericórdia de Amarante funcionava nos finais da terceira década do século XVI, desde 1529. A comprová-lo, estão os documentos atrás referidos e apresentados e, como será demonstrado durante este trabalho, o facto de que esta instituição teria aparecido em Amarante nos inícios da expansão das Misericórdias no país, que se verificou até meados do século XVI (ver mapa apresentado na página 32).

A este propósito, refira-se que a fundação de um hospital administrado pela Misericórdia de Amarante no século XVI (a este assunto voltaremos no capítulo V, 2. 1. 1.) e a anexação da gafaria, à mesma instituição, em 1565, evidenciam que a Misericórdia era uma realidade no terreno, com uma estrutura orgânica que lhe permitia esta abrangência.

Como refere Isabel dos Guimarães Sá,<sup>28</sup> a propósito da protecção Real às misericórdias, encontram-se nas Chancelarias Régias muitos alvarás de confirmação de privilégios e cartas de atribuição de benefícios económicos. Relativamente a estas últimas, como eram passadas por um determinado período, tinha de ser pedida a sua renovação findo aquele prazo.

<sup>27</sup> ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 17, fl. 97 [1529.Ago.27].

<sup>28</sup> Sá, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1977, p. 71.

Segundo esta mesma autora<sup>29</sup>, na área da atribuição de esmolas de açúcar, o rei D. João III teria efectuado apenas duas novas concessões a misericórdias: Amarante e Sardoal. Este parecer é confirmado pelos documentos atrás transcritos, que são os primeiros documentos oficiais que nos permitem localizar cronologicamente a Misericórdia de Amarante.

---

<sup>29</sup>IDEM - “As Misericórdias da fundação à união dinástica”. PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol.I, p. 29.



## As Misericórdias em Portugal (1498-1529)



Fonte: SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias da fundação à União Dinástica*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002.  
 GOODOLPIM, Costa, *As Misericórdias*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.  
 SILVA, Fernando Correia da, *Origens e formação das Misericórdias*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.  
 SOUSA, Ivo Carneiro de, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias*, Porto, Granito Editores, 1999.  
*Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994.

fac. letras univ. porto  
serv. doc. informação  
cartografia 2003

**CAPÍTULO III**  
**O FUNCIONAMENTO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE**



## 1. O COMPROMISSO

Cada Misericórdia tinha o seu compromisso que representava o instrumento regulador do funcionamento e administração da instituição. Joaquim Veríssimo Serrão define-o “*como a constituição das Misericórdias, a magna charta da sua vida institucional.*”<sup>30</sup>

Cabe a Ivo Carneiro de Sousa a divulgação do primitivo compromisso da Misericórdia de Lisboa.<sup>31</sup> Este autor revela-nos que este primeiro documento de organização da confraria fundada em 1498 em Lisboa está integrado num códice manuscrito, pertença do arquivo da Misericórdia de Coimbra. Este códice inclui um compromisso primitivo das Misericórdias, que teria chegado à confraria de Coimbra em 1500. É um documento importante para o estudo do aparecimento e especificidade da Misericórdia de Lisboa.

Em 1516, temos a primeira publicação do compromisso da Misericórdia de Lisboa, pelo prelo dos impressores Valentim Fernandes e Hermão de Campos. No ano de 1600 há a publicação de outro compromisso, que apresentava alterações em relação ao de 1516 e remete também para um compromisso reformado de 1577. Finalmente em 1618, é publicado um novo compromisso, que teria várias edições e iria vigorar até ao século XIX.

O compromisso primitivo fazia a apelação para a salvação das almas daqueles que se sacrificassem pelo próximo. A recompensa para os doze oficiais (seis nobres e seis de outra condição) e provedor pela caridade que davam aos pobres e desamparados não era terrena, mas sim divina, pois ao praticarem boas acções na terra, teriam a recompensa de Deus e não outra. Neste compromisso, é acentuada a vertente da espiritualidade. Podemos, então, considerar três publicações do compromisso: 1516, 1600, 1618. Este último é considerado o compromisso definitivo e permitia que, em determinados capítulos, fossem feitas alterações. Esta flexibilidade possibilitava a sua aplicação a determinadas confrarias locais. Contudo, existem matérias que não podiam ser alteradas (“*numerus clausus*” de irmãos).<sup>32</sup> Os dois últimos compromissos debruçam-se sobre o carácter funcional e organizativo da instituição. Esta mudança verifica-se devido ao aumento de solicitações a que a confraria se viu obrigada a responder.

---

<sup>30</sup>SERRÃO, Joaquim Veríssimo - “Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na história”. *Oceanos*, n.º 35 – Jul./Set. 98, p. 10.

<sup>31</sup>SOUSA, Ivo Carneiro de - *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498 -1525)*. Porto: Granito Editores, 1999, p. 134 e 217-225.

<sup>32</sup>SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1977, p. 90.



As Misericórdias, que surgem a partir da fundação da Misericórdia de Lisboa, vão adoptar os compromissos que foram publicados, fazendo-lhes as adaptações necessárias nuns casos e noutros elaborando compromissos próprios, que estavam sujeitos a autorização régia.

No arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, o documento “Treslado de certas provizonis de previlegios que os senhores reis pasados deste reino concederam à Caza da Sancta Mizericórdia de Lisboa, de que também goza esta Sancta Caza da Mizericórdia da villa de Amarante”, nas folhas 5 a 21, enumera um conjunto de alvarás e cartas de privilégio que os reis D. Manuel I e D. João III atribuíram à Misericórdia de Lisboa e que se aplicavam também à Misericórdia de Amarante.<sup>33</sup>

A atribuição destes privilégios à confraria amarantina é reafirmada na resposta ao inquérito feito às Misericórdias do país pela portaria régia de 7 de Julho de 1827, da Secretaria de Estado do Negócios do Reino.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 5-21.

<sup>34</sup> ANTT - Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Maço 431, Caixa 539. Fl. 6v-7v.

“Esta Sancta Caza he propria da Immediata Protecção Regia como todas as mais e para a mais prompta saptisfação dos seus Encargos Pios, e Religiosos lhe foram concedidos todos os Privilegios, Liberdades e Exempçoens seguintes:

[Fl. 7] Que todas as dívidas se possam cobrar Executivamente como as da Fazenda Real, Alvara de 26 de Maio de 1558.

Que a Meza, e Irmandade sejam ouvidos em todas as Provizoens, contra elles. Provisão de 15 de Junho de 1629.

Que a Irmandade não seja obrigada a hir em procissoens, que não sejam as suas. Provisão de 15 de Fevereiro de 1499.

Que o Procurador da Sancta Caza requeira nas Audiencias primeira que outro alguem, não só nos Negocios della, mas nos que tiver particulares. Provisão de 4 de Junho de 1499.

Que o Escrivão da Meza nos papeis della, seja Publico, com Fe, Signal, Notta, e Ajudante. Alvara de 10 de Setembro de 1500. De 10 de Maio de 1564; e de 17 de Setembro de 1562.

Que senão tomem as Aposentadorias, cavalgaduras, nem sejam constrandidos para Cargos do Concelho os 13 Irmãos que servirem na Meza. Alvara de 7 de Maio de 1511, e de 25 de Junho de 1513.

Que os Almotaces fação despachar a carne do Assougue para os doentes do Hospital primeiro, que aos particulares. Alvara de 1513.

Que nenhuma Justiza possão conhecer dos Cazos da Meza, e maneiras de sua Admenistração, sem Superior Ordem Especial. Alvara de 24 de Janeiro de 1582. Sentença de 11 de Abril de 1612.

[Fl. 7 v.] Que nenhuma outra Irmandade possa ter tumba, nem fazer enterros sem a bandeira da Mizericordia. Sentença da Legacia de 30 de Junho de 1593.

Que o Juizo dos Residuos não tenha authoridade alguma na Sancta Caza. Alvara de 28 de Maio de 1533.

Que o Provedor da Comarca não vença Sallarios nas diligencias particulares contra a Sancta Caza. Sentença da Rellação de 27 de Abril de 1627.

Que no livramento dos prezos a cargo da Mizericordia, só vence a Justiza metade das custas. Sentença de 27 de Janeiro de 1624.

Que o Juiz de Fora desta Villa e seus Officiaes seja Juiz Privativo da Sancta Caza. Provisão de 17 de Fevereiro de 1734.

Que todos os Irmãos da Irmandade possão servir os Cargos da Meza, posto que dividores lhes sejam; com tanto que com ella não tragão demanda. Provisão de 3 de Agosto de 1747.

E finalmente que a propria Igreja da Mizericordia não seja vizitada pelo Senhor Ordinario do Destricto. Sentença do Juizo da Corôa de 1753”.

Como se verifica, os privilégios de que usufruía a Misericórdia de Amarante eram os mesmos que foram atribuídos às principais Misericórdias do reino. No entanto, alguns alvarás foram concedidos especificamente a esta confraria.

No ano de 1607, os irmãos e o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Amarante apresentam uma petição para que lhes sejam concedidos os privilégios e liberdades de que gozam as principais Misericórdias do país. Nessa petição alegam como justificação o facto da então vila de Amarante ser uma das principais do reino e um dos maiores locais de passagem da região. Este movimento de pessoas deve-se também ao grande número de peregrinos que vêm em romagem a S. Gonçalo. Por estas razões, há muitos pobres, peregrinos e doentes que procuram os serviços quer da confraria da Misericórdia, quer do hospital, da albergaria e da gafaria, a qual é administrada pelos oficiais da Santa Casa.<sup>35</sup>

O rei, atendendo às razões expostas pelos irmãos da Misericórdia, concedeu-lhes a utilização do compromisso da Misericórdia de Lisboa naquilo que se pudesse aplicar à Misericórdia de Amarante, conforme o alvará de confirmação do compromisso de 28 de Abril de 1607.<sup>36</sup>

#### *Alvará de confirmação de compromisso.*

[Fl. 103] Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeito o que na petição atraz escrita dizem o provedor e irmãos da Casa da Misericordia da villa de Amarante hey por bem e me praz que elles possam usar do compromisso privillégios e liberdades que por mim e pellos reis meus predecessores são concedidos a casa da misericordia desta cidade de Lisboa e isto naquellas cousas em que se puderem aplicar à dita casa da misericordia da villa de Amarante e mando as justicas a que o conhecimento disto pertencer que cumprão este alvara como se nelle contem e esta me praz que valha. Eu Sebastião Pereira o fiz em Lisboa a XXVIII de Abril de mil seiscentos e sete. João da Costa o fez escrever.

ANTT - *Livro da Chancelaria de Filipe II - Privilégio* - Livro 1, fl. 103 [1607.04.28]

A confirmação do compromisso em 1607 à Misericórdia de Amarante significa que, na sua administração, teria sido utilizada a versão do compromisso publicado em 1600. Os compromissos que foram atribuídos à Misericórdia de Lisboa serviram, portanto, de modelo às outras confrarias.

---

<sup>35</sup> ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 2-2 v.

<sup>36</sup> ANTT - *Livro da Chancelaria de Filipe II. Privilégios*. Livro 1, fl. 103.



## 2. COMPOSIÇÃO DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Sobre a composição dos irmãos, recorremos à análise do inquérito da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 7 de Julho de 1827, ao qual a Misericórdia de Amarante respondeu na alínea sobre o número de irmãos *“A Irmandade desta Sancta Caza he composta de 100 pessoas, metade das mais principaes e qualificadas da Villa, e suas vizinhanças, por esta não ter Termo e a outra mettade d’Oficiaes, conforme o Compromisso, quanto a esta circumstancia; e conforme a Regia Provizão de 30 de Junho de 1623, quanto ao numero dos Irmãos. Ella he admenistrada por hum Provedor, Escrivão e 11 Concelheiros com as partes, e qualidades da Lei do compromisso e este he o mesmo que regulla a Irmandade da Mizericordia de Lisboa no que lhe foi compativel pelo Alvara de 1607 e de 1806.”*<sup>37</sup>

Através desta citação, sabemos que na composição da Misericórdia de Amarante, tal como nas suas congéneres, estava estabelecido, além do *“numerus clausus”*, a admissão de irmãos de 1ª e 2ª condição. Estes parâmetros de organização funcional das misericórdias eram definidos pelos compromissos: os irmãos de 1ª condição eram pessoas de reconhecida importância local, nobres, gente ilustre; os irmãos de 2ª condição eram recrutados em classes socialmente mais baixas (artesãos, mercadores). Gente socialmente menos influente, mas que tinha de saber ler e escrever e era possuidora de algum poder económico. O número de irmãos estabelecido pelo compromisso para formar esta confraria era de cem, dos quais eram eleitos treze (seis de 1ª condição, seis de 2ª condição e o provedor), que participavam na gestão da misericórdia, supervisionados pelo provedor.

A atribuição de *“numerus clausus”* de irmãos à Misericórdia de Amarante foi efectuada através de um alvará da Chancelaria de Filipe III.

O provedor e Irmãos da Misericórdia de Amarante, em Junho de 1623, fizeram uma exposição acerca da constituição da Irmandade, na qual informavam que os seus antecessores ultrapassaram o número de cem. Sendo a vila pequena e a Misericórdia pobre, esta não reunia condições para acolher um tão grande número de irmãos, devido à quantidade de pobres que a ela recorriam. Foi, portanto, solicitada a atribuição de um número de irmãos, a esta Misericórdia.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> ANTT - Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Maço 431, Caixa 539. Fl. 1v.

<sup>38</sup> ASCMA - Trelado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante. Livro 619, fl. 22.



Atendendo à solicitação desta confraria, foi emitido um alvará em Lisboa a 30 de Junho de 1623 na qual não era permitido admitir na irmandade da Misericórdia de Amarante mais de cem irmãos.<sup>39</sup>

Em 1717, foi de novo revista a questão, através de uma provisão de 10 de Novembro daquele ano, em que é estipulado que devem ser recrutados 40 irmãos nobres e 40 mecânicos dos quatro concelhos vizinhos (Gestaço, Gouveia, Santa Cruz de Riba Tâmega e Basto). Era imposto 500 reis de multa aos desobedientes pelas faltas que cometessem. É ainda dito nessa provisão que esta medida só podia ser aplicada pela Irmandade.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> ANTT - *Livro da Chancelaria de D. Filipe III*. Livro 1 Privilégios, fl. 66.

“[Fl. 66] Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que abendo respeito ao que pella petição escrita na outra meia folha atraz me enviarão dizer o provedor e Irmãos da Misericórdia da villa de Amarante e vistas as causas que alegão e a imfromação que mandei tomar pello provedor da Comarca da Villa de Gimaraens e seu parecer hei pro bem e me praz que na Irmandade da Misericórdia da dita vila senão posão tomar daqui em diante mais irmãos que ate o numero de cento e somente se poderão tomar os que vagarem por morte ou empedimento de outros de maneira que nunca posa pasar do dito numero de cem irmãos [Fl. 66 v.] E mando ao dito provedor da comarca e ao da misericórdia da dita vila e irmãos da mesa della que o são e aos que ao diante succederem que cumprão este alvará como se nelle contem o qual se registara nos libros da dita casa pera a todo o tempo se saber como asim ouve probem e me praz que valla tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome e por mim assignada sem embargo da ordenação em contrario. Miguel de Azevedo o fez em Liboa a trinta de Junho de mil seiscentos e vinte e três. Gaspar da Costa o fez escrever.

CONSERTADO

LUÍS BATALHA”

<sup>40</sup> ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fl. 24.

### 3. PERFIL DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

A análise dos irmãos que compuseram a Misericórdia de Amarante teria de ser feita com base nos livros de termos, estatutos e eleições. Estes últimos não existem no arquivo daquela instituição. Contudo, serão apresentados alguns casos para épocas relativamente recentes (início do século XIX) a partir de elementos recolhidos no ANTT. Em relação aos livros de termos, existem hiatos consideráveis no tempo o que nos impede de fazer um estudo tão pormenorizado como gostaríamos. Só dispomos de livros de termos a partir de 1739.

Em 1740, por uma provisão régia de 22 de Novembro, a Irmandade da Misericórdia de Amarante é alertada para os requisitos que deviam ter os seus irmãos. A mesa da Santa Casa não devia aceitar irmãos que não tivessem bens patrimoniais até à quantia de 300 mil reis; todavia poderiam ser aceites se possuísem, pelo menos, 100 mil reis de bens de raiz e soubessem ler e escrever, conforme determinava o compromisso. Se isto não acontecesse, ficavam sujeitos a uma multa de 50 mil reis. Em relação ao capítulo XXI do compromisso, que determinava que os irmãos do mês fossem um nobre e outro de baixa condição, assim continuaria a ser. Não podia ser feita despesa alguma sem ordem do provedor. Determina ainda essa provisão, atendendo ao estipulado pelo capítulo 10º parágrafo 3º, que em caso de se despender mais que o rendimento da casa, os irmãos ficariam sujeitos à mesma multa de 50 mil reis. Na gestão das receitas e despesas teriam de ser pagas, em primeiro lugar, as obrigações da casa e o que restasse deveria ser utilizado em obras pias; nunca podendo a despesa exceder a receita.

Segundo essa mesma provisão relativamente ao capítulo 13º parágrafo 3º do compromisso, a mesa só estava autorizada a contrair dívidas por conta dos rendimentos futuros, se a decisão fosse tomada colegialmente. Caso tal não se verificasse quem contraísse a dívida era responsabilizado pela mesma.

Estas medidas de cariz económico atingiram as famílias mais influentes, que, em Amarante e nos concelhos vizinhos, pretendiam continuar a gerir os destinos da Misericórdia. Estas famílias detentoras de poder dentro da confraria recorriam ao empréstimo sistemático de dinheiro a juros, demorando bastantes anos a pagar o que tinham pedido.

Por estas razões esta provisão de 1740 vai vigorar pouco tempo.

Em 1747 o provedor e a mesa da Santa Casa vão pedir ao mesmo rei a sua revogação, porque os irmãos de maior condição eram apenas 40, tendo 30 deles dívidas, o que



provocava algum mau estar aos irmãos devedores. A nova provisão, emitida em 9 de Agosto de 1747, anulava a anterior (1740) e permitia que todos os irmãos pudessem servir na mesa da Santa Casa, ainda que a ela fossem devedores sem trazerem, contudo, com a mesa demanda pendente.<sup>41</sup>

As indicações dadas através destas provisões em meados do século XVIII mostram a preponderância das famílias com prestígio nos destinos da Misericórdia de Amarante.

É também indicado na provisão de 1740 que se devia mandar organizar a relação dos irmãos já que o livro velho dos mesmos estava em grande confusão e, como tal, os irmãos deveriam ser incorporados noutra livro.<sup>42</sup>

Em conformidade com esta ordem acerca de organização das listagens dos irmãos e analisando as mesmas verificou-se o seguinte: os irmãos apresentados pelos seus nomes são divididos da seguinte forma: como irmãos de 1º foro (em 7 de Agosto de 1742) temos um total de 41, como advogados um total de 4, e como irmãos de 2º foro um total de 47. Em 1754, 1774, 1780 as listagens dos nomes individuais referem 1ª e 2ª condição. Apenas em 1780 é ultrapassado o número de 100 e verifica-se que o número de irmãos de 1º foro ou 1ª condição é inferior aos de 2ª condição.<sup>43</sup>

Apresentamos a seguir, alguns casos “sui generis” do comportamento de alguns irmãos, dentro desta Misericórdia, e que na mesma ocupavam cargos importantes.

Em 19 de Fevereiro de 1740,<sup>44</sup> o então provedor Francisco Xavier Ferreira de Sousa Machado Gavião<sup>45</sup> alertou o escrivão Gonçalo Peixoto de Vasconcelos para comportamentos pouco dignos dentro da Irmandade. Este último não só não se apresentou como não entregou a chave como lhe fora solicitado tendo, segundo a mesa de então, retirado documentos e livros importantes do arquivo e sendo por isso expulso da Irmandade. Afirmou que só cumpriria ordens do rei. Ofendido com a mesa, que o riscou, apresentou contra a mesma uma queixa. Por esta razão, a provisão de 1740, emitida pelo Rei D. João V, para além das orientações atrás mencionadas destituiu a mesa da altura. O irmão Gonçalo Peixoto viria a ocupar novamente o seu cargo e, no ano de 1741, foi o provedor da Santa Casa.

---

<sup>41</sup>IDEM - *Ibidem*. Fls. 57 v-58 v.

<sup>42</sup>ASCMA - *Livro de Actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia*. Livro 3, fl. 4-4 v.

<sup>43</sup>IDEM - *Ibidem*. Fls.7-9 v., 12-13.

<sup>44</sup>ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa da Misericórdia 1739 – 1803*. Livro 1, fls. 8-11.

<sup>45</sup>ANTT - *Memórias Paroquiais Da Freguesia de São Veríssimo*. Fl. 462  
IDEM - *Memórias Paroquiais Vila de Amarante*.Fl.432.

Francisco Xavier de Sousa Ferreira Gavião morava na Quinta de Pinheiro D'Além, cuja casa tinha uma capela de invocação de S. Francisco Xavier. Foi administrador da capela de Santa Rosa no Convento de S. Gonçalo.



Mais um episódio de disputa do poder dentro da Misericórdia vai ocorrer no início do século XIX, entre famílias importantes na urbe amarantina.

Em Agosto de 1807 o então capitão-mor do concelho de Gestaço, José Pinto Machado Mesquita de Lemos e outros irmãos da Santa Casa, informaram o Rei de que os mesários que estavam a servir a mesa de então, tinham sido eleitos ilegalmente.<sup>46</sup>

Acusavam o escrivão da mesa - Francisco Xavier de Sousa Gavião Pessoa - de ser o principal instrumento de suborno, além de ter tido a arte de se conservar, havia muitos e muitos anos, no governo da mesa. O mau porte e a fraca administração que aqueles mesários introduziram na Irmandade, afastaram muitos irmãos nobres da mesma.

Perante estas razões invocadas, foi decidido, por provisão de 18 de Agosto de 1807, considerar nula aquela eleição, e que se efectuasse outra, sob determinadas condições:<sup>47</sup>

- que entrassem para a Irmandade todas as pessoas nobres da vila de Amarante e suas vizinhanças, ainda que de outros concelhos;

- que, por voto de todos os irmãos convocados para a eleição, se nomeassem os eleitores dos novos oficiais da mesa, evitando o suborno e conluio e só podendo estes servir durante um ano. Nenhum mesário podia ser reconduzido ou ser novamente eleito sem passar três anos;

- que se tomassem contas exactas à mesa de toda a sua administração: estabelecer um cofre que arrecadasse capital e esmolas, com um livro para a entrada e saída de dinheiro. Existiriam três chaves, uma para o provedor, outra para o tesoureiro e outra para o escrivão. O cofre seria aberto na presença dos três.<sup>48</sup>

Entre 1807 e 1809 são provedores da Santa Casa, respectivamente, João de Magalhães Meneses, João de Magalhães Pinto Guedes e Francisco Cerqueira Moniz Coelho.

Em 1810, é eleito António Teixeira de Vasconcelos e Queirós. Este provedor, e mais mesários da Santa Casa, vão ser reconduzidos nos seus lugares por provisão de 1 de Setembro de 1812, emitida pela Chancelaria de D. João VI.<sup>49</sup>

O provedor António Teixeira de Queirós vai manter-se no cargo até 1825, provocando o desagrado de Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa, que entretanto tinha sido riscado por desobediência ao provedor, em 16 de Julho de 1809. Foi readmitido em

---

<sup>46</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 62-63 v.

<sup>47</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 62 v.

<sup>48</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 63.

<sup>49</sup>ANTT - *Livro da Chancelaria de D. João VI. – Provisão de recondução do provedor, escrivão e mais mesários da Santa Casa da Misericórdia de Amarante*. Livro 12, fl. 34.

26 de Abril de 1810, para voltar a ser novamente riscado em 10 de Setembro de 1821, e novamente admitido em 1826.<sup>50</sup>

Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa e José Vitorino de Azevedo Seixas vão expor os procedimentos ilegais que houve na eleição da mesa (supõe-se que esta queixa foi feita em 1825, pois no documento não está registada a data).

Do relatório subscrito pelos dois queixosos, constava que as mesas presididas por António Teixeira de Vasconcelos tinham como escrivão o seu genro Joaquim da Costa Teixeira da Fonseca ou o irmão deste Bernardo da Costa Teixeira da Fonseca. Estes mesários foram acusados de despotismo, de delapidarem o património e corromperem o provedor da Comarca de Guimarães, que a Amarante se tinha deslocado para velar pela imparcialidade das eleições na Irmandade.<sup>51</sup>

No seguimento destas queixas acerca das fraudes verificadas nas eleições, o irmão Francisco Xavier de Sousa Gavião Pessoa vai assumir o cargo de provedor no período que vai de 1826 a 1831. Afinal, o que estava em causa não era o período de tempo de ocupação do lugar, mas sim quem o ocupava. As famílias que presidiam às sucessivas mesas da Misericórdia desempenhavam também cargos no município de Amarante (ver em apêndice documento nº VIII). Verifica-se que as famílias nobres de Amarante e concelhos vizinhos disputavam, alternadamente entre si, o poder na Misericórdia e Câmara. Constituíam os núcleos das pessoas importantes e poderosas. Quando não pertenciam elas próprias à Misericórdia, tinham lá a sua representação através de familiares. Famílias como Macedos, Peixotos, Vasconcelos, Taveiras, Magalhães, entre outras, marcaram e caracterizaram a sociedade amarantina, constituindo verdadeiras elites sociais, económicas e políticas.

A este propósito, vejamos quem eram algumas das pessoas de que já falamos, e que desempenharam cargos de provedores nesta Misericórdia.

António Botelho de Queirós Pimentel, que foi provedor no ano de 1710, com *“casas citas no Terreiro das Freiras desta villa, ao presente não tenham escudo de armas, como são das principais desta villa, será rezão fazermos também dellas memoria. He o dito António Botelho de Queirós Pimentel, Fidalgo de Casa de Sua Magestade, e se trata muito nobremente, e natural desta villa, filho de Manoel Teixeira de Queirós*

---

<sup>50</sup> ASCMA - Livro de Termos da Santa Casa, 1803-1859. Livro 4, fls. 37 v., 44 v., 72 v.

<sup>51</sup> ANTT - Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Maço 441, Caixa 552. Fls. 1-8.



*Botelho Pimentel, Fidalgo da Casa de Sua Magestade e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Maria da Cunha.*”<sup>52</sup>

Gonçalo Peixoto de Vasconcelos, que chegara a ser riscado da mesa para quase logo a seguir ser provedor, “*Mais adiante, [Rua da Portella] ficão as casas de Gonçalo Peixoto de Vasconcelos e de sua mulher Joana de Lima; neto paterno de Gonçalo Peixoto de Vasconcelos [Que em 1708 fora escrivão da Misericórdia] e de sua mulher e parenta Isabel de Vasconcelos; bisneto de Baltasar Peixoto Pereira e de sua mulher Paula de Siqueira.*”<sup>53</sup>

Em 1728 era provedor Luís de Macedo da Cunha; “*Cavaleiro do Habito de Christo, filho do Doutor Gaspar de Macedo da Cunha, Desembargador que foi dos Agravos na Rellação do Porto, e de sua mulher D. Gracia de Queirós.*”<sup>54</sup>

Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa, que protagonizou com António Teixeira de Vasconcelos, da Casa de Pascoais em Gatão, o episódio da fraude das eleições na Misericórdia, vivia em 14 de Junho de 1809, na sua nobre casa em Pinheiro, limites da vila de Amarante. Foi esta personagem da sociedade amarantina de então, que na data atrás mencionada, esteve presente como vereador mais velho e juiz de fora pela ordenação no “*Auto da Câmara em que nella presedio todo o povo*” e onde foi apresentada a planta para a reedificação da vila de Amarante, após as invasões francesas.<sup>55</sup>

Falamos até aqui do grupo que integrava os irmãos de 1ª condição. O livro onde foram efectuados alguns acentos de irmãos <sup>56</sup> permite - nos verificar que a admissão de irmãos no século XVIII e XIX se efectuava uma a duas vezes por ano, em duas épocas: Março/Abril e Outubro/Novembro. Os irmãos de 1ª e 2ª condição eram aceites na mesma sessão, tomando conhecimento da sua integração na Irmandade através da assinatura do termo em que eram admitidos. Assinavam em primeiro lugar os irmãos de 1ª condição. Neste acto de admissão, era colocado ao lado da identificação do irmão, a sua profissão e morada.

As razões para a admissão de irmãos de 2ª condição estavam quase sempre ligadas à falta de irmãos hábeis, nesta categoria, para servirem a Irmandade. Eram propostos na condição de se apresentarem com pontualidade e zelo nos serviços da Santa Casa (termo

---

<sup>52</sup>CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I, p. 313.

<sup>53</sup>IDEM - *Ibidem*, p.306.

<sup>54</sup>IDEM - *Ibidem*, p.308.

<sup>55</sup>AHCMA - *Livro de actas da Câmara de Amarante*. Livro 315, fl. 25v.

<sup>56</sup>ASCMA - *Livro das Actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia*. Livro 3.



da sessão de 12 de Março).<sup>57</sup> Eram também admitidos para ocuparem os lugares por morte de alguns irmãos, sua aposentação, ou substituição (estas situações eram mais frequentes nos irmãos de 1ª condição).

Quando fossem admitidos irmãos que não tivessem bens, tinham de ter um abonador (termo da sessão de mesa de 24 de Março de 1796)<sup>58</sup> ou então tinham de apresentar bens de raiz num determinado valor (200. 000 reis de bens foram apresentados em 20 de Março de 1806, para a entrada de um irmão, José Cerqueira).<sup>59</sup>

Se acontecesse entrarem irmãos sem existirem lugares vagos, estes ficavam na condição de irmãos extra numerários ou supra numerários, até serem admitidos. Estes irmãos, como o caso de um que foi admitido com idade inferior a 25 anos (era de 1ª condição e foi admitido em 10 de Abril de 1800),<sup>60</sup> caso morressem, a servir a Irmandade nestas condições não teriam direito a tumba nem a sufrágio. No caso de ser irmão de 1ª condição além de não usufruírem destas regalias também não podiam servir na mesa. Os irmãos de 2ª condição que serviram nesta Misericórdia ao longo deste período (século XVIII e XIX) eram mercadores, ferreiros, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, alfaiates, seleiros, cerieiros, negociantes, ferradores e com residência na vila de Amarante ou no vizinho concelho de Gouveia. Justifica-se serem residentes dentro do espaço urbano da vila para acorrerem com eficiência aos serviços para que fossem solicitados.

### 3. 1. O RISCAMENTO DE IRMÃOS

A prática de riscamento de irmãos tinha a ver com o não cumprimento ou desobediência de tarefas que lhe tinham sido impostas pelo provedor e mesa. Em geral tratava-se da negação do acompanhamento de enterros, sobretudo de pobres. Noutros casos, o riscamento efectuava-se porque faltavam ao respeito, com palavras e actos, aos mesários dirigentes, expondo a Irmandade a situações pouco dignas perante a comunidade.

Em 1 de Setembro de 1606, por pedido do provedor Manuel Ozório Coutinho, foi pedida à Misericórdia de Guimarães uma certidão da provisão de 24 de Janeiro de 1582, segundo a qual aquela Misericórdia podia “*segundo seus bons uzos e costumes e o mesmo poderão fazer e farão no que tocar a receber irmãos ou os despedir quando lhes*

---

<sup>57</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 62.

<sup>58</sup>IDEM - *Ibidem*, fls. 71-72.

<sup>59</sup>IDEM - *Ibidem*, fls. 83 v.-84.

<sup>60</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 76.

*pareser sem serem obrigados a dar conta nem rezão aos que assim despedirem ou não quiserem receber da cauza porque o fazem nem a nehvas minhas justissa nem offeciais o que mando disso não tomem conhecimento por apelação nem agravo por outra qualquer via que seja e sendo sobre esta matéria”.*

Esta provisão, que tinha sido concedida à Misericórdia de Lisboa, também o fora à de Guimarães. O provedor de Amarante solicitava-a, a fim de poder fazer bom governo à sua Irmandade.<sup>61</sup>

Os riscamentos verificados nesta Irmandade estavam relacionados com as faltas habituais de cumprimento das tarefas.

Em 15 Dezembro de 1680, foi apresentada à mesa, presidida por Manuel de Magalhães Coelho, uma queixa dos irmãos Manuel Ribeiro e Manuel Mendes. Estes negaram-se ao acompanhamento de um pobre, para o qual tinham sido chamados. Alegaram que não iam porque lhes magoava as costas. Perante a desobediência, a mesa condenou-os a uma pena de 500 reis, cada um, e pena de riscamento até ao 1º domingo seguinte. Foram notificados da decisão e na sessão de 22 de Dezembro, compareceram à mesa informando que não pagavam a condenação e que queriam ser riscados; o que de facto aconteceu.<sup>62</sup>

A essa mesma mesa, em reunião de 11 de Maio de 1681, foi denunciado o padre Gaspar Ribeiro Teixeira, devido à sua inabilidade e porque não satisfazia com a obrigação devida, sendo impedido de rezar missa através de notificação.<sup>63</sup>

Os episódios de riscamento por faltas foram-se sucedendo ao longo do tempo: faltas às tarefas para que foram designados, sobretudo os acompanhamentos funerários ou porque “*não serviam nem tinham préstimo para a irmandade deviam ser riscados da mesma*”<sup>64</sup> e ainda porque encontrando-se com idade e doentes, não podiam ajudar a irmandade.<sup>65</sup>

Verificava-se um abuso por parte de alguns irmãos que deviam acorrer ao enterro de pobres da vila, e que faltavam ao que era uma das suas primeiras obrigações, enquanto membros da Irmandade. Acontecia, por vezes, provocarem grandes esperas tanto ao capelão como aos irmãos que cumpriam esses deveres. Para pôr termo a estas

---

<sup>61</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 39-41 v.

<sup>62</sup>ASCMA - *Inventário dos bens e objectos da Santa Casa da Misericórdia, 1680-1681*. Livro 94, fl. 2.

<sup>63</sup>IDEM – *Ibidem*.

<sup>64</sup>ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1739 -1803*. Livro 1, fl. 28. (10 de Março de 1762).

<sup>65</sup>IDEM - *Ibidem*. Livro 1, fl. 24. (17 de Abril de 1742).



desobediências dos irmãos que faltavam aos enterros, a mesa da Irmandade, em 22 de Junho de 1834, decidiu efectuar uma relação exacta dos irmãos das ruas de Gouveia e de Gestaço. Nessa relação seriam excluídos os irmãos que já estivessem noutros serviços da Santa Casa. A partir dessa relação faziam-se turnos de sete irmãos em cada mês para assistirem aos pobres da Irmandade. Qualquer irmão desses turnos que faltasse ao enterro ficaria sujeito a ser riscado.<sup>66</sup>

Esta medida teve logo como primeiros infractores dois irmãos (António Ribeiro, da Praça do Arquinho e António Ferreira de Carvalho, do Seixedo), que na sessão de 23 de Novembro do mesmo ano foram riscados.<sup>67</sup>

As faltas de respeito à Irmandade levaram a sucessivos riscamentos que nalguns casos conduziam a novas readmissões.

O escrivão Gonçalo Peixoto de Vasconcelos, que em 19 de Fevereiro de 1740, foi riscado por desobediência e mau comportamento para com a Irmandade (não entregou a chave que lhe tinha sido solicitada e retirou livros importantes do arquivo), voltou a ser readmitido por decisão régia de Fevereiro de 1740 e foi provedor em 1741.

Outro exemplo dos sucessivos episódios de riscamento e admissão no século XIX foi o do irmão Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa.

Em 2 de Janeiro de 1779, um irmão foi suspenso em virtude de ter efectuado penhoras dolosas em prejuízo da Irmandade.<sup>68</sup>

Os insultos também foram motivos de exclusão da Irmandade. A mesa presidida pelo provedor António Botelho de Queirós Pimentel, em 7 de Agosto de 1785, riscou o irmão licenciado Caetano Teixeira de Sousa porque tinha permitido que em sua casa se fizessem papéis pouco decentes e orgulhosos acerca do provedor e restante Irmandade.<sup>69</sup>

Este irmão voltaria a ser readmitido, a seu pedido, em 10 de Março de 1790.<sup>70</sup>

Em 1803, um irmão insultou o provedor de “farisaico”<sup>71</sup> e em sessão de 27 de Março de 1807 foi riscado um irmão que se tinha apresentado de uma forma escandalosa (de casaca) na procissão de Quinta-feira Santa.<sup>72</sup>

---

<sup>66</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803-1859*. Livro 4, fl. 122.

Aparecem despesas de 20 e 40 reis, pagas respectivamente, a mulheres e homens, para o transporte da tumba. Estes valores são mencionados, a partir de 1771, nos livros de despesas. Supõe-se que houvesse necessidade de pagar a quem efectuasse este serviço.

<sup>67</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl. 127.

<sup>68</sup> ASCMA - *Livro das Actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia*. Livro 3, fl. 45 v. (2 de Janeiro de 1779).

<sup>69</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl. 60 v. (7 de Agosto de 1785).

<sup>70</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl. 67. (10 de Março de 1790).

<sup>71</sup> IDEM - *Livro de Termos da Santa Casa, 1739-1803*. Livro 1, fl. 93. (20 de Março de 1803).

<sup>72</sup> IDEM - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803-1859*. Livro 4, fl. 7.



O mau génio do capelão-mor, Padre Paulino Queirós, que só fomentava a discórdia no seio da Irmandade, levou à sua suspensão em 8 de Junho de 1807.<sup>73</sup> Foi novamente readmitido em 27 de Setembro do mesmo ano.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 8.

<sup>74</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 23.

**CAPÍTULO IV**  
**PRIVILÉGIOS DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE**

Os primeiros privilégios atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Amarante, de que se conseguiram obter registo, foram emitidos pela Chancelaria de D. João III, no ano de 1527 a 27 de Agosto.

Um desses documentos é a atribuição de duas arrobas de açúcar a esta misericórdia. Esta esmola foi concedida anualmente à Irmandade amarantina, a partir do ano de 1530. O outro documento de atribuição de privilégios, desta data, constitui uma autorização concedida ao seu provedor e oficiais para colocarem um mamposteiro nesta vila e seus lugares comarcãos para pedirem esmola.<sup>75</sup> Estes dois documentos foram anteriormente apresentados para justificarem o momento da existência da Misericórdia em Amarante. É também da Chancelaria de D. João III a atribuição de um padrão de 30 reais de juro, ao hospital, propriedade da Misericórdia de Amarante.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 48, fls. 79 e Livro 17, fl. 97. [1529. Ago.27].

<sup>76</sup> ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 57, fls. 193-197. [1555.Março.3].



## 1. A AUTONOMIA

As misericórdias tinham autonomia própria para tomar decisões e impor regras. Nenhuma autoridade exterior a estas instituições podia intervir nessa autonomia. Quando necessitavam de fazer valer os seus direitos e privilégios na comunidade não hesitavam em os confirmar junto da protecção real, de que usufruíam. Assim aconteceu em algumas causas, que a Misericórdia de Amarante teve de defender com a ajuda de diplomas régios, por ela solicitados e emitidos por decisão superior.

Em 22 de Janeiro de 1612, Manuel Ribeiro, licenciado e clérigo de missa da vila de Amarante, apresentou autos cíveis no juízo desta vila, presidido pelo então juiz de fora, Dr. Domingos Gomes de Almeida, contra o provedor e mais irmãos da Misericórdia de Amarante. Tinha como queixa contra estes, o facto de não o terem eleito como capelão da Santa Casa, apesar de reunir mais votos.<sup>77</sup>

A mesa da Irmandade justificou-se com o facto de terem escolhido o Padre António Couto, como clérigo da Santa Casa, porque o consideravam *“digno da verdade, honra e saber, tendo os requisitos para ser capelão da Santa Casa”* e isto apesar do Padre Manuel Ribeiro ter alguns cursos de cânones e grau de bacharel de Salamanca. Os irmãos da Misericórdia responderam, ainda, que esta questão das habilitações literárias não era fundamento necessário, porque na Irmandade de Amarante serviam todos os anos letrados e graduados pela Universidade de Coimbra.

Os mesários resolveram esta questão através da confirmação dos privilégios que foram atribuídos à Misericórdia de Lisboa e outorgados à Misericórdia de Amarante: *“provedor e irmãos vieram com huns embargos dizendo nelles que provaria que conforme ao Compromisso e estatuto da dita caza confirmado por sua Magestade estava proibido que justissa alguma senão entremettesse em cauza alguma tocante hos emleições dos irmãos e capellais e outros quaisquer ministros que ouvessem de servir em a dita caza como se pode ver do dito Compromisso e Provisão incerta nelle de sua Magestade.”*<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup>IDEM - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fls. 25-28 v.

<sup>78</sup>IDEM – *Ibidem.* Fl. 25.

A atribuição do juiz privativo, outro dos privilégios concedidos, foi efectuada através de um alvará da chancelaria de Filipe III, em 1 de Setembro de 1628. A concessão foi feita pelo período de mais que um ano, a partir daquela data.<sup>79</sup>

Em 26 de Abril de 1629, o provedor Manuel Correia de Brito e restantes mesários queixaram-se “*que a sua noticia lhes veio que pessoas apaixonadas cabessas de bandos fizerão a vossa Magestade hua petição em nome de toda a irmandade colletivamente sendo assim que nella não concentio a mayor parte dos irmãos nem menos foi asignada pello provedor e irmãos da mesa o que os impetrantes fizerão por os curar melhor as falcidades que naravão a Vossa Magestade*”.<sup>80</sup>

Após confirmação pelo corregedor da comarca da vila de Guimarães do que fora relatado pelos irmãos e provedores da Misericórdia de Amarante, foi enviada uma provisão, pela qual todas as provisões falsas, que tinham sido passadas sem o conhecimento da mesa da Misericórdia de Amarante, não tivessem execução sem o conhecimento do provedor e mais irmãos “*hei por bem e me praz que pellas provisões que dizem se ouverão em nome dellas supplicantes sem elles entrevirem nem concentirem nellas como fazem menção senão faca obra nem execução alguã sem que primeiro o Provedor e mais Irmãos da Mesa seião ouvidos e outro si que todas as Provisões que forem passadas sem serem pedidas em nome dos suplicantes Provedor e Irmãos da Misericordia se suspendão e que das suplicas que se fizerem contra a dita Irmandade seião ouvidas como pedem pera com sua resposta e com a das imformações nessessarias mandar deferir como for mais conveniente ao serviço de Deos e bem da mesma Irmandade*.”<sup>81</sup>

De igual modo, procederam as sucessivas mesas da Misericórdia, quando se tratava de usufruir de isenções fiscais.

---

<sup>79</sup>ANTT - *Livro da Chancelaria de Filipe III*. Livro 23, fl. 24.

“[Fls. 24] Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeito ao que na petição atraz escrita dizem os irmãos da Santa Mysericordia da villa de Amarante e visto o que alegão hei por bem e me praz que o Doutor Nicolau Ribeyro Pinto do meu Desembargo e Desembargador dos Agravos da vossa Casa e Cabido do Porto se aja juiz da cauza de que os suplicantes fazem menção he este alvará se vem sirva em que estara ynteiramente como se com elle comthem que valera posto que o effeyto delle aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação do libro 2 titulo 41 em contrario. Salvador Velho a fez em Lisboa ao primeiro dia de Setembro de mil seiscentos e vinte e oyto. Diego Sanches Farinha a fez escrever. (Assinado:)”

CONSERTADO

CONSERTADO

LUÍS BATALHA

GODINHO MALDONADO

<sup>80</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 2 v. a 3.

<sup>81</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 4 v.



Em inícios de Janeiro de 1624, a propósito do pagamento das custas de um preso, o contador deste serviço levou “salário inteiro” nos trabalhos de livramento deste preso que pertencia ao rol da Misericórdia.<sup>82</sup> Os mesários apelaram que este procedimento era “em grande prejuízo da dita Santa Caza por sua grande pobreza e muntos feitos delibramentos por estar cita em estrada publica e pasagem continua a coal acodiam.”<sup>83</sup> Assim, a deliberação tomada a “27 de Janeiro de seis centos e vinte coatro annos por bem da cual se pasou a presente minha carta de sentenca a qual sendovos apresentada pasada pella minha chancelaria vos mando a cumprais e goardeis e facais munto inteiramente comprir e goardar assim e da maneira que em ella se contem e o dito comptador não levaria mais que a metade do selario nos feitos dos prezos da Mizericórdia dada nesta minha corte e caza da cidade do Porto.”<sup>84</sup>

Desta decisão tiveram conhecimento as câmaras de Basto, Amarante, Gouveia e Gestaço nos dias 8, 9, 10 de Fevereiro de 1624, respectivamente.<sup>85</sup>

Outra questão relacionada com pagamentos, foi levantada pelos honorários que foram cobrados pelo provedor da Comarca de Guimarães, pelo trabalho de tomar conta do legado que Pero Cerqueira deixou à Misericórdia de Amarante. O provedor da Comarca de Guimarães tinha sido incumbido desta tarefa por provisão régia. Os irmãos da Santa Casa argumentaram que o património que constituía aquele legado tinha de ser aplicado nas obras que o testador mandou e não em custas de tratar do testamento.<sup>86</sup> A sentença dada pela relação e casa do Porto foi a seguinte: “São aggravantes Provedor e Irmãos da Santa Caza da Miziricórdia de Amarante pello provedor da villa de Guimaraens e sua comarquã em os obrigar a que lhe paguem sallario da conta que elle lhe tomou per expecial provisão do dito senhor do Legado de que se trata provendo em seu aggravo vistos os autos e como na dita Provisão se lhe não declara sallario nem requezito para que das contas que tomar da dita Comfraria o pode levar conforme o direito quanto mais que nas contas que tomou como se ve da certidão junta folhas treze achou estar tudo bem despresso em cujos termos ainda em cazo que podera levar istipendio se lhe não devia conforme a ordenação do Reyno mando que o não leve nem sobre elle agrave nem avexe.”<sup>87</sup>

---

<sup>82</sup>IDEM - *Ibidem*, fls. 28 v.-30 v.

<sup>83</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 29.

<sup>84</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 30.

<sup>85</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 30 v.

<sup>86</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 34 v.-39.

<sup>87</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 38 v.



Em 15 de Setembro de 1716, foi passada provisão à Misericórdia de Amarante para cobrar as dívidas como Fazenda Real: *“vos mando que tomeis as contas que faz menção de liquidar e intregaraeis ao juiz de fora da mesma villa para que as cobre não só na sua jurisdisam e seus officiaes mas tão bem nas terras fora della e me dareis conta do que fores cobrando.”*<sup>88</sup>

Fosse porque esta medida tivesse que ser reforçada ou porque a Misericórdia atravessasse um período difícil, os irmãos vão obter outra provisão emitida em 17 de Fevereiro de 1734, que era para vigorar por um período superior a mais que um ano, e cujo teor era *“Hey por bem fazer merce a dita caza da Mizericórdia da dita villa de Amarante de lhe conceder e nomear como com effeito comcedo e nomeyo para juiz privativo das referidas suas dependencias ao juiz de fora da mesma villa de Amarante para que privativamente conheça dellas no circuito e distancia de des legoas tomando contas aos suplicantes e porcedendo na execução das dividas exatamente não se compreendendo porem este privilegio contra as pessoas que o tiverem emcorporado emdireyto: E mando ao dito juiz de Fora assim o tenha emtendido e faça observar comprindo se esta provisão como nella se comtem e valera.”*<sup>89</sup>

O provedor e irmãos, na petição que fizeram para a obtenção da provisão atrás mencionada, alegavam que deviam aos capelães as missas desde há alguns anos, além de não estarem a cumprir os legados para pobres e doentes. A razão que invocavam para este acumular de dívidas prendia-se com os devedores de juro à Santa Casa, em virtude de uns serem poderosos, outros morarem fora do termo da vila e outros ainda por estarem falidos.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 23 v.

<sup>89</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 57.

<sup>90</sup>ASCMA - *Livro de despesas e receitas efectuadas pela Santa Casa da Misericórdia, 1749*. Livro 296. A situação provocada pelas faltas de pagamentos era aflitiva para a Irmandade, que tinha de ter ao seu serviço, quem cobrasse essas dívidas. Em 1749 aparece uma despesa com um meirinho das diligências no valor de 9.580 reis.

## 2. O MONOPÓLIO DOS ENTERROS

O direito de realizar enterros com as insígnias da Misericórdia e de só esta ser detentora de tumba, foi concedido por sentença de Legácia de 30 de Junho de 1593. Este direito inseria-se, também, na última das obras de misericórdia corporais: enterrar os mortos. Os pobres, os condenados pela justiça, defuntos dos hospitais e os que apareciam mortos pelas ruas eram enterrados pela Misericórdia.

O mobiliário fúnebre das Misericórdias era composto por três tipos de tumbras: uma para a generalidade das pessoas, outra para as pessoas de maior qualidade e uma outra para irmãos ou pessoas a quem a Irmandade considerasse nesta categoria. O esquife, outro equipamento funerário, era destinado aos escravos.<sup>91</sup>

O primeiro inventário dos bens da Misericórdia de Amarante a que se teve acesso foi efectuado em 1680.<sup>92</sup> Neste, são referidos a tumba da Irmandade com dois panos de veludo, mais outro pano de veludo da tumba ordinária e pano da tumba preto de sarja. Um outro inventário realizado em 23 de Dezembro de 1763,<sup>93</sup> apresenta uma tumba nova, que serve para a Irmandade com seu pano de veludo com guarnição de seda matizada de ouro. A seda é branca e a franja à volta é dourada. Esta mesma tumba também pode ser usada sem capelo e com o veludo preto e a mesma guarnição e seu coxim.

Nesse rol é também inventariada outra tumba, que serve os acompanhamentos dos pobres, mas que se encontrava já usada. A sua cobertura é um pano preto guarnecido com seda fina amarela e franja da mesma cor.

Nesta relação, além de duas bandeiras da Irmandade, indicam uma bandeira para acompanhamento dos defuntos.

O esquife, que aparece nos inventários dos bens da Santa Casa, é atribuído para exposição do Senhor. Aparece mencionado como *“o esquife do Senhor todo pregado e agalado com galão e pregos de ouro cujo esquife é feito de veludo preto e tem sua franja de ouro em redondo.”*

Existiam diferentes mobiliários funerários, conforme a origem social da pessoa que fosse a enterrar. O esquife, sendo uma peça simples e conotada com gente desprotegida, estava nesta Misericórdia reservado às exposições que se faziam de Jesus, sobretudo na

---

<sup>91</sup>SÁ, Isabel dos Guimarães - *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 117.

<sup>92</sup>ASCMA - *Inventário dos bens e objectos da Santa Casa da Misericórdia, 1680-1681*. Livro 94, fl. 10.

<sup>93</sup>ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fls. 7-9.



Semana Santa. Contudo, para o cobrirem eram colocadas peças sumptuosas: “*Toalhas de renda do esquife do Senhor*”, “*Um véu de cobrir o esquife do Senhor com franja de ouro.*”<sup>94</sup>

A tumba, que a Misericórdia alugava para fazer enterros em Amarante e concelhos vizinhos, constituía uma fonte importante de rendimentos, conforme se pode ver pelos dados recolhidos e apresentados, mas era também uma fonte de despesa. A tumba, quando enterrava pessoas importantes, tinha de simbolizar também essa importância e poder. Daí a sua ornamentação com materiais caros e luxuosos. Utilizavam-se dourados, veludos e sedas nessas decorações, o que levava alguns reis do erário da Irmandade.

Em Maio de 1717 foi pago, ao ensamblador Francisco Peixoto, por fazer a tumba de madeira, 120.500 reis; de dourar as dobradiças, 450 reis; e de tornear o bronze, 400 reis. Foi pago a António de Bandeira, de dourar os pregos, 20.400 reis; a Mateus da Silva Torres, de fazer as ferragens, 40.800 reis e de ir ao Porto fazer a encomenda, 10.700 reis. Estas despesas totalizam 193.250 reis. Em Julho do mesmo ano, é paga a importância de 300.000 reis de fazer a tumba no Porto. Devem ter sido incluídos outros trabalhos nesta encomenda, para a ter encarecido 100.000 reis.<sup>95</sup>

No ano de 1753-1754, para além de ser pago um concerto da tumba no valor de 24.000 reis, foram comprados 8 covodos de seda de ouro e 2 centos de veludo para o coxim da tumba o que custou 3.600 reis e mais 960 reis para a tumba nova.<sup>96</sup>

O mestre Pedro da Cunha recebeu em Janeiro de 1817, pelos trabalhos de feitio da tumba, 38.200 reis, e dois anos depois, foi efectuada uma despesa de 423.550 reis para o pano da tumba.<sup>97</sup>

Aquando da apresentação da queixa de fraude nas eleições, em 1825, os autores da mesma aludem ao luxo desnecessário que era usado neste mobiliário.<sup>98</sup>

Este monopólio dos enterros provocou uma questão com a Confraria de S. Pedro sobre a utilização da tumba.<sup>99</sup> Os irmãos da Confraria possuíam um esquife (é esta a terminologia utilizada) e queriam utilizá-lo para fazerem o enterro dos seus irmãos padres. A Misericórdia não concordou, já que a utilização da sua tumba lhe permitia a

---

<sup>94</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1739-1803*. Livro 1, fls. 31-38 v.

<sup>95</sup> ASCMA - *Livro de despesas efectuadas pela Santa Casa da Misericórdia, 1716-1717*. Livro 249.

<sup>96</sup> ASCMA - *Livro de despesas efectuadas pela Santa Casa da Misericórdia, 1753-1754*. Livro 297.

<sup>97</sup> ASCMA - *Livro de Contas dos Irmãos Esmoleres da Santa Casa da Misericórdia, 1815-1833*. Livro 235.

<sup>98</sup> ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 441, Caixa 552, fl. 5v.

<sup>99</sup> ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fls. 18-20.



arrecadação de receitas,<sup>100</sup> além de estar autorizada, legalmente, a efectuar essas cerimónias.

Para resolverem a questão, efectuaram um acordo de transação e amigável composição, em 20 de Novembro 1644. Foi estabelecido que “*Reverendos Padres da Comfraria de Sam Pedro podiam ter Esquife ou nam para enterrarem nelle os seus Irmãos clerigos pera e por coanto a fim das demandas sam duvidozos e incertos e elles serem todos notorios amigos e parentes e por se atalhar a gastos das mesmas Irmandades e confrarias e o escandallo que resultava de entre sy terem demanda devendo ser muy conformes e ajudarem huns aos outros se vierem a compor e comsertar por via de transasam e amigavel composicam pella maneira seguinte: a saber que os ditos Reverendos Padres de Sam Pedro possam per si e em seu esquife emterrare seus Irmãos clerigos de ordens Sacras, somente e que o Irmãos da Santa Caza da Misericordia os mandaram acompanhar com a Bandeyra dos tres Irmãos vestidos nos Abitos com dous tocheiros.*”<sup>101</sup>

<sup>100</sup> ASCMA - *Inventário dos bens e objectos da Santa Casa da Misericórdia, 1680 – 1681*. Livro 94, fls. 77v., 78, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 88v. Na apresentação das receitas do ano de 1680/81 aparecem valores diferentes de enterros:

8 Dez. / 1680 – Enterro de um clérigo – 400 reis  
 22 Dez. / 1680 – Enterro de Ferreira Ribeiro – 1.000 reis  
 5 Jan. / 1681 – Enterro de uma mulher – 500 reis  
 26 Jan. / 1681 – Acompanhamento do Oliveira do Covelo – 2.000 reis  
 9 Mar. / 1681 – Enterro de Joaquim Manuel – 1.000 reis  
 6 Abr. / 1681 – Enterro de Ana Brochado – 2.000 reis  
 6 Abr. / 1681 – Acompanhamento do Covelo – 3.500 reis  
 27 Abr. / 1681 – Dois acompanhamentos – 7.500 reis  
 28 Jun. / 1681 – Umas pobres mortas do rol – 600 reis  
 2 Jul. / 1681 – Acompanhamento de uma defunta – 2.000 reis.

<i>Ano</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Valor em reis</i>	<i>Fontes – Livros de receita e despesa (ASCMA)</i>
1700	Tumba (esmola)	20.000	238
1705/06	Tumba (esmola)	20.000	265
1733	Juros, aluguer da tumba, peditório de S. Lázaro, esmolos na rua	736.103	261
1765/66	Aluguer de tumba, foros e juros	583.762	263
1770/71	Aluguer de tumba e cera	2.950.255	302
1774/75	Aluguer de tumba e cera	2.740.441	304
1776/77	Aluguer de tumba e cera	8.216.228	305
1778/79	Aluguer de tumba e cera	2.112.620	306
1782/83	Aluguer de tumba e cera	33.145	307
1783/84	Aluguer de tumba e cera	149.1480	308
1786/87	Aluguer de tumba e cera	2.284.885	309
1800/01	Aluguer de tumba e cera	35.640	309

<sup>101</sup> ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 19.

Foi imposto que o acompanhamento se efectuasse com o irmão mecânico do mês que levaria a bandeira da Irmandade, e o moço da Santa Casa, que levaria a campainha tangendo. Isto implicava que qualquer irmão clérigo de S. Pedro que falecesse teria de dar à Misericórdia uma esmola no valor de um cruzado. Caso o irmão prescindisse de ser acompanhado com as insígnias da Misericórdia, tinha na mesma que pagar a mencionada taxa. Caso houvesse algum irmão que deixasse esmolas à Santa Casa, seria enterrado na tumba desta e depreende-se que, neste caso, o funeral estava automaticamente pago pelo legado que deixara.

Ao contrário dos padres de S. Pedro, os padres de S. Gonçalo utilizavam a tumba da Misericórdia. Em 16 de Julho de 1809,<sup>102</sup> foi apresentado um requerimento por estes padres, no qual explicavam que pretendiam unir a Igreja de S. Veríssimo. Nesta freguesia não era utilizada a tumba da Misericórdia, o que implicaria uma despesa de 2.050 reis para estes padres. Pediram à Misericórdia que fosse autorizado a fazer os enterros em S. Veríssimo como até aí, o que foi concedido.

O empréstimo do pano da tumba era concedido mediante o pagamento de uma taxa que em 1785 era de 4.000 reis. Eram dadas, com alguma regularidade nas reuniões da mesa, indicações para que esta alfaia da Misericórdia não fosse emprestada.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803-1859*. Livro 4, fls. 34-35.

<sup>103</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1739-1803*. Livro 1, fls. 34, 53 v. e 63 v.

## **CAPÍTULO V**

### **PATRIMÓNIO**



## 1. BENS ADMINISTRADOS PELA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Neste capítulo irão ser apresentados os bens móveis e imóveis que foram administrados pela Misericórdia de Amarante e que eram sua pertença através de políticas de anexação. (Ver planta apresentada entre as páginas 67 e 68).

### 1. 1. INSTITUIÇÕES ANEXADAS À MISERICÓRDIA DE AMARANTE

As primeiras instituições que passaram para administração da Irmandade desta Misericórdia são bens de natureza imóvel. Trata-se da anexação da Gafaria e do Hospital da Albergaria. Estas duas instituições, já anteriormente referidas, de origem medieval, tinham a vocação de dar assistência a pobres e peregrinos, no caso do Hospital da Albergaria, e a doentes incuráveis, no caso da Gafaria.

Verifica-se também, ao longo da institucionalização das Misericórdias, que estas tomaram conta de casas cuja gestão estava a cargo dos municípios. Estes não conseguiam cumprir os objectivos e, quase sempre de comum acordo com as Misericórdias, transferiam essa gestão e propriedade para a alçada destas.

Como refere Isabel dos Guimarães Sá “*os princípios de exercício da caridade eram religiosos e o estatuto dos hospitais, albergarias e gafarias era por natureza canónico.*”<sup>104</sup>

Esta vocação inseria-se na prática das obras de misericórdia corporais, sendo a segunda, curar os enfermos.

É a partir dos século XVI que se verifica a incorporação destas casas pias, de origem medieval, na gestão das Misericórdias, o que se vai traduzir no aumento do património e na posse de bens de raiz por parte destas instituições.

Foi por alvará régio de 6 de Setembro de 1565 que foram anexadas à Santa Casa da Misericórdia de Amarante a Casa da Gafaria, a Capela de S. Lázaro e a de S. Estêvão.<sup>105</sup>

As razões invocadas para a transferência da administração foram as de que o juiz e vereadores da vila de Amarante estavam na posse desta instituição há “*tempo immemorial*” mas queriam renunciar à sua gestão porque “*nam podiam admenistrar a*

---

<sup>104</sup>SÁ, Isabel dos Guimarães - “As Misericórdias da fundação à união dinástica”. PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol.I, p. 41.

<sup>105</sup>ASCMA - Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa. Livro 89 fls. 16 v-18.

*dita gafaria como compria e queriam.*”<sup>106</sup> Os oficiais do município estavam muito ocupados com os seus cargos de modo que não cumpriam com o governo da gafaria.

Foi incumbido o provedor dos Resíduos, Hospitais e Capelas da Comarca e Provedoria da cidade do Porto para ir à vila de Amarante e informar-se, junto das autoridades municipais, se estas estavam dispostas a renunciarem à administração da Gafaria a favor da Irmandade da Misericórdia de Amarante. Além de recolherem esta informação, deviam trazer também a relação de bens e encargos que eram pertença da gafaria.

Os encargos eram os seguintes: rezar uma missa por semana e manter dois lázaros e fazer obras na capela de Santo Estevão, que se encontrava arruinada.

Tinha como bens e propriedades o seguinte: rendas e três propriedades de prazos fatiosim que rendiam anualmente 8.800 reais. A compra destes rendimentos foi avaliada em 108.960 reais e as benfeitorias em 747.800 reais. Os peditórios e esmolos rendiam por ano, 2.000 reais. Em depósito de anos anteriores, existiam 49.000 reais.

A Capela de S. Lázaro era, também, um dos bens que integrava este rol. Era aí que se dizia a missa semanal. Existia também a Ermida de Santo Estevão, que tinha sido anexada à Gafaria, e que na época em que esta transitou de administração, se encontrava “cahída e de todo deribada.”

Foram definidos do seguinte modo os direitos e as obrigações na administração da Gafaria: *“hey por bem de hunir e anexar em perpetum para sempre a dita gafaria e Capella de Sam Lazaro da dita villa de Amarante e de Santo Estevam se anexem a confraria da Mezericórdia da dita villa e quero e me apraz que o Provedor e Irmãos da dita comfraria sejam admenistradores da dita Gafaria e recebam as rendas e foros della com tal declaraçam que dos rendimentos das propriedades que lhe forem deixadas e que hora tem se compriram os emcargos com que a dita gafaria foi instituida e se diga cada somana a missa rezada que se deve dizer e se mantenham os Lazaros que a ella forem conforme a dita instetuiçam e se repare a dita capella de Sam Lazaro de tudo o que lhe for necessário para nella se dizerem as Missas obrigatórias e as mais que nella quizerem dizer e que do dinheyro da renda da dita gafaria dos annos passados que esta depozitado se fara a Igreyja de Santo Estevam que hora esta cahida e nam bastando para hiço o dito depozito o que faltar para a dita Igreyja se acabar os pague do que sobejar das ditas rendas dipois de compridos os ditos emcargos e dipois de tudo asim comprido os remanecentes das rendas da dita gafaria se despendera pello dito Provedor e Irmãos nas obras da Mezericórdia e pobres como se despendem as*

---

<sup>106</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 16 v.



*esmolas que se fazem a dita comfaria e o Provedor da dita comarca tera cuidado coando for a dita villa por ver nas couzas de seu officio de tomar contas e se cumprem os ditos emcargos e se fez a Igreyya de Santo Estevam e de saber o que se nella gastou e como foi a despeza.*”<sup>107</sup>

Os bens e património, que passaram da Gafaria para propriedade da Misericórdia, como vimos, não eram de rejeitar, se atendermos a que os encargos não eram relevantes em virtude de, praticamente, não existirem doentes, já que a lepra começou a diminuir a partir do século XV.

O auto da posse da Gafaria foi efectuado na presença do Provedor dos Resíduos, Hospitais e Capelas da cidade do Porto e o Provedor da Misericórdia que, como acto simbólico dessa posse, “*Abrirão, ficherão as portas della e tomarão pedra, pão, telha e tangerão o sino.*”<sup>108</sup>

Em 1827, o rendimento da Capela de S. Lázaro e de Santo Estêvão, era de 32.000 reis e os encargos com missas e fábrica era de 21.800 reis.<sup>109</sup>

### **1. 1. 2. A GAFARIA DE AMARANTE**

A Gafaria de Amarante situava-se nas proximidades da Capela de S. Lázaro, que dá o nome a este espaço de Lugar de S. Lázaro. Nos tempos da Gafaria, este lugar confinava com o extinto concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega.

A Gafaria e Capela de S. Lázaro situavam-se perto de um ribeiro, o que era prática corrente destas casas, para que os gafos tivessem acesso a água corredia e que não fosse usada por outras pessoas.

O terreno ocupado pela Gafaria tinha uma área, sensivelmente, de 82m<sup>2</sup>.<sup>110</sup>

### **1. 1. 3. CAPELA DE S. LÁZARO**

A Capela de S. Lázaro e a Gafaria localizavam-se no fim da Rua do Porto.<sup>111</sup>

---

<sup>107</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 17-17v.

<sup>108</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fl. 55v.

<sup>109</sup>ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 431, Caixa 539, fls.3 e 6.

<sup>110</sup>ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 24.

<sup>111</sup>CARDOSO, P<sup>o</sup>Luís - *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica*. Lisboa: Régia Oficina Sylviana e da Academia Real, 1747, Tomo I, p. 425.



A Capela de S. Lázaro dispunha de galilé telhada, sustentada por quatro colunas de pedra. Tinha um campanário sem sino e uma imagem de S. Lázaro. O altar tinha três imagens pintadas. Tinha uma área aproximada de 49m<sup>2</sup>.<sup>112</sup>

Os peditórios, que eram realizados nesta Capela, eram feitos por arrematação e eram pagos pelo Natal, Páscoa, e S. João.<sup>113</sup>

#### 1. 1. 4. CAPELA DE SANTO ESTÊVÃO

Pela medição que é feita da área e dos anexos com os quais confinava, localizamos esta capela, no cimo da Rua da Ordem (actual Rua Paulino Cabral).<sup>114</sup> O Padre Luís Cardoso, no “Dicionário Geográfico”, colocava-a no lado direito desta rua.<sup>115</sup> Nas Memórias Paroquiais, em 1756, é referida no alto desta rua, a Capela de S. João Baptista, que anteriormente era de Santo Estêvão. Confirma-se a sua localização no cimo desta rua.

Tudo leva a supor que teria sido este o seu lugar primitivo, porque não era muito longe da localização da Gafaria e Capela de S. Lázaro, à qual estava anexada. Uma das obrigações da Misericórdia foi a reconstrução desta Capela.

O padroeiro desta Capela era Santo Estêvão.<sup>116</sup> No altar da mesma, além da imagem de Santo Estêvão, havia a imagem de S. João Baptista, da Senhora do Pilar e ainda uma

---

<sup>112</sup>ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fls. 23 v- 24.

<sup>113</sup>ASCMA - *Livro de recibo ou receita da Santa Casa da Misericórdia, 1706 –1707*. Livro 266.

Aparecem com mais regularidade despesas para obras nesta capela, do que em relação à de Santo Estêvão.

Em Agosto de 1716, são gastos 40.800 reis na obra de S. Lázaro, em Dezembro desse ano é feita outra despesa de obras no valor de 90.600 reis e em Janeiro de 1717, 150.865 reis também em obra. Foi pago a Leonardo Rodrigues 480 reis de retelhar a capela de S. Lázaro. Em Janeiro de 1723 voltaria a ser efectuado outro pagamento de retelhar a capela por 165 reis. Em 1753 pintar o Santo custou 480 reis.

A um pintor que estofou o Santo em 1765, foi-lhe pago 900 reis e a este mesmo trabalhador 400 reis de fazer a caixa (Provavelmente a caixa das esmolas). Esta informação foi recolhida no ASCMA, nos Livros de Receita e Despesa, com os n<sup>os</sup> 249, 255, 263, 266 e 297.

<sup>114</sup>ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fls. 24 v.-25.

<sup>115</sup>CARDOSO, P<sup>o</sup>Luís - *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica*. Lisboa: Régia Oficina Sylviana e da Academia Real, 1747, Tomo I, p. 425.

<sup>116</sup>ROSÁRIO, Diogo – *Flos Sanctorum ou História das Vidas de Christo e Sua Santíssima Mãe e dos Santos e Suas Festas*. Lisboa: Typographia Universal, 1870. Vol. XII p. 212-215.

Santo Estêvão foi o primeiro mártir cristão a seguir a Jesus Cristo. Ordenado pelos doze apóstolos de Cristo, entrou em conflito com os judeus tendo sido acusado de blasfémias. Saulo, que seria futuramente S. Paulo, mas que ainda não se havia convertido, foi o responsável pela sua execução. Santo Estêvão foi apedrejado até à morte, no mesmo ano em que o Senhor subiu aos Céus, a 3 de Agosto, no dia em que se celebrava a invenção do seu corpo. Esta festa celebrava – se na primeira oitava do natal. Mas como a festa do martírio tem mais importância do que a da invenção, a igreja alterou-as, sendo a do martírio a 26 de Dezembro e a da invenção a 3 de Agosto.

imagem da Senhora da Bandeira. Possuía uma área de 44m<sup>2</sup> e um pátio cuja área seria de 58m<sup>2</sup>.<sup>117</sup> A festa realizava-se no dia 26 de Dezembro.<sup>118</sup>

### 1. 1. 5. O HOSPITAL DA ALBERGARIA DO COVELO

Tal como no caso anterior da Gafaria, também o Hospital do Covelo teve a concordância da Misericórdia e órgãos municipais na transferência da administração. Da parte da Misericórdia, o interesse pelos seus rendimentos foi outro dos motivos nas razões invocadas. Os encargos foram diferentes e maiores em relação aos suportados pela Gafaria.

O alvará de anexação do Hospital da Albergaria à Misericórdia da vila de Amarante é de 12 de Janeiro de 1614.<sup>119</sup>

O provedor e irmãos dirigiram uma petição ao rei para que aquela anexação lhes fosse concedida. Apontavam como razões o facto serem os administradores dos pobres e necessitados com obrigação de os socorrer e amparar da melhor forma possível. Porém, não tinham rendimentos suficientes, as esmolas eram poucas e havia grande número de peregrinos que, de diferentes partes do reino, vinham à Romaria de S. Gonçalo. Perante esta situação, não tinham condições de agasalhar e acolher todos os pobres e peregrinos, porque o Hospital da Santa Casa era pequeno (a este assunto voltaremos quando se falar do Hospital da Santa Casa), e a Albergaria do Covelo não funcionava condignamente, não tendo rendimentos nem administrador. O Provedor da Comarca de Guimarães foi incumbido de confirmar estas informações junto da Câmara de Gouveia e verificou que *“os ofeciais da camera e os do mesmo Hospital que ainda correm com as obrigasoens delle herão contentes que se anexase a dita Mizericordia.”*<sup>120</sup>

---

<sup>117</sup> ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 24.

<sup>118</sup> Encontram-se algumas despesas que a misericórdia fazia com a festa de Santo Estêvão: na festa de Dezembro de 1698, houve uma despesa de 2.200 reis; em 1702, 1.700 reis; em 1704, numa missa cantada de Santo Estêvão, foram gastos 2.200 reis. Para a música aparece a quantia de 2.400 reis nos anos de 1741, 1750, 1753, 1754. Continua a aparecer esta despesa, com estes valores, até ao fim do período estudado. Em 1819 são dispendidos 1.200 reis na festa de Santo Estêvão.

As obras na capela também mereceram alguma atenção: em 1783 é feita uma pintura e encarnação de Santo Estêvão no valor de 3.600 reis, e em 1809, foi pago ao escultor das imagens de S. Lazaro e Santo Estêvão 144000 reis. (Fonte: ASCMA - *Livros de receita e despesa da Santa Casa*, n<sup>os</sup> 226, 227, 235, 237, 239, 297, 290, 308).

<sup>119</sup> ASCMA - *Livro do Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas, propriedades, pertencentes à Casa do Hospital da Albergaria do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia*. Livro 88, fls. 6-8.

<sup>120</sup> IDEM - *Ibidem*, fl. 7.



Os rendimentos do Hospital eram 20.000 reais por ano. Estes tinham de ser aplicados nos pobres e doentes do Hospital, assim como na fábrica do mesmo e ainda na reparação de casas que lhe pertenciam.

Em 1827, os foros e propriedades rendiam 50.000 reis, mas os encargos totalizavam 110.000 reis. Estas despesas eram referentes ao abrigo de pobres e mendigos, de um dia para o outro, a quem forneciam também guias. Existiam ainda gastos com roupas e outros reparos.<sup>121</sup>

A Irmandade da Misericórdia de Amarante ficou assim como administradora deste Hospital e Albergaria: *“os ditos Provedor e Irmãos ademenistrarão com mais cuidado e comprirão melhor com os encargos e obrigacoens do dito Huspital e Albergaria o ei asim por bem e com declaração que o dito Provedor e Irmãos da Mizericordia darão conta aos Provedores da Comarca de Guimaraens da renda do dito Huspital e do em que de despende e comprirão inteiramente a Instetuição e obrigacoens delle e depois de as terem compridas o que ficar e remanescer das rendas dos bens do dito Huspital e Albergaria o poderão elles despende nas obras da Mizericordia da dita Casa.”*<sup>122</sup>

O auto de posse do Hospital e Albergaria do Covelo foi efectuado pelo provedor e irmãos da Santa Casa aos 7 dias de Março de 1614.<sup>123</sup> Estiveram presentes o Provedor João Mendes de Vasconcelos, o Escrivão Francisco Cerqueira de Abreu e os irmãos Dr. Manuel Cerqueira (Capelão de sua Majestade e do seu Desembargo e Casa da Suplicação e Mestre Escola na Sé de Évora), João de Sequeira, Manuel Correia de Brito, Silvério Pinto Rebelo, o Licenciado Gaspar da Cunha Coutinho, Gaspar do Couto de Magalhães, Francisco Cerqueira Martins, André Cerqueira, José Cerqueira, António Navegão, o Licenciado Gonçalo Ribeiro, Henrique da Cunha Pantelião Cerqueira dos Santos e Baltazar Gonçalves, Gaspar Barelo, André Gonçalves, António Courão, Salvador Ribeiro, Gonçalo Teixeira, Simão Teixeira, Francisco Delgado.

Pela listagem dos irmãos atrás mencionada, o acto de posse do Hospital e Albergaria revestiu-se de grande importância no seio da Irmandade, já que nele estiveram presentes não só a mesa, mas também bastantes elementos que integravam a Confraria.

O Provedor da Comarca de Guimarães procedeu ao acto de posse tomando *“as chaves e Espitaleira que achou no dito Huspital e as entregou a João Mendes de Vasconcellos Provedor que hora serve na dita Mizericordia da villa de Amarante o qual as recebeu*

---

<sup>121</sup> ANTT - Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Maço 431, Caixa 539, fls. 3 e 6.

<sup>122</sup> ASCMA - Livro do Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas, propriedades, pertencentes à Casa do Hospital da Albergaria do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia. Livro 88, fl. 7.

<sup>123</sup> IDEM - Ibidem, fls. 8-9 v.



*em as suas mãos com as ditas chaves fichou e disfichou as ditas portas da dita Albergaria e Huspital e pos as mãos pellas paredes e tomou pedras e terra, pau e tella e por estes autos e pellos nesarios para semelhantes poses lhe ouve elle Provedor por dada a pose real actual e corporal asim da dita Albergaria e Huspital como de todas as propriedades herdadas e Cazas fureiras da dita Albergaria como se de cada huã delles tomase a pose particullarmente e na dita pose ficou pasificamente sem contradição alguma per si e para todos os mais Provedores e Irmãos que forem e ouverem de ser ao diante.”<sup>124</sup>*

No mesmo dia e mês (7 de Março de 1614) em que foi realizado o auto de posse, foi também efectuado o inventário dos bens que se encontravam no Hospital.<sup>125</sup> A relação de bens foi apresentada pela hospitaleira Domingas Pinta ao Provedor da Comarca de Guimarães e Irmãos da Misericórdia de Amarante. Os bens que existiam eram os seguintes: duas cobertas velhas, uma manta rota que não servia, quatro panos que serviam de lençóis (muito velhos e rotos) e três leitos muito velhos.

O hospital da albergaria tinha uma localização privilegiada junto da casa do foral do concelho de Gouveia. Dispunha de comunicação directa por escada com a rua do Covelo, a principal artéria da época. O edificio implantavasse num espaço murado que em volta dele enformava o pátio com escadas que desciam para um terreiro espaçoso (328m<sup>2</sup>), em proporção à dimensão do edificio cuja área seria na ordem de 131m<sup>2</sup>. Era no terreiro que se situava a fonte da albergaria, da qual ainda há memória.<sup>126</sup>

## **1. 2. IRMANDADE DE S. PEDRO**

O contrato que o Provedor e Irmãos da Misericórdia fizeram com os Padres de S. Pedro, em 17 de Dezembro de 1620, mostra a habilidade destes em negociar e tirar proveito dos recursos de que eram possuidores.

---

<sup>124</sup>IDEM - *Ibidem*, fl. 9.

<sup>125</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 42 v-43.

<sup>126</sup>ASCMA - *Livro do Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas, propriedades, pertencentes à Casa do Hospital da Albergaria do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia*. Livro 88, fls. 12v.-13. e 15.

Os padres ou oficiais da Confraria de S. Pedro não tinham uma igreja onde pudessem condignamente celebrar os ofícios das missas.<sup>127</sup> Ocupavam para tal a Igreja da Madalena (localizada na Rua do Cabo, actual Rua Alexandre Herculano), que pertencia ao Concelho de Gestaço.

A Misericórdia era possuidora da Ermida de S. Martinho, localizada a meio da então vila (onde foi construída a Igreja de S. Pedro). Os padres de S. Pedro acharam que esta era uma boa localização para aí erigirem a sua igreja, porque permitia que, com facilidade, as pessoas lá se deslocassem para assistirem aos ofícios divinos. Realizaram negociações com a Misericórdia para conseguirem a licença necessária que lhes permitiu concretizar o seu projecto.

As condições que a Misericórdia colocou aos padres de S. Pedro foram as seguintes:

- podiam acrescentar a dita Ermida de S. Martinho, pertença da Misericórdia;
  - na Ermida que erigissem teriam de fazer um altar colateral do lado direito, de invocação a S. Martinho. Nesse altar, devia ser colocada uma imagem de vulto do dito Santo e por detrás deste o seu retábulo. Este altar tinha que estar identificado como pertença da Misericórdia;
  - as ofertas deste altar que se apurassem quer no dia e véspera de festa do Santo, quer durante o ano, pertenciam à Misericórdia. Para tal, era feita uma caixa com chave que ficava na posse do Provedor e Irmãos;
  - na Quaresma (Procissão de Endoenças) o Provedor e Irmãos colocavam nesse altar um crucifixo para nessa Igreja ser feita uma das estações. Mais nenhum crucifixo aí podia ser colocado na época da Páscoa. As esmolas recolhidas eram pertença da Misericórdia;
  - no dia de S. Martinho, os padres de S. Pedro tinham que rezar uma missa cantada nesse altar, fazendo também as vésperas solenes com os padres necessários a tal serviço, nunca devendo a Misericórdia ter encargos em tal cerimónias;
  - caso a Misericórdia quisesse, podia mandar fazer estas celebrações pelo seu capelão.
- Durante o ano, podia também usar o altar sempre que quisesse, já que o mesmo continuava a ser pertença da Misericórdia. Acrescentam ainda que a licença era de carácter precário e que os padres *“e os que ao diante forem lhes abrirem as portas e em tudo compriram o que asima se comtem; com declaracam que não comprindo asim inteiramente; elle Provedor e Irmãos que hora sam e ao diante forem se posam restetuir por justiça como lhes melhor parecer a sua posse em que sempre estiveram da*

---

<sup>127</sup> ASCMA - Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa. Livro 89 fls. 10-13.

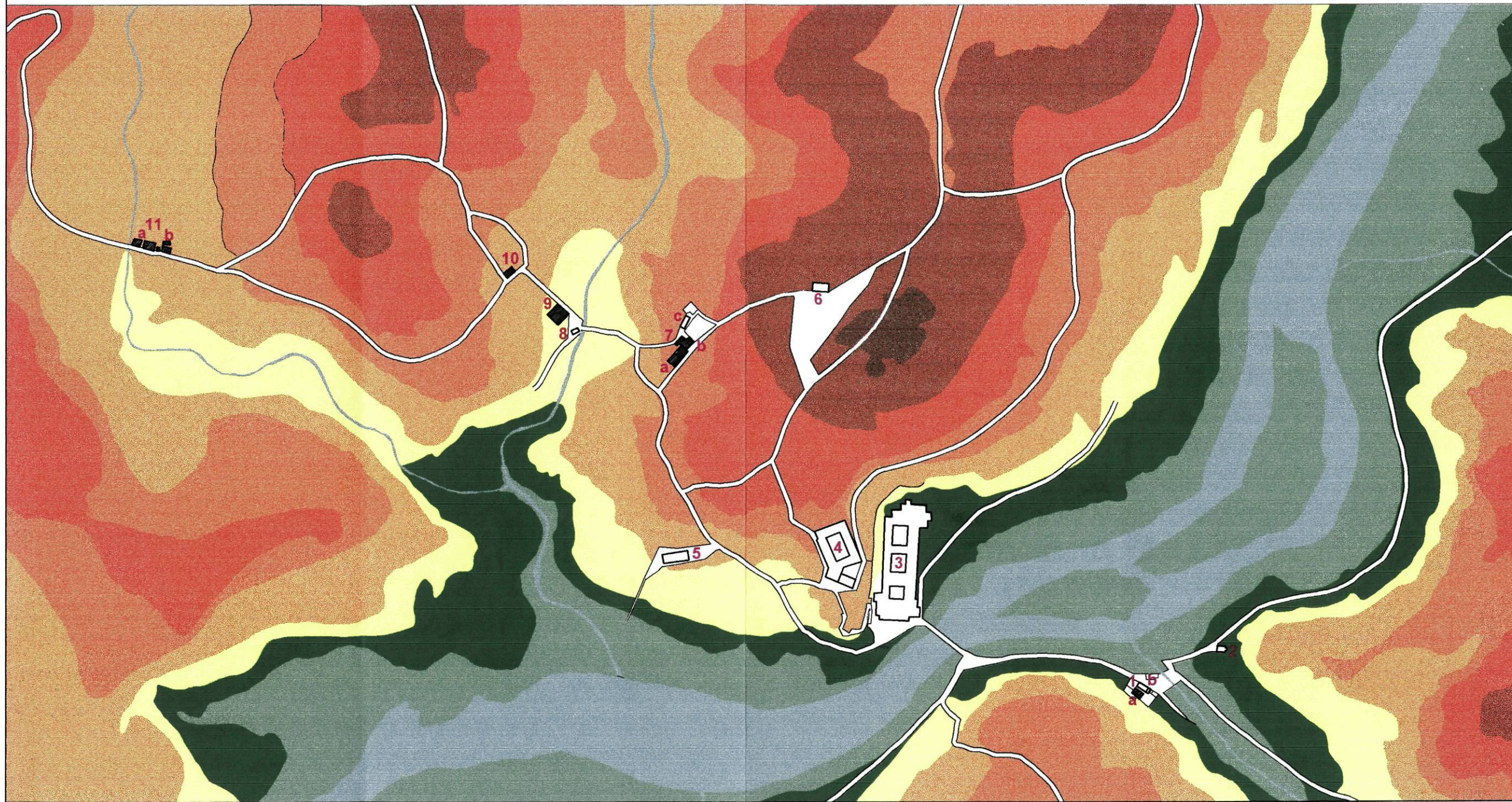
*dita Irmida sem que elles Padres se puderem chamar forsados nem esbulhados porque elle Provedor e Irmãos concediam acima dito precuariamente ficando lhe sempre o seu direyto e poce para puderem fazer tudo asima dito e asim e da maneira que athe agora o tinham e nam comprido elles Padres tudo o asima dito nunca inteiramente este contracto lhes nam da, do Direyto algum; porque com estas condiçonis o faziam e de outro modo nam vallece o comprindo os ditos Padres todas as condiçonis e obrigaçonis asima escriptas e declaradas em tal cazo elle Provedor e Irmãos disseram que trespassavam [Fl. 12] nos ditos Padres toda a poce direito que na dita Irmida tem e sempre tiveram para que posam huzar do que asima lhe tem comsedido e de outro modo nam.*”<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup>IDEM – *Ibidem*, Fls. 11 v.-12.



# INSTITUIÇÕES ADMINISTRADAS PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE - SÉCULOS XVI e XVII



Fontes: ASCMA - Livros 88 e 89  
ANTT - Memórias Paroquiais - Vila de Amarante



Legenda: 1 - Rua do Covelo  
a) Casa do Hospital da Albergaria  
b) Casa do Foral do Concelho Gouveia  
2 - Capela da Madalena  
3 - Convento dos Dominicanos de S. Gonçalo  
4 - Convento das Freiras Clarissas  
5 - Igreja de S. Pedro  
6 - Campo da Feira - Capela de S. Sebastião

7 - a) Igreja da Misericórdia  
b) Casa do Cabido  
c) Capela de S. João Degolado  
8 - Capela de Santa Luzia  
9 - Rua da Ordem - Hospital Santo Estevão  
10 - Capela de Santo Estevão  
11 - São Lázaro  
a) Casa da Gafaria  
b) Capela de S. Lázaro

■ Instituições administradas pela Misericórdia



## 2. OS LEGADOS E AS HERANÇAS

Legados e heranças foram dois dos vectores que permitiram o financiamento e aumento do capital e património das Misericórdias.

Desde o seu início que as Misericórdias recebiam doações e esmolas que lhes permitiram regular a sua actividade financeira, por um lado, mas que, por outro lado, poderiam levar à perda de controlo da sua gestão. Aceitar um legado de um particular ou até mesmo da coroa, constituía uma moeda de duas faces: nalguns casos, as vantagens não compensavam as contrapartidas que eram impostas. Daí que, em determinadas situações, acontecia os legados serem recusados.

Os instituidores de legados faziam-no como forma de salvação das suas almas. Com o aproximar do fim da vida, era uma preocupação que crescia à medida que a idade avançava. Através dos bens que tinham sido acumulados neste mundo, pretendiam arranjar forma de, no outro mundo, serem redimidas as faltas ou pecados cometidos na terra. Dar ao próximo, praticar a caridade, podia ser uma das formas de agradar a Deus. As doações foram práticas de dar e receber: os ricos davam para os pobres e, desta forma, conseguiam a salvação da alma. Instituíram-se os legados pios, obrigações que as Misericórdias tinham de cumprir para com os seus mecenas. As instituições que cuidavam dos pobres e necessitados eram contempladas com esmolas, transmitidas, nalguns casos, através de testamentos. Com estas dádivas recebidas, tinham de cumprir determinadas imposições dos doadores, expressas nesses documentos de doação. Regra geral, essas obrigações consistiam em rezar determinado número de missas pela alma do instituidor, na maioria dos casos com carácter "*in perpetuum*" ou enquanto o mundo durar. As missas eram rezadas pela alma do instituidor, do cônjuge, no caso de ser casado, mas também podiam ser pelos seus familiares mais próximos (pais e irmãos). O legatário quase sempre dizia como devia ser aplicado o património que doava. Eram nomeados pobres ou parentes vivos, contemplados com algumas dessas heranças. Podiam ser doados bens imóveis (casas, hortas), na forma de bens emprazados, recebendo as Misericórdias os respectivos foros.

Parte significativa de capitais legados era emprestada a juros. Por vezes o testador expressava esta vontade. Mesmo que esta indicação não constasse nos testamentos, as Misericórdias faziam-no na maioria das vezes.

Os pobres da instituição beneficiada pelo legado eram chamados a assistirem aos cultos pedidos pelos seus benfeitores. Cumpria-se uma das obras espirituais de misericórdia, a sétima: *Rogar a Deus pelos vivos e mortos*.

As obras de caridade mais escolhidas pelos autores dos legados estavam direccionadas para a manutenção de hospitais, doação de vestuário a pobres e roupas de cama para casas pias. E cumpriam-se mais duas obras de misericórdia corporal: *Curar os Enfermos*, e *Cobrir os Nus*. Apareceram também nos testamentos dotes a donzelas órfãs como forma de lhes atribuir um estatuto que lhes permitia acesso a um casamento digno e, ao mesmo tempo, o cumprimento de normas morais que fazia que as dotadas fossem consideradas mulheres honradas e virtuosas.<sup>129</sup>

Os legados constituíram para as misericórdias uma faca de dois gumes: a sua aplicação através do cumprimento do grande número de missas que era estipulado acarretava despesas consideráveis com os padres que as diziam. O carácter de perpetuidade dos legados e o acumular de grande número de missas que não eram cumpridas (falta de padres para as dizer por preços que eram considerados baixos) fez que as confrarias procurassem a redução das mesmas através de pedidos de Breves à Santa Sé, justificando-se com a necessidade de aplicar os bens legados na assistência ao próximo.

## 2.1. OS LEGADOS À MISERICÓRDIA DE AMARANTE

As doações representam a mentalidade das épocas em que se realizavam. Para o doador cumprir as suas acções de caridade, tinham de existir pobres que recebiam as suas esmolas, tendo estes, desta forma, a sua sobrevivência assegurada. Os doadores, com as atribuições de dádivas que efectuavam, pensavam alcançar a salvação da sua alma. Desta interligação de quem dava, e era detentor de riqueza, e os que recebiam, com obrigações de agradecerem enquanto fossem vivos a esses doadores, instituíram-se legados pios que perduraram no tempo. Estes legados permitem conhecer as estruturas sociais e económicas da sociedade amarantina, entre os séculos XVI e XIX. As personagens principais destes actos, os doadores, foram, nalguns casos, pessoas de outro âmbito geográfico mas que doaram bens a esta Misericórdia ou a instituições que estavam na sua dependência. Havia, também, os casos daqueles que de Amarante

---

<sup>129</sup>SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1977, p. 109. Como explica Isabel dos Guimarães Sá “dotar as órfãs pobres” não era uma prática intrínseca em nenhuma obra de misericórdia, mas evidencia as respostas que as confrarias apresentavam perante determinadas situações.



partiram, mas não esqueceram as instituições de caridade da sua terra natal; ou aqueles que foram adquirindo bens, alguns dos quais localizados no núcleo urbano da actual cidade de Amarante, e que também foram objecto de doação como forma de salvação das suas almas. Os irmãos que serviram a instituição, e que, no fim das suas vidas, também não a esqueceram e, ainda, as manifestações de religiosidade e mentalidade cristã, contribuíram para o enriquecimento desta Casa.

### **2. 1. 1. O LEGADO DE BALTASAR VIEIRA AO HOSPITAL DA SANTA CASA**

Um dos primeiros legados instituído à Misericórdia de Amarante, de que há registo, foi um padrão de 30 reais de juro.<sup>130</sup>

Este padrão de juros foi comprado por Baltazar Vieira no reinado de D. João III.

Baltazar Vieira dispunha de 1200 cruzados para adquirir bens de raiz e rendas de pão na província de Entre Douro e Minho, mas o Rei propôs-lhe que lhe comprasse os 30.000 reais de juros. Estes eram comprados em regime de perpetuidade, e à razão de 16.000 reais o milheiro, e constituíam propriedade dele, Baltazar Vieira, bem como dos seus herdeiros ascendentes ou descendentes, e autoridades eclesiásticas, seculares, mosteiros, igrejas, capelas, misericórdias, confrarias e hospitais, às quais decidisse doar. É este aspecto que nos permite justificar a sua acção no aumento do hospital de Amarante. O Dr. Baltazar Vieira vai doar este padrão de 30.000 reais de juros, que era pago anualmente, no almoxarifado de Guimarães, ao hospital da Vila de S. Gonçalo de Amarante.<sup>131</sup>

O testamento que atribuiu a tença de 30.000 reais de juros ao hospital da Vila de Amarante é importante não só pelo benefício atribuído mas também porque foi o primeiro registo que nos situa e indica a existência do hospital como propriedade da Misericórdia nesta época.

Como já anteriormente referimos, em 1614 ocorreu a anexação do hospital da albergaria à Misericórdia de Amarante, e uma das razões apontadas para esta transferência de administração, foi o facto de o hospital da Santa Casa ser pequeno para socorrer todos os pobres que a ele recorriam.

---

<sup>130</sup> ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 57, fls. 193-197 [1555, Março].

<sup>131</sup> ASCMA - *Treslado da Verba do Testamento do Doutor Baltazar Vieira do que toqua hao hospital da villa d'Amarante*. Livro 540, fls. 1-3v. [30 de Janeiro 1591].

Em 1621, temos notícia de serem notificados, pela Misericórdia, vários oficiais e irmãos da Confraria do Santíssima Virgem Nossa Senhora do Rosário, sita na Igreja de S. Gonçalo, a propósito das insígnias que eram usadas, nos acompanhamentos fúnebres, por aqueles confrades. Entre os vários identificados são citados Gonçalo Pinto, filho da hospitaleira do Covelo e Manuel Gonçalves, filho da hospitaleira da Ordem.<sup>132</sup>

Não restam dúvidas que existiram dois hospitais, que funcionavam distintamente, em locais diferentes, na mesma época. Na sua origem, cada um teria tido a sua administração própria. Para o hospital, que funcionou na Rua da Ordem, (actual Rua Carlos Amarante) até ao século XIX, não foram conseguidos elementos que nos permitissem fazer a sua ligação com o aparecimento da Misericórdia em Amarante. Todavia, não deixa de ser significativo, e devemos acentuar, mais uma vez, que os primeiros documentos que situam a nossa confraria no tempo reportam-se ao ano de 1529. O testamento do Dr. Baltasar Vieira ao hospital da Misericórdia de Amarante é do ano de 1578, e pelo seu teor apercebemo-nos de que o hospital já existia.

No século XVI a Misericórdia e o seu hospital da Rua da Ordem eram instituições de caridade social no concelho de Amarante e concelhos vizinhos. Cumpriam, tal como as suas congéneres espalhadas pelo país, os ideais preconizados pelo movimento assistencial que lhes estava associado.

No testamento do Dr. Baltasar Vieira foram destinados, para agasalho e recolhimento dos pobres do hospital da Misericórdia de Amarante, os 30.000 reais de tença de juro. Era da vontade do testador que fossem adquiridas propriedades que permitissem o aumento dos rendimentos do hospital. Devia ser aplicado algum dinheiro em missas e sacramentos aos enfermos, assim como nos enterros aos pobres desta instituição. Do primeiro dinheiro que se pudesse arranjar desta tença de juro devia ser sobradado o hospital. Por cima deste seriam feitas duas casas, uma para o hospitaleiro ou hospitaleira e outra para o recolhimento de alguns sacerdotes ou religiosos pobres. Além destas obras, devia ser feita a *“dianteira he fronteira contra a rua de a meias sobre o allgeros com o seu campanário como conveniente e assim hum allpendre.”*<sup>133</sup>

Baltasar Vieira, para melhor se poderem cumprir as suas determinações, deu além dos 30.000 reais, uma verba de 100.000 reais. Apelava à consciência do provedor e demais irmãos da Misericórdia para a boa administração do seu legado.

---

<sup>132</sup> ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fls. 47-49.

<sup>133</sup> ASCMA - *Treslado da Verba do Testamento do Doutor Baltasar Vieira do que toqua hao hospital da villa d'Amarante.* Livro 540, fl. 3. [30 de Janeiro 1591].



As obrigações da confraria para com este legatário, conforme o seu testamento, eram as seguintes: “*dirão no dito hospitall hua misa rezada em cada somana da Invocação do mesmo que he do Sprito Santo com hua commemoração de Nosa Senhora e outra de todos os Santos a quall se devia dizer ao domingo para os pobres comprirem com sua hobrigasão de ouvir misa ou em outro dia quall e melhor e maes conveniente pareser aos ditos aminystradores com hum responso no fim da dita misa por minha allma e de meus defuntos.*”<sup>134</sup>

Em 16 de Maio de 1582, os direitos e rendimentos que constavam do padrão de juros de Baltasar Vieira passaram a fazer parte dos rendimentos da Misericórdia da Amarante.<sup>135</sup> Ficou assim garantido que: “*o provedor e irmãos da Confraria da mysericordia da dita villa d’Amarante e do ospital della que ora são e pello tempo forem e o mesmo ospital tenham e ajão de minha fazenda do primeiro dia do mês de Janeiro do anno presente de b<sup>o</sup>LXXXII em diante dos ditos trinta mil reais de tença de juros e d’erdade em cada hum anno pera sempre com a mesma condição e parte de retro vendendo e todas as [Fl. 39 v.] mais causulas condições pennas e declarações contheudas neste padrão porque de todas e cada hua dellas ey per bem que a dita casa da mysericordia e ospital gozem e se cumpram inteiramente sem mingoa nem desfalecimento alguim e conforme as condições e declarações com que lhos o dito Baltasar Vieira deixou.*”

O rendimento dos 30.000 reais de tença de juro eram pagos no almoxarifado da vila de Guimarães, e de acordo com a tábuas das sisas desta vila, tal como fora pago a Baltasar Vieira.

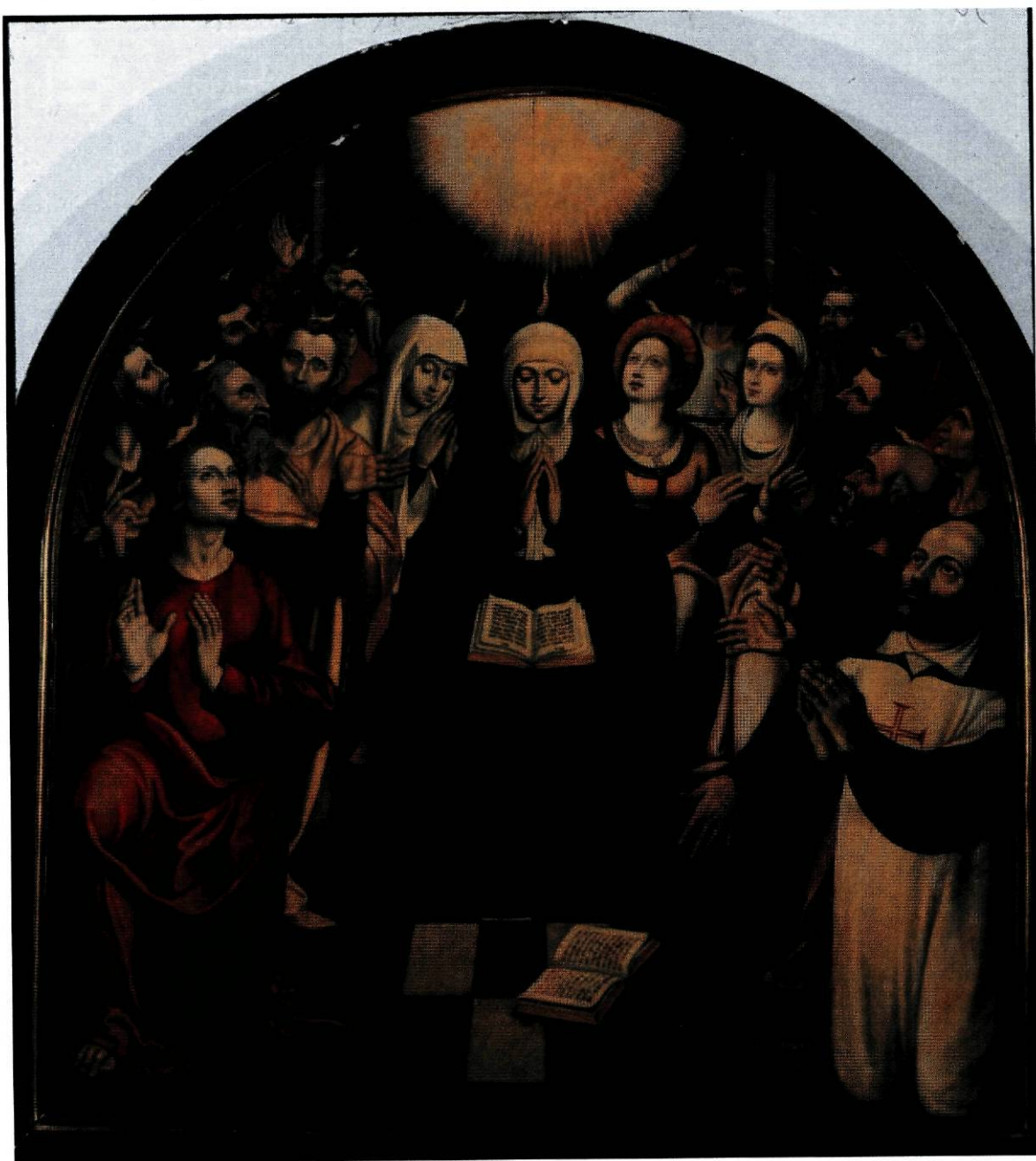
### 2. 1. 1. 1. QUEM ERA BALTAZAR VIEIRA?

Baltasar Vieira de Carvalho, natural de S. Salvador de Tagilde, em Guimarães, era filho de João Vieira e de D. Maria Nunes de Carvalho. Tinha duas irmãs, Camila Vieira e Brites Lopes de Carvalho. Baltasar Vieira de Carvalho foi corregedor do crime na corte de D. João III e instituidor do morgado dos Vieiras na sua Quinta da Torre, em S. Salvador de Tagilde, Guimarães. Faleceu nesta sua casa da Torre e foi sepultado na colegiada de Guimarães, à entrada da capela-mor. O seu testamento, datado de 30 de Janeiro de 1578, além de ter contemplado os pobres da Misericórdia de Amarante, vinculou a sua Quinta da Torre, instituindo-a cabeça do Morgadio do Espírito Santo.

<sup>134</sup>IDEM - ASCMA - *Treslado da Verba do Testamento do Doutor Baltasar Vieira do que toqua hao hospital da villa d’Amarante*. Livro 540, fl. 1v. [30 de Janeiro 1591].

<sup>135</sup>ANTT - *Livro da Chancelaria de D. Filipe I*. Livro 4, fl. 39.

Baltasar Vieira encomendou um quadro do Pentecostes, supostamente atribuído a António Vaz, e que estava colocado no altar da Casa da Câmara de Guimarães.



*Pentecostes. Quadro a Oléo/Madeira. C. 1540-1550. Proveniência: capela do Senado de Guimarães. Museu Alberto Sampaio. Pd. 48. Medida. 127cmx121cm.*

Actualmente esta pintura em madeira encontra-se no Museu Alberto Sampaio, desta cidade. No primeiro plano deste quadro, à direita figura o Dr. Baltasar, vestido com o hábito de Cristo, de joelhos e a rezar. Para além do doador, estão representados Nossa Senhora, as santas mulheres, que se pensa serem as irmãs do doador, o Anjo, os Apóstolos, iluminados a receberem o Espírito Santo. Através de uma reflectografia de



infravermelhos, feita a este quadro, verificou-se que a figura de Baltasar Vieira foi colocada no mesmo posteriormente.<sup>136</sup>

## **2. 1. 2. OUTROS LEGADOS AO HOSPITAL DA SANTA CASA**

O hospital da Rua da Ordem vai ser contemplado com outro legado, no século XIX.<sup>137</sup>

Manuel José do Covelo, comerciante da praça do Porto e aí residente, natural da vila de Amarante, fez uma escritura de doação de vinte contos de reis ao hospital da Misericórdia de Amarante.

Segundo as determinações expressas naquela escritura de doação, o dinheiro doado tinha de ser administrado da seguinte forma:

- os rendimentos e juros do fundo dos vinte contos de reis, que era gerido pelo provedor e irmãos da Santa Casa, deviam ser entregues a ele, doador, enquanto vivo. Caso a Misericórdia não pagasse aqueles rendimentos no prazo estabelecido, (60 dias após o dia do Espírito Santo) a escritura de doação ficava sem efeito. No caso de morte do doador, os rendimentos deste fundo, referentes ao ano do seu falecimento, também lhe estavam reservados e deviam ser pagos à sua afilhada, Teresa de Jesus Pereira de Azevedo, residente no Porto, na Rua de Santo António do Bom Jardim;
- após a sua morte, este rendimento ficaria livre para ser aplicado, exclusivamente, e até ao fim do mundo, nos pobres e enfermos que ao hospital da Santa Casa se dirigissem, proporcionando-lhes com esse dinheiro o amparo e a cura das suas moléstias;
- o fundo dos vinte contos de reis devia ficar sem ser tocado, usufruindo apenas a Misericórdia dos seus rendimentos. O provedor, reunindo os votos de toda a mesa, podia emprestar, deste fundo, 400.000 reis, para render a juros. O provedor e irmãos, para colocarem esta quantia a juros, tinham de apresentar abonador de confiança e com bens de raiz;
- quando fosse efectuada a eleição da mesa da Irmandade, no dia de Santa Isabel, dos doze irmãos eleitos deveriam ser escolhidos dois para a fiscalização do dinheiro que fora doado ao hospital. Um seria o mordomo e outro seria o responsável pela bolsa, gerindo o dinheiro que recebia. Estas medidas deviam ser tomadas para ser assegurada a assistência necessária aos pobres daquela instituição. O mordomo era incumbido de

---

<sup>136</sup>MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO PORTUGUÊS DOS MUSEUS - *Colecção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio, Século XVI - XVIII*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1996, p. 80-95.

<sup>137</sup>ASCMA - *Livro para juntar o casco do legado do hospital instituído por Manuel José do Covelo*. Livro 64, fls. 2-4 v.

zelar pelo bem-estar dos doentes, se estes eram bem tratados, assistir às visitas do médico e cirurgião, verificar as ementas das refeições e a confirmar se os remédios não eram confeccionados com drogas corruptas e nocivas e dados aos doentes nos horários indicados;

- o enfermeiro ou enfermeira, na sua enfermaria, devia no final de cada ceia rezar, com os doentes, um Pai-Nosso e uma Avé-Maria, por intenção dos benfeitores da Santa Casa. O enfermeiro ou enfermeira que não procedesse desta forma e fossem apanhados em falta, seriam expulsos e nunca mais poderiam regressar ao trabalho no hospital;

- sempre que cada pobre saísse do hospital, deviam ser-lhe entregues para a sua convalescença, dois arrátéis de carne verde de boi e um pão de dois vinténs.

As obrigações que a Santa Casa tinha para com este doador consistiam em rezar um terno de missas, todos os anos, pelo Natal, e enquanto o mundo durasse, no altar do hospital, pela intenção da alma deste benfeitor. Estas missas podiam ser celebradas pelo capelão que servia no hospital da Santa Casa. Quando Manuel José do Covelo morresse, se quisesse ser enterrado na igreja da Santa Casa, a Irmandade devia dar-lhe aí uma sepultura. Caso a igreja mudasse de local, as ossadas deste mecenas deviam também serem transferidas para o novo local.

A doação destes 20.000 reis ao hospital da confraria da Misericórdia de Amarante, deve ter trazido alguns embaraços a esta irmandade. Disso se queixaram os irmãos, quando responderam ao inquérito do Ministério do Reino, em 1827.<sup>138</sup> Deve, contudo, ter sido uma questão burocrática, porque Manuel José do Covelo vai fazer outras doações à Santa Casa da Misericórdia de Amarante.

Este benemérito do hospital da Santa Casa, antes da sua morte, que ocorreu a 18 de Janeiro de 1831, vai dotar novamente aquele hospital, mas desta vez com a oferta de um bem imóvel.

---

<sup>138</sup>ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 431, Caixa 539, fls. 8v-9. “acceitou a Meza antecedente os 20.000,000 reis com a obrigação de receber elle o juro competente enquanto vivo, e por morte ficarem com o mesmo Juro para a despeza do curativo dos doentes no mesmo Hospital, e foi acceite este Contracto com tanta precipitação que sem a mais seria averiguação sobre a sua permanente segurança, parecendo-lhe assás proveitosa se descobrem no mesmo Contracto obstacullos de grande momento porque intitulado-se doação Cauzamortis e sendo solemnizada com cinco testemunhas parece ser revogavel e se o não he precisa d’Insinuação e de Licença Regia; esta antes da acceitação e aquella dentro do termo da lei e por semelhantes motivos requereu a Meza actual ao Tribunal competente Provisão de Despesa de Lapso de Tempo e para as mais dilligencias da Insinuação com Ordem positiva para o doador ser inquirido se o seu animo foi de fazer huma doação irrevogavel com transferencia e se nella sujeita a sua terça por não se descobrir esta solemnidade no Contracto evitando-se deste modo hum semelhante equivoco já que o mesmo doador recuza reformar a Escripura; porem foi escuzada a dita Despesa. E he por isso o rogo mais justo que hajao de remediar-se semelhantes faltas com as providencias que pareçao mais necessarias tudo [Fl. 9] em beneficio da humanidade.”



Em 13 de Abril de 1830, Manuel José do Covelo, vai doar a sua botica, sita na Rua da Ordem, mesmo ao lado do hospital da Santa Casa.<sup>139</sup>

As intenções deste benfeitor, conforme está expresso na escritura de doação da botica, eram de permitir o aumento e a capacidade de acolhimento dos pobres no hospital da Misericórdia.

Tal como no caso da doação dos vinte contos, Manuel José do Covelo colocou regras na administração deste equipamento. Pretendia que a sua botica estivesse sempre bem conservada, tanto nos utensílios como nas drogas que possuía. Esta condição expressa no documento citado, era fundamental, porque o doador pretendia que tanto os enfermos pobres do hospital como os miseráveis que lá fossem mandados para se curarem, aí encontrassem sempre os remédios que necessitassem para as suas doenças.

Na entrada da casa da botica, deviam ser colocadas as armas reais, para ser identificada como propriedade da Santa Casa.

Manuel José do Covelo pretendia que, nas eleições que ocorressem a partir de então, fosse nomeado um fiscal da botica, tal como tinha acontecido com a oferta que fizera do dinheiro. Este seria um dos membros da Irmandade, dos de maior condição. Tinha como funções supervisionar o funcionamento da botica. O irmão nomeado para esta tarefa devia ir à botica pelo menos duas vezes por semana para se inteirar do seu estado. Devia dar particular atenção ao estado das drogas, ungentos e remédios feitos pelos médicos e cirurgiões. Se fosse necessário, devia providenciar o exame aos remédios e drogas para assegurar o bem-estar e cura dos doentes.

Foi também considerado pela Irmandade da Misericórdia como grande benfeitor deste hospital, o irmão Domingos Cerqueira Moniz. Este irmão, por disposição testamentária, deixou à Santa Casa metade do líquido da sua herança.<sup>140</sup> A aceitação deste legado pela Misericórdia ocorreu em 31 de Dezembro de 1821. No ano seguinte, sendo necessário pagar as obras que se tinham realizado no hospital, foram retirados daquele legado 200.000 reis, para o pagamento das mesmas.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> ASCMA - *Escritura de venda que fez Manuel José do Covelo da sua botica na Rua da Ordem ao hospital da Misericórdia*. Caixa 620, fl. 1-2.

No ano económico de 1771-1772 a Misericórdia de Amarante paga 9.000 reis com despesas efectuadas na botica de Manuel Reis da Rua da Ordem. A existência deste equipamento nesta rua já teria alguns anos e estaria provavelmente ligada à localização do hospital da Misericórdia também nesta artéria. (ASCMA - *Livro de receita e despesa*. Livro 302).

<sup>140</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803-1859*. Livro 4, fl. 78 v.

<sup>141</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl.83 v.

O valor do fundo deste legado era de 8.012.715 reis.<sup>142</sup> Era tão importante para a vida económica da Santa Casa o legado deste irmão, que aquela, em 31 de Maio de 1822, deliberou fazer um ofício de honras ou exéquias pela alma deste benfeitor. O seu legado foi considerado o mais generoso para a Santa Casa.<sup>143</sup>

As obrigações que a Santa Casa tinha para com este legatário consistiam em rezar dois jogos de missas na Igreja da Misericórdia e três responsos no fim da procissão dos defuntos que se realizava às quartas-feiras.

Conforme o testamento do irmão Domingos Cerqueira Moniz, realizado no concelho de Gouveia de Riba Tâmega em 4 de Julho de 1813, este determinou que a fazenda de Sestais, olivais, casas incendiadas e o foro que lhe pagavam destas suas propriedades, fossem vendidas em hasta pública e o seu produto colocado a juros. Outros bens que se viessem a achar ou que o Dr. Moniz declarasse, deveriam ser divididos em duas partes iguais pelas Misericórdias de Amarante e Guimarães. Pedia à primeira instituição que lhe mandasse rezar 1600 missas a 160 reis e 20 ofícios, a 360 reis, sendo cada um com doze padres. À Misericórdia de Guimarães era-lhe pedido que rezasse, pela esmola que recebia, 1200 missas, 12 ofícios, vestir 20 pobres de Guimarães e 10 do couto de Pombeiro. Os pobres seriam escolhidos pela Misericórdia. Este legatário deixou ainda registado que os bens que adquirisse a partir daquela data, seriam de igual modo divididos pelas duas Misericórdias. Caso estas duas confrarias não aceitassem esta doação a mesma passaria para a de Braga ou no caso desta também não a aceitar seria para a Misericórdia do Porto. Esta doação é partilhada com a Misericórdia de Guimarães porque a mulher deste irmão da Misericórdia de Amarante era de Pombeiro. Refira-se, a este propósito, que Domingos Moniz deixou o prazo de Fontemuro, com foros no casal de Belém, em Pombeiro, a familiares da parte de sua mulher, residentes nesta localidade.

No seu testamento foi instituído por seu único e universal herdeiro, o seu “*familiar e leal amigo*” Manuel de Mendonça, por todo o tratamento, lealdade que lhe dedicou. Deixava-lhe à sua morte, a fazenda da Lagoa, o tapado do Amieiro, as casas em que vivia [Rua da Portela], duas facas, duas colheres e quatro garfos de prata, assim como

---

As obras que foram pagas pelo fundo deixado pelo irmão Domingos Cerqueira Moniz foi a construção de uma parede até ao nível da cornija e umas escadas.

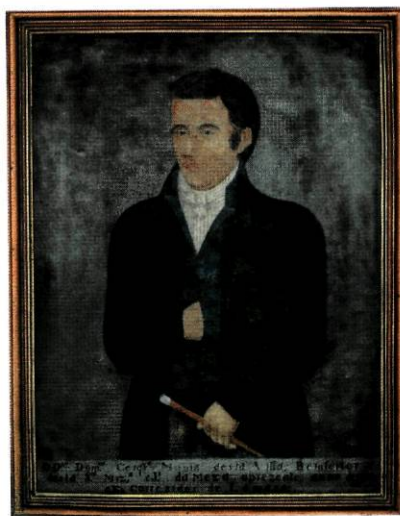
<sup>142</sup> ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 431, Caixa 539, fl. 3.

<sup>143</sup> ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803 - 1859*. Livro 4, fl. 84 v.



todos os móveis dessa casa e duzentos mil reis em dinheiro. Os criados deste benfeitor foram contemplados também com esmolas.<sup>144</sup>

Este testamento foi realizado em 1813 e o Dr. Domingos Cerqueira Moniz faleceu em 1821. De acordo com a informação recolhida nos documentos do arquivo da Misericórdia de Amarante, as obrigações que esta tinha para com este legatário eram diferentes das expressas no testamento mencionado, o que leva a supor que pode ter havido alterações no mesmo.



*Retrato a óleo/tela de Domingos Cerqueira Moniz – Santa Casa da Misericórdia de Amarante. C.1822. Medida 105cmx80 cm.*

Cristóvão D’Almeida Soares, da Casa de Alentém, que durante vários anos desempenhou o lugar de escrivão e provedor, na Santa Casa da Misericórdia de Amarante, e fora protagonista no escândalo das eleições, assunto já anteriormente abordado, (ver em apêndice documento nº VII), ofereceu em 22 de Junho de 1822, 200.000 reis, para ser empregue no aumento do fundo do hospital. A intenção do autor desta oferta, segundo ele próprio, era de conseguir o desconto de algumas omissões, que tivessem acontecido no tempo da sua administração.<sup>145</sup>

#### **2. 1. 2. 1. COMO ERA O HOSPITAL DA RUA DA ORDEM?**

Este hospital situava-se na Rua da Ordem. As Memórias Paroquiais e informações recolhidas em actas da Câmara, dos meados do século passado, situam esta antiga

<sup>144</sup> ACMA - Livro de Registo de Testamentos, 1810 - 1835. Livro 1738, fls. 25v. – 27.

<sup>145</sup> ASCMA - Livro de Termos da Santa Casa, 1803 – 1859. Livro 4, fl. 92.

unidade de saúde no início da actual Rua Carlos Amarante, do lado esquerdo, quem vem do Largo de Santa Luzia.<sup>146</sup> (Ver planta entre as páginas 67 e 68).

A casa do hospital teria uma área de 157m<sup>2</sup>. Nesta casa existia um altar onde eram celebradas missas.<sup>147</sup> Como se disse anteriormente, foram aí rezadas missas por intenção de benfeitores. Neste altar existiam duas imagens pintadas, a de S. Cosme e S. Damião.<sup>148</sup>

Craesbeeck descreve este hospital apresentando um escudo de armas muito bem acabado, e que se encontrava entre duas portas e por baixo de duas janelas rasgadas com grades. Este escudo era bem esquartelado com as armas dos Vieiras, Pereiras, Carvalhos e Maias. Segundo este autor, as armas mencionadas teriam sido atribuídas a Baltasar Vieira.<sup>149</sup>

Apresentamos alguns dos mecenas do hospital, com os quais a Santa Casa tinha obrigações. Em 1827, essas obrigações eram na ordem de 1.229.800 reis,<sup>150</sup> enquanto que os rendimentos do hospital apresentados para este ano, eram de 1.815.385 reis. O

<sup>146</sup>ACMA - *Livro de Actas da Câmara, 1856 - 1861*. Livro 323, fl. 14 v.

<sup>147</sup>ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 25.

<sup>148</sup>ROSÁRIO, Diogo - *Flos Sanctorum ou História das Vidas de Christo e Sua Santíssima Mãe e dos Santos e Suas Festas*. Lisboa: Typographia Universal, 1870. Vol. IX p. 261 – 265.

S. Cosme e S. Damião eram irmãos e naturais da cidade de Egeas. A mãe era cristã e chamava-se Teodora. Aprenderam a arte da medicina, e tanta graça receberam do Espírito Santo, que não só curavam as doenças dos homens como também dos animais. Não queriam ser pagos pelo bem que faziam ao próximo. Fizeram varias curas. O procursul Lisias chamou-os à sua presença assim como aos outros irmãos (Antime, Leôncio e Entropio). Escarneceu-os e atormentou-os tendo sido acusados de blasfémias e outras artes mágicas. O procursul como não conseguia vencer com todos os despresos os Santos e seus irmãos mandou-os degolar aos cinco. Isto aconteceu a 27 de Setembro, no tempo do imperador Dioclesiano, ano da Encarnação do Nosso Salvador 288. Mesmo depois da sua morte, os fieis cristãos continuaram a pedir pela intersecção destes Santos nas curas das suas doenças, sendo atendidos.

Estes Santos são considerados advogados das curas e como as praticavam sem quererem receber pelo trabalho que faziam, eram exemplos a seguir na prática da medicina. Daí a sua representação no altar do hospital como símbolos de ajuda ao próximo na cura de doentes.

<sup>149</sup>CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Provincia de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I p. 292.

<sup>150</sup>ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 431, Caixa 539, fl. 3. Primeiramente se hao de saptisfazer se no proprio Oratorio deste Estabelecimento annoalmente huma Missa todos os Domingos e dias Sanctos do Legado do Doutor Balthazar Vieira que sendo 80 a 200

	16,000
Item dous Jogos de Missas de Natal e 3 Responsos de defuntos na Procissão das 4 <sup>as</sup> feiras do Legado do Doutor Domingos Cerqueira Moniz	2,000
Item obrigação de 405 Missas em que foram reduzidos varios Legados ditas em qualquer Igreja que importa a sua Esmolla	48,800
Item para dar annoalmente ao Major Manoel José do Covello enquanto vivo	1.000,000
Item pelo que importao os Ordenados de todos os Empregados deste Estabelecimento	123,000
[Fl. 5 v.] Item para a fabrica e reparo do Estabelecimento e seu Oratorio, de roupas, louças e mais utensilios annoalmente	40,000
	1.229,800



fundo era constituído por um capital de 36.307.15 reis (superior ao da Santa Casa que era de 19.043.681).<sup>151</sup>

Esta casa de assistência, objecto da atenção de alguns doadores, que com as suas dádivas lhe permitiram dar apoio aos pobres e desamparados, manteve-se em funcionamento na Rua da Ordem, até meados do século XIX. Nos dias 27 de Outubro, 3 e 10 de Novembro de 1850, foram efectuados pregões no terreiro da Misericórdia, para serem vendidas as casas do hospital da Rua da Ordem.<sup>152</sup> Era assim desactivado este velho hospital, que durante três séculos esteve localizado numa das principais artérias, passagem obrigatória para quem se dirigisse ao Porto ou Guimarães.

O hospital passou a funcionar nas instalações do actual Lar Conselheiro António Cândido.

### **2. 1. 3. LEGADOS DE EMIGRANTES**

Um dos primeiros legados de que iremos falar, relativo a amarantinos que emigraram e que fizeram doações à Santa Casa da Misericórdia de Amarante, é o de um Pêro Cerqueira.

a) Pêro Cerqueira era natural de Amarante e faleceu na Índia em 1614. O seu testamento veio através da Misericórdia de Chaúl na Índia para a Misericórdia de Lisboa, que por sua vez enviou um traslado do mesmo para a confraria de Amarante.

O livro do legado de Pêro Cerqueira, que nos inícios do século XVII, se encontrava no Oriente, está ilegível nas primeiras folhas. A informação que gostaríamos de recolher não é tão completa como seria desejável. Contudo, obtiveram-se alguns elementos que nos permitem apreender as intenções fundamentais deste benemérito.<sup>153</sup>

Sabemos, então, que Pêro Cerqueira morreu aos 29 dias do mês de Junho de 1614, em partes da Índia.<sup>154</sup>

Por sua vontade e conforme o traslado do seu testamento, enviou 2.000 pardos contados a sua irmã Maria Jerónima, moradora na calçada da vila. Este dinheiro devia ser

---

<sup>151</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 4-7.

<sup>152</sup>ASCMA - *Livro de Termos da Santa Casa, 1803 – 1859*. Livro 4, fls. 232-233.

<sup>153</sup>ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fls. 34 v-39.

Quando foi levantada a questão pela irmandade amarantina aos honorários que o provedor da comarca de Guimarães apresentou pelo trabalho de tomar conta deste legado retiraram-se alguns dados que são úteis para apresentar sobre esta doação.

<sup>154</sup>ASCMA - *Livro do Legado de Pêro Cerqueira, 1614 -1660*. Livro 56, fls. 2-3.

utilizado por esta sua irmã para casar as suas duas filhas, pretendendo ele, doador, com esta medida, “*emparar*” as suas sobrinhas no casamento. Caso a sua irmã e sobrinhas falecessem, este dinheiro seria empregue no casamento de suas parentes mais chegadas, que fossem pobres.

Deixava também, à Misericórdia de Amarante, 2.000 pardos para que comprasse bens de raiz livres e desses rendimentos metade seria empregue em missas pela sua alma, de seus pais, avós e parentes mais chegados. A outra metade seria gasta em esmolas para pobres e para casar órfãs. Estes elementos foram recolhidos no treslado da certidão que veio da Misericórdia de Chaúl, e que ali fora feita em 1608, aos oito dias de um mês que não se conseguiu determinar, devido ao estado do documento.

Pêro Cerqueira, era natural de Amarante, e partiu para a Índia, não tendo regressado à sua terra natal, o que era frequente nesta época. Quando saiu de Amarante, a Misericórdia já existia e para alcançar o perdão de algumas faltas que tivesse cometido na Terra, Pêro Cerqueira não esqueceu esta Casa Pia, doando-lhe alguns bens para alcançar a salvação da sua alma.

Aquando da questão sobre o estipêndio que o provedor da comarca de Guimarães apresentou à Misericórdia de Amarante, pelo trabalho de tomar conta deste legado, aquele funcionário régio apresentou, entre outros argumentos, o facto desta Misericórdia não estar a cumprir este legado. Segundo o mesmo, os irmãos da Misericórdia de Amarante compraram propriedades a preços excessivos e a parentes da mesa, além de casas que não tinham foros; não casaram órfãs nem foram celebradas as missas pedidas pelo doador. Esta última vontade, celebrar missas, parece ter sido cumprida. No livro dos legados de 1702 -1795, entre outras obrigações de missas que a Santa Casa tinha a seu cargo, aparece também a de Pêro Cerqueira: “*Tem esta Santa Casa obrigação de mandar dizer todas as semanas seis missas pela alma de Pêro Cerqueira que morreo nas partes da Índia pagas cada hua a meio tostão para o que deixou líquidos quinhentos e sincoenta mil reis. Declaro que diz o livro velho que a metade do rendimento de sobre dito dinheiro se diga em missas gerais pela alma do sobredito Pero Cerqueira e de seu pai e parentes.*”<sup>155</sup>

**b)** Também de emigrantes, mas desta vez, de terras do Brasil, mais concretamente de Pernambuco, foi efectuada uma escritura de doação em 3 de Dezembro de 1673, pelo

---

<sup>155</sup> ASCMA - Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702- 1795. Livro 58, fl. 4.



escrivão António de Carvalho, a favor da Misericórdia de Amarante.<sup>156</sup> Um amarantino emigrado no Brasil, chamado Gaspar Ribeiro, deixou a esta Misericórdia o seguinte: 600 mil reis para missas e 50 mil reis de esmola para a fábrica de vestimentas e outras coisas necessárias (frontais de damasco, castiçais, toalhas).

As obrigações que advinham desta doação consistiam em dizer uma missa quotidiana e três missas pelo Natal, “*in perpetuum*”, pagas, cada uma, a meio tostão.

Nos inícios do século XVIII, vamos encontrar mais doações vindas do Brasil.

**c)** Manuel Mendes Ribeiro, morador na freguesia de Maragogipe,<sup>157</sup> termo da Vila de Nossa Senhora de Ajuda, deu a esta Santa Casa, 1.170.000 reis em 19 de Maio de 1712. Tinha como obrigação mandar dizer uma missa quotidiana.<sup>158</sup>

**d)** Em 24 de Abril de 1736, foi aceite pela Misericórdia de Amarante o legado de Manuel Fernandes do Valle, natural da Refontoura, concelho de Felgueiras e que falecera na Baía, no Brasil, onde tinha sido assistente ultramarino.<sup>159</sup>

Manuel Fernandes do Valle deixou os seus rendimentos à Misericórdia do Porto, que recusou o legado, em virtude do mesmo ser diminuto. A segunda instituição indicada para aceitar o legado era a Misericórdia de Amarante. Deixou 300.000 reis para serem colocados a juros, donde se tirariam todos os anos, 50.000 reis. Estes 50.000 reis seriam utilizados para dotar as filhas mais velhas de suas irmãs, Mariana de Sampaio e Isabel Francisca. No caso de não haver mulheres, passariam para os seus filhos varões, e se não houvesse familiares seus, como candidatos, a Misericórdia devia atribuir este dote, anualmente, a uma moça honrada e pobre, que fosse natural da freguesia de S. Cipriano da Refontoura.

Os descendentes deste legatário reconheceram que o legado do seu familiar era diminuto, razão pela qual a Misericórdia do Porto não o aceitara, e fizeram um contrato com a Misericórdia de Amarante, o qual se comprometeram a cumprir. Através desse documento, deixavam à Misericórdia de Amarante o terço por inteiro do dinheiro que vinha do Brasil, incluindo neste os 50.000 reis, e as outras duas partes ficavam para se despendarem conforme o testamento.

---

<sup>156</sup> ASCMA - *Livro de Registo dos Legatários da Santa Casa e respectivas Missas que a Santa Casa tinha obrigação de mandar rezar*, 1627. Livro 57, fl. 42.

<sup>157</sup> ENCICLOPÉDIA LUSO BRASILEIRA. Lisboa: Verbo, cop. 1971, 12º vol., p. 1429.

Maragogipe pertence ao município do estado da Baía, zona fisiográfica do Recôncavo, com uma área de 473 Km<sup>2</sup>. É constituída pelos distritos de Guaripa, Nage, Coqueiros, Guai-Gua, S. Roque do Paraguacu e Maragogipe.

<sup>158</sup> ASCMA - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia*, 1702 -1795. Livro 58, fl. 26.

<sup>159</sup> ASCMA - *Livros dos Legados da Santa Casa*, 1816-1852. Livro 63, fl. 2-7.

e) Em 1784, Domingos Moreira, que falecera nas partes da América, (Brasil) deixou, à Misericórdia de Amarante, dois contos de reis.<sup>160</sup>

#### **2. 1. 4. LEGADOS PARA VESTIR POBRES E AMPARAR DONZELAS**

Cobrir os nus era a terceira obra de misericórdia corporal. A prática de vestir um determinado número de pobres, por vezes escolhidos pelo doador, em determinadas épocas do ano, foi uma das formas escolhidas por alguns legatários para a salvação das suas almas.

Os casamentos de órfãs pretendiam preconizar práticas morais e amparar jovens sós, tornando-as “cobiçadas” para a realização de um casamento. Era mais uma das formas do testador ser lembrado nas orações pelos seus protegidos.

a) Aparece-nos um legado desta natureza, feito por escritura de 18 de Outubro de 1671, pelo Reverendo Abade de Vila Chã, Tomé Cardoso de Vasconcelos.<sup>161</sup> Este padre vai doar 200.000 reis para serem colocados a juros. Com os rendimentos destes, deviam ser vestidos seis pobres, por ano, da freguesia de Vila Chã. Seria usado pano comum da casa para fazer a roupa dos pobres. O padre Tomé considerava este acto como a “*obra mais pia e descarga de consciência*”. Os pobres vestidos por este legado seriam escolhidos por ele, enquanto vivo. Após a sua morte, devia ser a Misericórdia a escolher os pobres. Este legado teve efeito a partir dos Fieis de Deus do ano de 1672, e seria também, nesta época do ano, que se deviam entregar os vestidos aos pobres.

Foram ainda designados para serem vestidos pelos rendimentos dos 200.000 reis, seis pobres da freguesia de Carneiro. Estes também eram escolhidos pelo testador, enquanto vivo. Neste caso, a atribuição da esmola era feita pelo Natal, e o contrato com pobres desta freguesia entrava em vigor a partir do ano de 1674.

Quer os pobres de Vila Chã, quer os de Carneiro que fossem contemplados com vestidos num ano, não o seriam no ano seguinte.

Além deste dinheiro, foram ainda dados 1.500 reis à Misericórdia, para ficarem sempre livres.

b) Outro legado desta natureza foi feito pelo Reverendo Padre João Cerqueira, pensionário da Igreja de Vila Chã e morador na vila de Amarante.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup>IDEM - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702-1795*. Livro 58, fl.37.

<sup>161</sup>ASCMA - *Livro de Registo dos Legatários da Santa Casa e respectivas Missas que a Santa Casa tinha obrigação de mandar rezar, 1627*. Livro 57, fl. 58.

<sup>162</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 188v-189.



Em 5 de Setembro de 1666, o padre João Cerqueira doou à Misericórdia de Amarante, após a sua morte, 400.000 reis de dinheiro a juros, que tinha na mão de diversas pessoas e à razão de 6<sup>1/4</sup>. Enquanto fosse vivo, usufruía dos juros e comprometia-se a entregar os assinados e escrituras à Misericórdia, para que os devedores a reconhecessem como credora.

Quando morresse, 3.000 reis de dinheiro que andava a juros, ficariam sempre livres para a Santa Casa. Destes rendimentos, tinham de ser entregues, anualmente, ao seu primo, Padre Matias Ribeiro, 7.000 reis, que aquele padre iria entregar a duas pessoas por ele indicadas. À medida que essas pessoas fossem morrendo, estes 7.000 reis ficariam livres para a Santa Casa.

Desses 3.000 reis teriam, também, de comprar pano pardo para se vestirem os pobres que fossem mais necessitados, da vila de Amarante e seus arredores. Os pobres eram contemplados, em anos alternados, com a esmola, no início do mês de Outubro.

c) Mais legados se registaram para vestir pobres. Em 1752, o Reverendo Padre Tomé Ferreira de Barros deu 240.000 reis. Metade deste dinheiro seria colocado a juros, e a outra metade destinava-se a vestir quatro pobres em dia de reis, dia em que devia ser rezada uma missa pela sua alma. Os pobres teriam de ser parentes seus.<sup>163</sup>

d) Luís de Macedo da Cunha e sua irmã, da vila de Amarante, deixam 600.000 reis, em 1752, para serem vestidos, anualmente, doze pobres, - simbologia dos apóstolos - seis homens e seis mulheres. No dia em que fosse entregue a esmola, tinham de ser rezadas duas missas, por intenção de cada um.<sup>164</sup>

e) Francisco Machado de Castanheira, em meados do século XVIII, doou 2.000 reis para vestir um pobre, todos os anos pelos Santos.<sup>165</sup>

Outra forma de dar era dotar raparigas pobres. Maria Clara do Sacramento, religiosa do convento de Santa Clara, em 1 de Junho de 1717, deixou 20.000 reis, para anualmente dar uma esmola de dez tostões a uma donzela, chamada Isabel dos Santos, filha de António Pereira e Maria Cerqueira. Se esta jovem não tivesse um comportamento honesto, a mesa atribuía a esmola a favor de outra donzela que o merecesse. Em Junho de 1725, a mesa retirou o legado àquela jovem porque “*pervaricou e pario*”, entregando-o a Quitéria, filha de João Pinto, do lugar da Pedradera. Esta jovem viria a

---

<sup>163</sup>ASCMA - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702 -1795*. Livro 58, fl. 32.

<sup>164</sup>IDEM - *Ibidem*. Fl. 33.

<sup>165</sup>IDEM - *Ibidem*. Fl. 21.

falecer, em 14 de Agosto de 1729, e o legado passou para Prudência, filha de Jacinto Ribeiro.

Em 28 de Agosto de 1782, esta senhora faleceu, talvez com 60 anos, e o legado foi entregue a Ana Joaquina, filha de Manuel José da Fonseca, irmão da Santa Casa e morador na Rua da Cadeia. Esta jovem viria a morrer em 1791 e a esmola foi transferida para sua irmã, Maria Tomásia. O critério para a atribuição de esmolas não seria sempre a pobreza, orfandade mas também a manutenção dos bons costumes e da moral.

Esta freira deixou também, à Santa Casa, toalhas e corporais.<sup>166</sup>

Outro caso interessante apareceu-nos com o legado da casa da Faia, de Freixo de Baixo. Não se tratava de uma esmola para vestir pobres ou para sustentar donzelas, mas destinava-se a custear um estudante que fosse cursar para Coimbra. Este legado, que entraria em vigor em Agosto de 1762, devia ser entregue a partir do dia 15 de Outubro todos os anos.<sup>167</sup>

## **2. 1. 5. LEGADOS DE BENS IMÓVEIS**

Foram vários os bens imóveis doados à Santa Casa da Misericórdia de Amarante. Através destas doações, usufruía dos seus foros, colocando-os a juros.

Em 1627, Inês de Sequeira e seu marido Manuel Teixeira Pinto, doaram umas hortas, sitas na vila de Amarante. Essas hortas estavam emprazadas a Baltazar Luís com um foro de 900 reais. Pediam como troca que lhes rezassem oito missas por suas almas e, para a celebração destas, nomeavam o Reverendo Padre Manuel da Cunha, por ser o parente clérigo mais chegado. As missas seriam pagas a 60 reais cada uma.<sup>168</sup>

Também no ano de 1627, Maria do Covelo, concelho de Gouveia, doou as casas em que vivia com o seu quintal, localizados no Covelo. Estas propriedades estavam emprazadas a Salvador Ribeiro do Covelo, por 2.000 reais por ano. Deviam ser ditas doze missas, por ano, “*in perpetuum*”.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup>IDEM – *Ibidem*. Fls. 30 e 41.

<sup>167</sup>IDEM - *Ibidem*. Fl. 36.

<sup>168</sup>ASCMA - *Livro de Registo dos Legatários da Santa Casa e respectivas Missas que a Santa Casa tinha obrigação de mandar rezar, 1627*. Livro 57, fl. 25.

<sup>169</sup>IDEM - *Ibidem*. Fl. 121.



Desta época ainda, Maria Pinheiro, desta vila, doa 96.600 reais, umas casas e um anel, com a obrigação de serem rezadas cinquenta missas.<sup>170</sup>

Em 1627, Catarina Fernandes Cerqueira, que possuía propriedades em Gatão, concelho de Basto, doou medidas de pão, vinho, lenha e leitões e pedia que lhe fosse rezada uma missa semanalmente, “*in perpetuum*”.<sup>171</sup>

O legado de Manuel da Silveira Pinto constava de umas poucas medidas de pão, vinho e leitões de umas herdades que possuía, conforme escritura. A Santa Casa teria de administrar 3.500 reis, preço pelo qual tinha sido emprazado, a António Roiz do Chafariz, o olival de Ordiapires. Este contrato teve efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1670. A Santa Casa tinha obrigação de lhe mandar dizer uma missa quotidiana.<sup>172</sup>

## **2. 1. 6. LEGADOS PARA SEREM COLOCADOS A JUROS**

O Reverendo Padre Baltasar Borges, Abade de Jazente, concelho de Gestaço, doou em 1627, umas casas que tinha em Amarante. Pedia para que estas fossem vendidas e com o produto de venda das mesmas, devia ser comprado juro, à razão de 7 por cada mil reais, o que somava 7.000 reais. A obrigação da Santa Casa para com este legado constava de mandar rezar vinte missas, uma cantada e com um ofício de nove lições, celebradas no oitavario do Espírito Santo. As outras missas seriam rezadas, “*in perpetuum*”<sup>173</sup>

Outro legado para ser colocado a render juros foi o do Capitão João Coelho, da freguesia de Moreira, concelho de Basto. Este testador deixou em 1671, 150.000 reis, em dinheiro de prata, para serem colocados à razão de juros, em mãos de pessoas seguras e abonadas. Como contrapartida, deviam-lhe ser rezadas cinquenta missas pela sua alma e outras cinquenta pela de sua mulher, Maria Ribeiro, já falecida. As missas seriam celebradas aos domingos e dias santos, pelo Reverendo Gaspar Ribeiro. Estas missas tinham de ser missas de luz, para que pessoas envergonhadas e recolhidas pudessem assistir.<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 111.

<sup>171</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 97.

<sup>172</sup>ASCMA - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702-1795*. Livro 58, fl. 13.

<sup>173</sup>ASCMA - *Livro de Registo dos Legatários da Santa Casa e respectivas Missas que a Santa Casa tinha obrigação de mandar rezar, 1627*. Livro 57, fl. 145.

<sup>174</sup>IDEM - *Ibidem*. Fl. 102.

Paula Teixeira doa, por escritura de 26 de Janeiro de 1678, 600.000 reis, para serem colocados à razão de juros, com a obrigação de uma missa quotidiana a 50 reis e três pelo Natal a 100 reis.<sup>175</sup>

## 2. 1. 7. LEGADOS DE IRMÃOS DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

Manuel Cerqueira, que foi irmão da Santa Casa da Misericórdia de Amarante em 1614, era mestre-escola da Sé de Évora, Capelão de Sua Majestade e Desembargador da Casa da Suplicação. Na descrição das fontes que existiam na vila de Amarante, Craesbeeck, menciona a fonte da Misericórdia, feita de pedra fina, lavrada com a inscrição na mesma de quem a tinha mandado fazer: “ESTA OBRA DA FONTE MANDOU FAZER O DOUTOR MANUEL CERQUEIRA MESTRE ESCOLA DA SE EVORA ANNO DE 1616.” Através deste mesmo autor sabemos também que Manuel Cerqueira era proprietário de umas casas grandes na Rua da Portela [Actual Rua Pinto Martins, onde já então se localizava a Misericórdia] e que entre as janelas da primeira sala se encontrava o escudo de armas dos Cerqueiras.<sup>176</sup>

Em 10 de Novembro de 1620, fez uma escritura de doação<sup>177</sup> à “*Santa Misericórdia desta vila per ser passagem mui continua de pobres e doentes que a ella são por cartas de gia alem dos muitos pobres desta vila e seus moredores pera remédio dos ditos pobres passageiros e pera gastos da dita casa esta contente de fazer como fez doasão a dita casa por sua morte de sua erdade que tem chamada a quinta de Sarrãos cita na freguezia de fregim comselho de Santa Cruz de Riba Tâmega asim e da maneira que elle a pesoir e como lhe pertense per seus titolos e compras que dela fez, a qual quinta asim deixava a dita Casa da Misericórdia pêra que per morte institoidor e doador lhe fique desembargada pêra todo o sempre.*”

Como obrigação, a Santa Casa tinha de mandar rezar, por ano, vinte missas, na Quaresma, pela sua alma, de seus pais e parentes, “*in perpetuum.*”

Devia ser feita uma tábua, onde seriam inscritas as obrigações da Santa Casa para com este legatário. Esta tábua devia ser colocada na mesa do despacho da sala do cabido da Santa Casa da Misericórdia.

---

<sup>175</sup>IDEM - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702- 1795*. Livro 58, fl. 12 v.

<sup>176</sup>CRAESBEECK, Francisco Xavier de Serra - *Memórias Ressucitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalho de Basto, 1992. Tomo I p. 255 e 305.

<sup>177</sup>ACMA - *Livro da Capela de Santo António, 1535 -1717*. Livro 40, fls. 284 -287.



Outros irmãos contribuíram com esmolas para a Santa Casa. Domingos Cerqueira Moniz, Joaquim da Costa Teixeira da Fonseca e Cristóvão D'Almeida Soares foram provedores e escrevães na Misericórdia de Amarante. Estes irmãos foram mecenas do hospital da Rua da Ordem. As doações feitas por estes beneméritos foram apresentadas no capítulo dos legados ao hospital.

## **2. 1. 8. LEGADOS A FAVOR DE FAMILIARES ENQUANTO VIVOS**

Os legados apresentados neste capítulo são doações, em favor da Santa Casa, mas esta funcionava como gestora dos bens legados aos descendentes dos doadores, enquanto fossem vivos, revertendo, depois, o usufruto para a Misericórdia.

### **2. 1. 8. 1. LEGADO DE MANUEL SOUSA DE AZEVEDO**

Este legatário, natural da cidade do Porto, deixou à Misericórdia 4.000 cruzados com as seguintes condições:

- este dinheiro devia ser colocado a juros a 5%, assegurando-se as mesas que o emprestassem, de que este dinheiro era colocado nas mãos de pessoas credíveis. Destes juros deviam ser retirados 20.000 reis livres para a administração da Santa Casa, e os restantes 60.000 deviam ser repartidos da seguinte forma:
- entregar 12.000 reis por ano à sua sobrinha, Madre Maria da Conceição, religiosa no convento de Santa Clara, enquanto viva. Quando esta morresse, este dinheiro revertia a favor da Santa Casa. Do restante dinheiro, seriam entregues 12.000 reis por ano a cada um dos irmãos do legatário, Isabel Soares, António Soares, Francisca Soares e Maria de Sousa. À medida que estas pessoas fossem falecendo, as respectivas quantias que lhes estavam destinadas eram divididas pelos irmãos que estivessem vivos, e desta forma até ao último que ficasse com os 48.000 reis. Quando falecesse o último, passaria então para a Santa Casa;
- este legado teria efeito a partir de 6 de Junho de 1717. Caso a Misericórdia não pagasse as pensões às irmãs e sobrinha deste doador, dois meses após de vencidos os juros, o legado passava para a Confraria de S. Pedro;

- quando todo o legado ficasse livre para a Santa Casa, esta teria obrigação de mandar rezar pela alma do legatário e sua mulher, uma missa semanal e três missas de Natal, “*in perpetuum*.”<sup>178</sup>

#### **2. 1. 8. 2. LEGADO DE ANA BARBOSA**

Esta senhora, viúva, da cidade do Porto, deixou à Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 5.000 cruzados com as seguintes condições:

- este dinheiro seria colocado a juros a 5% e ficavam livres para a fábrica da Santa Casa, 40.000 reis. Os restantes 60.000 reis eram distribuídos da seguinte forma:

- seriam entregues 12.000 reis de tença por ano a cada uma das suas cinco sobrinhas religiosas no convento de Santa Clara de Amarante, Maria Joana, Ana, Ellena, Francisca e Maria Eusébia. Esta tença era-lhes dada enquanto fossem vivas. Quando falecesse alguma destas sobrinhas da doadora, a tença respectiva passava para o clérigo que era assistente em sua casa,

- a última destas religiosas a falecer em Santa Clara foi Francisca de Assis, a 8 de Abril de 1795. A partir desta data ficou a Santa Casa com a obrigação de mandar dizer uma missa quotidiana e dois jogos de missa pelo Natal, “*in perpetuum*”, pela alma de Ana Barbosa e de seu irmão António Barbosa.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> ASCMA - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702-1795*. Livro 58, fl. 29.

<sup>179</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl. 34-35.



### 3. OS LEGADOS ESPIRITUAIS

Os legados, entendidos como a salvação da alma e a crença num mundo para além da morte, são a manifestação de fé e religiosidade. Os casos a seguir apresentados são a representação da espiritualidade de quem dá e de quem recebe.

#### 3.1. A ATRIBUIÇÃO DE RELÍQUIAS

O culto ou a veneração dos corpos ou de algumas partes destes da Virgem Maria e dos Santos, e os objectos que foram instrumentos de Paixão e Morte de Jesus Cristo, são práticas com bastante tradição entre os cristãos, assumindo aqueles carácter de preciosidade, e são denominadas relíquias pela igreja.

No Dicionário Teológico,<sup>180</sup> aparece a seguinte definição para aquele termo: *“Por esta palavra Relíquias se entende entre christãos os ossos, vestidos, ou alguma parte do corpo de algum homem ou mulher santos.”*

No Novo Testamento, no Evangelho segundo S. Mateus, aparece-nos associado à ideia de veneração de objectos sagrados a cura de determinados males: *“Trouxeram-lhe, então todos os doentes, suplicando-Lhe que, ao menos, os deixasse tocar na orla de sua capa. E todos aqueles que a tocaram ficaram completamente curados.”* (Mt.14:36) Nos Actos dos Apóstolos, (19:12) diz também a este respeito: *“A tal ponto que bastava aplicar aos doentes os lenços e os aventais que tinham estado em contacto com o seu corpo para que as doenças e os espíritos malignos os deixassem.”*

Através destas citações do Novo Testamento, a Igreja pretendeu, desde cedo, transmitir a ideia de que o contacto com objectos sagrados ou com Santos trazia a salvação do corpo e da alma. O culto das relíquias é, entre os cristãos, uma das formas para se conseguir ajuda, protecção e intercessão para as graças que se querem alcançar. Daí, a devoção por algo que tivesse estado em contacto com pessoas cuja santidade é reconhecida. As relíquias estão ligadas a rituais de crença e religiosidade e devem ser expostas para serem veneradas. É este o sentido retirado da seguinte afirmação: *“O culto das relíquias testemunha a fé dos cristãos na ressurreição dos corpos e manifesta*

---

<sup>180</sup> DICIONÁRIO TEOLÓGICO. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1795. Tomo III, p. 335-340. (Traduzido para português por Frei José do Espírito Santo Monte).

veneração por esses eleitos. As expressões desse culto foram várias: procissões, bênçãos, peregrinações e estão associadas com a exposição aludida.”<sup>181</sup>

As relíquias dadas à Santa Casa da Misericórdia de Amarante por Frei Manuel de São Boaventura,<sup>182</sup> em 8 de Março de 1727, destinavam-se a decorar e enriquecer a nova Cruz desta Irmandade. As mesmas deviam ser cuidadosamente guardadas e seriam expostas no altar maior, com as luzes devidas, nos dias da Santa Cruz, três de Maio (*Invenção*)<sup>183</sup> e catorze de Setembro, (*Exaltação*)<sup>184</sup> para serem veneradas pelo povo.

---

<sup>181</sup>DICIONÁRIO DE HISTORIA RELIGIOSA DE PORTUGAL - Lisboa: Circulo de leitores, 2000. 4º vol. p. 120-125.

<sup>182</sup>ASCMA - *Livro de relíquias e indulgências, 1727*. Livro 98, fl. 2.

Frei Manuel de São Boaventura, segundo os dados biográficos, que o próprio forneceu no documento da autenticação das relíquias, nasceu na Rua do Covelo, junto à fonte do Couto e foi baptizado na Freguesia de Santa Maria de Cepelos, Bispado do Porto, concelho de Gouveia de Riba Tâmega. Estudou gramática com o Mestre Sacerdote João Rebelo, na vila de Amarante, até aos quinze anos. Com esta idade foi para o Real Convento de S. Francisco da cidade de Lisboa, onde tomou o hábito desta Ordem em 16 de Maio de 1677. Quando fez a doação destas relíquias, Frei Manuel de São Boaventura era: “Lente Jubillado na Sagrada Theologia, qualificador do Sancto Officio, examinador das tres ordens militares consultor theologo do Tribunal da Bulla da Sancta Cruzada Academico Supernumerario da Academia Real da Historia Portuguesa Exvizador Geral e Padre da Provincia dos Algarves, e do Religiozissimo Seminario, e Real Convento de Santo Antonio de Vartojo, ex provincial, e Padre da Provincia de Portugal da Regular observancia de Nosso Seraphico Padre São Francisco.”

<sup>183</sup>ROSÁRIO, Diogo – *Flos Sanctorum ou História das Vidas de Christo e Sua Santíssima Mãe e dos Santos e Suas Festas*. Lisboa: Typographia Universal, 1870. Vol. V, p.30-33.

O dia 3 de Maio é o dia em que se celebra a festa da descoberta ou da Invenção da Santa Cruz em Jerusalém pela rainha Santa Helena, mãe do imperador Constantino Magno. Este envolveu-se em guerra contra Maxencio, tirano que na cidade de Roma havia feito grandes estragos. Constantino ficou bastante preocupado por ser obrigado a participar nesta guerra e num momento de reflexão levantou os olhos ao céu e viu um sinal em forma de cruz. Este sinal vinha de Oriente e era resplandecente de fogo e ao lado deste estavam anjos que avisavam Constantino de que se usasse este sinal venceria. Constantino assim fez e colocou na testa o sinal que tinha visto assim como nas bandeiras do seu exército e mandou fazer o estandarte imperial em forma de cruz. Partiu contra os infieis e levou na sua mão direita uma cruz de ouro. Foi através deste sinal, bandeira da verdadeira fortaleza que Constantino restituiu a liberdade ao povo romano. Sua mãe Helena, mulher de fé, partiu para Jerusalém com o objectivo de encontrar o lugar em que o corpo de Cristo esteve pregado na cruz. A rainha, por revelação divina, conseguiu identificar o lugar onde estava enterrada a cruz em que Cristo fora crucificado. Nesse local fez cavar fundo tendo encontrado as três cruzes. Para saber em qual morreria Jesus, o bispo de Jerusalém, Macário, vendo a rainha angustiada, mandou levar as três cruzes a casa de uma mulher principal da cidade que estava quase morta. Aqui chegados, tocaram primeiro com uma cruz depois com outra e finalmente com a terceira, na mulher moribunda. Esta logo se levantou e andou pela casa toda engrandecendo o poder de Deus. Perante isto, a rainha edificou um templo no local onde achara a cruz e os cravos da cruz levou-os ao filho para colocar nos freios do seu cavalo. Da preciosa cruz levou também uma parte para o seu filho. A restante cruz ficou no mesmo lugar metida numa caixa de prata, onde foi guardada com grande veneração. Desta forma foi celebrado com solenidade, em cada ano, a invenção ou descobrimento da cruz.

<sup>184</sup>IDEM - *Ibidem*. Vol. IX, p. 130-143.

O dia 14 de Setembro é o dia da festa da Santa Cruz, também chamada da Exaltação porque foi neste dia a “gloriosa cruz e a santa fé exaltada”. Antes da paixão de Jesus Cristo, o nome da Santa Cruz era sinónimo de desonra e injúria. A partir do momento em que o “Salvador estendeu os braços na cruz e a esmaltou com o seu preciosíssimo sangue, logo ficou nome doce, nome alegre e nome de honra e glória”. A festa da Santa Cruz é celebrada na igreja com solenidade em honra da mesma cruz que foi achada pela rainha Helena, mãe do imperador Constantino. No ano da Encarnação de 615, Cosroas, rei dos persas, tomou a cidade de Jerusalém destruindo todas as igrejas e profanando lugares sagrados. Daqui levou a Santa Cruz e para ser adorado por toda a gente construiu uma torre de ouro e prata e dentro desta sentava-



Quando estas relíquias fossem gravadas na cruz, este trabalho devia ser feito com cuidado, para que o artífice que o realizasse não o defraudasse. A cruz assim ornamentada servia nas procissões da Santa Casa.<sup>185</sup>

Os cuidados apresentados e enunciados por Frei Manuel de São Boaventura eram regras a ter na veneração das relíquias que deviam ser colocadas em lugares dignos, sendo também escolhidos, para o efeito, metais ricos e pedras decorativas preciosas.<sup>186</sup>

As relíquias da Santa Casa da Misericórdia foram colocadas em: *“huma cruz de prata que intentavão fazer servir nas procissões da dita Santa Casa”* e também com os devidos cuidados: *“e sera preciso que quando o Artifice as grave na Crus seja com a histola de algum de Vossas Mercês para que as não defrude. Para tudo maes que for do servico dessa Illustre Meza fico com as maes rendida obdiencia.”*<sup>187</sup>

As procissões em que esta cruz era mostrada ao povo pertenciam aos rituais que a Santa Casa realizava na Semana Santa, momentos de veneração, de reverência e aceitação de santidade pelos devotos que às mesmas assistiam. Daí os objectos que constam das treze relíquias estarem associados ao nascimento, paixão e morte de Jesus Cristo; aliás, eram também estes os objectos mais procurados para serem venerados como relíquias.

Foram treze as relíquias atribuídas à Santa Casa:

---

se num trono de ouro com a cruz à sua direita. Nesta época era imperador de Roma Heraclio. Este apresentou-se com os seus exércitos ao filho de Cosroas. Este foi vencido e foram-lhe impostas algumas condições entre as quais receber a fé e o baptismo, sob a ameaça de lhe cortar a cabeça e não lhe ser entregue o seu reino. Cosroas negou-se e o imperador Heraclio matou-o mas entregou o reino a seu filho, tendo-o baptizado. Destruuiu a torre e levou a cruz do Senhor a Jerusalém. O acto da entrega da cruz à cidade foi praticado pelo imperador com grande devoção e fervor. Neste dia ocorreram muitos milagres: foi um morto ressuscitado, quatro paralíticos andaram, dez leprosos ficaram limpos, quinze cegos ficaram a ver e muitos que estavam possessos livres do demónio. Este dia ficou em todo o universo como a glorificação e exaltação da cruz mediante a qual se restituiu a vida e a salvação dos fiéis. Outro milagre relacionado com a glorificação da cruz aconteceu numa cidade da Síria, chamada Beryto, na qual haviam muitos judeus. Nesta cidade, um cristão alugou uma casa junto à sinagoga. Nessa casa colocou um painel com Jesus Cristo crucificado. Este cristão mudou-se para outra cidade e a casa em que habitara foi alugada a um judeu. Este viveu nela sem nunca ter reparado no painel. Um dia convidou um parente seu para lá ir jantar. O convidado ao ver a imagem blasfemou e injuriou a mesma acusando o homem que o convidara de traidor. A casa com imagem de Cristo crucificado foi invadida pelos judeus que atormentaram o painel de Cristo tal como este tinha sido na cruz. Para espanto e admiração de todos quando espetaram lanças do lado direito saíram água e sangue que escorreu para uma talha. Como queriam injuriar mais o nome de Deus foram com este sangue e água curarem os enfermos o que também aconteceu. A sinagoga foi pequena para acolher todos os doentes que se queriam curar. Os judeus desta cidade pediram misericórdia ao Senhor para que lhes perdoasse.

<sup>185</sup>ASCMA - *Livro de relíquias e indulgências*, 1727. Livro 98, fl. 1.

<sup>186</sup>DICIONÁRIO DE HISTORIA RELIGIOSA DE PORTUGAL – Lisboa: Circulo de leitores, 2000. 4º vol. p. 125.

<sup>187</sup>ASCMA - *Livro de relíquias e indulgências*, 1727. Livro 98, fl. 1v. -2.

No mês de Abril de 1727 foi efectuada uma despesa com uma cruz de prata no valor de 28.800 reis e no mesmo ano em Junho foi comprado um cristo para a cruz de prata por 3.080 reis. Nestes objectos de prata seriam colocadas as relíquias que a Misericórdia recebera (ASCMA – *Livro de despesas*. Livro 257).

*“1 Primeira: dous pedacinhos ou particulas do Santo Lenho da Santissima Crus, em que padessem por nosso remedio Nosso Senhor Jezus Christo, dos quaes se pode formar huma cruzinha servindo de astea o maes compridinho, e de braços o maes curto, com sua authentica que com este remeto*

*2 Segunda: quatro pedrinhas da Santissima coluna a que esteve atado o redemptor do mundo quando foi flagelado pelos Judeos*

*3 Terceira: huma pedra da gruta da Horta de gethsemani aonde o Senhor orou e suou sangue na morte da sua paixão*

*4 Quarta: Reliquia da Caza onde nasceu a Virgem Maria Nossa Senhora*

*5 Quinta: Reliquia do Santissimo sepulcro de Nosso Senhor Jesus Christo*

*6 Sexta: Reliquia do lugar aonde encarnou o divino verbo nas purissimas entranhas da Virgem Maria Nossa Senhora*

*7 Setima: Reliquia do Santissimo Prezepio aonde nasceo Christo Senhor Nosso*

*8 Oitava: Reliquia do lugar aonde nasceu São João Baptista*

*9 Nona: Reliquia do Santo Monte Calvario*

*10 Decima: Reliquia do Sepulcro dos Sanctos Innocentes*

*11 Undecima: da gruta dos Sanctos Pastores, que forão adorar o Menino Deos nascido*

*12 Duodecima: Reliquia do deserto e lugar aonde jejuou Christo Senhor Nosso*

*13 Terciadecima: Reliquia duas medalhas feitas da terra da Caza de Virgem Maria Nossa Senhora em Nazareth; tirada [Fl.3] a terra de que se formarão as ditas medalhas, do mesmo lugar, em que o anjo annunciou a Sua Encarnação do Divino Verbo em suas purissimas entranhas.”<sup>188</sup>*

Para confirmar a autenticidade das relíquias, foram apresentados documentos comprovativos da mesma. Frei Manuel de São Boaventura confirmou que as relíquias eram verdadeiras e a relíquia do Santo Lenho era autêntica, porque lhe fora enviada por religiosos da ordem de S. Francisco que se encontravam em lugares da Terra Santa. Justifica ainda, e para evitar penas de excomunhão, que estes objectos que vieram do Oriente, foram deste lugar retirados por ocasião de obras ou porque os turcos, árabes e gregos cismáticos as saqueavam. O documento está assinado pelo próprio Frei Manuel de São Boaventura e a sua assinatura e sinal estão reconhecidos pelo Pregador e Público Notário Apostólico do Convento de S. Francisco, Frei Nicolau da Cruz, em 8 de Março de 1727.<sup>189</sup>

<sup>188</sup> ASCMA - Livro de relíquias e indulgências, 1727. Livro 98, fl. 2-3 v.

<sup>189</sup> IDEM – Ibidem. Fl. 3.



Consta ainda, como autenticação da relíquia do Santo Lenho, uma declaração de Frei João de Capristano, que também pertencia à ordem de S. Francisco, e na qual afirma que: *“trouxe de Jerusalem a Reliquia do Santo Lenho de que na dita autenticação se faz menção, dei ao Munto Revrendo Padre Illustre Frei Manoel de S. Boaventura Padre da mesma Provincia = que nela foi provincial dois bocadinhos do sobredito Santo Lenho = dos coaes se pode fazer huã cruzinha para a Santa Caza da Mizericordia da villa damarante patria sua em fe do que fiz este termo da minha letra neste convento [Fl. 4] de S. Francisco da cidade em 7 de Março do presente anno de 1727 e me asino do meu Costumado Sinal.*”<sup>190</sup>

Antes, porém, desta declaração, é apresentada a justificação do Notário Apostólico, com o seguinte teor: *“Digo yo Fray Juan Baquerizo, religioso de Nuestro Padre S. Francisco, y Notario Apostolico de todos los Reynos de España, como dei al Padre Conductor de Portugal Fray Juan de Capistrano para que use da dicta Reliquia de la mesma Cruz de Christo Nuestro Señor; y asi lo digo, juro y declaro por Dios y a que esta Santa Cruz dada em Jerusalem en catorze dias del mez de Agosto del año de mil setecentos, y veinte y seis años = Fray Juan Baquerizo, Notario Apostólico.*”<sup>191</sup>

O Notário Apostólico António Manescal confirma que a atestação é verdadeira, e reconhece a letra e sinal do padre João Baquerizo, que por sua vez, autenticara a relíquia do Santo Lenho, a 14 de Agosto de 1726, que foi entregue por Frei Manuel de São Boaventura, uns meses mais tarde à Misericórdia de Amarante.

Esta certificação das relíquias termina com a confirmação da letra e sinal do irmão Frei João Capristano pelo já mencionado Pregador Notário Apostólico, Frei Nicolau da Cruz.

Frei Manuel de São Boaventura cumpriu assim as formalidades legais necessárias para que as relíquias que enviara à Misericórdia de Amarante fossem veneradas pelos fiéis como autênticas e verdadeiras.

Deve, porém, notar-se que as relíquias se prestaram a muitas falsificações e até mesmo a uma espécie de comércio sagrado.

---

<sup>190</sup>IDEM – *Ibidem*. Fl. 4.

<sup>191</sup>IDEM – *Ibidem*.

### 3. 2. A INSTITUIÇÃO DO SAGRADO LAUSPERENE

Manuel José do Covelo, de que já falamos a propósito das doações que fez ao hospital da Santa Casa, instituiu, por provisão régia de 3 de Maio de 1826, o Sagrado Lausperenne na Igreja da Misericórdia de Amarante.<sup>192</sup> Com esta doação, o seu patrocinador pretendia que: *“O Santíssimo, Augustíssimo Sacramento da Eucaristia, he dos Sacramentos nas Excelencias o primeiro e na perfeição o ultimo, e que fora instituído, como hum sustento e manjar Espiritual, com o que se alimentam as nossas almas, e acrescentando a vida Espiritual d'alma a sustenta, conforta e deleita a quem dignamente o recebe, incorporando-nos com Christo, avivando-nos a Fé, alentando-nos a Esperança, dando novos fervores à Caridade reprimindo os vícios, e apetites desordenados, diminuindo as tentações, e prezeverando-nos de pecados, e isto alem d'outros innumeraveis effeitos, que expendem os Santos Padres, estava determinado por estas justas e Religiozas considerações e de seu motu próprio, livre, e espontanea vontade a doar, como por este Publico Instrumento doa d'hoje para todo o sempre a esta Santa Casa da Misericórdia a quantia seis contos de reis, para servirem de fundo patrimonial da Instituição do Sagrado Lausperenne na Igreja desta mesma Santa Casa, com o seu rendimento se expor o Santíssimo Sacramento com a Solenidade, Culto, e Ornato possível, conforme aos ardentes desejos, que animam o dito Sargento Mor Manoel José do Covelo.”*<sup>193</sup>

No contrato realizado em 1 de Maio de 1826, as condições impostas por este doador foram as seguintes:<sup>194</sup>

- que todos os provedores e mesários da Santa Casa, desde a data de realização do contrato, e enquanto o mundo durar, exponham o Santíssimo Sacramento no Altar-mor da Igreja da Misericórdia, durante todos os domingos do ano, com solenidade, culto e ornato que for possível;
- no Inverno, a exposição do Santíssimo Sacramento deve ser feita entre as oito da manhã até ao pôr do Sol e de verão das sete da manhã até ao sol posto. Nunca estes horários poderiam ser alterados por motivo algum;

<sup>192</sup> ANTT- Livro da Chancelaria de D. Pedro IV. Livro 2, fls. 45 v-46.

<sup>193</sup> ASCMA - Livro para o capital do Legado do Sagrado Lausperenne instituído por Manuel José do Covelo 1826. Livro 65, fl. 2.

<sup>194</sup> IDEM - Ibidem. Fls. 2-5.



- aos sábados à noite e no domingo de manhã devia ser tocado o sino para avisar os fieis da exposição do Santíssimo Sacramento. No acto de exposição, devia ser cantado o “*Tantum Ergo*”, o Bendito por três vezes com “*Gloria Patri*” e o que mais parecer ao sacerdote para devoção dos fiéis;
- nenhuma mesa podia desviar o capital do Sagrado Lausperene para outro fim que não aquele para o qual foi instituído, ainda que para tal obtivesse Breve Apostólico, se este fosse concedido, o contrato de instituição ficava sem efeito,
- o juro do capital do Sagrado Lausperene não podia ser emprestado, a não ser por parcelas que não ultrapassassem os 400.000 reis; e sob hipoteca garantida de bens de raiz livres e com fiadores devidamente credenciados e abonados;
- nas escrituras de empréstimo do dinheiro do Sagrado Lausperenne os devedores deviam comprometer-se a responder perante a justiça. Caso não pagassem os juros nos prazos estabelecidos, seriam por tal motivo chamados à justiça. Nem aos irmãos ou outros que tivessem qualquer graduação lhes podia ser concedido um prazo mais alargado;
- a cada pessoa que solicitasse empréstimo não lhe podia ser concedido mais que 400.000 reis, ainda que os pedidos de empréstimo fossem feitos em períodos diferentes,
- todas as esmolas de acções ou legados que se juntassem ao culto, ornato e solenidades do Sagrado Lausperene, deviam integrar o fundo do mesmo;
- devia ser feito um cofre com três chaves diferentes para aí serem guardados os dinheiros e créditos deste fundo. Devia também existir um livro separado dos restantes da Santa Casa para nele ser efectuada a receita e despesa do capital deste fundo. Neste livro devia estar a escritura da Instituição deste legado;
- caso a Santa Casa da Misericórdia de Amarante não cumprisse estas clausulas, este fundo revertia a favor do hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Cidade do Porto ou na falta deste, ao hospital Real de Santo António da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade;
- caso se verificasse alguma omissão pelos mesarios da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, não podiam ser ouvidos em juízo com causa sem primeiro entregarem o fundo doado e respectivo rendimento a uma das instituições acima nomeadas;
- deste fundo não podia ser feita nenhuma dívida ou penhora por parte da Misericórdia, nem anterior nem posterior a esta doação. Se acontecesse alguma penhora, embargo ou sequestro deste fundo e os mesários não o pagassem, só com a intenção de o distratar e aniquilar, o património deste legado passaria para as instituições já citadas.

As despesas com a cera do Lausperene estavam a cargo da Santa Casa.

Perante todas estas condições, que o doador exigia que fossem cumpridas enquanto o mundo durasse, o mesmo apresentou na mesa a quantia de seis contos de reis, em moedas correntes do reino, de ouro e prata.

No ano de 1827, o fundo do Lausperene era de 6.514.675 reis e o seu juro de 325.733 reis. Os encargos deste legado eram de 220.000 reis, gastos em cera todos os domingos do ano para a exposição do Santíssimo; 37.440 reis com os ordenados acrescidos ao reverendo Capelão - Mor e Sacristão; 20.000 reis para a fábrica dos paramentos e outros ornamentos.<sup>195</sup>



*Retrato a óleo /tela de Manuel José do Covelo - Santa Casa da Misericórdia de Amarante. C.1826-1830. Medida. 95cmx60cm.*

Em 17 de Maio de 1826, Manuel José do Covelo fez a doação de alfaias para serem usadas na Igreja da Misericórdia de Amarante. Os objectos doados eram as seguintes: uma imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, cuja festa se devia realizar a 2 de Julho; uma imagem do Senhor da Agonia, que seria colocado no Trono da Santa Casa e com a obrigação de lhe fazer, no primeiro domingo de Janeiro, a festa ao Senhor Jesus. Os encargos destas festividades eram da responsabilidade da Santa Casa. Além destas, ofereceu, ainda, oito cortinas para as quatro frestas da Capela-Mor em damasco de seda; a cortina do arco do Cruzeiro da Capela-Mor, guarnecida com os seus galões dourados; um pavilhão de seda branco, para cobrir o Santíssimo Sacramento na Capela-Mor; umas cortinas de veludo com ouro fino e outras de cambraia encarnada para guarnecerem o camarim de Nossa Senhora da Misericórdia; vinte e quatro jarras para servirem no Trono, Banqueta do Santíssimo Sacramento, com a obrigação de serem reformadas quando necessário; uma “Santa e preciosa Relíquia”, toda em prata e que devia ser

<sup>195</sup> ANTT - Ministério do Reino. *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 431, Caixa 539, fls. 4 e 5v.



colocada no meio da Igreja da Santa Casa, a qual seria dada a beijar aos fieis por um irmão.<sup>196</sup>

Conforme o documento número XXXII (ver apêndice documental) e que apresenta os encargos com os legados durante o século XVIII, constatamos que alguns destes legados foram instituídos no século XVI e XVII (apresentamos alguns testamentos e doações relativos a estes períodos), tendo-se mantido até ao século XIX os seus encargos. Tal como aconteceu noutras irmandades de Misericórdias, também a de Amarante teve de proceder a remodelações nos encargos dos legados instituídos a seu favor. A redução destes está relacionada com o valor da esmola dada aquando da sua instituição. Esta era diminuta para as obrigações solicitadas aquando da efectivação das doações. A acrescentar a isto, não havia padres suficientes para rezarem as missas, sendo o preço pago pelas mesmas, considerado muito baixo, pelos poucos sacerdotes que existiam.<sup>197</sup> O acumular de missas por rezar e o consequente incumprimento dos legados às quais as mesmas diziam respeito, levou algumas Misericórdias a efectuarem pedidos de redução de encargos de alguns legados de pequenas esmolas à Santa Sé, através da concessão de Breves Apostólicos.

Assim aconteceu com a Misericórdia de Amarante, a quem no ano de 1802, foi concedido um Breve de Sua Santidade sentenciado em 16 de Setembro de 1803.<sup>198</sup> Com esta autorização, a Santa Casa da Misericórdia de Amarante ficou com a obrigação de rezar uma missa quotidiana por intenção dos instituidores de legados, que se achavam reduzidos pelo Breve Apostólico pedido e alcançado no ano de 1802. Alguns destes legados reduzidos tinham obrigação de rezar missa na igreja da Santa Casa, contudo a sentença que os reduziu não determina a sua celebração naquela igreja mas em qualquer outra e isto para libertar a Misericórdia de encargos que a impedissem de socorrer e

---

<sup>196</sup>ASCMA - *Livro para o capital do Legado do Sagrado Lausperenne instituído por Manuel José do Covelo*, 1826. Livro 65, fls. 6-8.

<sup>197</sup>ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa*, 1739 - 1803. Livro 1, fl. 40.

Em Julho de 1774, em reunião da mesa, então presidida por Francisco de Sampaio de Noronha, foi proposto, que fosse dirigido um pedido a Sua Santidade, para reduzir o número de missas que a Santa Casa tinha a seu cargo. Tal medida devia ser tomada em virtude da Santa Casa ter sob a sua responsabilidade uma relação elevada de missas, cuja esmola era pequena, e por este motivo, não havia padre que as dissesse por um preço tão reduzido. Esta proposta, tomada pela mesa do ano de 1774, não deve ter sido levada a efeito porque, em Julho de 1785, foi decidido enviar um servo ao papa para reduzir o número de missas que estavam por cumprir, cujas esmolas eram diminutas. Em Agosto desse ano, foi proposto pagar aos capelães que rezassem as missas aos domingos e dias santos, 280 reis, contra os 120 reis pagos habitualmente.

<sup>198</sup>ASCMA - *Livro de relação de missas que a Santa Casa tem obrigação de satisfazer*, 1801 -1861. Livro 68, fl. 3.

amparar da melhor forma os pobres. Através deste documento, ficou também obrigada a Santa Casa a mandar rezar mais 40 missas pela alma dos legatários que deixassem à Santa Casa um fundo superior a 600 reis.

Analisando os encargos apresentados pela Santa Casa, nos anos de 1822 e 1827, conforme os documentos números XXX e XXXI (ver apêndice documental), relativamente àqueles apresentados no século XVIII, verifica-se que os encargos no século XIX, apesar de serem em data posterior à concessão do Breve que os reduziu, ainda eram elevados (confrontar com o documento XXXIII em apêndice documental). Durante o século XVIII instituíram-se legados que se tornaram onerosos às mesas que geriam os destinos da Misericórdia de Amarante. Daí as medidas propostas por algumas mesas, alertando para as fragilidades da Misericórdia na resolução daqueles encargos. As despesas com legados que tinham sido gratificantes para a Misericórdia de Amarante, continuaram a cumprir-se (Legado de Baltasar Vieira, Dr. Domingos Cerqueira Moniz, Manuel José do Covelo, da casa da Faia, os legados para vestir os pobres).



**CAPÍTULO VI**  
**ECONOMIA E FINANÇAS**

## 1. ACTIVIDADE FINANCEIRA

A organização da vida económica das misericórdias traduz as solicitações a que estas respondiam. Eram estas as necessidades básicas que as misericórdias tinham de assegurar: dar de comer a quem tinha fome, socorrer os pobres com esmolas, cuidar dos doentes e enfermos, dar abrigo a mendigos e peregrinos, enterrar os mortos. Em simultâneo, e como consequência do cumprimento dalgumas destas obrigações, as misericórdias tinham a seu cargo despesas com missas, festas religiosas e manutenção dos bens dos quais eram proprietárias. Assumir estes encargos implicava a disponibilização de meios de financiamento que, por vezes, não eram suficientes para suprir estas necessidades.

As misericórdias obtinham rendimentos através de peditórios e esmolas feitos nas ruas e nas igrejas, com foros, aluguer de bens próprios e o empréstimo a juros do dinheiro proveniente de legados por vezes avultados.

Para a apresentação das despesas e receitas, realizadas na Misericórdia de Amarante, eram nomeados dois irmãos de dois em dois meses. O ano económico da instituição era contabilizado desde o início de Julho até ao fim de Junho do ano seguinte. No dia 2 de Julho, antes da eleição da nova mesa, eram apresentadas as contas finais da instituição.

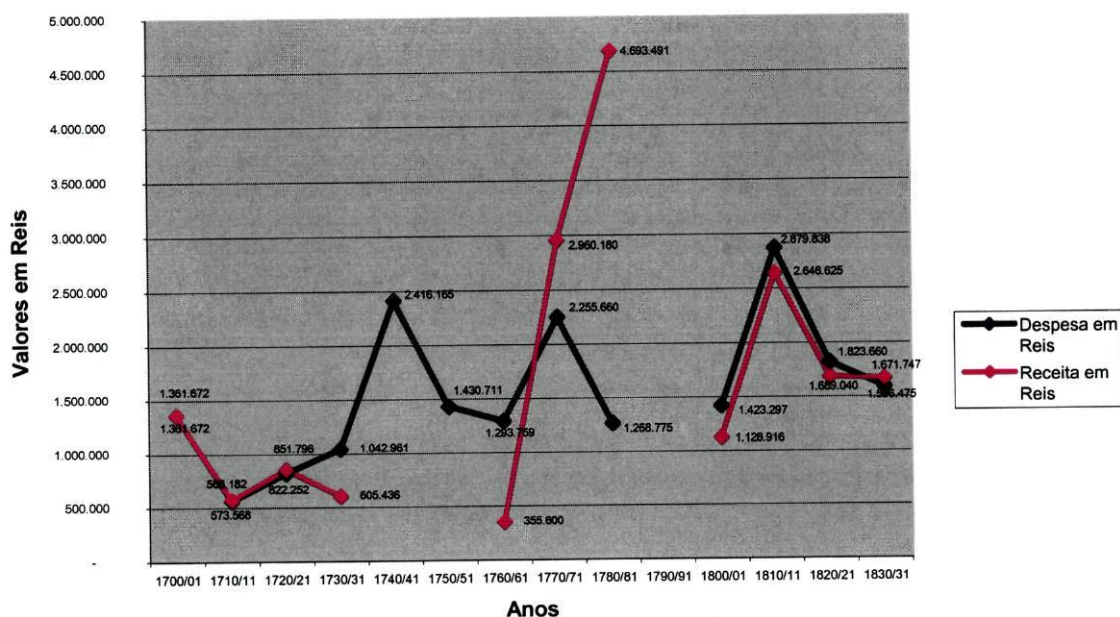
A análise do dinheiro dispendido e ganho pela Misericórdia de Amarante foi feita a partir dos livros de receita e despesa, no período de 1700-1830.<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> Durante este período (1700-1830) há falta de documentos para determinados anos. Designados como livros de receitas e despesas, em quase todos se encontram apenas despesas. Quanto aos livros de receitas, no período de 1731-1768 e em 1790, não foi possível apurar dados. Nos livros de irmãos esmoleres encontrou-se alguma informação relativa a receitas e despesas da Santa Casa da Misericórdia de Amarante. Desta forma, foi possível colmatar algumas falhas ocorridas nos livros de despesas. Contudo, foi de todo impossível aceder às despesas dos anos de: 1749-1753, 1756-1759; 1761-1763; 1764-1770 e 1790-1791.



## Evolução de receita e despesa da Misericórdia de Amarante de 1700-1830



Fontes: ASCMA - Livros de receita e despesa nºs. 230, 234, 235, 238, 243, 253, 261, 263, 275, 280, 287, 290, 296, 300, 302, 309.

Gráfico - 1

Verificamos através da análise do gráfico nº 1 que ao longo do século XVIII e inícios do século XIX, houve uma tendência para o aumento da despesa em comparação com a receita. Foram anos de desequilíbrio orçamental na vida da instituição. Desde o início do século XVIII que os irmãos que geriram a Misericórdia da Amarante encetaram esforços junto da Coroa para obterem mecanismos legais que lhes permitissem controlar os saldos negativos das contas da Santa Casa.

Em 15 de Setembro de 1716 foi emitida uma provisão régia que permitia aos irmãos da Misericórdia de Amarante cobrarem as suas dívidas como fazenda real. Deste modo quer o juiz e oficiais da vila de Amarante, deviam cobrar as dívidas da Misericórdia, não só na sua jurisdição como fora dela, e das mesmas apresentar contas. Em 17 de Fevereiro de 1734, outra provisão régia concede a esta Irmandade juiz privativo, o juiz de fora da vila de Amarante. Este devia conforme as contas que os irmãos da Misericórdia lhe apresentassem, executa-las no circuito de dez léguas.<sup>200</sup> Em reunião da mesa de 1763, foi proposto e aceite pelos presentes, que fossem entregues através de

<sup>200</sup> ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores reis passados deste reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fls. 23 v. e 57.

notificação, ao juiz de fora, os livros dos devedores, para que este fosse o executor das dívidas.<sup>201</sup>

Em 1780-1781 verifica-se um aumento da receita relativamente ao restante período. Este facto deve-se a cobranças de dinheiro emprestado a juros.<sup>202</sup>

Confrontando estes valores de recibo de juros com o dinheiro emprestado (Gráfico nº 5) constata-se que desde a década de 30 do século XVIII se observa um aumento do dinheiro emprestado a juros e que só no ano de 1770, foram emprestados 5.921.000 reis.<sup>203</sup> A explicação para a diferença de vários anos entre o momento de empréstimo e de recibo de juros ou liquidação das dívidas, prende-se com o facto desses empréstimos serem concedidos, a pessoas influentes, que demoravam bastante tempo a pagar juros, saldar as suas dívidas ou reformar as escrituras destas. As medidas para pressionar os detentores de dinheiro emprestado pela Misericórdia foram-se sucedendo: a 16 de Setembro de 1768, a mesa propunha que fossem executados os juros vencidos e as escrituras com fiadores; em 19 de Agosto de 1787, as dívidas que estivessem acrescidas de juros há bastante tempo seriam executadas, caso não fosse feita a reforma das mesmas.<sup>204</sup>

---

<sup>201</sup> ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa, 1739 - 1803*. Livro 1, fl. 25.

<sup>202</sup> ASCMA - *Livro de Contas dos Irmãos esmoleres da Santa Casa, 1779-1780*. Livro 230, fls 86. São apresentados dois valores de 2.042.207 e 2.460.972 reis de recibo de próprios e de juros, respectivamente.

<sup>203</sup> ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa, 1739 - 1803*. Livro 1, fls. 22v -24 e 32.

Em reuniões de mesa da irmandade, um dos assuntos abordados com pertinência em várias sessões, foi a cobrança de dívidas resultantes de empréstimo de dinheiro a juros. Em 19 de Abril de 1758, o provedor da Misericórdia de Amarante alertou os restantes elementos da mesa para o estado deplorável em que a Irmandade se encontrava, em virtude de lhe deverem bastante dinheiro.

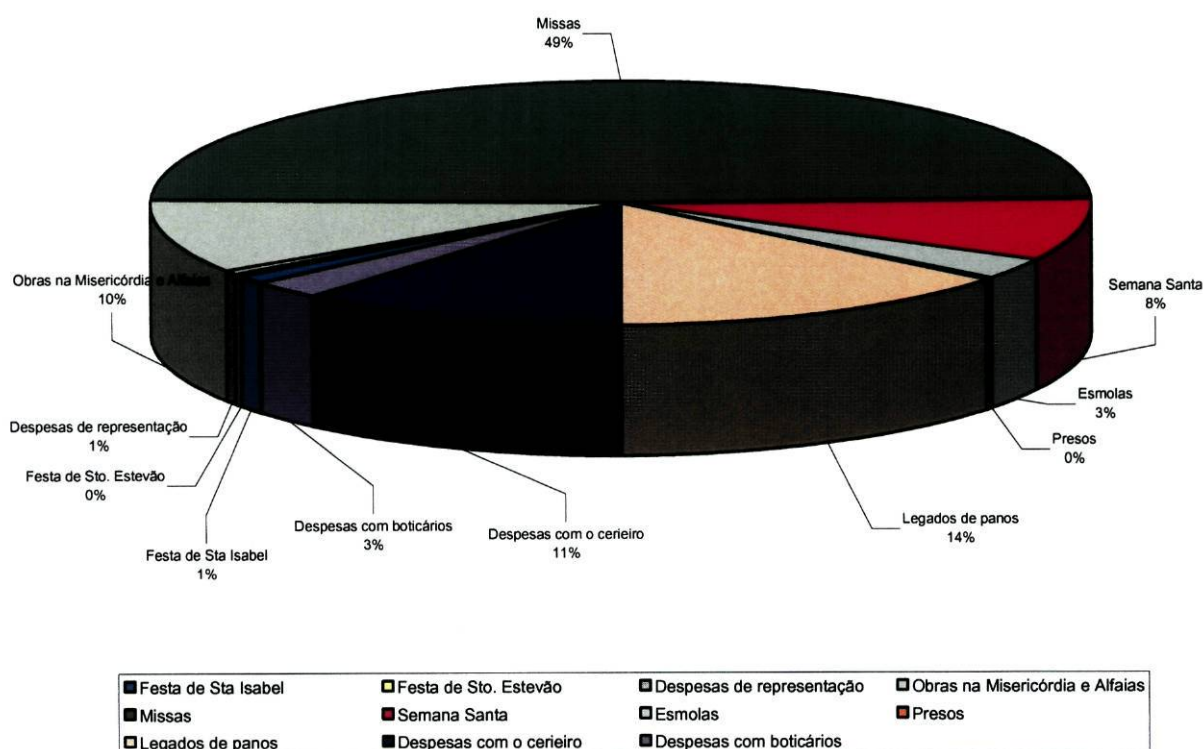
Na sessão de 16 de Setembro de 1768, a mesa decidiu que fossem executados os juros vencidos, assim como as escrituras que tivessem fiadores.

<sup>204</sup> IDEM – *Ibidem*. Fls. 32 e 58 v.



## 2. AS DESPESAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

### Despesas da Misericórdia de Amarante 1700-1830



Fontes: ASCMA - Livros de receita e despesa nºs. 226 a 230, 235, 239, 244, 249, 250, 255 a 261, 283 a 285, 287, 289 a 303, 307 a 309

*Gráfico - 2*

#### 2. 1. DESPESAS COM MISSAS

Conforme o gráfico (nº 2) acima apresentado, as despesas com maior destaque no orçamento da Misericórdia de Amarante, durante o período analisado, são os pagamentos de missas rezadas. O valor elevado destas despesas está relacionado com os legados feitos a favor desta Misericórdia. Estes legados, como já foi referido anteriormente, impunham como condição decorrente da sua aceitação por parte da Santa Casa de Amarante, a obrigação de rezar determinado número de missas pela alma dos doadores. Por vezes o valor dos legados não era proporcional às obrigações implícitas

nos mesmos. As sucessivas mesas tiveram, portanto, algumas dificuldades em saldar as contas com os capelães que tinham ao seu serviço.<sup>205</sup>

O acumular de dívidas aos capelães que rezavam as missas na Misericórdia de Amarante, com o consequente incumprimento das obrigações expressas nos legados recebidos, levou esta Misericórdia a solicitar a redução das missas de determinadas doações, através de Breve Apostólico.

No gráfico nº 3 a seguir apresentado, confirma-se a diminuição significativa do número de missas após a concessão do documento que permitiu à Misericórdia de Amarante a sua redução. As missas diárias e semanais desceram consideravelmente, enquanto que as missas de Natal e cantadas tiveram um pequeno aumento, devido a alguns legados que foram feitos nos finais do século XVIII e eram vantajosos economicamente para a Misericórdia, (caso do legado de Ana Barbosa). As missas inerentes ao culto e obrigações da Misericórdia mantiveram-se. Em 1822, a Misericórdia voltava a ter como obrigação rezar 2374 missas.<sup>206</sup> Em 1827, as missas importavam numa despesa de 247.680 reis.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup>Verificamos, ao longo das décadas do século XVIII, a apresentação de valores consideráveis para pagamentos a capelães que, nalguns casos, já transitavam de anos anteriores.

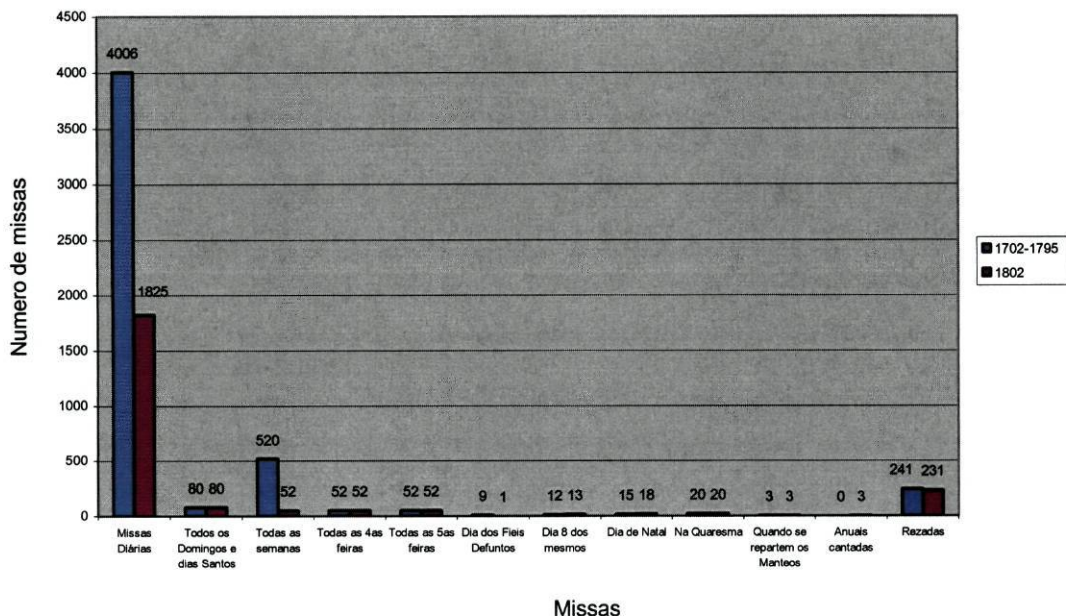
Em Junho de 1709 foram dispendidos 135.620 reis com missas a capelães. No ano económico de 1718/19 foi pago aos capelães dos legados a quantia de 289.135 reis. Em 1720/21 foi apresentada uma despesa de 60.000 reis para pagamento do que se ficara a dever do ano anterior ao capelão. Em 1723/24 volta a ser paga uma dívida do ano anterior aos padres, no valor de 197.625 reis e, em 1726/27, é pago ao capelão o montante de 138.655 reis, que ficara por pagar do ano anterior. No ano de 1728/29, as despesas com as missas de Natal e de Santo Estêvão são de 16.850 reis e 274.126 reis para pagamento aos capelães do que não fora pago no ano anterior. Nos anos de 1744/45 e 1753/54, respectivamente, são apresentados 117.505 e 404.786 reis para pagamentos dos anos anteriores a capelães. Ao capelão da missa de luz, em 1782/83, é pago 18.800 e 9.560 reis para as missas cantadas nos dias dos fiéis de Deus, Natal e de Santo Estêvão. (Fontes: ASCMA *Livros de receita e despesa* nºs 251, 253, 256, 257, 259, 285, 293, 297, 300 302, 307.)

<sup>206</sup>ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 441, Caixa 552, fl. 1.

<sup>207</sup>IDEM - *Ibidem*. Maço 431, Caixa 539, fl. 5.



## Relação de Missas a cargo da Misericórdia de Amarante no séc. XVIII e após a redução do Breve Apostólico em 1802



Fonte: ASCMA - Livros 58 e 68.

Gráfico - 3

### 2. 2. DESPESAS COM O CULTO E RITUAIS

▪ O cerieiro foi uma fonte de despesa considerável para a Misericórdia de Amarante.<sup>208</sup> As razões para esta despesa estão também ligadas às missas que eram rezadas e as festas religiosas que estavam a cargo da Misericórdia. Ao longo do século XVIII verifica-se que as celebrações da Semana Santa adquiriram importância como rituais da responsabilidade exclusiva da Misericórdia de Amarante.

▪ As primeiras despesas que apareceram relativas à Semana Santa eram destinadas aos músicos da Quaresma e aos músicos da procissão. Os primeiros tocavam nas missas e sermões, e os músicos de procissão eram os de quinta e sexta-feira santas. Nesta quadra, era costume também dar pão aos pobres e esmolas. Apareceram referências a estas despesas. Outros gastos foram surgindo progressivamente: o pão leve aos anjos; a armação dos passos; o transporte dos fogaréis; o canto da ladaíinha; o pregador da Quaresma e do dia de Páscoa; os archotes; as propinas para o sacristão na Quaresma; o

<sup>208</sup> As despesas com o cerieiro no ano de 1721/22 foram de 57.600 reis e, dois anos mais tarde, eram já de 176.800 reis. No ano de 1732/33, a despesa com o cerieiro foi de 38.100 reis. Em meados do século, no ano de 1753/54, foi pago à cerieira Josefa Maria de Santa Rosa a quantia de 74.240 reis. No ano de 1770/71 foram gastos com cera 9.600 reis e em 1773/74, 410.000 reis. (Fonte: ASCMA - *Livros de receita e despesa n<sup>os</sup> 254, 256, 261, 297, 302, 303.*)

pregador do lava-pés juntamente com água-flor para a mesma cerimónia e rosmaninho. Desde o seu aparecimento que as Misericórdias tiveram a seu cargo as cerimónias da Semana Santa. A introdução, ao longo dos tempos, de novas práticas de culto com o consequente encarecimento das cerimónias religiosas, evidencia a importância que estes festejos adquiriram na vila de Amarante e concelhos vizinhos (Gestaço e Gouveia).<sup>209</sup>

Nos inventários realizados pelos capelães da Misericórdia da Amarante são apresentadas alfaías que pertenciam à sacristia da Misericórdia, sendo alguns desses objectos específicos das cerimónias da Quaresma: nove insígnias da Semana Santa; um véu de seda branca matizado a vermelho do esquife do Senhor; o esquife do Senhor todo pregado e agalado com galão e pregos de ouro, feito de veludo preto e franja de ouro em redondo; uma caixa de pau de castanho que levava 10 alqueires onde se guardava a armação da Semana Santa; três escadas, uma de cinco passadas e as outras duas com quatro degraus cada uma, de descer o Senhor da Cruz em sexta-feira Santa; uma Cruz redonda de castanheiro que servia para por o Senhor na Semana Santa tingida de verde com seus nós [Senhor da Cana Verde]; dois andores; um do Senhor Ecce Homo e outro do Santo Cristo com 4 forquilhas; um caixão com vidraça onde está o Senhor Ecce Homo; uma cruz de prata com o Santo Lenho; duas escadas que servem para fazer o trono na capela-mor pela Semana Santa; o Santo Súdario; um vestido da Senhora de Festa e outro de seda preta; uma toalha do descendimento e outra da cinta do Senhor; um véu de rubis; as insígnias e tocheiros das procissões e enterros; as insígnias de quinta-feira Santa; a túnica do Senhor dos Passos.<sup>210</sup>

---

<sup>209</sup> A despesa com os músicos da Quaresma em 1711/12 foi de 5.700 reis e, no ano de 1732/33, foram gastos 7.000 reis. Em 1742 foram pagos aos músicos 8.600 reis e 960 reis aos músicos de sexta-feira santa. No período entre 1746/47 e 1750/51, a música da Quaresma foi paga a Álvaro de Sousa pelo valor de 9.600 reis. Durante estes anos a música da procissão custava 1.200 reis. Quase no fim do século, em 1798/99, a música do dia de Páscoa atingiu o montante de 23.000 reis. O pregador da Quaresma em 1773/74 custou 25.600 reis, em 1783/84, 48.000 reis e em 1801/02, 38.400 reis.

A seguir apresentam-se as despesas em reis com a Páscoa de 1780, ilustrando as mesmas o cuidado que a Misericórdia de Amarante colocava na execução destes rituais religiosos:

Ir a Vila Real buscar diamantes para os anjos, 480; pão leve para a Semana Santa, 7.050; botins para os profetas, 3.520; sapatos da Madalena, 950; para os fogaréis, 1.320; lantejoulas para os anjos, 1.200; pregador do lava-pés, 4.800; pregador da Quaresma e Semana Santa, 21.600 reis; músicos da Quaresma e Semana Santa, 38.020; armador de panos, 14.400; armador de panos na ceia de quinta-feira, 795; água de flor para o lava-pés, 80; propinas do procurador e sacristão, 920; pintar os murriões dos profetas, 1.600; feitiço dos mesmos e barbas, 1.080; 14,5 varas de fitas de água para os botins, 1.450; padres que cantaram a missa em dia de Páscoa, 1.200; aluguer de baetas, 1.520; ajudar a vestir os profetas, 600; botins dos anjos, 680; ajudar a vestir os anjos, 480; um cobertor que se desfz para os anjos, 300; uma saia de seda que se desmanchou para os mesmos, 300. (Fonte: ASCMA - *Livros de receitas e despesas n.ºs 226, 231, 244, 261, 290, 294, 303, 308, 309.*)

<sup>210</sup> ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa.* Livro 89, fls. 19-20, 38-39, 43-45, 56-57, 61-62, 73-75.



- A festa de Santa Isabel e de Santo Estêvão eram celebradas pela Misericórdia de Amarante, respectivamente, no dia 2 de Julho na Igreja da Misericórdia, e no dia 26 de Dezembro na Capela de Santo Estêvão na Rua da Ordem. A festa de Santa Isabel teve maior representatividade porque se tratava da festa da Irmandade. Era neste dia que eram apresentadas as contas do ano económico findo e que se realizava a eleição da nova mesa. A partir de meados do século XVIII, tal como aconteceu com as celebrações da Páscoa, aumentam os gastos com a festa da Visitação.<sup>211</sup>
- Nas despesas de representação estão incluídas as despesas feitas com o salário do procurador e seus adereços (chapéus, fivelas), vestuário e calçado. Esporadicamente, apareciam também despesas com roupa e calçado para o sacristão.

### **2. 3. DESPESAS COM A IGREJA E ALFAIAS DA MISERICÓRDIA**

A manutenção da Igreja da Misericórdia sempre recebeu as atenções das sucessivas mesas desta Irmandade. A aparência do edifício e o recheio contribuíam para garantir, quer à Instituição, quer a quem a dirigia, estatuto favorável no meio em que estava inserida.

A Misericórdia e a Casa do Cabido tinham uma área aproximada de 433,2 m<sup>2</sup> e o terreiro ladrilhado que tinha na frente destas media 547,7m<sup>2</sup>.<sup>212</sup> Temos conhecimento que no terreiro da Misericórdia existia um pelourinho. Por requerimento, dirigido à Câmara de Amarante em 1617, os irmãos da Misericórdia solicitaram a mudança deste pelourinho para as imediações da Capela de Santa Luzia, cuja responsabilidade pertencia aos religiosos do Convento de S. Gonçalo.<sup>213</sup>

Nesta Igreja existiam três altares: o altar-mor e dois altares colaterais. Estes últimos tinham duas imagens, uma do Senhor Ecce Homo e outra do Santo Cristo.<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> Os primeiros gastos com estas festividades respeitam a música e missas. Em 1710/11, a festa de Santo Estêvão custa 2.200 reis e, dois anos mais tarde, a música da festa de Santa Isabel custa 2.500 reis. Em 1741/42, a música de Santo Estêvão custou 2.400 reis e, em 1743, a música de Santa Isabel, porque trazia uma rabeca a mais, custou 2.880 reis. No ano de 1753/54 foram gastos 2.940 reis na festa de Santo Estêvão e com a de Santa Isabel 3.000 reis. Em 1751 compram para a festa de Santa Isabel espadanas e incenso por 300 reis, pólvora por 160 reis, e luminuras por 480 reis. A música custou 2.400 reis. Com esta cerimónia em 1772/73 gastou-se com a música e o sermão 7.200 reis. No ano seguinte foram gastos na festa de Santo Estêvão 840 reis. Em 1819/20, a festa do dia 2 de Julho custou 15.700 reis e a de Santo Estêvão, 1.200 reis. No ano de 1827, na festa de Santa Isabel, foram dispendidos 24.960 reis. (Fonte: ASCMA *Livros de Receita e despesa nos* 226, 235, 243, 246, 290, 291, 297, 302, 303.)

<sup>212</sup> ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 23.

<sup>213</sup> ANTT - *Memórias Paroquiais. Vila de Amarante*. Fls. 444-445.

<sup>214</sup> IDEM - *Ibidem*. Fl. 443.

Analisando os inventários dos bens da sacristia desta igreja, verifica-se um aumento das alfaia para o culto religioso. O primeiro inventário que se conhece foi feito em 1680 e é relativamente pobre comparado com os inventários, feitos ao longo do século XVIII, pelos padres responsáveis pelos bens da sacristia. Das alfaia para o culto e procissões constavam: várias unidades de turíbulos e navetas com colheres em prata lavrada; cálices de prata; castiçais prateados; cruz de prata; vasos e caldeiras em estanho; tochas; vaso dourado para o sacrário; custódia em prata para exposição do Santíssimo; forquilha prateada; lâmpadas de prata.<sup>215</sup>

Estes objectos para o culto, que pretendiam evidenciar sinais de riqueza e sumptuosidade, contribuíram também para que a despesa com a Igreja da Misericórdia fosse considerável. Para além desta despesa, ao longo de todo o século XVIII efectuaram-se obras na Igreja, que atingiram maior relevo na década de 70 e 80 do mesmo século.

Em reunião da mesa de 1 de Janeiro de 1771 foi decidido fazer uma Casa de Despacho para a Irmandade da Misericórdia, separada da igreja. Decidiu-se também fazer uma capela nova e obras na igreja. As obras de pedreiro da Capela-Mor e da Casa de Despacho foram entregues a José António Ribas de S. Veríssimo pelo preço de 790.000 reis, comprometendo-se a Misericórdia a fazer à sua custa os carros de pedra e saibro, os alicerces e a cal necessários.<sup>216</sup>

### **2. 3. 1. A IGREJA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE E FREI JOSÉ DE SANTO ANTÓNIO FERREIRA DE VILAÇA**

Na apresentação das contas do dia 1 de Março de 1771 foi pago a Frei José de Santo António, morador em Pombeiro, a quantia de 12.800 reis.<sup>217</sup> Na rubrica desta despesa não é especificado o trabalho que é feito pelo pagamento daquela quantia. Todavia, estamos em condições de afirmar que aquela despesa justifica o pagamento ao escultor beneditino, Frei José de Santo António Ferreira de Vilaça, pela sua obra no desenho de retábulos da Misericórdia de Amarante.

---

<sup>215</sup>ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa, 1739 - 1803*. Livro 1, fls. 19-20, 30-31, 38-39, 43-45, 56-57, 61-62, 73-75.

ASCMA - *Livro do Tombo de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 43.

ASCMA - *Inventário dos bens e objectos da Santa Casa da Misericórdia, 1680-1681*. Livro 94, fl. 10.

<sup>216</sup>ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa, 1739-1803*. Livro 1, fls. 32 v. e 33.

<sup>217</sup>ASCMA - *Livro de receita e despesa, 1770-1771*. Livro 302, fl. 25v.



Robert Smith nos seus valiosos estudos, realizados na década de sessenta do século XX, sobre a talha portuguesa de século XVII e XVIII, descobriu um precioso manuscrito para o conhecimento da arte deste período: *Livro de Rezam*.<sup>218</sup>

Este documento é uma espécie de diário de Frei José de Santo António. Através das informações nele contidas, foi possível identificar este como o autor das principais obras de talha de igrejas do norte do país, bem como das mesmas nos mosteiros da ordem de S. Bento da região de Entre Douro e Minho.<sup>219</sup>

Uma das primeiras obras conhecidas deste mestre beneditino da talha portuguesa, foi feita em 1754, tinha este então apenas 22 anos, para o retábulo da Capela-mor da Igreja do Convento de Santa Clara em Amarante.<sup>220</sup>

No seu *Livro de Rezam*, regista: “A 10 de Julho de 1773 a.[no] que fiz os riscos da Mezericordia de Amarante.”<sup>221</sup>

É com satisfação que acolhemos a notícia deste notável entalhador, que já a Amarante tinha dado o seu labor artístico, por também ter contemplado a nossa Misericórdia com a sua arte. É por volta de 1773, que Robert Smith lhe atribui a feitura do retábulo do Desterro da Igreja dos Clérigos de S. Pedro, em Amarante.<sup>222</sup>

Frei José de Santo António dispunha de trabalhadores para as suas obras. Durante este período Frei José encontrava-se no Mosteiro Beneditino de Pombeiro (Felgueiras). Daí que encontremos as despesas com carpinteiros de Pombeiro.<sup>223</sup>

Lamentamos que esta obra de arte, que a Irmandade da Misericórdia de Amarante encomendou a Frei José da Santo António, tivesse praticamente desaparecido. Transcrevemos as palavras do ilustre historiador de arte sobre a descrição do que restam dessas peças feitas pelo monge beneditino: “Perderam-se os retábulos quando a igreja foi reformada em 1806, os livros da Irmandade logo depois, quando em 1809 o exército francês invasor incendiou grande parte da povoação.

---

<sup>218</sup> SMITH, Robert - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1972, vol. 1, p. 17-30.

<sup>219</sup> IDEM. *Ibidem*.

<sup>220</sup> IDEM. *Ibidem*. Vol. 2, p. 705.

<sup>221</sup> ADB. *Livro de Rezam*. Mns. 728, fl. 36v.

<sup>222</sup> SMITH, Robert - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1972, Vol. 2, p. 428.

<sup>223</sup> ASCMA - *Livro de receita e despesa, 1773-1774*. Livro 302, fl. 79v.

A 1 de Março de 1773 foi pago aos carpinteiros de Pombeiro por armar a Capela-mor à conta do 1º pagamento, 23.175 reis; com os mesmos de outro pagamento 16.585 reis; com o carpinteiro António Teixeira e seus filhos da obra, 1.620 reis; com o mesmo de comprar madeira para o forro da Capela-mor 16.800 reis; com Manuel Martins de retelhar a Capela-mor e rebocar de novo parte da igreja, 7.250 reis. Em 1 de Maio deste ano de 1773, com António Teixeira, carpinteiro, filho e moços de fazer a porta da Capela-mor, 4.200 reis.

*Encontra-se todavia, conservada no coro, uma balaustrada que parece ser parte da antiga talha, de que o monge falou. Composta de balaústres quadrados pintados de verde-cinzento e ornados de gomos, volutas afolheadas e óvulos dourados, alternando com pilares adornados de cascas, oferece uma composição de vigorosa formação e decisivas proporções, completamente alheia à banalíssima talha neoclássica do resto do interior deste templo.*<sup>224</sup>



*Balaustrada do coro da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Amarante. Atribuída a Frei José de Santo António Ferreira de Vilaça. Castanho pintado e em parte dourado. Data provável 1771/1772. Medida 97cmX190cm.*

<sup>224</sup> SMITH, Robert - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor Beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1972 Vol. 2, p. 520.



## 2. 3. 1. 2. OUTRAS OBRAS NA IGREJA DA MISERICÓRDIA

Por todo o século XVIII decorreram obras na Igreja da Misericórdia, que atingiram maior representação nas décadas de 70 e 80 deste século.<sup>225</sup>

Em 28 de Junho de 1784, António Rodrigues e Gregório do Gondo, pedreiros da obra da Torre, declararam ter recebido 88.180 reis por trabalhos do alicerce da torre da Santa Casa.<sup>226</sup>

António Rodrigues vai desistir desta obra, por motivos de saúde, e por os médicos o aconselharem a tomar ares da terra apresentando como seu substituto, o seu primo, Manuel Rodrigues.

Em 23 de Julho de 1785, Manuel Rodrigues e Gregorio Gondo declararam ter recebido 9.000 reis, perfazendo 322.580 do total das obras da Torre.

A Manuel José Correia da cidade de Braga, é entregue a obra da Tribuna nova da Capela-mor, por 400.000 reis em 15 de Fevereiro de 1793.<sup>227</sup>

Em 5 de Setembro de 1794 este artista declara-se por satisfeito de todos os pagamentos. Manuel José faz as declarações em como recebeu e assina; ao contrário dos trabalhadores que tomaram conta da obra da Torre, cujas assinaturas eram feitas com alguma dificuldade e as declarações escritas por outra pessoa. Todos estes trabalhadores não eram naturais de Amarante, como podemos verificar.

No ano de 1784 aparece uma despesa com o arquitecto de fazer o segundo risco da obra no valor de 7.200 reis.<sup>228</sup> Não foi indicado o nome deste arquitecto. A este teriam sido solicitadas as obras da Torre e da Tribuna, que foram entregues a pessoas que não

---

<sup>225</sup>Em 1701/02 foram pagos ao retelhador da Casa do Cabido, 300 reis. Em 1708/09 gastou-se com cal para rebocar a igreja e tirar o cascalho da mesma, 3.000 reis. No ano de 1731, para acabar as portas e retelhar a Igreja, despendeu-se 1.680 reis. Em 1735 aparecem várias parcelas de despesas de 80 reis com pedreiras. Em 1774/75 foi pago ao pintor das portas, 4.800 reis. Fundir o sino e fazer o seu acrescento custou 22.600 reis, em 1747/1748. Em Julho e Agosto do ano de 1771, foram discriminadas as despesas em reis da seguinte forma: Pedreiros por conta da casa, 11.500; 54 cargas de cal, 19.905; com carretos de pedra atada que vinha do Ladario e Baseira, 18.745; 4 arrateis de rolo para a Igreja, 1.440; com homens do cabouco e carretos de terra para o rio de Santa Luzia, 6.210; com o irmão António Mendes, de assistir a obra, rogar carreiros e fazer róis, 6.400; cabouco e carreiros, 8.180; pedreiros por conta da obra, 48.000; pedreiros do arco, 60.550 reis; bênção dos altares, capela-mor e marcos de prata, 11.380. As obras continuaram porque nos anos seguintes, de 1772 a 1775, foi gasto em reis o seguinte: homens do cabouco e alguns carros de saibro, 11.490; 83 carros da Baseira e 40 carros para o rio de Santa Luzia, 6.210; pedreira de lagear parte da Igreja, 8.000; pedreiro de concertar a rua de frente da Casa da Misericórdia, 2.700; 4 cargas de cal, 2.400; ourives de concertar e limpar as lâmpadas, 6.000; tintas e cola para dealvar a Igreja, 10.780; obras das pedreiras do Cabido, 40.000. (Fonte: ASCMA. *Livros de receita e despesa* n<sup>os</sup> 283, 285, 287, 289, 293, 295, 296, 298, 302, 303, 304.)

<sup>226</sup>ASCMA - *Livro de despesas efectuadas pela Santa Casa da Misericórdia, 1782-1783*. Livro 264, fls. 32-33.

<sup>227</sup>IDEM. *Ibidem*. Fl. 11.

<sup>228</sup>ASCMA. - *Livro de receita e despesa da Santa Casa, 1783-1784*. Livro 308, fl. 14.

residiam em Amarante. Nesta altura Frei José da Santo António ainda se encontrava em Pombeiro, não sendo contudo possível atribuir-lhe a autoria neste segundo risco.

## 2. 4. DESPESAS COM A ASSISTÊNCIA

▪ As esmolas, despachadas através das petições, representavam as despesas que absorviam a menor fatia dos orçamentos da Misericórdia. A cada petição era geralmente atribuída, durante o período analisado, a quantia de 120 reis. Contudo, em alguns casos, eram atribuídos 60 reis, podendo noutros casos chegar a 360 reis. As petições eram satisfeitas semanalmente e foram encontrados róis de pobres contemplados com esmolas semanais. Todavia, as petições aparecem quase sempre numa única parcela mensal. Não são suficientes os dados para afirmarmos que o número de pobres atendidos por semana era sempre o mesmo ou quais as variações que esse número teve ao longo do tempo. Nos anos em que nos apareceram róis de pobres relativos à mesma década do século XVIII, eram em número de quinze os atendidos semanalmente.<sup>229</sup> Parece que quanto mais socialmente desintegrado o destinatário da esmola fosse, mais baixa era esta. A um preso é dado 40 reis e a uma pobre envergonhada 360 reis. Sem

---

<sup>229</sup>Em 1723/24, as despesas com petições foram de 84.670 reis. No mês de Dezembro de 1730 foram despachadas 80 petições a 230 reis cada uma. No mês de Março de 1781, a despesa com petições foi de 9.210 reis.

Os pobres contemplados com esmola apareceram-nos em dois anos económicos. Estavam identificados pelo nome próprio e por uma alcunha que designava o lugar onde moravam ou a deficiência que os fazia notar.

Pobres que receberam esmolas em reis no ano de 1726/27-Pobres que receberam esmolas em reis 1728/29

Aleijadinha da Costa, 60

Manuel Moreira de Giricó, 120

Manuel Pinto, o Jam, 120

Manuel Pereira, 120

Rosaria Cerqueira, 60

Catarina Pinta (entrevada), 120

Maria de Aldar, 60

Catarina de Valverde, 120

Mariana Soares do Covelo, 60

Maria de Gouveia do Covelo, 60

Luísa Cerqueira, cega e órfã, 120

Manuel de Sousa, Campo da Feira, 120

Miguel Cerqueira de Formão, 120

João Pinto, O Gan, 120

João Motinho, 120

Domingos da Cruz, 120

Entrevada da Costa, 160

Francisco da Cunha (Torre), 120

Luis Cerqueira, 60

Rosária Cerqueira, 120

Manuel Pereira, 120

Ana, solteira do Queimado, 120

Constança, solteira de Valverde, 120

Maria Moreira (presa), 40

Maria de Sousa (Campo da Feira), 60

Ana Teixeira de Folgoso, 120

João da Costa do Campo da Feira, 60

Manuel Cerqueira, 240

Pascoa Ribeiro da Rua de S. Sebastião, 60

Mariana José, casada e envergonhada, 360

No ano de 1823/24, aparece em Maio uma despesa com esmolas aos pobres e envergonhados, em visita geral e final, no valor de 18.995 reis. (Fonte: ASCMA: *Livros de receita e despesa* n<sup>os</sup> 230, 256, 257, 259, 287.)



grande representação na contabilidade da Misericórdia de Amarante, as despesas com presos apareceram de uma forma um pouco esporádica.<sup>230</sup>

▪ As despesas que a Misericórdia tinha com boticários podem também ser incluídas no grupo das esmolos. Estes gastos destinavam-se a suportar os remédios dos pobres, desamparados e enfermos. Os remédios pagos pela Misericórdia eram para os doentes que se encontravam nos seus hospitais mas também para aqueles que deles necessitavam e se encontravam em suas casas. Praticamente todas as Misericórdias possuíam a sua farmácia, que alugavam. Na Misericórdia de Amarante não apareceram receitas desta natureza. A primeira farmácia de que há registo, como sendo propriedade da Misericórdia de Amarante, foi a que foi doada por Manuel José do Covelo em 1830, e que se localizava na Rua da Ordem. Ao analisarmos as despesas desta instituição, apercebemo-nos de que em 1771/72 foi pago ao boticário da Rua da Ordem uma despesa no valor de 9.000 reis, o que nos leva a supor que esta farmácia aqui localizada teria conhecido diferentes proprietários, mas não a Misericórdia de Amarante.<sup>231</sup>

▪ Os legados de panos são obrigações que estavam implícitas aquando da atribuição de determinadas doações e, ao mesmo tempo, constituíam esmolos para os desprotegidos. Este assunto foi anteriormente abordado em “Legados para vestir pobres e amparar donzelas”. As despesas para vestir pobres referem-se ao cumprimento de encargos com legados instituídos nos finais do século XVII, e outros durante o século XVIII.

---

<sup>230</sup> Em 1702 foi necessário ir ao Porto, tratar da liberdade dos presos tendo sido gastos 6210 reis. No ano de 1727, os custos de livramento de um preso foram de 3520 reis. (Fonte: ASCMA: *Livros de receita e despesa* n<sup>os</sup> 239 e 258.)

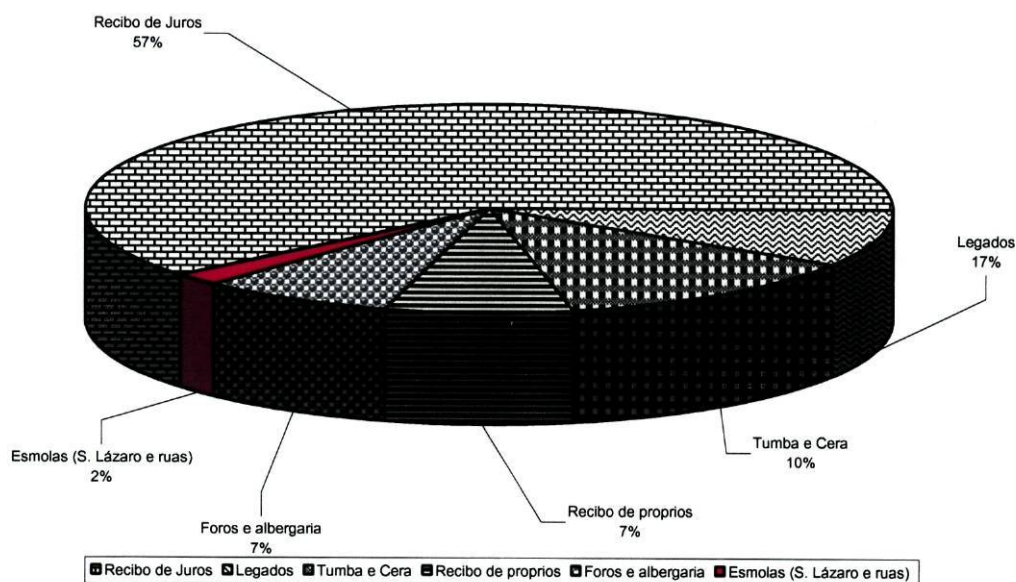
<sup>231</sup> A Misericórdia de Amarante, despendeu com boticários 9.275 reis no ano de 1730. Ao boticário do Covelo foi pago, em 1750, 3.400 reis. No ano de 1760/61, foi pago à botica do Coelho, 32.335 reis e à do Simão, 3.270 reis. No ano de 1802/03, foram dados para a botica dos pobres que se curavam nas suas casa 21.000 reis.

### 3. AS RECEITAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMARANTE

O dinheiro emprestado a juros; os foros em dinheiro ou em géneros, resultantes de propriedades da Misericórdia ou de legados de bens imóveis; as esmolos; o monopólio de bens próprios e principalmente, as doações, constituíram as fontes de receita de todas as misericórdias.

Os legados foram, para a Misericórdia de Amarante, fontes importantes de organização da sua actividade financeira. Permitiram-lhe o crescimento de determinadas áreas, cuja abrangência era fundamental para a afirmação da Misericórdia enquanto instituição de apoio social: o legado de Baltasar Vieira e os consequentes rendimentos de juros; o legado de Pêro Cerqueira, do Oriente; ou os legados para vestir pobres. Ao longo do século XVIII, o crescente número de legados a favor da Misericórdia permitiu que esta se tornasse numa instituição de crédito. O empréstimo de dinheiro a juros, se foi uma das formas que a Misericórdia de Amarante utilizou para rentabilizar os capitais de que era detentora, foi também uma fonte de conflitos com as pessoas a quem emprestavam esse dinheiro.

**Receitas da Misericórdia de Amarante – 1700-1830**



Fonte: ASCMA - Livros de receita e despesa nºs 261, 263, 265, 266, 268, 269, 272, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309.

**Gráfico - 4**



Conforme o gráfico (nº 4) atrás apresentado, relativo às receitas da Misericórdia de Amarante, a maior fatia dos seus rendimentos resulta dos empréstimos que concedia, com o consequente recibo de juros.

### **3. 1. DINHEIRO EMPRESTADO A JUROS**

O dinheiro emprestado a juros provinha de legados e nalguns casos, eram os instituidores dos mesmos que expressavam a vontade de que as doações que faziam fossem usadas a render juros, como forma de aumentar esses capitais.

A cobrança de juros e a taxa dos juros foram assuntos aos quais algumas mesas tiveram de dar especial atenção.

A taxa de juro praticada na Misericórdia de Amarante seria de 6<sup>1/4</sup>. Em reunião da mesa de 28 de Junho de 1739, presidida pelo então provedor, Francisco da Silveira Pinheiro, foi apresentada uma proposta segundo a qual a taxa de juros passaria, a partir daquela data, a ser de 5%. As razões apresentadas por este provedor tinham a ver com o facto da Misericórdia trazer dinheiro a juros pelas duas taxas, o que provocava desigualdades e tornava a imagem da Casa pouco dignificada.<sup>232</sup>

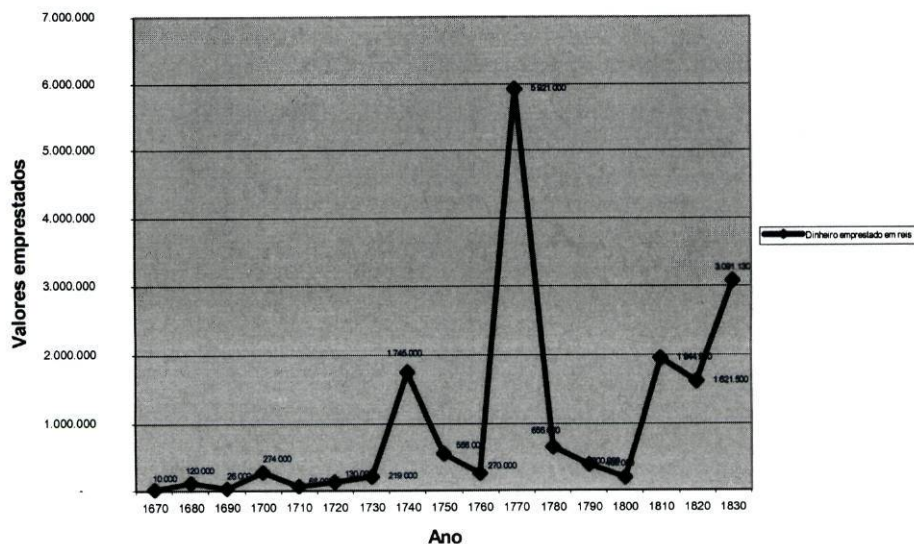
A falta de garantias financeiras que os devedores do dinheiro a juros traziam à Misericórdia de Amarante levou a mesma, em reunião de 28 de Outubro do ano de 1739, a tomar medidas em relação aos seus devedores. Foi determinado que, a partir de então, os devedores da Misericórdia fizessem fianças ou no caso destas não serem possíveis de realizar, reformassem as dívidas através de escrituras.

Conforme o gráfico número 5, desde os fins do século XVII e durante o século XVIII, há uma tendência para o crescimento do dinheiro emprestado a juros pela Santa Casa. As razões desse crescimento encontram-se nos legados que ocorreram neste período; nas medidas de cobrança dos juros do dinheiro emprestado e nas reformas destas escrituras.

---

<sup>232</sup> ASCMA - *Livro de termos da Santa Casa, 1739 - 1803*. Livro 1, fl 2.

### Dinheiro emprestado a juros (em reis)



Fonte: ASCMA – Livro de dinheiro a juros, 448.

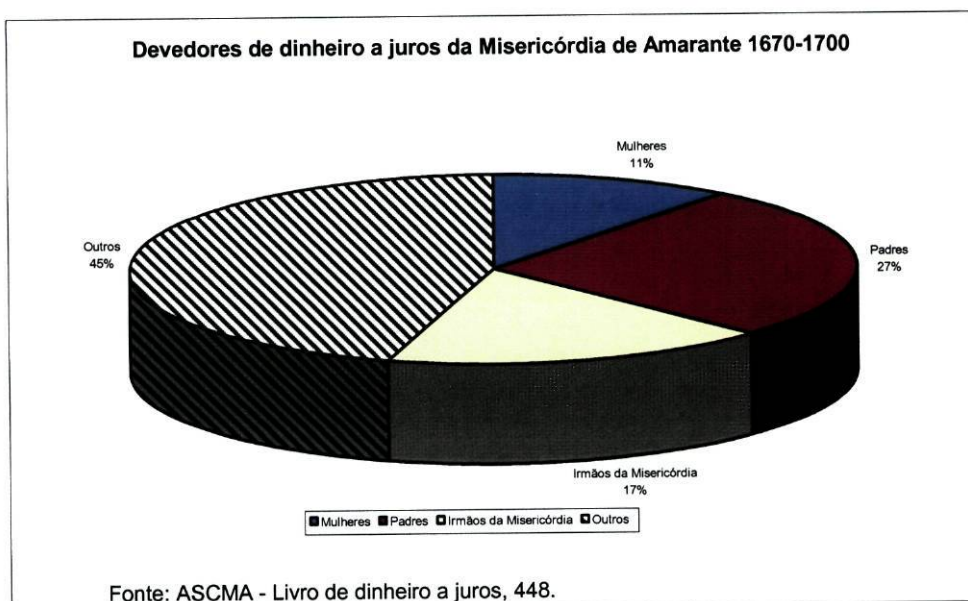
Gráfico - 5

#### 3. 1. 1. QUEM PEDIA DINHEIRO À MISERICÓRDIA?

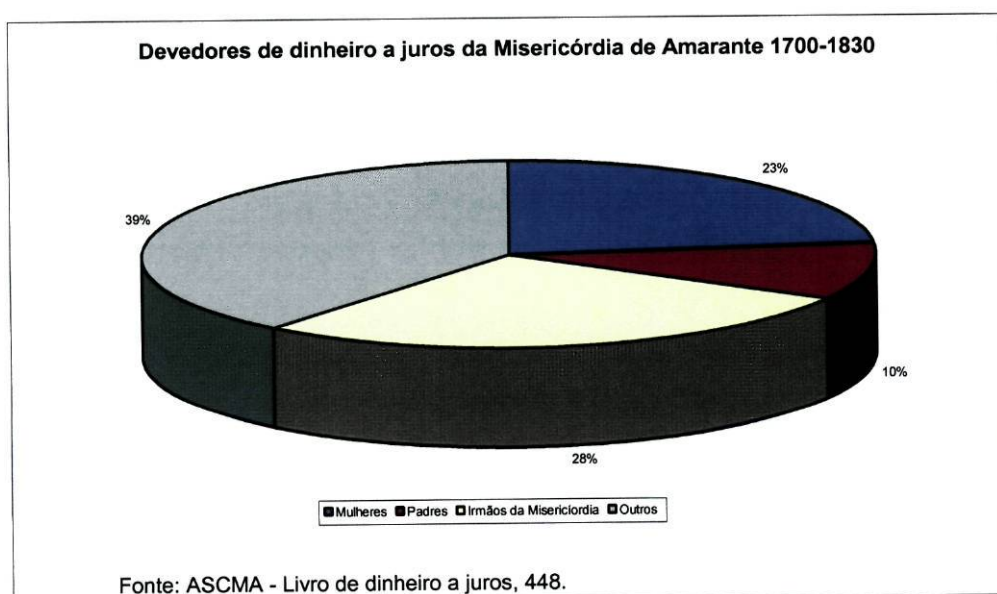
Os devedores de dinheiro a juros à Misericórdia de Amarante eram pessoas com reconhecida influência dentro da Irmandade e socialmente importantes. Foi difícil às mesas que tiveram a seu cargo o governo da Misericórdia fazer com que os devedores cumprissem as suas obrigações.

Recordamos aqui uma provisão régia, sobre a qual já falamos, a propósito dos requisitos de admissão dos irmãos, datada de 22 de Novembro de 1740, e que implicava medidas rigorosas sobre os bens patrimoniais destes. Esta provisão teve uma vigência curta, porque atingia directamente as famílias importantes, quer de Amarante, quer dos concelhos vizinhos, que geriam os destinos da confraria da Misericórdia e, ao mesmo tempo, utilizavam-na como instituição de crédito. Ameaçados nas suas prerrogativas, os irmãos atingidos depressa trataram de anular a referida provisão, porque, e conforme os argumentos apresentados, os irmãos de 1ª condição eram apenas 40 e 30 deles tinham dívidas à Misericórdia, o que lhes provocava mal-estar, quer dentro quer fora da Irmandade.





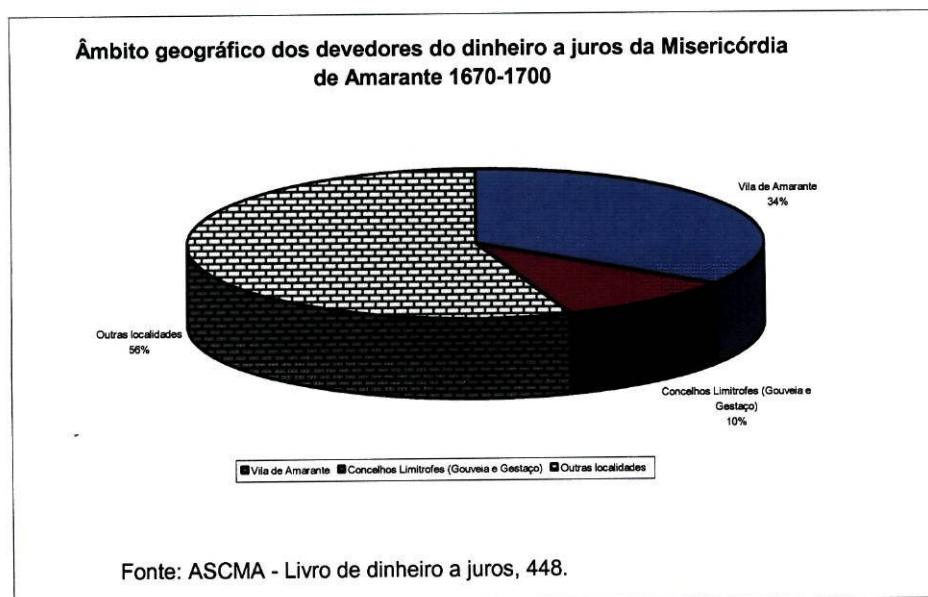
**Gráfico – 6**



**Gráfico – 7**

Observando os dados dos gráficos n<sup>os</sup> 6 e 7 sobre os devedores de dinheiro a juros à Misericórdia de Amarante, verificamos que, até 1700, quem mais solicitou empréstimos foram os padres e o grupo de pessoas que designamos por “outros”, e no qual incluímos os devedores que não pertenciam ao grupo nem dos padres nem de irmãos e que tinham residência noutra localidade que não a de Amarante, Gestaço ou Gouveia. A partir de 1700, a situação altera-se em detrimento deste grupo de pessoas de fora que recorria ao crédito da Misericórdia, que apresenta uma ligeira descida, assim como o grupo dos padres; em contrapartida, aumentou significativamente o grupo dos irmãos da

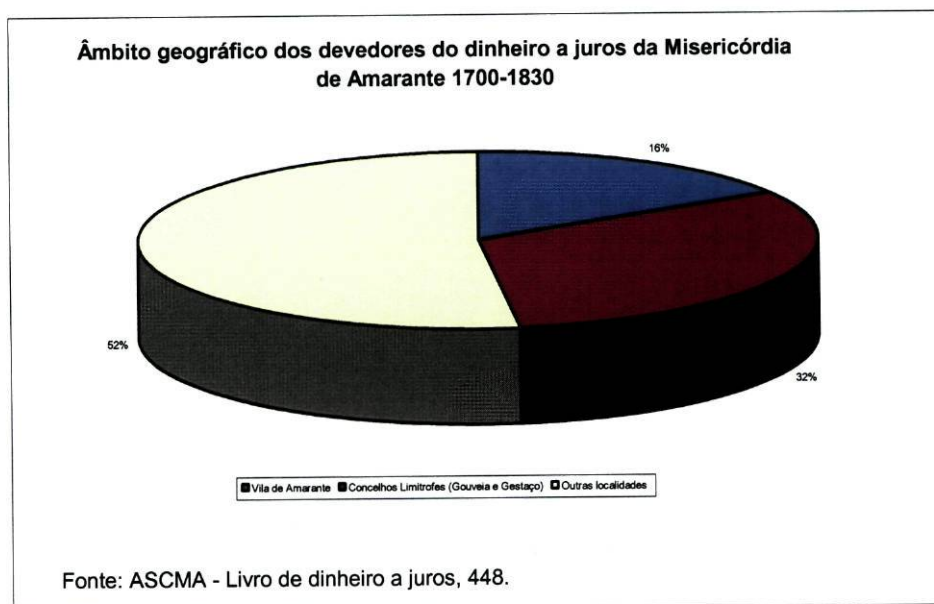
Misericórdia que recorreram ao crédito. O âmbito geográfico dos devedores indica os grupos que tem mais significado, nos dois períodos abordados. Ao aumento do grupo dos irmãos e sacerdotes corresponde também um aumento da percentagem de devedores residentes nos concelhos de Amarante, Gestaço, Gouveia. A explicação reside no facto destes serem os núcleos mais povoados, confinando uns com os outros, e que constituíam o núcleo urbano de então. (Ver gráficos n<sup>os</sup> 8 e 9)<sup>233</sup>



**Gráfico – 8**

<sup>233</sup> Em 1680, o Padre António Magalhães Vilela era membro da Irmandade e nesse mesmo ano faz um pedido de 100.000 reis; em 1685 voltam-lhe a ser concedidos 10.000 reis e, em 1691, outro empréstimo no valor de 100.000 reis. O mesmo se passou com Domingos Moniz, Francisco Cerqueira, Alexandre Siqueira, que integravam a mesa durante o ano de 1680/81 e recorreram à Misericórdia para lhes ser emprestado dinheiro. Paulo de Carvalho Villas Boas, que foi escrivão em 1712, vereador mais velho na câmara de Amarante em 1699, 1701, 1730 e 1731, em 1684 pediu 22.000 reis e em 1701, 120.000 reis. Os exemplos sucedem-se ao longo do século XVIII. Irmãos que desempenharam funções de provedores, escrivães ou integravam a mesa foram durante anos consecutivos devedores crónicos da confraria: Sebastião Navarro de Queirós, João Ignacio Teixeira de Vasconcelos, Marcos Ferreira de Sousa, Fernando de Magalhães Meneses, Francisco Xavier Ferreira de Sousa Machado Gavião. Este último, que fora provedor em 1740, fez uma dívida, em 1746, de 600.000 reis e outra, no mesmo valor, em 1752. Em 1754, devia 1.444.290 reis liquidando o que devia em 1770, 24 anos depois. João Ignacio Teixeira de Vasconcelos, em 1770 solicitou empréstimo de 300.000 reis, tendo-o pago em 1788. Manuel Caetano de Sousa, em 1744, aparece com um empréstimo de 600.000 reis, e em 1784, devia 210.000 reis. Uma dívida feita por António Teixeira Mendes de Vasconcelos de Pascoais, em 1778, foi paga por familiares seus, apenas em 1828. Em 5 de Fevereiro de 1797, a mesa de então, dava-lhe um ultimato até final desse mês para liquidação da dívida em virtude de ter defraudado as hipotecas e ter faltado aos pagamentos nos vencimentos. (Fontes: ASCMA – *Livro de termos da Santa Casa, 1739-1803*. Livro 1; *Inventario dos bens e objectos da Santa Casa, 1680-1681*. Livro 94; *Livro de dinheiro a juros, efectuados por escrituras públicas entre a Santa Casa e diferentes devedores, 1695-1851*. Livro 448).





*Gráfico – 9*

### **3. 2. RECEITAS DE FOROS, ESMOLAS, CERA E TUMBA**

As receitas eram apresentadas nos livros, englobando, por vezes, na mesma parcela, esmolas, cera, tumba e foros, sendo apenas os juros e legados referidos separadamente. Juntamente com as receitas da cera e tumba apareceram, também, em determinados anos, receitas de foros.

Com a anexação da Gafaria e Albergaria, respectivamente, no século XVI e XVII, os foros das terras que estavam emprazadas a estas instituições passaram para os rendimentos da Misericórdia.

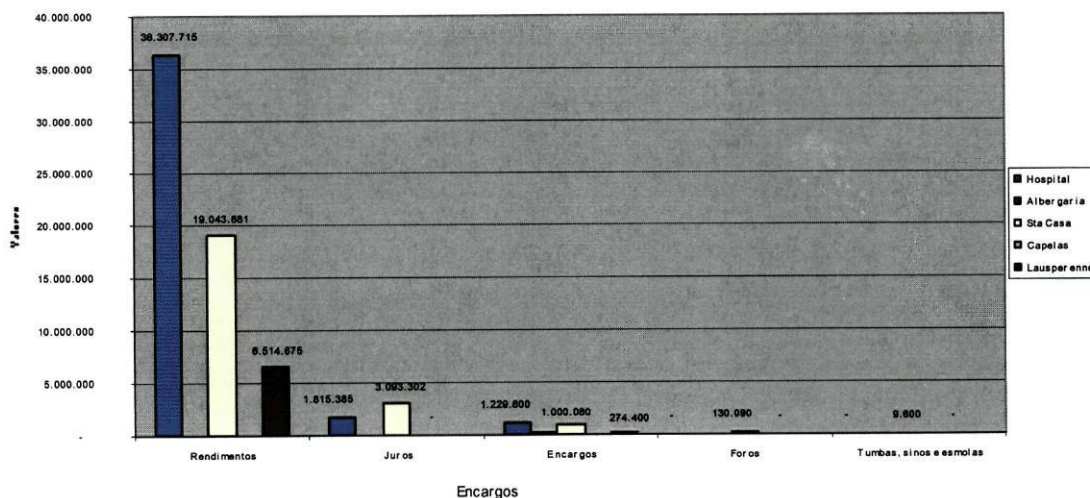
Em 1565, data em que a Gafaria passou para a administração da Misericórdia, existiam três prazos fáticos, cujo rendimento era de 8.800 reais. As esmolas e os peditórios rendiam 2.000 reais. Em 1614, quando a Albergaria passou a ser administrada pela Misericórdia, tinha 20.000 reais por ano.

Durante o século XVIII, as rendas e foros da Albergaria, assim como os peditórios de S. Lázaro, passaram a integrar as receitas da Misericórdia, através de um processo de arrematações, cujas rendas teriam de ser pagas em “três lanços”: pelo Natal, Páscoa e S. João.<sup>234</sup> Estes últimos não eram muito elevados e somavam os foros da Albergaria, e de

<sup>234</sup>Em 1715 os foros e rendas do hospital da albergaria foram arrematados por 32.500 reis por ano a João Sampaio da Rua da Ordem. No ano seguinte este valor foi de 23.000 reis. Nesse ano de 1716 os peditórios de S. Lázaro foram arrematados por Pedro Teixeira, trabalhador de enxada e morador na Rua da Ordem, pelo valor de 5.000 reis. Como se pode verificar, eram valores pouco estáveis, porque o processo de arrematação destas rendas era bastante variável. (Fontes: ASCMA – *Livros de Receita e despesa* n.ºs 265 e 266.)

alguns legados de bens imóveis que comportavam algumas rendas. A representatividade dos foros em 1827, como fonte de rendimento para a Misericórdia, era pouco significativa comparada com os juros. A Albergaria recebia de foros 50.000 reis e a Santa Casa 48.000 reis. (gráfico nº 10)

### Encargos e rendimentos em 1827 da Misericórdia e Instituições anexas



Fonte: ANTT- Ministério do Reino. Santa casa da Misericórdia de Lisboa. Maço 431. Caixa 539.

**Gráfico - 10**

As esmolas eram diminutas e constavam dos peditórios que eram arrematados para a Capela de S. Lázaro, das esmolas da Capela de Santo Estêvão e das esmolas pedidas pelas ruas, sobretudo na Semana Santa.

A tumba constitui uma fonte de receita importante para os cofres da Misericórdia. Estava determinado que apenas esta Irmandade podia realizar funerais, o que lhe permitia arrecadar somas consideráveis. Abordamos este aspecto anteriormente em “Monopólio de Enterros”. A este propósito, recordamos aqui a contenda que a Misericórdia teve com a Confraria dos Padres de S. Pedro, em que, apesar da Misericórdia ter feito algumas concessões, não deixou de assegurar devidamente os seus direitos e o monopólio que detinha neste sector. Associado com a realização de funerais estava também o gasto com cera nas cerimónias fúnebres. Todavia, a cera como fonte de receita e em conjunto com as taxas da tumba, não conseguia superar as despesas com o cerieiro, que como vimos, tinham certa representação nos gastos da Misericórdia.



### 3. 3. JUROS DO ALMOXARIFADO DE GUIMARÃES

O padrão de 30.000 reais de juro comprado por Baltasar Vieira, no reinado de D. João III, foi adquirido à razão de 16 000 reais o milheiro de juros. Conforme as razões invocadas pela coroa, estas tenças de juro e herdade eram vendidas para fazer face aos prejuízos que as guerras contra os turcos provocavam na fazenda nacional. Esta era considerada *“a mais licita e onesta maneyra e menos prejudiciall que ao presente se pode achar pera aver o dito dinheiro as quaeas vendas se fisesem com comdiçam que os compradores me tornassem a vender as ditas tenças quando eu ou meus sobcesores lhas quisesem as comprar damdolhe o mesmo preço que por ellas derem todo juntamente sem devastar cousa allgua do principall”*<sup>235</sup>

Como o país atravessava uma situação económica difícil, o rei concedia benefícios para ter compradores para as tenças de juro que colocava à venda. A tença de juros comprada por Baltasar Vieira podia ser vendida ou trespassada pelo próprio ou pelos seus sucessores. Mais ainda podiam, em cada ano, ter os ditos 30.000 reais de juros sem nunca os descontarem. Estes juros eram pagos pelas tábuas das sisas do almoxarifado de Guimarães. Caso as rendas deste almoxarifado não chegassem, em determinado ano, para pagar a referida tença de juro, esta seria paga pelos rendimentos da cidade do Porto ou de Viana do Castelo.<sup>236</sup>

Em Julho de 1623, os irmãos da Misericórdia da Amarante fizeram uma petição para que este padrão de juros, que era pago a 16.000 reais, fosse pago por 20.000 reais, conforme uma provisão de 13 de Dezembro de 1614. Segundo esta determinação, os proprietários de juros podiam reduzir ou subir esses juros a 20.000 reais. Porém, nesta data a Misericórdia não fez esta transacção. Por decisão régia de 1623, foi concedido à Irmandade da Misericórdia de Amarante a subida do padrão de juros de que eram proprietários, para 20.000 reais.<sup>237</sup> A autorização foi passada à Misericórdia de Amarante nos seguintes termos: *“hei pro bem e me praz que elles ditos provedor e irmãos que ora são e ao diante forem do dito hospital e misericordia da vila de Amarante tenham e ajão de minha fazenda do primeiro de Janeiro deste ano presemte de seiscentos e vinte e tres em diante os ditos trinta mil reais de tença cada ano de juro e herdade pera sempre ao dito preço de vinte mil reais o milhar proque forão sobidos e*

<sup>235</sup> ANTT - Livro da Chancelaria de D. João III. Livro 57, Fl. 193v. [Março de 1555].

<sup>236</sup> IDEM, *Ibidem* Fl. 194, 195, 196v.

<sup>237</sup> ANTT- Livro da Chancelaria de Filipe III. Treslado de uma Apostilla de trinta mill reais de tença de juro. Livro 40, fl. 249.

*reduzidos visto com a comdição de retro declarado no dito padrão e postilla atras escritas e com todas as mais clausulas e privilegios penas e obrigações nelle conteudas proque de todas e cada hua dellas quero e me praz que uzem e gozem e se lhe cumprão e guardem inteiramente com a dita condição de retro asi como se de todas ellas e de cada hua em particular se tronara a fazer a que expreca menção e que se não posa fazer embargo no dito juro prodividas civeis que se ajão contra juro depois de feita esta apostila os quais trinta mil reais de juro lhe serão asentados no almoxarifado da villa de Gimarais”<sup>238</sup>*

Esta subida de juros contribui para o aumento dos rendimentos da Misericórdia de Amarante e para a melhoria dos serviços do seu hospital, entidade à qual estes eram destinados.

---

<sup>238</sup>IDEM, *Ibidem*. Fl. 250v.



## **CONCLUSÃO**

A Misericórdia de Amarante, tal como outras surgidas nesta época, tem como objectivos os preconizados pela Confraria Mãe, fundada em Lisboa, no ano de 1498. As regras para o seu funcionamento seguiram as regras utilizadas na Misericórdia de Lisboa. Contudo, sempre que houve necessidade, os seus provedores solicitaram as devidas alterações na sua gestão, com o objectivo de concretizarem as práticas de solidariedade cristã, que presidiram à fundação desta casa pia.

Foi com agrado que registamos a notícia de que a nossa Misericórdia funcionava em 1529. Também nesta época, existia uma Albergaria localizada num ponto de passagem a quem se dirigia do Minho para Trás os Montes. Era a Albergaria do Covelo, com origem na Idade Média. A assistência aos gafos fora assegurada por uma gafaria administrada pela câmara e que se encontrava na confluência do concelho de Amarante com o de Santa Cruz de Riba Tâmega.

Gafaria e Albergaria vão passar para a alçada da Misericórdia. Apontaram-se como razões para esta mudança de administração o facto de os irmãos da Misericórdia serem mais cuidadosos no governo destas casas permitindo àqueles que às mesmas recorriam um tratamento conveniente. A Santa Casa da Misericórdia via, desta forma, aumentar o seu património, ao mesmo tempo que ganhava estruturas que lhe permitiam alargar as suas obras de assistência. O hospital da Misericórdia, localizado na Rua da Ordem, com invocação de Santo Estêvão, teve como seu mecenas Baltasar Vieira, que lhe fez uma doação em 1578, para o agasalho dos pobres e realização de obras de aumento do mesmo.

As regras que regulavam a vida das misericórdias e que lhes permitiam fazer prevalecer os seus privilégios, possibilitando-lhes o seu desenvolvimento, foram também concedidas à confraria da Misericórdia de Amarante: em 1607, o alvará de confirmação do compromisso, documento que lhe garantia os privilégios e liberdades atribuídos à Misericórdia de Lisboa; a atribuição do "*numerus clausus*" para a admissão de irmãos, em 1623; o facto de outras justiças não poderem interferir em decisões da mesa, sentença de 1612; e a nomeação de um juiz privativo em 1628.

Assistimos às querelas dos irmãos que integraram a Misericórdia de Amarante; as disputas pelo poder com fraudes em eleições da Irmandade, tornando alguns cargos hereditários para determinadas famílias; as expulsões de umas facções quando estavam outras no poder; a alternância das famílias mandantes entre a Misericórdia e Câmara. Não se justificava que a ocupação dos lugares se fizesse simultaneamente, porque as regalias oferecidas num e noutro caso eram iguais, assim como a projecção social que



ofereciam. Registamos que, tal como acontecera noutras misericórdias, também na de Amarante, famílias aristocráticas que integraram e, nalguns casos, que presidiram aos seus governos, fizeram desta a sua instituição de crédito. Estes credores arrastaram, por algum tempo, estas dívidas e os juros das mesmas, o que levou as mesas, que se debatiam com situações económicas complicadas, a solicitar ao rei que lhes fosse autorizado a sua cobrança como Fazenda Real.

Os legados foram, para a Misericórdia de Amarante, a sua principal fonte de rendimento. A partir do século XVII, essas esmolas em numerário ou bens regularam a vida da Misericórdia, e foram rentabilizadas através do empréstimo a juros. Inserimos neste capítulo dos legados a doação de relíquias e a instituição do Sagrado Lausperene. Não sendo bens materiais, foram manifestações de religiosidade atribuídas à Misericórdia de Amarante, e que traduziram rituais que esta instituição tinha a seu cargo. As dificuldades que alguns legados implicaram, com os pagamentos de missas que não correspondiam aos montantes doados, levou a que, nos finais do século XVIII, fosse solicitada a sua redução através de Breve Apostólico.

Com orçamentos quase sempre deficitários ao longo do século XVIII, a Misericórdia de Amarante e os seus gestores ultrapassaram as crises económicas, executando dívidas não cumpridas; reduzindo encargos de legados desvantajosos à instituição; aproveitando os rendimentos proporcionados pelos seus bens próprios. Lidaram com a indisciplina de alguns irmãos e cumpriram as suas funções de solidariedade social. Deram esmolas aos pobres, assistiram os doentes e enfermos nos hospitais de que eram proprietários ou administradores; fizeram enterros e trataram da liberdade de presos. Não descuraram os rituais litúrgicos, que assumiram proporções de grande representatividade festiva, com os consequentes gastos, ao longo do século XVIII. Para suportar estes encargos, como não tinham financiamentos estatais, utilizaram receitas decorrentes de algumas das suas prerrogativas ou de actividades que desenvolviam.

Desde o século XVI até hoje, a Misericórdia de Amarante é uma Instituição essencial e prestimosa para o reconhecimento da vida e progresso desta terra.

## **APÊNDICE DOCUMENTAL**



## Glossário

<b>Alva</b>	Veste talar de linho branco que o sacerdote católico usa para celebrar alguns actos do culto.
<b>Ambo</b>	Margem ou orla das cavidades cotiloides (forma de escudela).
<b>Amito</b>	Pano rectangular ou quadrado em linho, com fios compridos, que servia para colocar pela cabeça do padre, antes de colocar outras vestes.
<b>Balandrau</b>	Veste larga.
<b>Bolsa</b>	Pano branco para colocar sobre o cálice, entre dois quadrados de papel.
<b>Capa de Asperges ou Capa Magna</b>	Capa que o sacerdote veste para fazer o asperges (aspersão de água benta).
<b>Capelo</b>	Capuz (peça de vestuário, de forma cónica para resguardo da cabeça).
<b>Carneiro</b>	Sepultura debaixo da terra.
<b>Casula</b>	Veste litúrgica que o padre usa sobre a alva e a estola na celebração da missa (manto com capuz).
<b>Charamelas ou Matraca</b>	Pequeno instrumento de roda em madeira para chamar na Semana Santa.
<b>Ceriero</b>	Pessoa que vende ou faz velas ou outras obras de arte.
<b>Coxim</b>	Espécie de sofá sem costas; almofada sobre a qual se corta a folha de ouro.
<b>Dalmática</b>	Veste litúrgica do Diácono.
<b>Ensamblador</b>	Entalhador, carpinteiro de móveis e ensamblagem (Fazer embutidos, entalhar).
<b>Escabelo</b>	Banco onde se coloca os pés.

<b>Esguião</b>	Certo pano fino de linho ou algodão.
<b>Esquife (=Embarcação simples)</b>	Caixão para levar os cadáveres a enterrar.
<b>Fugareu</b>	Espécie de candeeiro que iluminava as procissões e era transportados pelas pessoas.
<b>Insígnia</b>	Pendão ou bandeira de associação.
<b>Luminura</b>	Pequena candeia, tocha.
<b>Manustérgio</b>	Pequena toalha de linho com que o sacerdote limpa as mãos ao lavabo da missa e depois de dar a comunhão.
<b>Mecânicos</b>	Irmão de segunda condição.
<b>Murrião</b>	Tábua para pintar.
<b>Naveta</b>	Vaso em forma de barco onde se deita o incenso destinado aos turíbulos, nas cerimónias da igreja.
<b>Pão-leve</b>	Pão de ló.
<b>Pavilhão</b>	Veste que se coloca por cima do sacrário encimada por uma coroa e conforme os dias litúrgicos mudava de cor.
<b>Patena</b>	Pequeno prato onde se coloca o pão que na missa é consagrado. Também pode ser a alfaia que se utiliza na Sagrada comunhão, para receber qualquer fragmento que caia das mãos do sacerdote. Este pode ser de qualquer metal decente, deve ser dourada na parte superior, não precisa de bênção e pode ser tocada por leigos.
<b>Regibó</b>	Aparelho que se coloca no cimo de uma árvore, ou numa vara em terrenos semeados, para afugentar os pássaros.
<b>Sanguinho ou Sanguínio (=Purificador)</b>	Pano com que o sacerdote na missa limpa o cálice.



**Santo Lenho**

**Sobrepeliz**

**Subdiácono**

**Turíbulo (=Incensório)**

**Tunicela**

Relíquia da Santa Cruz.

É uma redução da alva. Tem a forma de uma capa redonda e fechada por todos os lados, com uma abertura a meio, por onde se mete a cabeça.

O clérigo que recebe a primeira das ordens maiores. A sua função consiste em lavar as palas, corporais e sanguinhos, ministrar ao celebrante nas Missas solenes e cantar a epístola.

Objecto de culto no qual se queima o incenso para a cerimónia da incensação;

Veste do Subdiácono.

## **DOCUMENTOS**



## I

*Carta da Chancelaria de D. João III para a atribuição de uma esmola de duas arrobas de açúcar à Misericórdia da vila de Amarante (Lisboa, 1529, Agosto, 27).*

[Fl. 79] A Miserycordia da Villa d'Amarante. Carta de duas arrobas d'açucar.

Dom Joham etc aquantos esta minha carta virem faço saber querendo eu fazer esmola a Miserycordia da Villa d'Amarante da comarca d'Antre Doyro e Minho tenho por bem e me praz lhe fazer esmola em cada hum anno de Janeiro que vem de V<sup>o</sup> e XXX em diante de duas arrobas d'açucar. E porem mando ao recebedor que ora he e ao diante for do hum por cento que do dicto dia em diante dee certo recado do provedor e officiaes da dicta Miserycordia as dictas duas arrobas d'açucar cada anno e per o trelado desta que sera registada no lyvro de sua despeza e seu conto lhe seja em cada hum hum (sic) anno levados em conta. E esta se registara no lyvro das esmolas dos açucares dos mosteyros e casas pyas. Antonio Paaeez a fez em Lisboa a XXVII dias d'Agosto de mill V<sup>o</sup> XXIX. E eu Dimião Diaz o fez escrever.

F: ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 48, fl. 79.

## II

*Carta de privilégio emitida pela Chancelaria de D. João III para o mamposteiro da Misericórdia de Amarante pedir esmola na vila de Amarante e lugares comarcões (Lisboa, 1529, Agosto, 27).*

[Fl. 97] Miserycordia da Villa d'Amarante. Carta para o seu mamposteiro pedir esmola.

Dom Joham etc aquantos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer esmola a Miserycordia da Villa d'Amarante da comarca d'Antre Doyro e Minho pera que possam aver esmolas com que se a dicta Miserycordia possa aministrar e fazer as obras piedosas que se requer tenham por bem e me praz dar lugar e licença ao proveador (sic) e oficyaes da dicta miserycordia pera que eles possam mandar pedir por hua pessoa na dicta villa e lugares comarcaõs de redor della he em que nam ouver a dicta comfrarya esmolas pera ella que os fieis lhe quiserem dar sem lhe nisso ser duvida nem embargo algum. E isto sem embargo de minha ordenação que manda que nam aja hy os taes petytoiros e sem embargo do regimento que tenho dado ao mamposteyro mor dos catyvos em que mando que nenhum mamposteyro nem pessoa nam peça em

nenhuma emvocação sem prymeiro ir mostrar a provysão que de mim pera yso leva ao memposteyro do bispado em que for pedir sob as penas no dicto regimento contheudas. Porem o notefico asy a todollos meus corregedores, juizes e justiças, memposteyros, officyaes e pessoas a que esta minha carta for mostrada e o conhecimento della pertencer e lhe mando que a pessoa que o dicto provedor e officyaes da dicta miserycordia puserem pera pedir as dictas esmolas lhas deixem pedir na dicta villa e lugares comarcãos de redor della sem duvida nem embargo algum que lhe a elo seya posto por que asy he minha merce e lhe dou pera yso licença. Amtonio Paaeez o fez em Lisboa a XXVII dias d'Agosto de mill V<sup>c</sup> XXIX. E diz na antrelynha moor. E poderam pedir asy nos lugares comarcãos como e concelhos comarcãos.

F: ANTT - *Chancelaria de D. João III*. Livro 17, fl. 97.

### III

*Resposta da Misericórdia de Amarante ao inquérito da Secretaria de Estado do Reino sobre os rendimentos e encargos daquela Instituição (Amarante, 1827, Setembro, 3).*

[Fl. 1] Rellação Histórico Statistica da Sancta Caza da Mizericordia desta villa d'Amarante, em consequencia da Regia Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino de 7 de Julho do corrente anno A Sancta Caza da Mizericordia desta Villa d'Amarante, e sua Irmandade foi instituhida ha mais de 300 annos; e suposto em seu Cartorio não appareça o titulo da sua fundação, ha contudo nelle outros Monumentos, que confirmam esta verdade, e ha o testemunho fiel de ter sido instituhida a Irmandade da Sancta Mizericordia no reinado d'El Rei o Senhor Dom Manoel; sendo a primeira a da capital do Reino em mil quatrocentos e noventa e oito e a segunda a da cidade do Porto, em 1499, seguindo-se-lhe as das mais Cidades e Villas, como consta da Carta Regia a este fim à Câmara do Porto de 14 de Março de 1499 incerta no Compromisso da Mizericordia da dita Cidade.

O objecto principal para que hum tão Piedoso [Fl.1v.] Rei instituhio este Religioso Estabelecimento foi para o Sancto Exercicio das Obras da Mizericordia de que rezulta a Deos Nosso Senhor tanto Serviço, e dignidade a todos os que se empregão no socorro dos Miseraveis com aquelle fervor, zêllo e caridade tão recomendaveis.

A Irmandade desta Sancta Caza he composta de 100 pessoas, metade das mais principaes e qualificadas da Villa, e suas vizinhanças, por esta não ter Termo e a outra mettade d'Officiaes, conforme o Compromisso, quanto a esta circunstancia; e conforme



a Regia Provisão de 30 de Junho de 1623, quanto ao numero dos Irmãos. Ella he admenistrada por hum Provedor, Escrivão e 11 Concelheiros com as partes, e qualidades da Lei do compromisso e este he o mesmo que regulla a Irmandade da Mizericordia de Lisboa no que lhe foi compativel pelo Alvara de 1607 e de 1806.

Este Estabellcimento tem Igreja propria em que são celebrados os Officios Divinos e mais funções relligiozas de seu Instituto para cujos fins se acha com a decencia devida. A sua construcção he no central da Villa, he ella huma prova [Fl. 2] evidente da antiguidade desta Irmandade; assim como o he a formatura da Prossissão da Bulla da Sancta Cruzada, e a assistencia da outra Regia Prossissão no dia da visitação de Nossa Senhora a Sancta Isabel, prezididas pelo Respeitavel Senado da Camara e seu Prezidente e o Juiz de Fora desta Villa creada esta Authoridade nella a perto de tres secullos, como he constante.

Ao lado esquerdo deste Edificio, e em sua união esta a Caza do Despacho, e em parte do seu fundo he a Sacristia da Igreja, que esta muito decente com os ornamentos necessarios para os Divinos Officios. Esta Caza tem as Officinas proprias, hua das quaes, e a mais principal he aonde se conserva o Cartorio, no melhor arranjo possivel, reformada a sua principal Escripuração, e contabilidade em forma Mercantil em consequencia da Regia Provisão de 18 de Agosto de 1807 executada no anno de 1810.

Este Cartorio tem o seu competente Empregado, conforme o Capitulo 27 do Compromisso, confirmado pella Regia Provisão de 28 de Agosto de 1812. [Fl.2v.] Ali se conservam todos os livros, titulos d'aquisição, e mais papeis enteressantes á conservação de tão Pio Estabelecimento e do seu Louvavel Governo Economico; inventariados todos, e matriculados os seus Creditos que formão o Fundo e Casco da Sancta Caza e de seus Estabellcimentos annexos, descobrindo desta maneira qualquer alteração em pro ou contra mui prontamente em hum golpe de vista.

#### AQUISIÇÕES

Não consta, que esta Sancta Caza tivesse outra dotação alguma mais do que os Fieis desde a sua fundação lhe forão fazendo com as obrigaçoens legadas constante, do livro respectivo e no corrente anno se acha matriculado o seu Capital e rendimentos annoaes na quantia do Mappa seguinte, em cuja soma são incluidos os Fundos de seus Estabelecimentos de Beneficencia, annexos em pro da humanidade opprimida, e necessitada que serão deduzidos competentemente.

[FL. 3] MAPPA DE TODO O CAPITAL E RENDIMENTOS

He o Capital em 1827	61866,071	
Juro annoal	3093,302	} Rendimento
Foros	130,090 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>	
Tumbas, Sinos e Esmollas	9,600	

3232,992 <sup>1</sup>/<sub>2</sub>

RELLAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, QUE ESTA SANCTA CAZA ADMENISTRA COM SEUS

FUNDOS, E RENDIMENTOS

HOSPITAL

1ª Esta Sancta Caza admenistra este Piedoso Estabelecimento que he situado nesta Villa desde tempo immemorial, e consta que a sua primeira dotação foi a do Doutor Balthazar Vieira por testamento de 1591 sobre hum Padrão, que tinha no Almojarifado de Guimaraens, que a Sancta Caza recebeo depois do Erario Regio na quantia de 600,000 pensionada com o legado de que se fara menção no titulo dos Encargos.

2ª Item a redução das missas de varios legados incumpriveis pela sua diminuta esmola aplicado o rendimento de seus Fundos para [Fl. 3 V.] o curativo dos pobres da Villa e vizinhanças por Bulla Pontificia, e sentença do Senhor Ordinario de 16 de Setembro de 1803 e se vereficarão os mesmos Fundos em quantia de 7.695,000

3ª Item pelo Testamento do Doutor Domingos Cerqueira Moniz desta Villa e seu falecimento em 1822 o Fundo matriculado este anno em quantia de 8.012,715

4ª Item o contrato por doação de 2 de Março de 1826, que fez o Major Manoel José do Covello, comerciante na Praça do Porto, com esta Sancta Caza em beneficio do curativo dos Miseraveis no Hospital dando logo 20.000,000

Capital do Hospital 36.307,715

Juro Annoal 1.815,385

ALBERGARIA

Este Estabelecimento he situado na Rua do Covêllo do Concelho de Gouvêa, proximo a esta Villa: he constante ter sido fundado este Albergue pela Rainha deste reino Sancta Mafalda e passar a sua admenistração da Camara do dito Concelho para a Sancta Caza por Provisão de 12 de Janeiro de 1614; e o seu fundo são os foros de varias propriedades a maior parte em medidas que alternadamente rendem 50,000



## CAPELLAS

Item he esta Sancta Caza Admenistradora das Capellas de S. Lazaro e de Sancto Estevão nos limites desta Villa por Provisão de 6 de Setembro de 1565, tendo sido da admenistração da Camara da mesma Villa e o seu rendimento he de 32,000

## LAUSPERENNE

5º Item esta Sancta admenistração do Legado do Sagrado Lausperenne instituhido pelo mencionado Major Manoel José do Covello por Escriptura do 1º de Março de 1826, sendo o seu Fundo o de 6.514,675

## ALTAR DE S. MARTINHO

Item a mesma Sancta a admenistração do Altar de S. Martinho na Igreja da Irmandade [Fl. 4] dos Clérigos desta Villa sendo o seu adorno, e fábrica por conta destes, e podendo esta Sancta Caza ali mandar dizer Missa todas as vezes que querem; por ter sido possuidora d'huma Capella do dicto Sancto e cedido do seu terreno para a construção da dita Igreja por escritura de dezassete de Dezembro de 1620.

## RELLAÇÃO EM QUE SE MOSTRAM OS FUNDOS E SEUS RENDIMENTOS RELATIVAMENTE A CADA HUM DOS INDICADOS ESTABELECIMENTOS:

1º A Sancta Caza tem Capital	19.043,681	}	61.866,071
2º O Hospital tem Capital	36.307,715		
3º E o Lausperenne tem	6.514,675		
Juro da Sancta Caza	952,184	}	1.009,874 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>
Fors	48,090 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>		
Tumbas, sinos e esmollas	9,600		
Juro do Hospitall	1.815,385	}	2.223,118
Dinheiro do Lausperenne	325,733		
Fors da Albergaria	50,000		
Dinheiros das Capellas	32,000		
Rendimento total			3.233,992 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>

[FL. 4v.] ENCARGOS DA SANCTA CAZA

Tem esta Sancta Caza obrigação de mandar fazer pelo Reverendo Capelão Mor em todas as 4 <sup>as</sup> feiras Procissão de Defunctos com Missa e Responso	10,400
Item trezentas e sessenta e cinco Missas do legado de Manoel da Silveira Pinto ditas na Igreja propria por dous Capelaens, que por receberem a sua esmolla em certas e determinadas medidas conforme atenção do Testador não entram no numero das Missas da Caza, nem no seu recibo e despesa	
Item hum aniversario da Irmandade de 13 de Dezembro com Missa	5,000
Item ha de dar annoalmente vestidos para pobres da Villa e vizinhanças por differentes Instituiçoens	60,000
Item para saptisfazer o Legado da Madre do Sacramento	1,000
Item o Legado annoal, que por alternativa pertense a huma das Familias das Cazas da Faia, Melres e Cobrantoens	15,000
[Fl.5] Item obrigação de mandar saptisfazer na propria Igreja e fora Missas rezadas, cantadas, e de Natal pelos differentes Legados, constantes do respectivo livro e tocantes a este Estabelecimento 1,376 humas por outras a 180	247,680
Item pelo Legado annoal dos dotes das descendentes de Manoel Fernandes Valle no Concelho de Felgueiras	210,000
Item pelo Legado da Capella da Senhora da Livração annoalmente	30,000
Item obrigação na propria igreja de mandar fazer duas Festas, huma ao Senhor da Agonia, e outra a Nossa Senhora da Misericordia no dia da Visitação e de fazer a Procissão de 5 <sup>a</sup> feira Sancta	60,000
Item obrigação de socorrer os pobres, e envergonhados diaria e semanariamente, como costuma em que alternadas chegam a	200,000
Item pelos Ordenados dos Reverendos Capelaens e maes Empregados no serviço respectivo da Sancta Caza	125,000
Item para as fabricas e reparos annoaes	20,000
[Fl. 5 v.] Item pelos Officios dos Irmãos falecidos uns annos por outros	16,000
	1.000,080
Item obrigação da fiscalização da roda dos expostos de Gouveia e Gestaço Alvara de 18 de Setembro de 1806. Provisão de 24 de Dezembro de 1807	



#### ENCARGOS DO HOSPITAL

Primeiramente se hao de saptisfazer se no proprio Oratorio deste Estabelecimento annoalmente huma Missa todos os Domingos e dias Sanctos do Legado do Doutor Balthazar Vieira que sendo 80 a 200	16,000
Item dous Jogos de Missas de Natal e 3 Resposos de defuntos na Procissão das 4 <sup>as</sup> feiras do Legado do Doutor Domingos Cerqueira Moniz	2,000
Item obrigação de 405 Missas em que foram reduzidos varios Legados ditas em qualquer Igreja que importa a sua Esmolla	48,800
Item para dar annoalmente ao Major Manoel José do Covello enquanto vivo	1.000,000
Item pelo que importao os Ordenados de todos os Empregados deste Estabelecimento	123,000
[Fl. 5 v.] Item para a fabrica e reparo do Estabelecimento e seu Oratorio, de roupas, louças e mais utensilios annoalmente	40,000
	1.229,800

#### ENCARGOS DO LEGADO LAUSPERENNE

Item obrigação da Exposição do Sagrado Lausperenne na propria Igreja em todos os Domingos do anno, in perpetuumm em que importara a cera	220,000
Item de Ordenados acrescidos ao Reverendo Capelão Mor e Sacristão	37,440
Item para a fabrica dos paramentos e mais ornatos deste Sancto Estabelecimento	20,000
	277,440

#### ENCARGOS DA ALBERGARIA

Item a Sancta Caza obrigação de conservar este Estabelecimento no seu local in perpetuumm e d'albergar nelle todos os mendigos d'anoite emthe ao outro dia vindo munidos com Guias, e de lhe prover estas ordinariamente e com cavalgadas, que annoalmente importao	100,000
Item de fabrica para roupas e reparos	10,000
	110,000

#### [FL. 6] ENCARGOS DAS CAPELLAS DE SANCTO ESTEVAO E SÃO LAZARO

Item se hao de saptisfazer na Capella de Sancto Estevao todas as 5 <sup>as</sup> feiras huma Missa	10,400
E huma festa com Missa cantada annoalmente	1,440
Item para a fabrica	10,000

## ENCARGOS DO ALTAR DE SÃO MARTINHO

Tem a Sancta Caza a authoridade de mandar dizer neste Altar todas as Missas que quizer por ser seu proprio e de mandar todas as 5<sup>as</sup> feiras Sanctas hum Irmão para a Igreja de São Pedro, aonde se acha o dito Altar, com a Imagem do Senhor Crucificado, bacia e duas velas para fazer peditorio.

## COMPARAÇÃO DOS RENDIMENTOS COM OS ENCARGOS

Rendimento da Sancta Caza	1.009,874 $\frac{1}{2}$	}	Pró
Encargos	1.000,080		9.794 $\frac{1}{2}$
Rendimento do Hospital	1.815,385	}	Pró
Encargos	1.229,800		585,585
Rendimento do Lausperenne	325,733	}	Pró
Encargos	277,440		48,293
[Fl. 6 v.] Rendimento da Albergaria	50,000	}	Contra
Encargos	110,000		60,000
Rendimento das Capellas	32,000	}	Pró
Encargos	21,840		10,160

## DECLARAÇÃO A COMPARAÇÃO DE PRECEDENTE

O excesso em pró do Hospital e das Capellas há de gastar se infallivelmente no mesmo em curativo dos doentes.

E o excesso em pró do Lausperenne ha de ir a Capital.

## DIVIDA ACTIVA E PASSIVA

He a divida activa em 2 de Julho do anno corrente

capitulada nas contas	1.370,608	}	Pró
E a passiva no dito dia	1.189,665		180,943

## PRIVILEGIOS

Esta Sancta Caza he propria da Immediata Protecção Regia como todas as mais e para a mais prompta saptisfação dos seus Encargos Pios, e Religiosos lhe foram concedidos todos os Privilegios, Liberdades e Exempçoens seguintes:

[Fl. 7] Que todas as dívidas se possam cobrar Executivamente como as da Fazenda Real, Alvara de 26 de Maio de 1558.



Que a Meza, e Irmandade sejam ouvidos em todas as Provizoens, contra elles. Provisão de 15 de Junho de 1629.

Que a Irmandade não seja obrigada a hir em procissoens, que não sejam as suas. Provisão de 15 de Fevereiro de 1499.

Que o Procurador da Sancta Caza requeira nas Audiencias primeira que outro algum, não só nos Negocios della, mas nos que tiver particulares. Provisão de 4 de Junho de 1499.

Que o Escrivão da Meza nos papeis della, seja Publico, com Fe, Signal, Notta, e Ajudante. Alvara de 10 de Setembro de 1500. De 10 de Maio de 1564; e de 17 de Setembro de 1562.

Que senão tomem as Aposentadorias, cavalgaduras, nem sejam constranjidos para Cargos do Concelho os 13, Irmãos que servirem na Meza. Alvara de 7 de Maio de 1511, e de 25 de Junho de 1513.

Que os Almotaces fação despachar a carne do Assougue para os doentes do Hospital primeiro, que aos particulares. Alvara de 1513.

Que nenhuma Justiza possão conhecer dos Cazos da Meza, e maneiras de sua Admenistração, sem Superior Ordem Especial. Alvara de 24 de Janeiro de 1582 Sentença de 11 de Abril de 1612.

[Fl. 7 v.] Que nenhuma outra Irmandade possa ter tumba, nem fazer enterros sem a bandeira da Mizericordia. Sentença da Legacia de 30 de Junho de 1593.

Que o Juizo dos Residuos não tenha authoridade alguma na Sancta Caza. Alvara de 28 de Maio de 1533.

Que o Provedor da Comarca não vença Sallarios nas diligencias particulares contra a Sancta Caza. Sentença da Rellação de 27 de Abril de 1627.

Que no livramento dos presos a cargo da Mizericordia, só vence a Justiza metade das custas. Sentença de 27 de Janeiro de 1624.

Que o Juiz de Fora desta Villa e seus Officiaes seja Juiz Privativo da Sancta Caza. Provisão de 17 de Fevereiro de 1734.

Que todos os Irmãos da Irmandade possão servir os Cargos da Meza, posto que dividores lhes sejam; com tanto que com ella não tragão demanda. Provisão de 3 de Agosto de 1747.

E finalmente que a propria Igreja da Mizericordia não seja vizitada pelo Senhor Ordinario do Destricto. Sentença do Juizo da Corôa de 1753.

Não ha mais nottavel nesta parte do que o consideravel augmento do Fundo total, que esta Sancta [Fl. 8] Caza tem adquirido muito principalmente desde 1810 em diante; nem pode haver couza de maior contemplação para a conservação dos mesmos Fundos, e seus rendimentos, do que a observancia dos Privilegios objectados concedidos todos a este fim. E já que a Regia Portaria neste titullo da logar a lembrar as providencias precisas para o progresso, e melhoramento de tao Pios, e Relligiosos Estabelecimentos, ouza a actual Meza supplicar a Sua Alteza Serenissima a Senhora Infanta Regente com o mais profundo respeito, e submissão a Graça de mandar, que os ditos Privilegios fiquem em seu pleno vigor; principalmente a do Juizo Privativo para a prompta cobrança e segurança dos mesmos Fundos, e Rendimentos, que alias he mui difficultoza em razão dos seus dividores, ou a maior parte serem de differentes Concelhos e alguns em distancias de muitas legoas em que se gastao avultadas somas em prejuizo da humanidade e alem disto por serem leigas as Justiças dos seus domicilios, algumas divisoras, parentes e aparonadas d'outros que por isso he impossivel a prompta cobrança e em consequencia a respectiva saptisfação: igual contemplação merece o caso seguinte:

No Contracto de Manoel José do Covello mencionado na Rellação dos Estabellcimentos e titulo [Fl. 8 v.] do Hospital acceitou a Meza antecedente os 20.000,000 com a obrigação de receber elle o juro competente enquanto vivo, e por morte ficarem com o mesmo Juro para a despeza do curativo dos doentes no mesmo Hospital, e foi acceite este Contracto com tanta precipitação que sem a mais seria averiguação sobre a sua permanente segurança, parecendo-lhe assás proveitosa se descobrem no mesmo Contracto obstacullos de grande momento porque intitulado-se doação Cauzamortis e sendo solemnizada com cinco testemunhas parece ser revogavel e se o não he precisa d'Insinuação e de Licença Regia; esta antes da acceitação e aquella dentro do termo da lei e por semelhantes motivos requereu a Meza actual ao Tribunal competente Provisão de Despensa de Lapso de Tempo e para as mais dilligencias da Insinuação com Ordem positiva para o doador ser inquirido se o seu animo foi de fazer huma doação irrevogavel com transferencia e se nella sujeita a sua terça por não se descobrir esta solemnidade no Contracto evitando-se deste modo hum semelhante equivoco já que o mesmo doador recuza reformar a Escripura; porem foi escuzada a dita Despensa. E he por isso o rogo mais justo que hajao de remediar-se semelhantes



faltas com as providencias que pareçam mais necessarias tudo [Fl. 9] em beneficio da humanidade.

E nesta forma, eu João Antonio de Carvalho e Magalhaens, Escrivão da Meza da Sancta Caza da Misericordia desta Villa d'Amarante por ordem do Provedor e dita Meza averigui, examinei e profundei todos os titulos e livros do respectivo Cartorio com pessoa de toda a confiança, e delles fiz rellacionar com toda a fidelidade o que a Regia Portaria de 7 de Julho do corrente anno determina; e aos mesmos titulos e livros me reporto no dito Cartorio. Amarante e Secretaria da Sancta Caza aos 3 de Setembro de 1827.

E eu João Antonio de Carvalho e Magalhaens Escrivão da Sancta Caza da Misericordia a subscrevi e assigney.

JOÃO ANTONIO DE CARVALHO E MAGALHAENS

**F:** ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Maço 431, caixa 539.

#### IV

*Petição da Irmandade da Misericórdia de Amarante para lhe serem atribuídas as regalias e privilégios através da confirmação do compromisso da Misericórdia de Lisboa (1607, Julho, 5).*

[Fl. 2] Alvará de confirmação de compromisso.

Dizem o provedor e irmãos da confraria da casa da Sancta Misericordia da villa do Senhor São Gonçallo d'Amarante que a dita villa he hua das mayores passages deste reinno por via causa e por respeito da continuação da grande romagem ao dito sancto concorrem ordinariamente na casa da dita Misericordia muitos pobres peregrinos passageiros muitos emfermos e doentes ao hospital e alvergaria e gafaria da dita villa de que elles supplicantes são administradores e por rezão de seus cargos provem com suas esmollas aos ditos pobres segundo a possibilidade da dita casa a coal he muito pobre e pera melhor a poderem fazer acudir as nececidades da dita caza pedem a Vossa magestade por amor de Deos nosso Senhor façam merce e esmolla a dita caza e confraria da Misericordia da dita villa de lhe conceder os previllegios e liberdades que vossa magestade por suas provisões tera concedido as casas da Santa Misericordia da cidade do Porto Guimarães e outras do Reyno e recebera merce e esmolla asi a casa da Santa Misericordia da cidade de Lisboa.

Lisboa a cinco de Julho de ceissentos e sete.

**F:** ASCMA – *Treslado de certas provisões de privilégios que os Senhores Reis passados deste Reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Amarante*. Livro 619, fl. 2.

*Carta emitida pela Chancelaria de Filipe II para confirmação à Misericórdia de Amarante das liberdades e privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa (Lisboa, 1607, Abril, 28).*

[Fl. 103] Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeito o que na petição atraz escrita dizem o provedor e irmãos da Casa da Misericordia da villa de Amarante hei por bem e me praz que elles possão usar do compromisso privilegios e liberdades que por mim e pellos reis meus predecussores são concedidos à casa da misericordia desta cidade de Lisboa e isto naquellas cousas em que se puderem aplicar à dita casa da misericordia da villa de Amarante e mando as justicas a que o conhecimento disto pertencer que cumprão este alvará como se nelle contem e esta me praz que valha. Eu Sebastião Pereira o fiz em Lisboa a XXVIII de Abril de mil seiscentos e sete. João da Costa o fez escrever.

**F:** ANTT - *Livro da Chancelaria de Filipe II – Privilégio*. Livro 1, fl. 103.

## V

*Petição feita pela mesa da Misericórdia de Amarante para lhe ser atribuído um “numerus clausus” na admissão de irmãos (Lisboa, 1622, Novembro, 4).*

[Fl. 22] Dizem o Provedor e Irmãos da Santa. Misericordia da Vila de Amarante que sendo o numero de irmãos della de oitenta somente e conforme ao compromisso não podião passar delle nem se podia prover lugar algum sem vagar outro [Fl. 22 v.]. Os provedores passados não guardando a ordem do dito compromisso forão tomados tantos Irmãos que hoje passam de cento e porque a villa he mui piquena e a misericordia pobre e o maior rendimento que tem he de defuntos que agora he muy pouco a maior parte dos moradores serem Irmãos a se senão atalhar em pouco tempo serão todos e assim não podendo acudir aos muntos pobres assim passageiros como naturais nem a confraria esta capaz de tanta Irmandade por atalhar a muntos convenientes que de se tomarem fora do numero a contem.



**F:** ASCMA – *Treslado de certas provisões de privilégios que os Senhores Reis passados deste reino concederam à Santa Casa Da Misericórdia de Lisboa e que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fl. 22.

*Carta alvará emitida pela Chancelaria de D. Filipe III e pela qual é estipulado o número de irmãos que a Misericórdia de Amarante deve admitir (Lisboa, 1623, Junho, 23).*

[Fl. 66] Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que abendo respeito ao que pella petição escrita na outra meia folha atraz me enviarão dizer o provedor e Irmãos da Misericordia da vila de Amarante e vistas as causas que alegão e a infirmação que mandei tomar pello provedor da Comarca da Vila de Guimarães e seu parecer hei pro bem e me praz que na Irmandade da Misericordia da dita vila senão posão tomar daqui em diante mais irmãos que ate o numero de cento e somente se poderão tomar os que vagarem por morte ou empedimento de outros de maneira que nunca posa pasar do dito numero de cem irmãos [Fl. 66 v.] E mando ao dito provedor da comarca e ao da Misericordia da dita vila e irmãos da mesa della que o são e aos que ao diante sucederem que cumprão este alvará como se nelle contem o qual se registara nos libros da dita casa pera a todo o tempo se saber como asim ouve probem e me praz que valla tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome e por mim assignada sem embargo da ordenação em contrario. Miguel de Azevedo o fez em Liboa a trinta de Junho de mil seiscentos e vinte e três. Gaspar da Costa o fez escrever.

## CONSERTADO

LUÍS BATALHA

**F:** ANTT - *Livro da Chancelaria de D. Filipe III.* Livro 1 Privilégios, fl. 66.

ASCMA – *Treslado de certas provisões de privilégios que os Senhores Reis passados deste reino concederam à Santa Casa Da Misericórdia de Lisboa e que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fl. 22.

## VI

*Carta emitida pela Chancelaria de D. João VI para recondução do provedor e irmãos da Misericórdia de Amarante nos mesmos lugares para que tinham sido eleitos no ano de 1810 (Lisboa, 1812, Setembro, 1).*

[Fl. 34] Provisão de recondução do Provedor, escrivão e mais mesários da Santa Casa da Misericórdia de Amarante.

Dom João VI faço saber que Antonio Teixeira de Vasconcelos e Queiros da Caza de Pascoaes da Villa de Basto me representou em sua petição: que sendo elleito Provedor da Santa Caza da Mizericordia da Villa de Amarante, no anno de 1810, e que querendo zelosamente cumprir com os deveres do seu ministerio apesar das criticas circunstancias do tempo, e do deploravel estado em que achara a Igreja daquela Santa Mizericordia por ter sido tudo incendiado pelo barbaro inimigo comum, falta de despesas concideraveis com a pobreza da villa e com os soldados do primeiro e segundo Batalhão da União do Minho no Hospital Militar que naquela villa se estabelecera e demandas que pendiao no Juizo da Provedoria da Comarca e desordenado o cartorio e alguas das suas dividas perdidas e alguns dos seus foros e laudemios e para evitar alguns prujuiços que podiam acontecer me pedia lhe fizesse merce mandar ficar reconduzido o suplicante e Meza ate que se concluísse a muito interessante obra da reforma dos Livros e de toda a Escripção. E visto o mais que alegou e informação a que mandei proceder pelo Provedor da Comarca de Guimarães ouvindo a Mizericordia como tambem foi ouvido o Procurador da Minha Real Coroa a quem se deu vista: Hey por bem determinar que o suplicante, Escrivão e mais Mesarios da dita Santa Caza fiquem reconduzidos por mais hum anno nos mesmos lugares em attenção ao bem que tem cumprido as obrigações do seu ministerio e para poderem de todo concluir a nova escripturação e mais providencias ordenadas para segurança dos fundos, arrecadação das dividas e arranjo economico do Hospital destruido e queimado. E esta provizão se cumprira como nella se contem. Pago de novos direitos 540 reis que se carregarão ao tesoureiro delles a folhas 92 do livro 14 de sua receita e se registou o conhecimento em forma no livro 79 do registo geral a folhas 233 o Principe Nosso Senhor o mandou pellos Ministros abaixo assinados do seu conselho e seu desembargador do Paço José Joaquim Curvo Semmedo a fez em Lisboa a 28 de Agosto de 1812 desta 800 reis e de assinaturas o mesmo “Bernardo José de Foios Cabral a fez escrever”. “José Antonio Leite de Barros. Antonio Gomes Ribeiro”. Por despacho do Desembargor do Paço de 13 de Julho de 1812 “Manuel Nicolau Negrão”. Paga 540 reis e aos outros 928 reis. Lisboa 1 de Setembro de 1812 “Dom Miguel José da Camara Maldonado”.

AGOSTINHO DE SOUZA SALVADOR



## VII

*Carta assinada por dois irmãos da Misericórdia de Amarante, dirigida ao rei na qual denunciam fraudes em actos eleitorais desta confraria. (Amarante, 1825?).*

[Fl. 1] Os irmãos da Mizericordia da villa de Amarante expuseram os procedimentos que houve na Elleição da ultima Meza, e por isso Sua Magestade mandou que o Provedor de Guimarães passasse àquela villa, afim de proceder a nova Meza, o que executou.

Mas os mesmos irmãos queixosos tornam a representar as incurialialidades com que o dito Ministro executou esta Commissão, mancomunada com os prepotentes e arruinadores de hum tão Pio Estabelecimento, e por isso;

Pedem novas providencias ao dito respeito os quaes cortem pela raiz os abusos que no mesmo Estabelecimento se praticam.

Por Portaria de 29 de Setembro se remetteo novamente ao Provedor da Comarca de Guimarães a informação que havia dado sobre este objecto, ordenando-se-lhe que tornase a informar; substanciando na informação o requerimento e summario a que procedeu e informando tambem de cada hum dos factos de que se tratava: nada mais consta na secretaria.

Esta informação já veio, como dizem. Cumpre juntar este requerimento aos mais papeis.

[Fl. 2] A vossa Magestade representaram por via de Comissão Fiscal estabelecida na Cidade do Porto, os Irmãos José Victorino d'Azevedo Teixeira e Seixas e Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa as ilegalidades que houve na Elleição da Meza da Mizericordia da Villa d'Amarante, feita em dois de Julho proximo passado. Vossa Magestade inteirado da verdade desta representação houve por bem ordenar ao provedor da Comarca de Guimarães que viesse a esta Villa proceder a nova Elleição: este Ministro em consequência da ordem de Vossa Magestade, chigou ao Convento dos Dominicos desta Villa em dia cinco do corrente e no dia seis comesou a dar execução às ordens de Vossa Magestade mas de hum modo tão parcial e pouco decoroso que os abaixo assignados asentão ser do seu dever relatar fielmente sem rebuço as ilegalidades escandalozas que em desprezo das Reais Ordemns se praticarão na Elleição a que Vossa Magestade mandou proceder. No dito dia seis de manhã sahio a campainha que avisa a Irmandade para se reunir, mas não forão avisados os Irmãos nobres que vivem nos subaixos da Villa e a razão desta falta tão consideravel seja que

estes, por seu carater respeitavel não são capazes d'aderir às traficencias que he preciso fazerem-se para se emcobrirem as lapidações que tem havido na Admenistração de onze annos que tantos foram aquelles que dizpoticamente, António Teixeira Mendes, esteve intruzo Provedor desta Mizericordia sem consentir que se convocase a Irmandade para se proceder a nova Elleição chegando ate o ponto o descaramento que em alguns annos metião a chave da Mizericordia no bolso e sahia da terra. Os abaixo assignados vendo que este primeiro acto do Provedor da Comarca poderia ser filho de ignorancia e não de vontade lhe fizeram requerimento pedindo-lhe que os Irmãos da Mizericordia [Fl. 2 v.] da Villa fossem avizados pello Escrivão do seu cargo e se lhe assignase dia deferio, [sic] como pede o assignou o dia sette e assim foi feito. Dia sette reonida hua grande parte da Irmandade vio-se com admiração que o Provedor da Comarca mandava asentar a Meza de que fora Provedor António Teixeira e que era aquella que inteiramente tinha admenistrado onze annos e tinha prezedido à Elleição da Meza que Vossa Magestade mandou reformar. Dizemos que a Irmandade vio com admiração porque tendo aquella Meza dado pose a outra, que com suborno tinhão feito elleger parese que já mais poderião tornar a praticar acto algum de Irmandade que valido fosse não só por estar ali desde o momento que deo posse a outra Meza mas athe por ser indigna de presidencia pois que tinha concorrido para se praticar na precedente Elleição hum soborno escandaloso que Vossa Magestade mandou corrigir ordenando que se ellegesse nova Meza. A razão Real Senhor desta ilegalidade he porque não convem de modo algum ao Provedor passado António Teixeira e seu genro Joaquim da Costa que com elle tinha sido Escrivão; que para admenistração da Sancta Caza emtrem homens respeitaveis e de consciencia exemplar que possam exigigir-lhe huas contas escrupollosas dos onze annos que admenistrarão por ser vos publica que a delapidação que naquelle tempo houve inormes e alguns factos que adiante apontamos, e outros muitos que sabemos dos quais não temos podido obter provas autenticas porque os ditos Admenistradores tem toda a cautella em evitar que ellas nos cheguem a mam; provarão subejamente o que acima dissemos a Vossa Magestade; e quando Vossa Magestade mandar aqui hum Ministro incorretivel e que saiba pezar na balança da Justiça a Virtude e o Crime e que não seda a empeinhos, peitas e jentares. Vossa Magestade verá que o amor da ordem e o respeito que os abaixo assignados tem por este estabelecimento de piedade e amor do proximo he que os obriga a esta representação. A Meza que Vossa Magestade mandou [Fl. 3] reformar hera composta do Provedor que tinha sido Irmão da Meza antecedente e do Escrivão que tinha sido Mordomo dos Expostos; he Irmão de



sangue do Escrivão passado e demais Irmãos que tinham sido da outra Meza; e portanto sendo todos responsáveis de má administração passada são interessados em encobrirem os crimes daquela por cobrirem os seus próprios: chegou a tal ponto o descaramento de Bernardo da Costa Irmão de sangue do Escrivão da Longa Meza; que andou, a pedir os votos a uma grande quantidade de Irmãos da Misericórdia para o fazerem Escrivão na Meza seguinte pois que era preciso dizia elle encobrir algumas despesas mal feitas que a Meza que acabava tinha mandado fazer: este facto foi tão publico que delle há immensas testemunhas respeitaveis. Asentada a Meza para se proceder a nova Elleição o primeiro acto que fez o Provedor da Comarca com o Provedor Teixeira e Escrivão Costa foi o de desprezar a riscar o Irmão Francisco Xavier Ferreira por ser huma divisão a elles, inquieto e apaixonado da desordenação mas a verdadeira causa era por ter denunciado a Vossa Magestade o suborno da primeira Elleição com que ella tinha sido feita e para corroborar este acto de despotismo do Provedor da Comarca dizia que no livro dos Termos se achava hum feito a honze annos por Francisco Cerqueira Moniz sendo Provedor; que dizia o riscava por lhe ter desobedecido. Termo sem execução, nem ciencia do abaixo assignado achando-se no mesmo livro outro acento de Termo com deferença de mezes em que o dito Provedor Francisco Cerqueira e Meza dizem admitem outra vez o Irmão Francisco Xavier Ferreira pois que o acto e termo ascedente estava nullo não tinham precedido as precisas formalidades do Compromiso e que a offensa fora por tutelar a elle Francisco Cerqueira; por motivos particulares que tinha com o abaixo assignado com quem andava politico ser primos carnais e como o dito Francisco Cerqueira estava na da Elleição presente e vio o despotismo e paixão do Provedor da Comarca e Meza que nada era; lhes disse que elle Provedor não estava autorizado para outro algum acto que [Fl. 3 v.] não fosse o da Elleição que Vossa Magestade lhe encarregara, que tal riscamento, não houvera, tanto que elle mesmo; sem que o mesmo abaixo assignado Francisco Xavier o soubesse nem pedisse fizera o outro Termo, mas bem considerado para reparar o mal que tinha feito. O Irmão José Taveira disse ao Provedor da Comarca que era preciso ler o artigo do Compromiso, que fala das cousas, porque os Irmãos devem ser riscados: leu a primeira este pediu-lhe lesse a segunda a ver se tinha havido formalidades que o Compromiso manda se observem antes de qualquer Irmão ser riscado. O provedor da Comarca não como Ministro Constitucional; e por consequencia imparcial e recto mas sim como Ministro despotico que so da ouvidos à sua posição e peitas que lhe derão jeito; e que despreza as ordens do Soberano e a iquidade das leis disse que não era preciso ler mais nada pasou a ditar novo Termo para

riscar os abaixo assignados que elle mesmo Provedor assignou não querendo atender as razões que lhe deo o Irmão José Vaz Pinto Guedes, que lhe disse a elle Provedor da Comarca não tinha autoridade para fazer assignar tais actos pois que a sua Comisam se limitava a prezidir a huma nova Elleição e não imtrometer-se em admetir ou riscar Irmãos; a estas justas representaçõens; foi surdo o Provedor da Comarca que não via outra Lei mais que a sua paixão e dispotismo. Adiante diremos as malhas que moverão a este Ministro a tais actos de arbitrariedade. O acto de riscarem o abaixo assignado he tanto mais arbitrario e he singular; mas elle he movido pello Provedor António Teixeira e seu Escrivão Joaquim da Costa por inimizade de ter denunciado o suborno e ilegalidade da Elleição passada: elles bem sabem que no espaço de onnze annos em que tem sido Provedor e Escrivão sempre se occuparão nos empregos da Irmandade e actos publicos della; o abaixo assignado Francisco Xavier Ferreira e mesmo na Elleição de dois de Julho o fizerão Elleitor e dizendo elle que não ia preencher a pauta porque havia nulidade no que athe ali se tinha praticado; tal observação scandalisou o Escrivão Costa que imperiosamente disse ao abaixo assignado que ou [Fl. 4] preenchesse a pauta ou se fazia hum termo de desobediencia, se deo ao abaixo assignado a preencher a pauta. Por este facto pode Vossa Magestade ver a legitimidade daquele e este acto de riscamento. Acabado este acto que asima temos a honra de representar a Vossa Magestade, começou o Provedor da Comarca e Provedor Teixeira e Escrivão Costa a receberem votos, para a Elleição das pautas; este acto foi tão escandaloso e subornado; que só podia ser justificado sendo prezedido por hum Ministro inviado pella sublime Porta Othomana; pois o Provedor da Comarca dizia aos Irmãos que vinham dar voto, vote depresa, ou vote com a Meza e hindo votar o respeitavel Irmão de maior condição Christovão d'Almeida Soares porque o Provedor da Comarca o não conhecia o procurava e lhe disse vote em Christovão d'Almeida e não se emvergonhou a ter resposta deste, nesse não me he licito votar. Os que querião votar no Reverendo Francisco Cerqueira Moniz e outros iguais disse a muitos Irmãos nesse não porque foi Provedor antes d'António Teixeira. Os Irmãos de menor condição ainda pouco habituados, a forma de governo que temos a felicidade de sermos governados e temendo as arbitriiedades de que antigamente eram victimas mesmo contra a sua consciencia se conformarão com a vontade do Provedor da Comarca. Será possivel Real Senhor que este Ministro não intendese o compromisso que hum momento antes se tinha lido; e que tem hum artigo que diz que os votos para pauta sejam nominais e se o Provedor da Comarca entendeu este artigo e fez o contrario he reprehensivel indigno de servir a



Vossa Magestade e ao Estado e se não entendeo sendo elle tão claro parese ser igoalmente indigno de servir qualquer officio publico por ignorancia e não emtender a sua propria lingua. Acabada esta vergonhosa Elleição apparecerão nomiados as mesmas pautas que tinham sido da Elleição de dois de Julho proximo passado; a exsepção do Irmão Francisco Xavier Ferreira abaixo assignado que momentos antes lhe tinham feito termo de que se falou. Esta [Fl. 4 v.] Elleição revolta toda a parte Sam da Irmandade pois logo virão qual seria o rezultado figurando os mesmos individuos que tinham figurado na Elleição de dois de Julho; mas o mais escandalozo era ser isto feito com approvação de hum Ministro de Vossa Magestade que prezidia a Elleição. Separados estes Elleitores e voltando a Meza com suas pautas esta dimorando-se boas duas horas proclamou oh horror! oh escandallo!: anunciase a mesma Meza que Vossa Magestade tinha mandado reformar a exsepsão do Irmão o Reverendo José Ignácio Machado de quem o Provedor António Teixeira era desfeiçãoado por elle repetir contas a Meza Longa tendo já anteriormente anunciado não o reconduzião e talvez o riscarião; e não foi menos escandaloso Real Senhor o intento que tão bem tiverão de riscar o Irmão abaixo assignado José Vitorino d’Azevedo. Esta nomiação não so escandaloza mas athe temeraria foi feita contra as ordens de Vossa Magestade contra a ley do Compromiso e contra as determinações da Provizão de treze d’Agosto de 1807 e finalmente contra a vontade Sam da Irmandade que logo na Igreja declamou vendo o descaramento do Provedor da Comarca e da Meza. Dizemos, que foi contra as ordens de Vossa Magestade porque tinha mandado reformar a Meza e não reellegela contra as leis do Compromiso porque ordena senão posa votar para Irmãos de Meza, os que são nomiados e a citada Provisão manda que sem passarem tres Elleições Irmão algum possa servir de Meza. O Irmão Luís Pinto, o Irmão João Thomás Pinto e José Victorino Mendes forão pautas e ficaram de Meza acrescendo a pertencerem a Meza que Vossa Magestade mandou reformar. E o Irmão João Thomas Pinto tão bem o era de longa Meza os abaixo assignados, não se delatão em por na presença de Vossa Magestade todas as mais ilegalidades e subornos que houve porque são exactamente as mesmas que existirão na Elleição de dois de Julho proximo passado e portanto se refez em as representações que naquella epoca se dirigião a Vossa Magestade [Fl. 5] e so ha diferença agora ser maior o escandalo por ser esta Elleição prezidida de hum Ministro que Vossa Magestade houve por bem aqui mandar; que em vez de adiministrar Justiça se deixou sobornar e foi com desprezo das Reais Ordens authenticar as más versões, subornos e dispotismos que julgão o Património dos pobres lhes pertence pella posse em

que se achão a bons treze annos. As causas que asima disemos a Vossa Magestade a pontariamos e que forção António Teixeira e mais indevidos a mover estas caballas, parte dellas são as seguintes: em treze de Agosto de 1807 Vossa Magestade por Provisão Régia mandou que esta Mizericordia houvese hum cofre de tres chaves a boca do qual os proprios se resevesem e se fizesem os distrates; que cada anno se nomease hum tesoureiro; em mil oito centos e nove e dez sendo Provedor o Reverendo Francisco Cerqueira Moniz; houve o cofre desde antam para ca desapareceo. O tesoureiro que devia ser todos os annos nomeado e que so era para receber os juros, e esmollas; e há oito annos o Procurador da Caza athe oito centos e sette e oito andava d'azul como as demais Mizericordias, observando-se o Compromiso esta Longa Meza ou este Provedor Teixeira chamou a si hum Francisco Navarro, instromento e agente da má adiministração da Caza; pello Procurador e acomulolhe hum novo emprego de Cartorio; que nunca houve nem a Mizericordia precisa o qual recebe estipendios desporporcionados aos fundos da Mizericordia. Em todas as administrações das Mizericordias nem Provedor nem Escrivão nem mesmo Procurador recebem dinheiros dos devedores. A marcha seguida da nossa era esta, agora tem sido pello contrario; o Provedor tem recebido proprios e juros com o Procurador e elles sós passaram pagas e sem vergonha athe por instrumentos publicos: os destinos dos dinheiros ignorão-se e esperamos que Vossa Magestade remediando o mal desta administração se conheça quaes tem sido. A Sancta Caza os juros que recebe he dinheiro metalico tem certo legado as sucessoras do Testamenteiro [Fl. 5 v.] Manoel Fernandes Valle com quem se despende e todos os annos milhar de duzentos mil reis: jamais tem recebido dinheiro que não seja por execução e para maior desgraça recebem-no emforma; e a Mizericordia não se cotiza de tal verbete e he vos constante que hum tal cambio o tem feito o Provedor Teixeira. O abaixo assignado Francisco Xavier tem servido a Caza por vezes de Provedor e Escrivão. Em Julho de 1807 o abaixo assignado deixou todos os legados de misas satisfeitas; e a Longa Meza achase com 14 ou 17 mil misas por satisfazer. Pedirão Breve para lhe sanar 11 mil; as primeiras forão falcas foi o Breve nullo e a Legatária perdeo-se. O abaixo assignado, reduzindo os legados que não têm esmolla com que se podessem satisfazer por breve fez de rendimento annual ao Hospital perto de trezentos mil reis com estes, e com os Estabelecimentos que fez de pedirem os Irmãos duas vezes na semana pella Villa, para os doentes eram co[b]rados estes e os das vizinhanças. No incendio geral de 1809 entrou a Caza do Hospital athe o presente parese que de perposito senão reedificou e athe por se conservarem sem quererem fazerem Elleição;



obitarão e deixarão de receber as avultadas esmollas que Cristovão d'Almeida e Manoel Caetano de Souza, querião aplicar para reedificação da Caza do Hospital. He para lamentar Real Senhor que não se reedificando o Hospital, e não se cumprindo os legados, mandase esta Longa Meza fazer huma tumba e hum pano para a mesma, com que dizem despenderão perto de hum conto de reis; tal tumba não tem a primeira Mizericordia do Reino. E que diremos nós Real Senhor venderem-se os Calices porque quebrarão; e não haver mais que hum com que os Cappellães dizem Misa. Os extravios são incalculaveis em huma [Fl. 6] tal Admenistração; e deficeis de relatar. As causas que moverão o Provedor da Comarca a fazer asentar a Meza de que era Provedor Antonio Teixeira são as seguintes: como a roda dos interessados he em todas as delapidações que temos a honra de presensiar a Vossa Magestade não pasa dos compreendidos das duas mezas, foi-lhe foroso presidir aquella Elleição. A Meza de que tinha sido Provedor Antonio Teixeira e deste modo poderão fazer nomear aquella que Vossa Magestade tinha julgado nulla pois se esta presidisse não podendo votar na que lhe presidiu, forosamente recahiria a Elleição em Irmãos rectos que infalivelmente descobririão todas as mal versões que tem havido e que em parte ficão aqui relatadas a Vossa Magestade. Que vergonha Real Senhor, hoje mesmo se sabe por boca do Provedor da Mizericordia, que este tinha pago generosamente ao Provedor da Comarca José Ferreira, cinco dias que nesta Villa se demorou a devertir-se por vir fazer a deligencia que tão vergonhosamente executou a expresas Provisões de Vossa Magestade. Tem esta Mizericordia para não pagar semelhantes deligencias a Ministros alguns tais Admenistradores, nada lhes emporta rendem intrigas, e pouco lhe interessa, a propriedade do Patrimonio dos pobres. Muito mais, tinhão que denunciar a Vossa Magestade os abaixo assignados; mas como elles estam presuadidos, que Vossa Magestade mandará hum Ministro recto; que não só venha conheser, e autorizado, para fazer eleger nova Meza; mas tirar contas exatas à que acabou: elles esperão da paternal Justiça de Vossa Magestade que se sirva ordenar ao Ministro que for emcarregado desta deligencia, que chame junto a si, como Adjuntos dois Irmãos de maior, que tinhão sido Provedores ou Escrivães nesta Irmandade a fim de espor ao [Fl. 6 v.] corrente de todos os embaraços, que elle Ministro, posa ter, no acto de tomar as contas; para deste modo se evitar que posa haver, algum emgano, que rendese em prejuizo dos intereses da Sancta Caza, e do Patrimonio dos pobres. A esta escandaloza Elleição Real Senhor, asestirão os Irmãos de maior condição; e que nella não tiverão parte = João de Magalhães Menezes = Joze Vaz Pereira Pinto Guedes = Christovão d'Almeida Soares

= Joze Taveira de Carvalho = o Padre Francisco Cerqueira Moniz Coelho de Magalhães = seu Irmão Antonio Cerqueira de Moura Coutinho = todos fidalgos da Caza de Vossa Magestade = o Reverendo Joze Ignacio Machado = Bento Correia de Vasconcellos e não adestirão a Irmandade = Joze de Macedo da Cunha, por estar fora da terra, nem = o Irmão Doutor Domingos Cerqueira Moniz, = e o Irmão Fernando Magalhães Menezes, fidalgo da Caza de Vossa Magestade; porque o Provedor da Comarca o dispensou e todos estes Real Senhor, a exsepsão de tres tem sido ja Provedores, e Escrivães da Sancta Caza. Asistirão mais a esta escandaloza Elleição = Antonio Taveira Pinto = Francisco Cardoso Pereira = Gaspar Pereira Cardoso = Antonio Joaquim Cerqueira = Manoel Antonio da Fonseca Basto = Antonio Ferreira = Domingos Joze Pinto de Mesquita = Joze Coelho dos Santos = e outros muitos que senão descrevem por desnecessarios. E tal Real Senhor, a inimizade que os trabalhadores desta Misericordia tem contra nós por denunciar-mos a Vossa Magestade, que andão a gabarse que o corrompido Provedor da Comarca [Fl. 7] lhe prometera de dar hum informe contra nós a Vossa Magestade; com o qual nada haviamos de obter e ficar-mos perdidos; porem por ter Senhor as nossas consciencias, que nos não accusão; não deixamos por isso de recorrer novamente a Vossa Magestade; para que posa por termo a tais desordens; que tão prejudiciais são; a hum estabelecimento tão pio como esteRogando

A Deos pella prosperidade

De Vossa Magestade do seu Trono, e do Estado

Somos com o devido acatamento

De Vossa Magestade

Senhor

Vasalos atentos e respeitosos

FRANCISCO XAVIER FERREIRA DE SOUZA GAVIÃO PESSOA

JOZE VITORINO D'AZEVEDO SEIXAS

**F:** ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Maço 441, ex. 552.



## VIII

### CARGOS EXERCIDOS PELAS ELITES LOCAIS NA CÂMARA E MISERICÓRDIA DE AMARANTE NOS SÉCULOS XVIII - XIX

Misericórdia			Município	
Ano	Provedor	Escrivão	Ano	
1627	Francisco Cerqueira Bigodes		1639	Francisco Cerqueira Bigodes – Carregador das Cisas.
1701- 1712- 1714- 1726- 1727-		Paulo de Carvalho Villas Boas	1699 - 1701 1730 - 1731	Paulo de Carvalho Villas Boas – Vereador  Vereador mais Velho.
1705		João da Cunha de Saa	1701	João da Cunha de Saa
1710	António Botelho de Queirós Pimentel		1731	António Botelho de Queirós Pimentel – Vereador
1721		Luís de Magalhães Menezes	1731	Luís de Magalhães Menezes
1725- 1727	Gonçalo Pinto de Magalhães (aparece com a qualificação de Cavaleiro Professo do Hábito de Cristo)		1731	Gonçalo Pinto de Magalhães – Vereador
1728	Luís de Macedo da Cunha		1731	Luís de Macedo da Cunha – Carregador das Cisas
1734	Marcos Ferreira de Sousa		1734	Marcos Ferreira de Sousa – Vereador
1741	Gonçalo Peixoto Vasconcelos	Gonçalo Peixoto Vasconcelos - 1722 e 1738	1733	Gonçalo Peixoto Vasconcelos
1755	Manuel Caetano de Sousa		1734	Manuel Caetano de Sousa Procurador do Concelho
1759	Francisco Cerqueira Mendes de Vasconcelos e Magalhães (aparece com a qualificação de Fidalgo da Casa Real)	Francisco Cerqueira Mendes de Vasconcelos e Magalhães 1766-1767	1772 - 1773	Francisco Cerqueira Mendes de Vasconcelos e Magalhães
1774	Francisco de Sampaio Noronha		1773	Francisco de Sampaio Noronha
1778	Francisco de Magalhães Menezes e Vasconcelos	Francisco de Magalhães Menezes e Vasconcelos 1759-1763 1765	1772	Francisco de Magalhães Menezes e Vasconcelos
1782	Fernando Magalhães Menezes	Fernando Magalhães Menezes 1774	1798 1799 1802	Fernando Magalhães Menezes
1783 1790 1792 1799 1800	Cristóvão de Almeida Soares	Cristóvão de Almeida Soares 1787	1798 1799	Cristóvão de Almeida Soares
1798 1803 1805	José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes	José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes 1794	1773  1801 1820	José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes  Vereador mais Novo

1806 1811- 1820 1824 1825	António Teixeira de Vasconcelos e Queirós		1772   1821	António Teixeira de Vasconcelos e Queirós
1812 1820		Joaquim da Costa Teixeira Fonseca	1806 1810 1811 1813	Joaquim da Costa Teixeira Fonseca – Vereador
1823	Bernardo da Costa Teixeira da Fonseca	Bernardo da Costa Teixeira da Fonseca 1810 - 1821 1822	1821	Bernardo da Costa Teixeira da Fonseca.
1826 1833	Francisco Xavier Ferreira Gavião Pessoa	Francisco Xavier Ferreira Gavião Pessoa 1803-1806	1799  1801 - 1803 1809 - 1810 1815  1817  1818	Francisco Xavier Ferreira Gavião Pessoa –Almotacé   Vereador mais Velho e Juiz de fora por ordenação Vereador Juiz dos Almotacés  Vereador

**Fontes:** ACMA. Livros de actas n<sup>os</sup> 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, e 317.  
ASCMA. Livros de actas n<sup>os</sup> 1, 3, 4.

## IX

*Carta emitida pela Chancelaria de Filipe III para atribuição de juiz privativo à Misericórdia de Amarante (Lisboa, 1628, Setembro, 1).*

[Fls. 24] Alvará para ter juiz privativo.

Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeito ao que na petição atraz escrita dizem os irmãos da Santa Mysericordia da villa de Amarante e visto o que alegão hei por bem e me praz que o Doutor Nicolau Ribeyro Pinto do meu Desembargo e Desembargador dos agravos da vossa Casa e Cabido do Porto se aja juiz da cauza de que os suplicantes fazem menção he este alvará se vem sirva em que estara ynteiramente como se com elle comthem que valera posto que o effeyto delle aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação do libro 2 titulo 41 em contrario. Salvador Velho a fez em Lisboa ao primeiro dia de Setembro de mil seiscentos e vinte e oyto. Diego Sanches Farinha a fez escrever. (Assinado:)

Consertado

LUÍS BATALHA

Consertado

GODINHO MALDONADO



## X

*Petição dirigida ao rei pelos irmãos da Misericórdia de Amarante para anulação de provisões que foram passadas sem o conhecimento da mesa (1629, Abril, 26).*

[Fl. 2 v.] Provisão pela qual todas as provisões falsas que tinham sido passadas sem o conhecimento da Mesa da Misericórdia não tivessem execução sem o conhecimento do Provedor e mais Irmãos

Dizem o provedor e mais Irmãos da mesa da Santa Misericordia da villa de Amarante que a sua noticia lhes veio que pessoas apaixonadas cabessas de bandos fizerão a vossa Magestade hua petição em nome de toda a irmandade colletivamente sendo [Fl. 3] assim que nella não concentio a mayor parte dos irmãos nem menos foi assignada pello provedor e irmãos da mesa o que os impetrantes fizerão por os curar melhor as falcidades que naravão a Vossa Magestade pertendendo a dita provisão por respeito particulares contra as liberdades e merces que vossa magestade e os senhores reis antepassados fizerão a dita irmandade a qual por vertude dos ditos privilegios goza do compromisso e mais isenções de que goza a Misericordia desta cidade de Lisboa conforme as quais nenhuma justiça podem tomar conhecimento de cousa alguã tocante a dita irmandade e porquanto os ditos empetrantes por pretençais que tem da provedoria da dita confraria alcançarão provisão de vossa magestade pera o correjedor do civil da Casa do Porto de todas as causas da dita Misericordia ou de alguãs em particullar no que tudo encontrão os privilegios da dita Caza de que vossa magestade não devião fazer especial menção por vertude da dita provisão tem agravado, pera o dito correjedor hum Manoel de Queirós e o dito agravo esta de presente na mão do Procurador da dita Misericordia para em seu favor alegar o que for justiça = Pedem a vossa magestade lhe faça merce mandar [Fl. 3 v.] pacar provisão pera que pellas provisões que os impetrantes alcançarão com narrar falço senão faca obra nem execução alguã sem que primeiro o Provedor e mais irmãos da mesa seião ouvidos e vossa magestade informado de tudo o deduzido nesta petição e outro si que todas as provisões que vossa magestade mandou passar sem serem pedidas pelo provedor e irmãos da mesa seião suspenssas e de nenhum efeito e que de todas as supplicas que contra a dita misericordia se fizerem se dê vista ao provedor e mais irmãos pera que com sua resposta e com o que com verdade constar a vossa magestade com informação certa mande o que for sem cervisso e recebera merce = o Provedor Manoel Correia de Brito.

*Provisão aos irmãos da Misericórdia de Amarante segundo a qual as provisões solicitadas sem o conhecimento destes não teriam efeito. Com a emissão desta provisão a mesa seria sempre ouvida nas determinações que lhe fossem concedidas (Lisboa, 1629, Junho, 15).*

[Fl. 4] Dom Philipe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa e senhor da Guine Mando a vos correjedor da comarca da villa de Guimarães que vos informeis do conteudo na petição atras escrita na outra meya folha do Provedor e Irmãos da Misericordia da villa de Amarante e escreverme eis o que nisto achardes com vosso parecer e com vossa carta me enviareis esta. El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Doutores Geronimo Pimenta de Abreu e Luís de Araujo de Barros ambos do seu concelho e seus desembargadores do Paço. Antonio de Moraes a fez em Lisboa a des de Maio de mil seiscientos e vinte e nove.

[Fl. 4 v.] Dom Philipe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa senhor da Guine faço saber que havendo respeito ao que na petição aqui junta assinada por Gaspar da Costa de Matos meu Escrivão da Camara me enviarão dizer o Provedor e Irmãos da Misericordia da villa de Amarante e visto o que alegão a imformação atras escrita do correjedor da comarca da villa de Guimaraes e seu parecer hei por bem e me praz que pellas provisões que dizem se ouverão em nome dellas supplicantes sem elles entrevirem nem concentirem nellas como fazem menção senão faca obra nem execução alguã sem que primeiro o Provedor e mais Irmãos da Mesa seião ouvidos e outro si que todas as Provisões que forem passadas sem serem pedidas em nome dos suplicantes Provedor e Irmãos da Misericordia se suspendão e que das suplicas que se fizerem contra a dita Irmandade seião ouvidas como pedem pera com sua resposta e com a das imformações nessessarias mandar deferir como for mais conveniente ao serviço de Deos e bem da mesma Irmandade pello que mando ao dito correjedor e provedor da [Fl. 5] comarca e mais justiças a que a vista disto pertencer cumpram goardem e fação cumprir e goardar como se contem nesta provisão. El Rey nosso senhor o mandou pellos doutores Jeronimo Pimenta de Abreu e João de Freitas Salazar ambos do seu concelho e seus desembargadores do Passo. Antonio de Moraes a fez em Lisboa a quinze de Junho de mil e seis centos e vinte e nove = Gaspar da Costa a fez escrever.

**F:** ASCMA – *Treslado de certas provisões de privilégios que os Senhores Reis passados deste Reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619 –fls. 2 v. a 5.



## XI

*Contrato efectuado entre a Misericórdia de Amarante e a Irmandade de S. Pedro da mesma villa, estabelecendo as condições de utilização do esquife da Misericórdia (Amarante, 1644, Novembro 20).*

[Fl. 18] Treslado do contracto que fez esta Santa Casa com a Irmandade de Sam Pedro desta villa sobre o Esquife.

Em nome de Deos Amem saybam coantos este instrumento de transacam e Amigavel composicam e comcerto ou como milhor em direito haja lugar deste dia para todo o sempre virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Chrispto de mil seiscentos quarenta e coatro annos aos vinte dias do mes de Novembro do dito anno na villa de Amarante na Caza do Despacho Cabido da Santa Mizericordia desta villa de Amarante estando ahi em Meza e Cabido comvem a saber o Reverendo Lecenciado Manoel de Abreu da Cunha Abbade de Sam Joam de Gatam e Provedor da Santa Caza e Pero Peyxoto de Castro escrevam da Meza com os mais Irmãos da Meza ao diante asignados de huma parte e da outra o Reverendo Abbade de Castro de Vasconcellos morador nesta villa e Procurador bastante da Comfraria e glorioso Apostolo Sam Pedro situada nesta villa como constou da Procuracam da dita Irmandade que apresentou para o dito efeyto digo para o presente efeyto cujo Tresllado he o seguinte = por esta bastante Procuracam nos o Revrendo Joam de Prado Teixeira Protector da Comfraria do Glorioso Sam Pedro desta villa de Amarante; e Marcos Cerqueira [Fl. 18 v.] de Carvalho, Procurador, Francisco Pinto Mordomo e Joam Preyra Thizoureiro este presente anno com os mais Irmãos da dita comfraria abayxo asignados fazemos, nosso bastante Procurador com libre e geral admenystracam ao Reverendo Abbade Joam de Castro de Vasconcellos, para que em nosso nome e da nossa Irmandade se puder compor e comcertar com os Irmãos da Santa Mezericordia desta villa sobre a demanda que trazemos a termos esquife e podera em nosso nome compor com todas as clauzullas que lhe pareser obrigandonos e a nossa comfraria a tudo o que fizer prometemos haver por firme e valliozo para sempre para que lhe damos todos os poderes em direyto atrogados como em cauza propria e por assim o que queremos mandamos fazer esta por nos asignada E, Eu Joze Cerqueyra escrevam da comfraria o escrevy por seu mandado hoje vinte dois de Agosto de seiscentos quarenta e coatro annos = Joam do Prado Teyxeira “ Francisco Pinto Padres o Velho “Gaspar Moreyra “Andre Luís Cerqueira “Jorge Moura Brandam digo Jorge Moura Bradradoa “Luis Cerqueira “Andre Carvalho “Manoel de Siqueira Abreu “Pero Pinheiro “Domingos Dias Pinheyro “Gonçalo

Ribeyro “Gaspar Teixeyra Pinto “Joam Preyra Pinto “Gaspar Coelho “Manoel de Barros “Manoel Pinto “Manoel Cerqueira Preto “o Padre Gaspar Ribeyro Correia “Lourenço Dias “Joam Cerqueira “Manoel Cerqueira de Carvalho “Manoel Ferraz “Lourenço Teyxeira da Foncequa Vericimo Ribeyro “Joam do Rego “Vallentim Cerqueira do Valle “Manoel Pinheyro “Francisco Vaz “o Padre Custodio Campello “Joam de Siqueyra “Lourenço de Macedo “Thomas de Mendonça “Damiam Campello de Madureyra “Semiam Pinto “Balthazar Peixoto da Cunha “Manoel de Gouveya “Antonio Cerqueyra “Mathias Ribeyro “Francisco Pinto Padreco o novo “Antonio do Couto de Magalhaens “Bartolomeu Cerqueyra “Francisco Vieyra “Andre Ribeyro “Antonio Pinheyro “Balthazar Moreyra “Joam Rabello “Antonio de Tabora “Segundo assim se continha na dita Procuracam a coal letra della eu Taballiam reconheco ser do Reverendo Joze Cerqueyra pella comtheudo declarado a coal que neste libro fica junta me reporto em todo e por todo que treslladada ella como dito he logo por elle Provedor escrevam e mais Irmãos da Meza e pello dito Reverendo Abbade Joam de Castro de Vasconcellos como Procurador Bastante da dita comfraria de Sam Pedro foi [Fl. 19] dito em presença de mim Taballiam, e das testemunhas ao diante assignadas que elles corriam demanda no juizo desta dita villa sobre huma forsa [sic] nova e artigos de opozicam a ella de que he escrevam Antonio Ramalho o coal se tractava nos Reverendos Padres da Comfraria de Sam Pedro podiam ter Esquife ou nam para enterrarem nelle os seus Irmãos clerigos pera e por coanto a fim das demandas sam duvidozos e incertos e elles serem todos notorios amigos e parentes e por se atalhar a gastos das mesmas Irmandades e comfrarias e o escandallo que resultava de entre sy terem demanda devendo ser muy conformes e ajudarem huns aos outros se vierem a compor e comsertar por via de transasam e amigavel composicam pella maneira seguinte: a saber que os ditos Reverendos Padres de Sam Pedro possam per si e em seu esquife emterrarem seus Irmãos clerigos de ordens Sacras, somente e que o Irmãos da Santa Caza da Mizericordia os mandaram acompanhar com a Bandeyra dos tres Irmãos vestidos nos Abitos com dous tocheyros a Bandeyra e irmam da meza do mes macanico com sua vara, diante da bandeyra e o Moço da Caza tangendo a campainha e o Irmam que se fallecer dara de esmolla hum cruzado, a dita Santa Caza da Mizericordia e elles padres nam poderam emterrarem sem cobrar o dito cruzado e emterrando-o na forma referida ficaram obrigados a pagallo a dita Santa Caza com declaracam que a dita irmandade sera obrigada a mandar acompanhar com a dita bandeyra como fica declarado e os ditos irmãos de Sam Pedro em todo o cazo dandoce recado ao mordomo do mes e nam se lhe



dando e emterrando os ditos Irmãos clerigos sem a dita bandeira e mais insignias nam ficaram desobrigados de pagar a dita Misericórdia o dito cruzado e que outro sy querendo alguns dos ditos Irmãos Clerigos emterramce com a dita Irmandade digo emterramce com a dita Irmandade ou com alguma das tumbas e deixar esmola que lhes pareser como fazem as demais pessoas o poderam fazer e que o cruzado se emtendera coando o Irmam clerigo se emterrar no esquife sem deixar outra esmola a Mezericórdia e que por esta via huns e outros dezestiam da demanda que traziam e que as custas se pagariam de permeyo e que elles huns e outros se obrigavam a nam irem contra esta escriptura e concerto em parte nem em todo em juizo nem fora delle e a isso obrigavam elles procurador e mais irmãos suas pessoas e as rendas da dita Santa Caza e elle Reverendo Abbade de Castro de [Fl. 19 v.] Vasconcellos como procurador da comfria de Sam Pedro obrigava os bens e rendas da dita Irmandade declarando mais que aquelles que forem contra esta escriptura percam o direito que puderem ter na cauza nam possam ter accam contra os outros e em testemunho e fee da verdade assim o quizerem e aseytaram e outogaram de parte a parte e nesta nota mandaram ser feyto e delle dar os tresllados necessarios e eu taballiam como pessoa publica estipullante e aseytante tudo aseytey e extipulley em nome das partes nam presentes a que tocar para lhes adquirir direyto de que a tudo foram testemunhas presentes Manoel Rabello ferrador e Manoel Pinto o Biscoeta desta villa ambos que aqui assignaram com elles partes todos reconhecidos de mim Francisco Teyxeira Taballiam que o escrevy e declaram que o Recado que se ouver ao Mordomo da Caza para levar a Bandeira na forma referida se dara ao tempo que se der as mais comfrias Testemunhas sobre ditas e sobre dito e escrevy “Provedor Manoel de Abreu da Cunha “Pero Peyxoto de Castro “Jorge de Babo Coelho “Joam de Castro de Vasconcellos “Antonio Coelho de Babo “Joam Marinho “Domingos Barbosa “Manoel da Costa “Antonio Pinto “Manoel Rabello “de Manoel Pinto Byscoeta Testemunha. A coal escriptura de concerto e de transasam eu sobredito Francisco Teixeyra Taballiam do publico e do Judicial na villa de Amarante por El Rey Noso Senhor de meu libro de notas a donde as partes com as testemunhas assignaram na forma declarada esta della tirey e treslladei para a caza da Santa Misericórdia bem e fielmente sem cousa que duvida faca e com a nota comcertey. A coal que em meu puder fica em todo e por todo me reporto e outro que dey para a Comfria de Sam Pedro e por verdade aqui me assigney de meu publico signal em os seis dias do mes de Mayo do Anno de mil e seis centos e quarenta e sinco annos “fiz que tal he dis o boram asima quarenta por verdade” Lugar do signal publico”

desta e a metade de nota duzentos e cincoenta reys” o coal tresllado de escriptura de contracto eu Joze Mendes de Queiros escrivam deste Tombo por nomiacam que em mim fez o Doutor Caetano Joze da Rocha e Mello Juiz do mesmo Tombo por expesial Provisam de sua Magestade Fidellisima que Deos goarde bem e fielmente aqui treslladey da propria com a coal este Trellado comferi e comcertey por mim e com o mesmo Juiz na forma do seu despacho e vay na verdade sem leixar coysa que duvida fassa que por mim reservado nam [Fl. 20] va e a propria que torney a entregar a Theodoro Ferreira de Souza Procurador actaal da dita Santa Caza com o livro das Provizonis atras copiadas que de como os recebeu e asignou aqui com nosso em todo e por todo nos reportamos em fee de que aqui nos asignamos hoje de Janeyro quinze de mil sete centos cesenta e tres annos. E eu sobredito que o escrevy comferi comcertei e asigney “Joze Mendes de Queiros “Comcertado com os proprios por mim escrivam Joze Mendes de Queiros e comigo Caetano Joze da Rocha e Mello” Theodoro Ferreira de Souza”.

**F:** ASCMA – *Livro do Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa.* Livro 89. Fls. 18 a 20.

## XII

### INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS DA SANTA CASA FEITO EM 23/12/1763

- 3 lâmpadas de prata em meio uso
  - 9 insignías que costumam sair pela semana Santa
  - bandeira da irmandade
  - outra bandeira da irmandade
  - outra bandeira que serve de acompanhamento aos defuntos
  - 1 tumba nova que serve para a Irmandade com seu pano de veludo com guarnição de seda matizada de ouro cuja seda é branca toda a roda com franja de ouro como também tem a mesma tumba sem capello do mesmo veludo preto com a mesma guarnição com seu coxim da mesma forma
  - outra tumba que serve dos acompanhamentos dos pobres, já usada, com cobertura de um pano preto guarnecido com sera fina amarela e franja da mesma cor
  - 4 cálices de prata com 4 patenas e 4 véus brancos, roxos e mais aparelhos e colherinhas de prata
  - 1 ornamento de seda branca de damasco com galão de ouro huma capa de asperges do mesmo damasco também agolada de ouro
  - 1 vestimenta de damasco roxo com seu galão de ouro e uma capa de asperges da mesma seda e galão
  - mais 4 vestimentas de damasco branco com franja de vetros matizada de branco e vermelho
  - mais 4 vestimentas de uso de damasquilho branco de lã com galão de seda amarela
  - 3 vestimentas de damasquilho de lã vermelha também de uso com seu galão e franja de seda
  - 2 vestimentas de damasquilho 1 roxa com galão de seda e outra também roxa com suas franjas retors
  - outra vestimenta de damasquilho preto com sua franja de retors preto e tostado matizado
- Todos estes ornamentos, suas pals, bolsas e véus tudo correspondente aos ditos ornamentos:
- 7 alvas de renda em bom uso e entre estas 7 alvas uma é escortigada de rendas largas
  - 4 alvas lisas que estão em meio uso, e uso
  - 12 amitos de linho com fitas brancas
  - 1 cento de sanguinhos
  - 6 paninhos das galhetas
  - 5 toalhas de água às mãos em bom uso



- 18 toalhas dos altares em bom uso
- 1 pano do púlpito de damasco branco agalado com galão de ouro e por baixo tem uma franja de retros branco matizado com vermelho
- outro pano de púlpito de damasquillo preto com franja de retros da mesma cor já velho
- 4 cortinados de damasco vermelho de todos os quatro altares com franja de retros da mesma cor já usado
- 4 cortinados de damasco roxo em bom uso com franja de retros da mesma cor
- 1 vestido de Nossa Senhora da Primavera de Matizes a saber a saia e gollega de Matizes branca e vermelha e o Manto de seda azul com espeguilha de Prata e roda e tem a mesma Senhora outro vestido preto de seda que serve de uso a saber a saia gallega e manto em bom uso
- 1 véu de seda branca matizado vermelho que é do esquife do Senhor com sua franja de ouro à borda
- o esquife do Senhor todo pregado e agalado com galão e pregos de ouro cujo esquife é feito de veludo preto e tem sua franja de ouro em redondo
- 1 espaldar roxo agalado de ouro
- o Senhor Esse Homo
- 1 capa de damasco vermelho com uma renda de ouro larga em redondo
- 4 cortinados de linho velhos
- 1 pano verde de cobrir a mesa redonda em que se fazem as mesas e despachos da Santa Casa com seu galão ou franja de retros da mesma cor em redondo
- 1 mesa redonda do cabido em que se fazem os despachos, em castanho e em bom uso
- 4 bancos de encosto em redor da mesma mesa que servem para sentarem os irmãos da mesa quando há despachos
- 3 tamboretos razos de couro com franja de retros verde e amarela
- 1 guarda-roupa muito grande que está na cabido que serve de guardar a tumba nova e esquife do Senhor
- a cera e tudo mais pertencente à dita Santa Casa
- 4 tocheiros de pau tingidos de preto e pela borda com tinta amarela
- 8 castiçais de pau prateados em bom uso
- 1 caixa com sua fechadura em bom uso de pau de castanho que levava 10 alqueires que serve de guardar a armação com que se arma a igreja na Semana Santa
- outra caixa na sacristia também de castanho em bom uso com sua fechadura que serve de guardar os cortinados e mais trastes que se lhe puderem meter, leva dez alqueires para mais
- 1 caixa que está no mesmo cabido que tem 4 gavetas grandes
- 1 caixa também grande que está na sacristia que serve de guardar as vestimentas, alvas e mais trastes que serve também para se vestirem os padres para dizerem a missa
- na sacristia um banco comprido que tem sua cobertura e seu remate que serve para guardar alguns trastes da casa
- 3 escadas, 1 de cinco passadas e as duas são dos varonis de descer o Senhor da cruz em Sexta-feira Santa que tem 4 degraus cada uma
- 1 cruz redonda de castanheiro que serve de por o Senhor na Semana Santa a qual é tingida de verde com seus nós
- 2 andores, 1 do Senhor Esse Homo e outro do Santo Cristo com 4 forquilhas cada andor
- 1 paleo de seda roxa forrado de tafetá roxa com franja de retros roxo em bom uso e 6 varas do mesmo paleo
- 1 turíbulo de prata lavrada com sua naveta
- 1 caldeirinha de estanho branco
- 1 bacia de cobre grande que serve para guardar os bicheiros
- 1 escrivaninha de estanho com tinteiro
- 1 escada de subir o guarda-roupa grande que está no arquivo
- 1 tábua e roda onde se carregam os irmãos todos da irmandade a qual é pintada em ouro e azul
- 4 pares de galhetas de estanho com seus pratinhos do mesmo estanho
- 1 campainha de tocar a irmandade e defuntos e outra mais pequena do cabido
- 4 missais e 4 estantes deles e 3 cadernos das missas dos defuntos
- um caixão com vidraça onde está o Senhor do Esso Homo
- 1 vaso do laboratório de estanho já usado
- 1 cruz de pau tingida de preto que sai na procissão dos defuntos pelo adro da Igreja
- 2 castiçais de latão pequenos
- 2 regibos tingidos de preto e 1 tabuleta da mesma cor e 11 escabelos grandes e 2 confessionários tudo em bom uso
- o sino da igreja que pesa 5 arrobas com sua caldeira e corda
- 1 escada grande de 11 passadas que serve na igreja
- 2 escadas que servem para fazer o trono pela semana santa na capela-mor
- 1 pano preto que se coloca na igreja quando se fazem os ofícios
- 4 pedras dos 4 altares

### XIII

*Treslado da provisão pela qual a Misericórdia de Amarante passou a administrar a Gafaria, Capela de S. Lazaro e de Santo Estêvão, assumindo os seus encargos e rendimentos (Lisboa, 1565, Setembro, 6).*

[Fl.16v.] Treslado da Provisam de Sua Magestade por onde se anexou a Santa Caza da Mezericórdia da villa de Amarante hospital e Caza da Gafaria e Capella de Sam Lazaro e Santo Estevam tudo cito no lemite desta villa com os seus rendimentos.

#### Provisam

Eu El Rey faco saber aos que este alvara virem que o Juiz e veriadores e procurador do Concelho da villa de Amarante me enviaram a dizer por sua carta que na dita villa avia huma Caza de Gafaria muito Antiga e com emcargos de huma Missa cada somana e de manter dous Lazaros a coal tinha de renda doze mil reais cada anno e eram admenistradores della o juiz e veriadores da dita villa e que nessa poce estavam de tenpo inmemorial sem haver outra instetuiçam e que por elles serem ocupados com o cargo de seus officios nam podiam admenistrar a dita gafaria como compria e queriam renunciar a dita administraçam no provedor e irmãos da comfraria e irmãos da Mezericórdia da ditta villa por lhe parecerem que poderiam melhor porver administar pedindome por merce que lhe quizece para hiço dar licença e visto seu requerimento com outro de outro despacho mandey no caso fazer delligencia pello provedor dos Rezidos e Hospitales e Capellas da comarca e Provedoria da cidade do Porto e que fosse a dita villa de Amarante e se emformace do dito cazo ouvidos os offeciais da camera della e souvece se havia ahi Instetuiçam da dita garfaria e quem heram os admenistradores della e que propriedades tem e o que vallem de compra e coanto rendem e seha agora nella alguns Lazaros e coantos e que souvece dos ditos offeciais da camera se queriam renunciar a dita admenistraçam no Provedor e Irmãos da dita comfraria da Meziricórdia e que de tudo o que achase se emformaram e que tomace e fizese fazer os Autos necessarios em os coais se treslladace a Instituiçam da dita gafaria se ahi ouvece e mos emviace e me escrevece seu parecer no dito cazo ao que foi satisfeyto e que da dita delligencia se mostra haver na dita villa de Amarante huma caza que serve de gafaria [Fl. 17] e ter huma Capella de ourago de Sam Lazaro em que se dis huma Missa rezada cada semana entre outros emcargos e o juiz e veriadores da dita villa



serem admenistradores da dita gafaria em posse antiga e ao presente nam haver nella doentes nem gafos e ter a dita gafaria anexa huma Irmida de Santo Estevam munto antiga que hora esta cahida e de todo deribada onde antigamente se dizia a dita miça rezada e nam haver da dita gafaria Instetuiçam alguma somente hum Tombo em que estan escriptas as rendas e tres propriedades de prazos fatiotes que rendem cada hum Anno oyto mil e oito centos reais o coal rendimento foi avalliado em cento e oyto mil e nove centos e cesenta reais de compra e foram avalliadas as benfeytorias em sete centos quarenta e sete mil reais e assim se mostra renderem os peditorios e esmolas dois mil reais cada Anno e haver de deposito de rendimento da dita gafaria dos Annos passados quarenta e nove mil reais e o juiz e veriadores renunciaram a dita admenistraçam no Provedor e Irmãos da comfraria da Meziricórdia da dita villa de Amarante com o dito rendimento e depósito e com os emcargos da Missa Rezada cada somana e a cura dos Lazaros coando ahi os ouver contanto que a Irmida de Santo Estevam que hora esta cahida se fara de novo com o dinheyro que esta depositado e do mays rendimento se for necessário e que tudo o que sobegar dipois de compridos os ditos emcargos se gastem e despendam nas obras da Meziricórdia e pobres della pello dito Provedor e Irmãos o que tudo visto e com a emformaçam e parecer do Provedor da dita comarca e deligencia que fez por mim mandado hey por bem de hunir e anexar em perpetum para sempre [sic] a dita gafaria e Capella de Sam Lazaro da dita villa de Amarante e de Santo Estevam se anexem a confraria da Mezericórdia da dita villa e quero e me apraz que o Provedor e Irmãos da dita comfraria sejam admenistradores da dita Gafaria e recebam as rendas e foros della com tal declaraçam que dos rendimentos das propriedades que lhe forem deixadas e que hora tem se compriram os emcargos com que a dita gafaria foi instituida e se diga cada somana a missa rezada que se deve dizer e se mantenham os Lazaros que a ella forem conforme a dita instetuiçam e se repare a dita capella de Sam Lazaro de tudo o que lhe for necessário para nella se dizerem as Missas obrigatórias e as mais que nella quiserem dizer e que do dinheyro da renda da dita gafaria dos [Fl. 17 v.] annos passados que esta depozitado se fara a Igreyja de Santo Estevam que hora esta cahida e nam bastando para hiço o dito depozito o que faltar para a dita Igreyja se acabar os pague do que sobejar das ditas rendas dipois de compridos os ditos emcargos e dipois de tudo assim comprido os remanecentes das rendas da dita gafaria se despendera pello dito Provedor e Irmãos nas obras da Mezericórdia e pobres como se despendem as esmolas que se fazem a dita comfraria e o Provedor da dita comarca tera cuidado coando for a dita villa por ver nas couzas de seu officio de tomar contas e se cumprem os ditos

emcargos e se fez a Igreyja de Santo Estevam e de saber o que se nella gastou e como foi a despeza: Ao coal Provedor mando que tanto que este Alvara for apresentado de a posse da admenistraçam da dita Gafaria e das rendas della ao Provedor e Irmãos da comfraria da Mezericórdia da dita villa de Amarante e daqui em diante lha deixem ter a admenistrar para sempre asim a elles como ao Provedor e Irmãos que pello tempo forem da dita comfraria da Mezericórdia e haver as rendas e foros que lhe directamente pertencerem obrigando-os a elles comprirem os emcargos com que foi instetuida a fazerem a dita Igreyja de Santo Estevam na maneyra que dito he lhe fara entregar o tresllado da instetuiçam da dita gafaria se ahi o houver e assim o Tresllado do Tombo dos bens e porpriedades que lhe foram deyxados e que hora pesuem para saber a obrigaçam que tem e onde estam os ditos bens e quem os tras e o que cada hum foreyro he obrigado a pagar de foro delles e tudo cumpra e fassa cumprir esta Alvara como se nelle comtem por coanto por fazer esmola a dita comfraria da Mezericórdia o hey assim por bem e este Alvara quero que valha e tenha forma e vigor como se fosse carta feyta em meu nome por mim asignada e passada pella chancellaria sem embargo da ordenaçam do sigundo libro titello vinte que dis que as cousas cujo efeyto ouver de durar mais de hum anno forem por cartas forem passando por Alvaras nam valham, Bastiam Ramalho a fez em Lisboa a seis de Setembro de mil quinhentos cesenta e cinco, Fernam da Costa a fez escrever – com huma rubrica que se nam sabe ler – Alvara porque há por bem de anexar a Gafaria da villa de Amarante a comfraria da Mezericórdia [Fl. 18] e digo Alvara porque Vossa Alteza há porbem de anexar a gafaria da villa de Amarante aos offeciais da Mezericórdia da dita villa para Vossa Alteza ver o coal tresllado eu Jose Mendes de Queyros escrivam do Tombo bem e fielmente aqui treslladey de hum libro que me apresentou Thiodoro Ferreyra de Sousa procurador actual do Provedor e mais Irmãos da Santa Caza da Mezericórdia desta villa de Amarante com o coal libro esta comferido por mim e com o juiz deste Tombo e ao dito Libro em todo e por todo nos reportamos e nos asignamos aqui de nosos sinais de que huzamos. Amarante e de Janeyro nove de mil setecentos cessenta e três annos e eu sobredito José Mendes de Queyrós escrivam do Tombo que o escrevy comcertei e comferi e assigney com elle Juiz fiz que tal he “José Mendes de Queyros” concertado com o próprio Libro por mim escrivam do Tombo “JOSÉ MENDES DE QUEYROS”.



## XIV

*Auto de posse da gafaria pela mesa da Misericórdia de Amarante (Amarante, 1565).*

[FL. 55 v.] Alvará porque vossa Alteza há por bem de anexar a gafaria da villa de Amarante a Comfraria da Misericórdia da dita villa pera vossa Alteza ver.

Sendo assim apresentada a dita Provisão e vista pelo dito Provedor mandou que se cumprisse como se nela continha e que elle Provedor da Mezericórdia e Irmãos della se obrigassem a cumprir os emcargos que na dita provisão faz menssão: e logo por eles foi dito que elles em nome da dita comfraria da Mezericórdia e do Provedor e Irmãos que adiante forem se obrigarão a cumprir inteiramente todas as obrigacoins e emcarregos com que a dita gafaria foi instituída e que sempre se cumprirão e muntos mais inteiramente do que athe aqui se comprira e que por este respeito pedirão a Sua Alteza a unisse e anexasse a dita comfraria da Mezericórdia e que essa condição aseitarão a dita posse e pedirão a elle Provedor dos Rezidos Iha mandasse dar o que visto por elle [Fl.56] Provedor lhe deu logo a dita posse da dita Gafaria e assim de todas as couzas a ella tocantes e pertencentes e os metteu na dita Irmida de Sam Lazaro de posse o dito Provedor da Misericórdia e Irmãos della e elles se obrigarão digo a elles abrirão e ficherão as portas dela e tomarão pedra, pão, telha e tangerão o sino e tomarão posse em hu livro que no altar da dita Irmida de Sam Lazaro estava pelos coais autos o dito Provedor as houve por emvestidos e empossados na dita posse da dita Gafaria e da adeministração dela e da dita Igreja de Santo Estevam e anexação de todas as propriedades foros e rendimentos que a ella pertensse e mandou que todos os cazeiros e foreiros lhe acudissem e que o dinheiro que athe aqui tinha recebido a dita Gafaria e quaisquer pessoas fossem entregues a elle Provedor e Irmãos da dita Comfraria e que eles mandassem logo fazer a Irmida da Igreja de Santo Estevam conforme a dita Provizão e elles diserão que erão contentes de logo mandarem.

**F:** ASCMA - *Treslado de certas provisões de privilégios que os senhores Reis passados deste Reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante.* Livro 619, fls. 55v a 56.

## XV

*Auto de medição da capela de S. Lazaro e respectivas confrontações (Amarante, 1650).*

[Fl.23 v.] Titulo de mediçã da Capella de Sam Lazaro e Gafaria.

A Capela de Sam Lazaro e sua gallile que medida do Nacente para o Puente pella cabeça do Sul donde comfina com a estrada publica que vay para o Porto tem 9 varas e continuando com a medição pela traseyra da Capella do Norte para o Sul donde comfina com casas, de Manoel Cerqueira de Vasconcellos filho que ficou do Doutor José Caetano de Rellas também foreyras a gafaria, tem tres varas e meya e continuando com a mediçã do Nacente para a Puente pella cabeça do Norte donde comfina com hum olival que possue o mesmo Manoel Cerqueira de Vasconcellos foreiras a mesma gafaria, tem 8 varas e meya e medida do Norte para o Sul pela cabeça do puente até chegar ao principio desta mediçã tem seis varas e nesta mediçã vay incluída a gallillé que esta sustentada em coatro collunas de pedra e he tilhada e entre esta gallille e huma terra que esta metida o campo em que antigamente hera o Hospital da Gafaria [Fl. 24] esta huma parede a mesma terra da casa da gafaria, tem outra capella hum campario sem sino e huma Imagem de Sam Lázaro em bulto e o altar com três imagens pintadas e na traseyra desta Capella esta huma rigueyra entre ela e as casas dos ditos filhos do Doutor José Caetano que aderiram a esta mediçã.

A terra que servio da casa da Gafaria que principiandoce a medir do Nacente para o Poente comfinando com a estrada publica que vem da villa de Amarante para Rellas acharam ter honze varas e meia e daqui virando esta mediçã do Norte para o Sul pella parte do Nascente confinando com a cerventia que fica entre a gallilé da Capella de Sam Lázaro e a parede da mesma terra acharam ter seis varas e continuando com esta mediçã pella parte do Norte do Nascente para o Puente acharam ter outras honze varas e meya e daqui comfina com o olival dos filhos que ficaram do Doutor José Caetano de Rellas foreyro a gafaria e virando esta mediçã do Norte para o Sul pella parte do Puente donde comfina com os sobreditos caseyros acharam ter outras seis varas onde principiou e acaba esta mediçã.

**F:** ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa.* Livro 89, fls. 23v a 24.



## XVI

*Auto de medição da Capela de Santo Estêvão e seus anexos apresentando as respectivas confrontações (Amarante, 1650).*

[Fl.24] Tittulo da mediçam da Capella de Santo Estevão, Terreyro e Pátio.

A Capela de Santo Estevão sita na rua da Orde desta villa que principiandoce a medir do Norte para o Sul pella parte do Nacente donde comfina com o terreiro e Adro da mesma capella e com huns pardieiros de Simam Ribeiro e sua mulher Helena da Costa da Rua da Orde desta mesma villa acharam ter sete varas e meya e continuando daqui esta mediçam nas costas da trazeira da mesma capella do Nascente para o Poente acharam ter cinco varas e virando esta mediçam pella parte do Puente do Norte para o Sul acharam ter outras sete varas e meya donde confina com a Rua de Guimarains; e virando esta mediçam pella parte do Nascente medida do Norte para o Sul digo e medida do Puente para o Nacente pella parte do Sul confinando com o Patio da mesma capella e com a Rua que bem de Guimarains e Porto para esta villa acharam ter outras sinco varas e aqui acabou e principiou esta mediçam.

[Fl. 24 v.] Tem esta capella hum Altar com a Imagem de Santo Estevam que he ourago da mesma capella que costuma festijar a Santa Caza em huma das oytavas do Natal; Tem mais a Imagem de Sam Joam Baptista e A Senhora do Pillar. Tem a mesma Capella huma Imagem com o titello da Senhora da Bandeyra por com sentimento da mesma Santa Casa cuja imagem se festeja por juizes e Mordomos que os meninos enleguem para o dito seu festeyo; tem mais a mesma capella todos os paramentos para ce sellebrar o Santo Sacraficio da Miça e tem hum sino.

Tem esta capella hum patio que principiandoce a medir junto ao padrastal do cruzeiro da mesma capella do Norte para o Sul partindo com a Rua que vem de Guimaranis para esta villa acharam ter coatro varas virando daqui esta mediçam pello fundo do patio e escadas delle do Puente para o Nacente acharam ter dez varas e meya e continuando com a mediçam do Sul para o Norte pella parte do Nacente do fundo das escadas emthe esquina de hum pardieyro que possui Simam Ribeiro Boticário e sua mulher Ilena da Costa foreiro do Morgado de Balsamam acharam ter sete varas e meya e continuando daqui esta medisam do Nascente para o Puente em ate aquina da mesma capella comfinando com o mesmo pardieyro acharam ter sete varas e meya e declararam elles louvados por enformaçam que tomaram e pello que se colige destas medições que tem esta capella serventia livre por todos os lados; e também declararam que os pesuhidores do dito pardieyro tem duas serventias huma que bem direyta ao patio e

outra para a Rua de Guimaranis, e mais declararam os mesmos louvados que o Patio da dita capella fazia duas faces huma para a Rua publica e outra para a Rua da Barroca com sete degraos para cada parte.

F: ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa*. Livro 89, fl. 24.

## XVII

*Treslado da provisão pela qual a Misericórdia de Amarante passou a administrar o hospital da albergaria do Covello, assumindo os respectivos encargos e rendimentos (Lisboa, 1614, Janeiro, 12).*

[Fl. 6] Traslado de huã provisão de Sua Majestade por onde se anexou o Hospital da Albergaria cito na Rua do Covello Concelho de Gouveia a Santa Casa da Mizericórdia da Villa de Amarante.

### PETICÃO

Dizem Provedor e mais Irmãos da Meza da Santa Caza da Mizericordia da villa de Amarante que na factura do Tombo a que se prosede e de que vosa merce he Juiz e Escrivao Joze Mendes de Queyros querem os Soplicantes antes de se preseder a medisoens e demarcastoens dos bens foreiros da dita Santa Caza e Hospital, que do cartorio della se traslladem alguns titulos e documentos que se apontarem, e que depois de traslladados e comferidos pello mesmo Escrivao se juntem aos autos “Pedem a vosa merce se sirva mandar que o dito Escrivao trasllade em publica forma todos os titulos e documentos que se lhe apresentarem e que depois de traslladados se juntem aos autos do Tombo e receberam merce “Despacho” Como pedem e não se juntem os documentos aos autos sem serem por mim comferidos Amarante tres de Janeiro de mil Sete Centos Setenta “Mello”.

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que o Provedor e Irmãos da Mizericórdia [Fl. 6 v.] da Villa de Amarante me enviaram a dizer por sua petição que como ademenistradores dos Pobres nesecitados têm obrigação de os prover secorrer e amparar na melhor forma que pudessem e porque a dita Caza era munto pobre e não têm renda alguã bastante nem sabida mais que as esmolos que os fieis e cristaons lhe querem dar de que remedeiam os pobres e a que não podem acudir como desejão pellas esmollas não bastarem por serem muntos como os Peregrinos que a dita villa vem de todas as partes do Reyno e fora delle em Romaria ao bem aventurado Sam Gonsallo e



não tem comodidade para os poderem agasalhar assim por não caberem no Hospital da dita Caza como por huã Albergaria munto antiga que havia no Lugar do Covello do Concelho de Gouvêa que a Rainha Mafalda instetuiira estar de todo desbaratada e sem fabrica nem ademenistrador nem ordem alguã de Provimento para os doentes e pobres e anexandose a dita Albergaria a dita Caza da Mizericordia para o Provedor e Irmaos della serem os Ademenistradores poderao os pobres serem melhor providos e se comprirão com mais ordem as obrigacoens emcargos do dito Hospital da Albergaria conforme a Instituição della, me pedião ouvese por bem pellos ditos respeitos de mandar anexar a dita Caza da Mizericordia antes de lhe dar despacho a outra pessoa que tambem pedia ademistração della. Mandeí tomar informação pello Provedor da Comarca de Guimarães do que assim me enviarão pedir e que ouvisse os oficiais da camera do dito concelho de Gouvêa e os de Albergaria e souvese particullarmente da instituição della e do estado em que estava e que renda tinha porque pella dita informação constou a ademistração do dito Hospital da Albergaria me pertencia porque ultimamente fora provido por mim do Ademenistrador della Paulo Gomes de Lemos já falecido e que não havia de [Fl. 7] presente quem admenistrase nem cobrase os rendimentos della que cada anno rende vinte mil reais e que os ofeciais da camera e os do mesmo Hospital que ainda correm com as obrigasoens delle herão contentes que se anexase a dita Mizericordia para que com mais ordem e cuidado ser ademenistrada com declaração quem ninhum tempo se mude do lugar do Covello donde hora esta nem a renda delle se posa gastar em outra couza mais que com os pobres Peregrinos do dito Huspital e fabrica delle e em reparar as cazas, hei por bem e me praz por fazer mercê per esmolla a dita Santa Caza da Mizericordia da villa de Amarante que o ditto Huspital e Albergaria que he no Lugar do Covello se anexe e fique anexada e unida para sempre a dita Caza para que o Provedor e Irmãos della que hora são e os que ao diante forem sejam ademenistradores do dito Huspital e Albergaria e lhe sejam entregues os bens e rendas della para em todo o tempo ademenistrarem conforme a Instetuição e senão posa desanexar da dita Caza da Mizericordia de Amarante; porque respeito e pella dita informação constar que os ditos Provedor e Irmãos ademenistrarão com mais cuidado e comprirão melhor com os encargos e obrigacoens do dito Huspital e Albergaria o ei assim por bem e com declaração que o dito Provedor e Irmãos da Mizericordia darão conta aos Provedores da Comarca de Guimaraens da renda do dito Huspital e do em que de despende e comprirão inteiramente a Instetuição e obrigacoens delle e depois de as terem compridas o que ficar e remanescer das rendas dos bens do dito Huspital e

Albergaria o poderão elles despende nas obras da Mizericordia da dita Caza mando ao dito Provedor e as mais justisas a que o direito disto pertenser que dem a pose do dito Huspital e Albergaria o ditto Lugar do Cobello e bens della aos ditos Provedor e Irmãos da Mizericordia de Amarante para daqui em diante [Fl. 7 v.] ademenistrem e o recebam a toda a demanda e acção que elles fizerem a quaisquer pessoas que alguns bens do dito Huspital e Albergaria tragam aliados e pesuão. Como não devão e admenistrasão della forem e lhes pertencer e conforme a Instetuição os deixem ter pessuir e ademenistrar e despende para sempre porque assim o hei por mais serviso de noso Senhor e mais este Alvará se Registara no Libro da Camera do dito Conselho de Gouvea e no da Instetuição do dito Huspital e Albergaria e no da Provedoria da dita Comarca de Guimarães e no da Mizericordia da dita villa de Amarante e este proprio estara no cartorio della para em todo o tempo se ver e saber como assim ouve por bem de anexar o dito Huspital e Albergaria a dita Caza da Mizericordia e que os ditos Provedor e Irmãos fosem adeministradores della na forma com as declarasoens que se contem neste Alvará o qual me praz que valha tenha forsa e vigor como se fose carta feita em meu nome e por mim asinada sem embargo da ordenasão que o contrario dispoem Sebastião Pereira a fes em Lisboa a doze de Janeiro de mil seiscentos e catorze “João da Costa a fes escrever” Rey.

Há vosa Magestade por bem por fazer merce por esmolla a Caza da Mizericordia da Villa de Amarante de anexar e unir a ella o Huspital e Albergaria que a Rainha Donna Mafalda intetuio no lugar do Covello para que os Provedores e Irmãos da dita Caza da Mizericordia que hora são e ao diante forem ademenistrem a dita Albergaria e Huspital na forma com as declarasoens comteudas neste Alvara por carta de sua Magestade de seis de Dezembro de mil seis centos e treze “D. de Aguiar” pagou nada por ser por esmolla em Lisboa a treze de Fevereiro de mil seis centos e catorze e aos ofesiaais coatro centos e catorze reis Miguel Maldonado o qual traslado [Fl. 8] de provisão de sua Magestade eu José Mendes de Queirós Escrivão do Tombo bem e fielmente trasladei da propria que me entregou em hum Libro antigo Theodoro Ferreira de Souza Procurador actual da Santa Caza da Mizericórdia desta mesma villa e vay na verdade sem couza que duvida faca e vai comferida e comsertada por mim e com o mesmo Juiz do Tombo comigo ao comserto asignado e a propria e Libro que tornei a emtregar ao dito Procurador que de como o recebeu asignou ao adiante a elle em todo e por todo nos reportamos em fé do que aqui nos asinamos de nosos sinais de que usamos hoje de Janeiro oito de mil sete centos sesenta e tres annos e eu José Mendes de Queirós



escrivão do Tombo que o escrevi e asignei com o Juiz Consertado com o proprio e lido por mim escrevão do Tombo “José Mendes de Queirós” e comigo Caetano José da Rocha e Mello.

**F:** ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas, e propriedades, pertencentes à Casa do Hospital da Albergaria do concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante*. Livro 88, fls. 6 a 8.

## XVIII

*Treslado do auto de posse da Irmandade da Misericórdia da Amarante do Hospital da Albergaria do Covello (Amarante, 1614, Março, 7).*

[Fl. 8] Traslado do auto da pose que tomou o Provedor e mais Irmãos da Santa Caza da Mizericordia da Villa de Amarante do Huspital da Albergaria do Covello Concelho de Gouvea que diserão Instituir Donna Mafalda a qual pose se deve o Provedor da Comarca da Villa de Guimaraens por provisao regia.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seis centos e catorze aos sete dias do mês de Março do dito anno neste Lugar do Covello que deste concelho de Gouvêa nas cazas da Albergaria e Huspital que chamao de Donna Mafalda aonde foi vindo o Lesenciado António Velozo Provedor e contador com alsada em villa e comarca por sua [Fl. 8 v.] Magestade em a Comarca da Villa de Guimaraens para efeito de dar a execução a provisão de sua Magestade cujo traslado vay ao diante e estando ali no dito Huspital presentes João Mendes de Vasconcellos Provedor da Mizericordia e mais Irmãos elle Provedor vio a dita provisão porque sua Magestade ha por seu serviço danexar a dita Albergaria e Huspital a Mizericordia da Villa de Amarante os ouve pormetidos de posse em tudo da dita Albergaria ao dito Provedor e Irmãos ao diante nomeados combem a saber o Doutor Manuel Cerqueira Capellão de sua Magestade do seu desembargo da suplicação e Mestre escola na Sé de Évora e Francisco Cerqueira de Abreu Escrivão de meza da Caza da Mizericordia que ao presente serve e João de Sequeira e Manuel Correa de Brito e Silverio Pinto Revello, o Lecenciado Gaspar da Cunha Coutinho, Gaspar do Couto de Magalhaens, Francisco Cerqueira Martins, André Cerqueira, José Cerqueira, António Navição, o Lecenciado Goncallo Ribeiro, Henrique da Cunha Pantelião Cerqueira dos Santos e Baltazar Gonçalves, Garpar Barello, André Gonçalves, António Courão, Salvador Ribeiro, Gonsalo Teixeira, Simão Teixeira, Francisco Delgado; aos quais em nome da Mizericordia e Irmãos e de toda a Irmandade os ouve pormetidos de pose da dita Albergaria asim e da maneira que sua Magestade

manda e serão obrigados o dito Provedor e Irmãos e os que ao diante forem dar conta a elle Provedor e aos que ao adiante tiverem do rendimento da dita Albergaria e despesa de cada hum anno por ser asim conforme ao que sua Magestade manda em sua provisão a qual conta em alguma não darão ao vigário nem vezitadores do Bispado do Porto em todo e por todo os deixou metidos na pose da dita Albergaria e todas as rendas della e das dividas que se deverem des[de] o falecimento do ultimo admenistrador Paullo Gomes de Lemos serão obrigados o dito Provedor e Irmãos a de mandar [Fl. 9] todos e quaisquer e propriedades que andarem asosiadas e sobnegadas e a recadar todas as dividas que ao dito Huspital e Albergaria se deverem de que elle Provedor mandou fazer este auto que asinou com o Provedor da Mizericordia e mais Irmãos a que tudo forão presentes por testemunhas João Gonsalves porteiro desta Provedoria e Belchior Pinto deste Covello e Gaspar Pires e Manuel Fernandes e Pero Cerqueira Juiz dos Orfãos e logo elle Provedor tomou as chaves e Espitaleira que achou no dito Huspital e as entregou a João Mendes de Vasconcellos Provedor que hora serve na dita Mizericordia da villa de Amarante o qual as recebeu em as suas mãos com as ditas chaves fichou e disfichou as ditas portas da dita Albergaria e Huspital e pos as mãos pellas paredes e tomou pedras e terra, pau e tella e por estes autos e pellos nesesarios para semelhantes poses lhe ouve elle Provedor por dada a pose real actual e corporal asim da dita Albergaria e Huspital como de todas as propriedades herdadas e Cazas fureiras da dita Albergaria como se de cada huã delles tomase a pose particullarmente e na dita pose ficou pasificamente sem contradição alguma per si e para todos os mais Provedores e Irmãos que forem e ouverem de ser ao diante e elle se obrigou per si e dos mais Irmãos e dos que ao diante forem de comprirem a provisão de sua Magestade asim e da maneira que nelle se contem e a registrarão em todas as partes e lugares comteudos na dita provisão, testemunhas as sobreditas que asinarão aqui com elle Provedor eu João de Sequeira de Crasto escrivão da Provedoria da villa de Guimaraens por sua Magestade que o escrevi “Antonio Velozo “Francisco Cerqueira “João de Sequeira “Manuel Correa de Brito “Silverio Pinto Revello “Gaspar da Cunha Coutinho “Gaspar do Couto de Magalhaens “Francisco Cerqueira Martins “André Cerqueira [Fl. 9 v.] “José Cerqueira “António Navigão “Gonsallo Ribeiro “Henrique da Cunha “Pantelião Correia dos Santos “Baltazar Gonsalves “Gaspar Barella “Andre Gonsalves “Antonio Courão “Salvador Ribeiro “Gonsallo Teixeira “Simão Teixeira “Francisco Delgado o qual traslado e auto de pose eu Jose Mendes de Queiros escrivão do tombo bem e fielmente aqui trasladei de hu Libro que me apresentou Theodoro Ferreira de Souza Procurador



actual com o qual este comferi e comsertei por mim e com o mesmo Juiz do Tombo comigo ao comcerto assignado e vai sem couza que duvida fasa e ao dito Libro de provisoens e mais decommentos que tornei a entregar ao dito Procurador da Santa Caza que de como recebeu o recebeu assignou ao diante no fim do ultimo traslado em todo e por todo nos reportamos em fé do que aqui nos assignamos de nossos sinais razos de que uzamos hoje aos oito dias do mês de Janeiro de mil sete centos setenta e tres annos em sobre dito José Mendes de Queiros escrivão do Tombo que o escrevi concertado por mim escrivão do tombo José Mendes de Queiros e comigo Juiz do Tombo Caetano José da Rocha e Mello.

F: ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foro*. Livro 88, fls. 8 a 9v.

## XIX

*Relação dos bens que constituíam o património do Hospital do Covelo aquando da transferência deste para a Misericórdia de Amarante (Amarante, 1614, Março, 7).*

[Fl. 42 v.] Inventário que se fez dos Bens que se acharão no Huspital e Albergaria cito no Covello do Concelho de Gouvea que foi da Rainha Donna Mafalda.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus [Fl. 43] Christo de mil seiscentos e catorze annos aos sete dias do mes de Marso do dito Anno neste lugar do Covello que he no concelho de Gouveia aonde está o Lecenciado António Velozo Provedor e Contador com alssada em a vila e comarca de Guimaraens por sua Magestade por ele Provedor foi vindo a este Huspital pera dar posse delle ao Provedor e Irmãos da Mizericordia da villa de Amarante e logo elle Provedor mandou vir perante a espitaleira Domingas Pinta mulher de Goncallo Domingues o coal elle Provedor deu o juramento dos Santos Evangelhos para que declarasse os bens que havia no dito Espital e logo ella mostrou duas cobertas velhas, huã manta rota que não serve, e quatro pannos que paresse servirão de lancois muito velhos e rotos e trez leitos muito velhos e tudo hera couza de munto pouco momento de que elle Provedor mandou fazer este auto que assignou João de Cequeira escrivão da Provedoria por sua Magestade que sobescrevi. Velozo.

F: ASCMA Treslado de certas provisões de privilégios que os Senhores Reis passados deste Reino concederam à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de que também goza a Misericórdia de Amarante. Livro 619, fls. 42v e 43.

## XX

*Auto de medição do Hospital da Albergaria do Covelo e respectivas confrontações (Amarante, 1650).*

[Fl. 12v.] Vedoria e medição que se faz da Casa do Hospital da Albergaria da Rua do Covelo, concelho de Gouveia.

Tem a casa do Hospital da albergaria de [Fl. 13] comprido do Nascente ao Puente honze varas e de largo do Norte ao Sul medidas pella parte de dentro emdireitura da porta tem oito varas esta dita casa esta dentro de muros de parede dobrada da largura de huã vara tudo em redor tem seu patio de pedra com escaleiras que desem para o terreiro o qual está dentro dos mesmos muros que medido do Nascente para o Poente tem de comprido vinte e cinco varas e de largo norte ao sul honze varas e dentro neste terreiro esta huã fonte publica contínua chamada a fonte da albergaria. Tem mais a dita caza do Hospital do portal dos muros em té a rua publica e pegado à casa do Concelho umas escadas de pedra, com seu patio que tem de comprido cinco varas e de largo duas varas bem medidas parte a dita Casa do Hospital do Nascente com o terreiro e do Puente com casas de António Mendes Leite e do Norte com casa do Capitam António José Pereira e do Sul com o quintal do dito António Mendes Leite tudo terras da mesma Albergaria e a serventia da Casa do Hospital da Albergaria parte do Nascente com casas de José Gonçalves e do Puente com a casa do Concelho tudo fureiro ao mesmo Hospital.

**F:** ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Casa do Hospital da Albergaria do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante.* Livro 88, fls. 12v 13.

## XXI

*Auto de medição da casa do Concelho de Gouveia que confrontava com o Hospital da Albergaria do Covelo (Amarante, 1650).*

[Fl.15] Título da Casa do Foral do Concelho de Gouveia.

Tem a casa do concelho tilhada e sobrada e forada de novo com lage e duas grades de ferro que principiandose a medir pella fronteira donde confina com a Rua publica do Nascente para o Puente acharão ter oito varas e meya e continuando a medisão do Norte para o Sul pella parte de dentro da mesma Caza por se não poder medir por fora e pella parte do Puente acharão ter coatro varas não falando nos grosoras



das paredes e desta banda comfina com o capitam António José Pereira que são humas casas fureiras ao dito Huspital da Albergaria e continuando a medir pela dita parte de dentro do Puente para o Nascente pela parte do Sul donde comfina com o muro da mesma Albergaria acharão ter sete varas daqui virando a medisão do Sul para o Norte e pella parte donde comfina com as esquadas de pedra e patio da mesma Albergaria e Rego de Agoa que dese da fonte para a fossa do povo acharão ter coatro varas e duas terras e aqui principiou e acabou esta medisão.

**F:** ASCMA. - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentesn à Casa do Hospital do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante.* Livro 88, fl. 15.

## XXII

*Contrato efectuado entre os Padres de S. Pedro e a Confraria da Misericórdia de Amarante, estabelecendo as condições que a Irmandade de S. Pedro teria de cumprir para edificar a sua igreja no local onde se encontrava a Ermida de S. Martinho, pertença da Misericórdia (Amarante, 1620, Dezembro, 17).*

[Fl. 10] Treslado do contracto que fizeram o provedor e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia desta vila com os Padres de Sam Pedro sobre se dar a Ermida de Sam Martinho que hera da dita Santa Casa e Comfraria de Sam Pedro desta mesma villa.

Saybam coantos este instrumento publico de contracto comfiçam e obrigaçam virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Crispto de mil seis centos e vinte Annos aos dezasete dias do mês de Dezembro do dito anno na villa de Amarante nas cazas e moradas de Diogo de Fonseca estando presentes de huma parte Pero de Seixas Pinto Provedor da Santa Casa da Mesericórdia desta vila e Pero Pinto [Fl. 10 v.] Machado escrevam delle e os mais irmãos da Meza deste presente anno abayxo asignados e da outra parte o Reverendo António Mendes de Vasconcelos Abbade de devessadas [sic] e portector do comfraria do Bem Aventurado Sam Pedro, e o Padre Balthazar Moreyra Procurador e Manoel Rabello Figeyroua escrevam e o Reverendo Abbade de Bostello Manoel Mendes e Leonardo da Silveira e Manoel da Cunha Coutinho deputados; e o padre Jose Ribeyro thisoureyro e os mais irmãos da comfraria abayxo asignados, logo pello dito provedor e mais irmãos da dita Santa Caza foi dito que por coanto elles Padres portector e mais officiais e irmãos da dita comfraria de Sam Pedro que agora a casa de novo se ha de acrescentar e instituir nesta villa a dita

comfraria por coanto nam tinham athe agora nella Igreja própria onde pudecem sellebrar os officios devinos emthe o presente estavam na Igreja da Magdalena do concelho de Gestaço e por acharem que por serviço de Deos e bem commum desta villa era mais conveniente lugar que nella havia para se fundar huma Igreja onde se cituasse a dita comfraria convem a saber a Irmida de Sam Martinho desta villa que he anexa a dita Casa da Mesericórdia de que estam de posse, pediram a elle, provedor e irmãos quizecem dar lhe licença para acrescentarem a dita Irmida de Sam Martinho para o efeyto de nella asentarem a dita sua comfraria de Gloriozo Apostollo Sam Pedro por ser no meyo desta villa aonde com muito proveyto dos moradores nella se sellebrarem os divinos officios e logo por elles Provedor e Irmãos da meza da dita Santa Caza foi dito, que para se deferir ao que os ditos Padres pediram fora chamado a cabido toda a Irmandade da dita [Fl. 11] Santa Caza e por se acharem que o que os ditos Padres pediam hera para proveito geral desta povo por asim ficar nesta villa a dita Igreja mais venerada e por ser no meyo della aonde com mais facellidade podem hir ouvir Missa aos officios devinos ouvera por bem que elle provedor e irmãos contratadem quem comvinha para a sigurança da dita Caza da Santa Misericórdia para se haver de cumprir de hoje para o todo o sempre o que assim contractadem que he o seguinte;

Diseram elles provedor e irmãos que herão comtentes de deyxar a elles Padres acrescentar a dita Irmida de Sam Martinho anexa a Santa Caza da Mesericórdia com declaracam que elles Padres faram hum Altar colatral da parte direita da embocação do Bem Aventurado Sam Martinho e no dito altar se obrigadem elles padres a por huma Imagem de Bulto do dito Santo com seu retabulo atras e seram obrigados a fazer de hoye para sempre toda a mais fabrica do dito Altar e Igreja sem elle provedor e irmãos que agora sam e forem pello tempo adiante serem obrigados a fabrica alguma e tudo estara sempre bem ornado e com a veneraçam e decencia devida e todas as ofertas do dito altar asim do dia e vespera de Sam Martinho como de todo o Anno seram da Santa Casa da Mesericórdia para que se pora hum caixam fichado para as ofertas de que o Provedor e Irmãos terem a chave e no dia e tempo de indoenças poderem por hum cruxifício para as pessoas que andarem as estaconis se oferecerem e as esmolas que nesse tempo se apanharem na dita Igreja seram para a dita Caza da Mesericórdia e para arrecadarem as ditas offertas poram elle Provedor e Irmãos huma pessoa coal lhes parecer; e elles padres nam poderam por outro cruxefício no dito tempo de indoenças, nem recolher nenhuma esmolal que antam se derem, e no dito Altar se pora hum letreyro em que se declare como o dito Altar [Fl. 11 v.] he da dita Santa Casa e a oferta



delle e asim mais seram elles padres obrigados em cada hum anno em dia do Bem Aventurado Sam Martinho dizerem huma Missa cantada no dito Altar e na vespora lhe poram suas vesporas sullenes e tudo sera com o numaro de Padres que forem nesseçarios para hiço sem a dita Caza da Misericórdia ser obrigada a lhe dar para hiço couza alguma e querendo o Provedor e Irmãos mandar dizer a dita Missa pello cappellam da Caza o poderam fazer e querendo outro sim mandar dizer Missas no dito Altar pello dicurco do anno o poderam fazer como em couza própria porque sempre reservam para a dita Caza o puder que agora tem e sempre tiveram na dita Irmida e seu Altar e com estas comdiçonis heram comtentes de lhes conceder precariamente a dita Licença para elles Padres acrecentarem a dita Irmida em ella terem a dita comfraria fabricando-a sempre a sua custa de todo o nesecario e sem a dita Caza da Mesericórdia ficar obrigada a fabrica alguma e com mais declaraçam que todas as vezes que elle Provedor e Irmãos e os que ao diante forem quizerem hir a dita Igreja para fazerem o que acima dito he e asim pellas indoenças; elles Padres e os que ao diante forem lhes abriram as portas e em tudo compriram o que asima se comtem; com declaracam que não comprindo asim inteiramente; elle Provedor e Irmãos que hora sam e ao diante forem se posam restetuir por justiça como lhes melhor parecer a sua posse em que sempre estiveram da dita Irmida sem que elles Padres se puderem chamar forsados nem esbulhados porque elle Provedor e Irmãos concediam acima dito precuariamente ficando lhe sempre o seu direyto e poce para puderem fazer tudo asima dito e asim e da maneira que athe agora o tinham e nam comprido elles Padres tudo o asima dito nunca inteiramente este contracto lhes nam da, do Direyto algum; porque com estas condiçonis o faziam e de outro modo nam vallece o comprindo os ditos Padres todas as condiçonis e obrigaçonis asima escriptas e declaradas em tal cazo elle Provedor e Irmãos disseram que trespasavam [Fl. 12] nos ditos Padres toda a poce direito que na dita Irmida tem e sempre tiveram para que posam huzar do que asima lhe tem comsedido e de outro modo nam: E logo pellos ditos protector e ofeciais da dita comfraria em nome de todos os padres e comfrades della assim presentes, como dos que forem pello tempo adiante: foi dito que elles em seus nomes e dos mais nam presentes e de seus secessores aceytavam todo o acima dito com todas as condiçonis e obrigaçonis nesta esriptura declarada e se obrigavam por sy e suas pessoas e bens dellas próprias de tudo comprirem na forma que dito he sem a hiço em nehun tempo porem duvida nem embargo algum e asim o quiseram e ou troçaram de parte a parte e eu tabeliam como pessoa publica estipullar e a seitante estipulley aseytey por elle estipullaçam em nome das pessoas abzentas e que

toquar possa huns e outros pediram os tresllados que lhe competecissem de parte a parte foram consedidos tudo a custa dos ditos Padres; e sendo caso pelo dicurso do anno em algum tempo haya alguns rendimentos na dita casa que hora se funda e acrescente as comdiçonis e ofertas acima declaradas tudo o mais sera para a fabrica da dita Igreja e da dita comfraria de Sam Pedro em tudo o mais se comprira este contracto na forma delle de que a tudo foram testemunhas presentes Gaspar Pinto, filho de Pero Pinto Machado (escrivão) Pero Vargam, morador nesta villa que todos aqui asignaram e declararam que não estava presente o Padre Manoel da Cunha, por hiço nam asignou e foi mais testemunha Belchior de Miranda, morador nesta villa e declaro que esta escriptura se leo na Igreja de Santa Clara desta villa, todos aqui asignaram. Francisco Fernandes tabeliam que os escrevi, o Provedor Pero de Seixas Pinto, Pero Pinto Machado, Manoel Rebelo de Figueiredo, Gaspar Pinto, Belchior Moreyra, Joam Pinheyro, Salvador Ribeiro, António Moreira Vasconcelles Miranda, Domingos de Souza, Gaspar de Negreyros, Pero Vargam, Miguel Leite» [Fl. 12 v.] António do Couto de Magalhaens “Marsal Serqueira “Miguel Cerqueira “Gaspar Rabello “Thome da Silva “Manoel de Queyros “Manoel Moreyra “Joze Cerqueira Marcos Marinho Tabeyra “Francisco de Macedo “Manoel Teyxeira “Joam Mendes “Antonio de Magalhanaens “Gaspar Ribeyro “Antonio Cerqueira “Gonçalo Pinto Teixeira “Thomas Mendes “Gaspar Ribeiro “Antonio Cerqueira “Joze Ribeiro “Balthazar Dias “Lourenço de Macedo “Joam Campello “Frei Leonardo da Silveyra “Manoel Cerqueira “O Provedor Antonio Mendes de Vasconcellos “o coal o tresllado de escriptura de contracto eu Manoel Teyxeira da CunhaTaballiam do publico judicial por El Rey Nosso Senhor treslladey de meu livro de notas que ficou do meu Antecesor bem e fielmente sem cousa que duvida faca e o coal me reporta em todo e por todo a este dey a requerimento dos Padres da Comfraria de Sam Pedro: Para o Provedor e Irmãos da Santa Caza da Mezericordia desta villa e aqui asigney de meu publico signal que tal he hoje seis dias do mes de Dezembro do Anno de mil seis centos e vinte e coatro annos “Lugar do signal publico “Monta neste tresllado e busca trezentos reys o coal Tresllado de Escriptura de contracto eu Jozé Mendes de Queiros escrevam do Tombo por nomiaçam que em mim fez o Doutor Caetano Joze da Rocha e Mello juiz do Tombo por sua Magestade Fidellissima que Deos Goarde que por este fiz e treslladey por minha propria mam e vay comferido e comcertado por mim e com o mesmo juiz do Tombo e com a propria Escriptura de contracto que esta junta a hum Livro de Provizonis Regias e mais documentos que me foi apresentado pello Procurador da Santa Caza Theodoro Ferreira de Souza a elle e em



todo e posto de nos Reportamos em fee do que aqui nos asignamos de nosos sinais razos de que usamos hoje de Janeiro oito de mil sete centos [Fl. 13] secenta e tres annos e eu sobredito Joze Mendes de Queiros escrivam do Tombo que o escrevy comferi e asigney com o juiz “Comsertada com a propria por mim escrivam” Joze Mendes de Queiros = E comigo Mello

**F:** ASCMA - *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta vila e Gafaria a ela anexa.* Livro 89, fls. 10 a 13.

### XXIII

*Carta emitida pela Chancelaria de D. João III para venda de um padrão de 30 reais de juro ao Dr. Baltasar Vieira, natural de Guimarães (Lisboa, 1554, Setembro, 27).*

Fl [193] Março 1555.

Aho doctor Baltasar Vieira padrão de XXX reais de juro a retro.

Dom Joham III a quantos esta minha carta virem faço saber que comsyRANDo eu o muito que importa a serviço de Deus e em honra e proveyto da Coroa de meus reynos e de toda a christamdade e devisao das minhas cidades de Tamgere e Ceuta e dos mais lugares d’Afriqua de cuja sustentação depende a segurança tramvalydade [sic] de paz e a seguro de meus reynos e servyços principallmente do reyno do Allgarve a todos os portos da costa dos ditos reynos que receberiam graves danos e vixaçoees se os imiguos da nosa samta fee catholica vyesem a ter domínio sobre os ditos lugares d’Afriqua e com iso se cerariao os portos que os reys meus amtecesores abrirao nas ditas partes ao tomarem os ditos lugares e em comquistarem os ditos ymiguos e se lhe tyraria o grave juguo e sogeição que com iso sobre elles temos e em soberbecitos [sic] com novas vitorias se lhe acreciam e traria o atrevimemto pera fazerem gramdes danos em toda a Espanha e vendo o grande perigo em que os ditos lugares ora estao e o muito poder d’El Rey d’Argel e dos Turcos que o reyno de Fez e de Marocos he em tudo comstantemente em favor e ajuda d’El Rey de Belez e a Iyguaçam e comfedeção que os ditos reais e turcos amtre sy tem feytas detryminey fortalecer a dita cidade de Tamgere e os mais lugares d’Afriqua de semtrar nas artelharia e todas as outras moniçoees e petrechos de guerra que parecerao necesarios pera defesao e seguridade dos ditos lugares e vendo iso mesmo o grande poder das grosas armadas do turquo e as que o dito Rey d’Argel tas pelo maar que se acosta do dito Reyno do Allguarve vyesem poderiam nelle fazer grandes danos como este ano presente de b<sup>c</sup>LIIII comecarao fazer me fiz necesario mandar ha dita costa hua grossa armada e de tamta gente que nao soamente [Fl. 193 v.]

podese registrar nos ditos danos mas alem diso com ajuda de Noso Senhor que bastase a fortaleza dos imyguos e asi mandey fazer muitas obras no dito Reyno do Allguarve o que tudo bem pratyado o muyto dinheiro que pera as ditas sydades e despesas se ha mester e asy o muito que me fiz e he necesario despender na comcervacam bestardo da Imdia que tanto compre sustemtarse pelo muito serviço de Noso Senhor e bem da Christamdade que vay em tanto crescimento e aumento de sua samta fee com grande homra de meus Reynos acrecentamento das rendas delles que se tambem perderya se a conquista das ditas partes se alarguase pera o que pera sustemtaçam dellas mandey este dito ano presente a muita gente dinheiro e armas por se dizer que o Turquo fazia grosas armadas pera ir sobre a dita Imdia com as quaees despesas e outros muitos guastos licitos e necesarios que amtes diso convem fazeremse e dinheyros que mandey tomar a vaymbos [sic] de que os imtereses creciam cada dya e loguo de minha fazemda a tantas necesydades e foy necesario proporse em meu conselho como se daria remedio a ellas pello que pratyado nelle per muitos dias e com muita aturação a maneyra que se tiria pera aver o dinheiro que pera fortalecer e prover os ditos luguares e armadas era necesario e por se evytarem mores perdas que se poderiam seguir e escusar de dar opresao e fadygua a meus povos com grande delyberacam asinei com parecer dos do dito meu conselho que eu mandase vemder allguas temças de juro e d'herdade pera suprir sobre os debytos e rendas que a coroa de meus reynos pertencem que he a mais licita e onesta maneyra e menos prejudiciall que ao presente se pode achar pera aver o dito dinheiro as quaees vendas se fisesem com comdicam que os compradores me tornassem a vender as ditas temças quamdo eu ou meus sobcesores lhas quisesem as comprar damdolhe o mesmo preço que por ellas derem todo juntamente sem devastar cousa allgua do principall e por aver poucas pessoas que do dito juro e temça pera sempre quisesem comprar tamta parte e mo comvynha peras as ditas necesydades serem servidas sabendo que ho doutor Beltezar Vieira do meu desembarguo tinha mill e duzentos cruzados que queria empregar em bens de raiz e remdas de paam na comarqua d'antre Douro e Minho lhe mandei cometer e dizer que nao quisesse comprar os ditos beens de raiz e rendas de paan nem empregar niso o dito dinheiro amtes comprase de mim com elles trimta mil reais de temça de juro e erdade pera sempre pera elle e pera quaisquer pessoas que elle quisesse per quallquer maneyra que lhe aprouvese e que eu lhos mandaria vender pelo preco que ora comum muito valem neste reyno e segundo he comum estimavao que ora andam nestes juros de dezaseis Mil reais por milheiro perpetus pera sempre e elle por me servir deixou de comprar os ditos bens e



remda de paam [fl. 194] ho dito dinheiro e lhe prouuer de me comprar os ditos XXX reais de juro perpetus pelos ditos mill e dozentos cruzados e portamto eu por esta presente carta no melhor modo que posa ser e de direito mais valer vemdo e isto vemdydos e faco pura vemda e limedos ditos XXX reais de juro e erdade pera sempre das rendas e rendimentos de meus Reynos e serviços e o dereyto de aver e receber em cada hum ano de mim e de meus descemdentes e sobcesores das ditas remdas e remdimentos de juro e erdade pera sempre os ditos XXX mil reais a razao de dezasseis mill o milheiro pera elle dito Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores e descemdemtes e ascemdentes e transversais asi machos como femeas legytimos naturaees espurios ou bastardos e pera quallquer outras pessoas de quallquer calydade que sejam que elle Beltezar Vieira quyser asy eclesyasticas como seculares mosteiros igrejas capelas mysericordias comfrarias ospitaees ou per quallquer outras obras pias de quallquer outro genero e calydade que seja a quem elle dito Beltezar Vieira mais quizer deixar os ditos XXX mil reais ou quallquer parte delles pela vya e maneyra que ordenar e lhe melhor parecer isto pera que os ajao em cada hum ano de remda sem descomtar da sorte principall cousa allgua como bens seus proprios patrimoniall partyveeis e como seu proprio patrymonio lime e souto sem terem natureza allgua de beens da coroa e que os posa elle Baltezar Vieira e pessoas e cousas a quem elle leixar o dito juro ou parte delle partyr trocar e lear vemder empenhar e obriguar e ovicular e em seu mor grado ou noso grados meter e em testamento ou coudicillo leixar e delles testar ou condicilar e antre vimos ou praso de morte dar ou doar e delles despor livremente como cousa sua propria sem numqua se poder dizer que são bems da coroa ou que hao decidir allgua natureza de bens da coroa e quamdo os asi trespasar ou deixar o posa livremente fazer os encarguos e obrigacoens e per qualquer outra maneyra que quizer ordenar sem pera iso ser necessario comsentymto meu nem dos reais que depois de mym vyerem nem de nosos officiaes e querendo aquelle ou aquelles a que os ditos dinheiros ou parte delles per qualquer tytulo ou subcesao vierem tirar cada hum sua carta pera lhes ser desembarguado em mynha fazemda o que asi onde d'aver lhe sera feita a cada hum com as comdiçoees desta que sera emcorporada na outra ou outras que de novo se ouverem de fazer com declaracao de como se partyo ou de como veo a elles por quamto quero e me praz de o dito Beltezar Vyeira e seus herdeiros e sobcesores pessoas asi machos como femeas e cousas a que der ou doar deixar vemder ou trespasar os ditos dinheiros ou parte delles os tenham [Fl. 194 v.] e ajam pera sempre de juro e erdade como beens proprios patrymoniaees partyveis e posysao sua lyvre isenta e pera todo o que dito he e

pera as cousas sobreditas e pera cada hua dellas ir por de ho guardas e de rogo por esta presente a ley mental e todollos paraños e capytolos della que estao no segundo libro de minhas ordenaçoẽs tytolo XVII posto que tinha clausula ou clausulas deregatorias ou das mais fortes pera que de meu poder reall e absoluto despemso com ella e acaso e de rogo em todo quamto a este caso de venda e cousa ser nesta carta comtheudas e quero que nam aja nella luguar e sem embargo das outras leis e ordenaçoẽs de direito civil e canonyco grosas e opinioẽs de doutores usos e custumes e capytolos de cortes ou outras desposycoẽs e detriminacoẽs feytas ou por fazer que em contrayro d'esto sejam em parte ou em todo per qualquer maneyra que seja posto que iso mesmo tinham clausulas e ou deregatorias dellas e outras mais fortes exurbytamtes posto que huas e outras fose necesaryo fazer aquy espresa memção de verbo a verbo e nao bastase fazello per clausulas geraes que importasem o mesmo as quaes todas e cada hua dellas deroguo dando de meu real poderio e absoluto que vy e de minha certa ciemcia quero que nesta venda e cousas nesta carta comtheudas nao ajao effeito nem vyguor allguum e sem embargo da ordenação do segundo libro tytolo RIX que diz que quamdo se as taeas leis e ordenaçoẽs deroguarem se faca expresa mencao dellas e dasentamento dellas e que d'outro modo não valha a deroguação se fizer e posto que eu sao certo que o justo preço e comum estimação de dita temça e do dito juro pera sempre he a dezasseis mill reais por milheiro e este he aguora sua verdadeira valya neste reyno e nao se vemdem ora por mais com ha comdicao de retro vendendo com que o vendo ao dito Beltezar Vieira e a seus herdeiros e sobcesores na maneyra sobredita e como abayxo se declarar e seja certo e informado per letra dos theologuos e canonystas que este contrato de venda a de hum mill por desasseis mil perpetus pera sempre aynda que seja com o dito pacto de retro vemdemdo he licito e justo asy de direito civil umano e canonico como de mim segundo o cumum opiniao dos doutores. Todavya pera mais abastança seguramça do dito Beltezar Vieira e erdeiros e sobcesores e pesoas e cousas atras declaradas a que o dito juro per quallquer vya vyer eu em meu nome e de meus herdeiros descemdemtes e sobcesores destes reynos hei por bem e me praz de nos nam podermos chamar ao engano de metade de justo preco sem embargo [Fl. 195] da ordenação do livro quarto tytolo XXX do contraryo dispoem que a dita ley se nao posa renunciar e asyney por bem e fiquo que nao posamos dizer que nesta vemda emtre allgua especie de logo ou usura e dado o caso do dito juro pera allgua maneyra mais vallese aguora ou pelos tempos vyndouros em pouca ou em muita camtydade eu d'aguora pera sempre em meu nome e dos sobreditos meus erdeiros e sobcesores deste



reyno faço pura lyvre e irrevogavel ante vivos valedoura ao dito Beltezar Vieira e a seus herdeiros sobcesores pessoas e cousas sobreditas a que o dito juro vyer da dita melhorya e mais valya e me praz e hei por bem que nunca em tempo allgum se posa dizer que este contrato he usuario ou zercito por ser posto nelle a dita comdicam de retro vendemdo e ainda que se quysese dizer que ouve na venda demenuycao da quarta parte do justo preco sem embargo da ordenacao do quarto libro titelo catorze das usuras como sao despesas e da outra ordenação do mesmo quarto libro tytolo XXVII do que vende allgua cousa com condição e dos parafos de cada hua dellas as quaes quero que nao aja lugar nesta venda e as deroguovindas e cada hua dellas e quaes quer outras com as mesmas clausulas e deroguacoes acima ditas e sem embargo dellas vi por bem que esta venda seja firme e valyosa e se cumpra inteiramente e asi o quero e mamdo de meu proprio moto certa ciemcia reall poder e absoluto que hey e posto que em allgum tempo se faça ley regimento capytolos de cortes ou se introduza uso ou costume ou per qualquer outra cousa per que se posa prejudicar as cousas comtheudas nesta carta hey por bem que nella nao ajao lugar antes sem embargo de quaeesquer leys e mandados que ao diante eu ou meus subcesores e officiaes gerall ou particulamente publica causa ou ocasyao que seja mandar ou mandarem todavya esta carta se cumpra inteiramente e o mais eficazmente que posa ser e elle Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores e pessoas e cousas sobreditas ajão em cada hum ano fielmente e com efeyto os ditos XXX mil reais de juro sem os nunca descomtar quem lhos tornar a comprar por outros mill e dozentos cruzados como me ora pagou sem demenuir nada de sorte principall e sendo caso que em allgum tempo pera allgua vya cuydada ou nam cuydada de feyto ou de direito ou se achase ou detriminase que esta venda he usuria ou que se nao podya fazer per qualquer modo que seja em tal caso hei por bem e me praz avendo respeito aos serviços que o dito Beltezar Vieira me tem feyto e cada dya faz e querendo lhos em parte gualardoar de lhe fazer merce como de feyto por esta presente carta faco dos ditos XXX mill reais de temça de juro perpetus pera sempre os quaees averao elle e seus herdeiros sobcesores pessoas e cousas sobreditas com as mesmas clausulas que aqui vem declaradas fiquando porem o pacto [Fl. 195 v.] de reto vendemdo firme quando a tall duvyda e quaeesquer ou taes duvydas lhe fosem postas porque sendo lhe allgua preposta lhe faço delles merce na sobredita maneyra mayormente que eu sao certo e certificado polos ditos letrados que o dito contrato he licito e justo e nao he usuario pois o mesmo direito em sy ou empregado em outros bens de raiz ou remda de paam podera remder outro tanto ao dito Beltezar

Vieira e aquy nao vemdo direito por dinheiro<sup>239</sup> senao este direito de o dito Beltezar Vieira ou seus herdeiros sobcesores pesoas e cousas sobreditas receberem e averem em cada hum ano os ditos XXX reais pelas remdas e direitos dos bens da coroa e rendimemtos della que em cada huum ano remdem e hao de render sempre pera my e meus herdeiros e sobcesores dos meus allmoxarifados allfamdegvas e casas onde cada ano se arrecadao pera mym e nos luguares onde lhos adiamte per esta carta mamdo asemtar. E porem esta vemda lhe faço com a dita comdição e pacto de retro vendemdo porque ho dito Beltezar Vieira por me servyr foy contemte della e portanto cada vez que eu quiser ou em qualquer tempo que me aprouver a mim ou a meus erdeiros e sobcesores de tornar a comprar os ditos XXX reais de temça de juro pera senpre comtanto que os compre inteiramente e pelo preço per que lhos ora vemdo e damdolhe inteiramente os ditos mill e dozentos cruzados na moeda e hey em que mos ora deu e pagou sem descomtar cousa allgua do principall ho posa fazer e doutra maneyra nao. E porem partymdose a dita temça e queremdo eu tyrar a parte que qualquer pessoa tiver eu o posa fazer mamdamdolhe pagar inteiramente o que na dita que asy tyver momtar a razao dos ditos XVI reais o milheyro na dita moeda e da dita ley como os ora receby sem descomtar cousa allgua da sorte principall porquamto elle Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores pesoas e cousas sobreditas pederao lyvrememente aver e levar pera sy os rendimemtos de cada hum ano sem nunca lhe serem descomtados como dito he e ey por bem e me praz que as pesoas e cousas sobreditas a que o dito Beltezar Vieira quyser deyxar os ditos XXX reais de temça de juro pera sempre ou parte delles os posao ter aver e posuyr da maneyra sobredita de quallquer calydade ou esta do que sejam sem embargo da ordenacao do segundo libro tytolo sete que despoem o contrayro e de quallquer outra ordenação e dereyto porque todo vy nesta parte por deroguado os quaes mill e dozentos cruzados que sao quatrocentos e oytenta mill reais o dito Beltezar Vieira loguo pagou he entreguou a Bastyam de Moraes que serve de tisoureyro do dinheiro da casa da Imdia e lhe forao careguados em receypta per Pedro Rodriguez scripvam da dita casa segundo se lya per hum contrato em forma feyto pelo dito Pedro Rodriguez e asynado per ambos ao primeyro dya deste mes de Setembro do ano presente de b<sup>c</sup>LIIII pelo que vy a dita vemda foi feyta e acabada na maneyra sobredita e elle Beltezar Vieira [Fl. 196] aceytou e foy della contemte com todallas clausolas e condicoens sobreditas e a mym e a elle aprouve della contemte<sup>240</sup> de parte a parte e

---

<sup>239</sup> Riscado: dinheiro

<sup>240</sup> Riscado: contemte



pera moor firmeza diso supro emquamto he necesaryo todolos defeytos de feyto [sic] onde direito que visto pudyam intervyr e roguo e encomemdo a todos meus erdeiros e sobcesores destes reynos que pelo tempo forem que cumpao esta carta e todas as cousas e clausolas nella contheudas ao quaees XXX reais quero e me praz que sejam asentados e paguos pera esta soo carta gerall ao dito Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores pessoas e cousas a que vyerem no allmoxarifado de villa de Guymaraees sem mais desembarguo nem outra provisao allgua minha nem de minha fazenda pelo remdymento da tavola das sysas da dita villa aos quarteis do ano per imteyro e sem quebra allgua posto que ahy aja cada quartel do primeyro remdymemto dellas e d'aguora pera sempre e obriguio as ditas sysas da dita villa<sup>241</sup> ao paguamemto dos ditos XXX reais espyciallmemte sem outra allgua despesa se fazer dellas primeyro que o dito paguamemto e ey por bem pera que o dito Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores e pessoas e cousas sobreditas posao ser melhor paguos da dita temça que cada vez que quyserem pomhao recebedor de sua maa que receba o remdymemto das ditas sysas e que os allmoxarifees e procuradores do dito allmoxarifado que pelo tempo forem nam emtemdao no direito do dito remdymemto no tempo que apesoa que asy puserem pera receber o estyver arrecadando e recebendo nam fação delles paguamemto nem despesa allgua ordynaria nem extraordinaria de especiall que seja minha nem de partes ate ho dito Beltezar Vieira pessoas e cousas a que a dita temça vyer pela maneyra que dito he serem primeyro de todo paguos della e este posto que o allmoxarife ou recebedor do dito allmoxarifado nam tenham em seu poder o caderno de asentamemto que lhe em cada huum ano vay de minha fazenda ou que ha dita temça nam vaa levada nelle sem embargo do rigymemto em contraryo em tall maneyra que sejao sempre muy bem paguos e nam o comprimdo o dito allmoxarife ou recebedor asy hey por bem que cumpra em pena de XXX cruzados por cada vez a metade pera os catyvos e outra hametade pera quem ho acusar allem do dito Beltezar Vieira e pessoas sobreditas poderem por ho dito recebedor se quiserem como dito he e mando a todollos carregedores juizes e justiças da meus reynos onde o dito Beltezar Vieira e pessoas sobreditas de mandarem o dito allmoxarife ou recebedor e escolherem pera isto na corte ou fora della que ho costramgua e executem pela dita pena cada vez que nella emcorer pera esta carta soomemte ser mais pera iso lhe mostrarem outra provisao nem mamdado meu e sendo caso que em allgum ano ou anos aja nas remdas do dito allmoxarifado de Guymaraees e sysas da dita villa tamta quebra per que ho dito Beltezar Vieira e seus

---

<sup>241</sup> Riscado: da dita villa

erdeiros e pessoas que a dita temca posuierem nao posam inteiramente ser paguos dos ditos XXX reais ey por bem que o que pera comprimento [Fl. 196 v.] delles fallecer lhes seja paguo pelo remdymemto e remdas das alfandeguas da cidade do Porto e de villa de Vyana da Foz do Lyma ou dos allmoxarifados e sysas da dita cidade e villa quall maes quyserem escolher as quaees iso mesmo pera iso obriguo he pera que loguo em cada hua das ditas alfamdeguas allmoxarifados ou sysas lhe posao ser paguos os ditos XXX reais de temca de juro ou a parte delles que lhe nam for paguo no dito allmoxarifado e sysas da dita villa de Guymaraees mostrando certydam de como no dito allmoxarifado e sysas nao ouve paguamemto dellas ou de parte que ho nam ouve por que desa posam ser paguos pela quall certydam cada hum dos allmoxarifes ou recebedores de quallquer das ditas alfamdeguas allmoxarifados e sysas da dita cidade do Porto ou villa de Vyana que mais quyserem lhe farao o dito pagamento per esta soo carta asy e pela maneyra e com todos los privilegios lyberdades e favores e pena com que os pela dita carta podem arrecadar e receberem do allmoxarife e recebedor do allmoxarifado e sysas da dita villa de Guymaraees e com a mesma faculldade de poder por recebedor no modo que dito he e sendo caso que nestes lugares acima ditos nao aja o dito Beltezar Vieira e pessoas sobreditas paguamento inteiro dos ditos XXX reais pera allgum caso que acontesece de qualquer calydade que seja por esta presento fiquo de lhos mamdar pagar pelas outras remdas e remdimemtos de meus Reynos e Senhoryo que pera ello obriguo na maneyra e forma sobredita com as comdicoes nesta carta contheudas em lugar de que elle Beltezar Vieira e pessoas a que a dita temca vyer sejam comtemtes pera que em cada hum ano ajam paguamento inteiramente dos ditos XXX reais perpetus pera sempre emquanto lhos nam tornar a comprar como dito he e asy o roguo e emcomemdo a meus sobcesores que ho facao he portamto mando ao allmoxarife ou recebedor do dito allmoxarifado de Guymaraees que ora he e ao diamte for que do primeyro do mes do ano que vem de mill quinhentos cinquenta e cinco em diamte de pagar cada humm ano ao dito Beltezar Vieira e seus herdeiros e sobcesores pessoas e cousas sobreditas ou a seu certo recado os ditos XXX reais de temça de juro perpetus pera sempre e lhe facao delles bom paguamento na maneyra e forma acima declarada sem quebra nem imporguamento allgum per esta so carta gerall como dito he e pelo trelado della que sera registado no libro onde se registam as cartas gerais das temças que estam asemgadas no dito allmoxarifado de Guymaraees sem mais outra provysao ao contrato do dito Beltezar Vieira ou pessoas sobreditas mamdo que sejam os ditos XXX reais levados em comta ao dito allmoxarife ou recebedor que lhos pagar e asi mando Adam Rodrigo



Lobo Barao d'Alvito vedor de minha fazemda que as tem per certydam nas costas deste feitor e oficiaees da dita casa da Imdia de e tendo o dito Bastiam de Moraees no asemto dos ditos IIII<sup>c</sup>LXXX reais fica posta verba que ouve o dito [Fl. 197] Beltezar Vieira este padrao dos ditos XXX reais de temca de juro pera lhe serem paguos no dito allmoxarifado de Guymaraees lhes faça asy asentar no libro de juros que amda na dita fazemda no libro do dito allmoxarifado pera lhe serem paguos pelo remdimemto das sysas da dita villa e mamdo pera esta aos vedores de minha fazemda e a todollos desembarguadores e coregedores e justiças de meus reynos e senhoryos que ora sao e pelo tempo forem que comptram e guardem e facao comprir e guardar inteiramente todallas cousas e clausolas contheudas nesta carta e cada hua dellas e lhe tyro e tolho de agora pera entao e de entao pera agora que o julgarem per sy quer em relacam e facillidade e poder de o julgarem imtrepertarem nem declararem doutra maneyra e a moeda em que o dito Beltezar Vieira entregou e paguou os ditos IIII<sup>c</sup>LXXX reais fientos de prata de valya de cem reais cada huum e em reales de prata de valya de XXXVI reais e dous ceitis cada huum moeda corente nestes reynos e porquanto o dito Beltezar Vieira venceo este juro do dia da entregua do direito que por elle deu em diamte eu lhe mandey pagar per meu mamdado verball em Allvaro Peres d'Andrade fidalguo de minha casa e meu tisoureiro mor de que sob aliança lhe momtarao aver da dita temça do dito primeyro dia deste mes de Setembro que entregou o dito dinheiro ao dito Bastiao de Moraees ate fim de Dezembro deste presente de b<sup>c</sup>LIIII do dito comtrato em forma feyto ao asinar desta que por firme de todo mandei dar ao dito Beltezar Vieira per mim hasinado e asellado com ho meu sello de chumbo o quall nam prejudica o paguamento de quallquer outras cartas geraees que amtes della estem asemtadas no dito allmoxarifado de Guymaraees. Dioguo Lopez em Lisboa aos XXVII dias do mes de Setembro ano de nacimiento de Noso Senhor Jehesus Chrispto de b<sup>c</sup>LIIII. Frei Duarte Diaz o fiz escrever. Nam faca duvida na antrelinha que diz pera iso e os requados que diziam per comtemte da dita villa IIII<sup>c</sup> reais per ser todo na verdade. Concertada

*Assinado:* LUIS CARVALHO

PEDRO GOMEZ

PEDRO D'OLIVEIRA

**F:** ANTT - *Livro da Chancelaria de D. João III*. Livro nº 57, fls. 193 a 197.



189







[illegible]







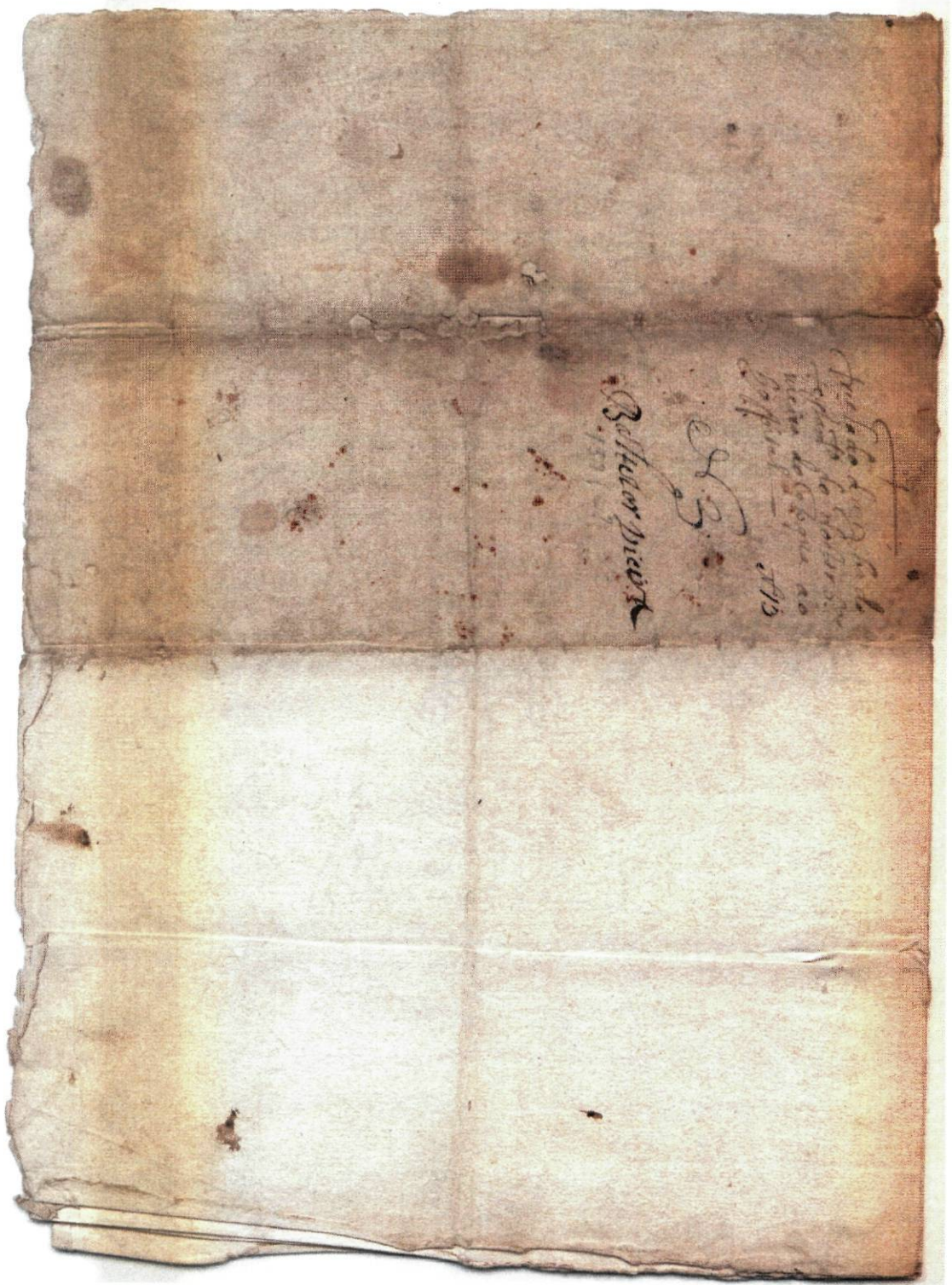




Dr. H. B. Brown

*Amherst College*





F: ASCMA - Legado de Baltazar Vieira, 1578. Livro 540.



## XXIV

*Treslado do testamento de Baltazar Vieira através do qual o padrão de 30 reais de juro, cujas rendas eram pagas no almoxarifado de Guimarães, foi doado ao hospital da Misericórdia de Amarante (Guimarães, 1578, Janeiro, 30).*

[Fl. 1] Treslado da Verba do Testamento do doutor Baltazar Vieira do que toqua hao hospital da villa d'Amarante.

Deixo o meu padrão que tenho de trinta mill reais de juro em cada hum anno no allmoxarifado da dita villa de Guimaraens a mizericordia da villa de São Gonçallo d'Amarante pera guasalhado de pobres no hospitall que faco na mesma villa ao quall leixo para sempre os ditos trinta mill reais os quaes hei por bem que se não possão guastar nem despender senão em sustentamento e repario dos ditos pobres e assi do mesmo hospitall e todo o que remaneser se deposite para se comprarem allguas propriedades para rendimento do ditto hospitall ao que emcarreguo as comsiemsias do provedor e irmãos da dita comfria da mizericordia aos quaes leixo somente por administradores desta instituição e meros executores e os ditos trinta mill reais ao dito hospitall para sempre para sustentamento e aumento [Fls. 1v.] delle e guasalhado e recolhimento dos ditos pobres e não para outra cousa algua por maes pia e nesesaria que seja porque esta he minha vontade e intenção sallvo se for em misas nesesarias aos emfermos e pobres do dito hospitall para seus emterramentos e ministrasão dos sacramentos nesesarios e dirão no dito hospitall hua misa rezada em cada somana da Invocação do mesmo que he do Sprito Santo com hua commemoração de Nosa Senhora e outra de todos os Santos a quall se devia dizer ao domingo para os pobres comprirem com sua hobrigasão de ouvir misa ou em outro dia quall e melhor e maes conveniente pareser aos ditos aminystradores com hum responso no fim da dita misa por minha allma e de meus defuntos e sendo caso que em allgum tempo não aja esta tão santa comfria da mizericordia na dita villa d'Amarante hei por bem que ho mosteiro do Glorioso São Goncallo da mesma seja [Fls. 2] aminystrador do dito hospitall pela maneyra e modo sobredito e não aseitando a dita aminystrasão ou a não podendo cumprir vira aos juizes e vereadores da dita villa para que para sempre se cumpra inteiramente esta instituisão e seja sustentado e aumentado bem e onradamente ho dito hospitall e porque ate ora não pude mandar sobradallo como dezejo hei por bem do primeiro dinheiro que ouver se sobrade e se fasão por sima outras duas casas hua para pousar ho ospitaleiro ou ospitaleira e a outra para guasalhado dalguns pobres sacerdotes ou religiosos como aos ditos aminystradores bem e melhor pareser porque como dito

tenho quero que tudo se gaste e dispenda em cousas do dito hospitall ao que emcarreguo estreitamente e com emcarreguo de restetuição suas comsiemsias e lhes peço muito por merce asi ho comprão e fasão comprir e este capitollo e ho maes que fizer a bem do que pertenser ao dito hospitall se dara o traslado com o proprio padrão dos ditos trinta mill reais aos ditos aminystradores para lhes ficar per instituição por que ao [Fls. 2 v.] dito hospitall e seus aminystradores trespasso todo o direito que tenho e possa ter por virtude ao dito padrão.

E posto que asima digua que se diga no hospitall hua missa cada somana hei por bem que se diga misa rezada todos hos domingos e festas de obrigação para os pobres poderem ouvir misa no dito hospitall e comprirem ho preceyto as quaes serão pagas segundo costume da terra para ho que seria bom aver hum capelão asi para dizer as ditas misas como para confessar e dar os maes sacramentos aos ditos pobres e declaro que alem dos cento e sesenta mill reais que tenho dado para se fazer o dito hospitall hei por bem que tambem aja os cem mill reais que hade arrecadar o doutor Antonio Cerqueira por minha procuração de que antes de dar os ditos cento e sesenta tinha feito esmola e parecendome que abastasse dos coaes comprarão primeiro de tudo as camas nesesarias e ornamentos para se dizerem as misas e do que remaneser fara a dianteira he [Fls. 3] fronteira contra a rua de a meias sobre o allgeros com seu campanario como conveniente e assim hum allpendre e por esta maneira se podera acentar ho sobrado comprando do dinheiro que se no dito sobrado se ouver de gastar algua casa para o hospitaleiro ou hospitaleira como melhor pareser aos ditos aminystradores que confio o farão como maes comprir a serviço de Deos e bem do dito hospitall pois não tendo prometido maes que os ditos cem mill reais dei maes hos ditos cento e sesenta mill reais para que tudo se fasa perfeitamente feito por mim e asinado nesta minha Quinta da Torre da freguesia de São Sallvador desta villa ha trinta dias do mes de Janeiro de mill e quinhentos e setenta e oito annos 1578 baltazar vieira.

São pois verbas deste instrumento eu Andre Cerqueira tabeliam pubriquo e judicial nesta villa d'Amarante por ser rescunho feito do proprio testamento que fez ho doutor Baltazar Vieira [Fls. 3v.] lhe foi dar do esprital desta villa que estava em poder de Guomes Goncalvez da villa de Guimaraes aprovado fis tresladar fielmente do proprio e ho proprio tornei do dito Guomes Goncalvez amenistrador do dito esprital e por verdade fis e asinei a trinta dias do mes de Janeiro de mill e quinhentos e noventa e hum



anno e asinei do meu pubriquo sinal que tal he e ho comcertei como o escrivão abaixo asinado.

[sinal notarial]

[Assinado:] Consertado comiguo escrivao

PEDRO MENDEZ DE VASCONCELOS

**F:** ASCMA - *Livro do casco do legado de Baltasar Vieira e um documento sobre o mesmo legado datado de 1578.* Livro 540.

## XXV

*Carta emitida pela Chancelaria de D. Filipe I para atribuição, à Misericórdia de Amarante, do padrão de 30 reais de juro que fora comprado por Baltasar Vieira (Lisboa, 1582, Maio, 16).*

[Fl. 39] Treslado da postila do ospital da villa d'Amarante que se pos nas costas de hum padrão de XXX reais de juro do dito Baltasar Vieira que passou pela chancelaria em Lisboa a III de Março de b<sup>o</sup>LV [1555] e registado por Pedro d'Oliveira. Por quanto Baltasar Vieira deixou em seu testamento ao ospital da villa d'Amarante que esta anexo a casa da mysericordia da dita villa os trinta mil reais de tença de juro que por este padrão tinha como se vio per hua certidão de justifficação disso do Licenciado Lourenço Correa do meu Conselho desembargador do Paço e juiz das justifficações da minha fazenda ey por bem e me praz que o provedor e irmãos da Confraria da mysericordia da dita villa d'Amarante e do ospital della que ora são e pello tempo forem e o mesmo ospital tenham e ajão de minha fazenda do primeiro dia do mês de Janeiro do anno presente de b<sup>o</sup>LXXXII em diante dos ditos trinta mil reais de tença de juros e d'erdade em cada hum anno pera sempre com a mesma condição e parte de retro vendendo e todas as [Fl. 39 v.] mais causulas condições pennas e declarações contheudas neste padrão porque de todas e cada hua dellas ey per bem que a dita casa da mysericordia e ospital gozem e se cumpram inteiramente sem mingoa nem desfalecimento algum e conforme as condições e declarações com que lhos o dito Baltasar Vieira deixou e quero e me praz que os ditos trinta mil reais de tença de juro lhe sejam asentados no almoxarifado de Guimarães e pagos pello rendimento da tavola das sisas da dita villa pello mando ao almoxarife ou regedor do dito almoxarifado que ora he e ao adiante for que do dito Janeiro do anno presente de e pague cada anno ao provedor e irmãos da dita confraria da mysericordia e ospital da villa d'Amarante os

ditos trinta mil reais cada anno aos quarteis per inteYRO e sem quebra per carta geral na forma e maneira em que se pagavão ao dito Baltasar Vieira per seu padrão e pello treslado delle e desta apostila que sera tudo registado no livro onde se registão os padrões e cartas gerais das tenças que estão asentadas no dito almoxarifado pelo escrivão delle com consentimento do dito provedor e irmãos ou da pessoa que em seu nome os receber e mando que lhe sejam levados em conta e aos vedores da minha fazenda que lhos fação assentar no libro dos juros della sob registros das fazendas e do libro do dito almoxarifado do padrão atras e assi o asento que destes trinta mil reais estava no dito livro dos juros da fazenda se riscou tudo e poserão verbas nos tais registros e asento de como per falecimento do Baltasar Vieira os ditos trinta reais vierão ao dito ospital da villa d'Amarante como asima declarado segundo se vio per certidões dos officiais a que pertencia riscar os ditos Registos e asentos e por as ditas verbas e esta postilla ey per bem qui valha e tenha força e vigor como se fosse carta feyta em meu nome e na forma. Gonçalo Ribeira o fez em Lisboa a XVI dias de Maio de mil bºLXXXII e Diogo Velho a fez escrepver.

F: ANTT - *Livro da Chancelaria de D. Filipe I.* Livro 4, fl. 39.

## XXVI

*Escritura de doação de 20 contos de reis que Manuel José do Covello fez ao Hospital da Misericórdia de Amarante para socorrer os seus doentes (Amarante, 1826, Março, 2).*

[Fl. 2] Escritura de Doaçam Causa Mortis que faz o Sargento Mor Manoel Jose Covello Comerciante matricullado da Praça da Cidade do Porto, nella morador e natural da Rua do covello desta Villa de Amarante: À Santa Casa da Misericordia desta Villa em favor do Hospital da mesma Santa Casa em 2 de Março de mil oito centos e vinte e seis – 1826.

Saibão quantos este Instrumento de Escriptura de Doação Causa Mortis ou como em direito melhor Lugar haja virem, que no anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e vinte e seis; aos dois dias do mes de Março do ditto anno nesta villa d'Amarante e casa do despacho e Samchristia da Santa Casa da Misericórdia desta mesma Villa, aonde eu Tabballião vim a rogo de partes e por me ser destreuida e ahi perante mim e testemunhas deste Instromento ao diante nomeadas e assignadas; apparecerão partes presentes, outorgantes e aseitantes a saber; de huma Illustricimo



António Teixeira Mendes de Vasconcelos e Queirós da casa de Pascoais, actual Provedor da Irmandade desta Casa da Misericórdia e com elle os mais Irmãos de Mesa no fim desta assignados; e da outra o Illustricimo Sargento Mór Manoel José do Covello commerciante da praça da Cidade do Porto, e na mesma morador, e natural da Rua do concelho digo Rua do covello suburbios desta villa, todos huns e outros meus conhecidos e reconhecidos pellos proprios de que dou fé perante os quais dice o doador segundo outorgante por conciderar o muito que comvinha ao serviço de Deos e ao bem da humanidade que ao hospital desta Santa Casa da Misericórdia não tinha Suspremeios suficientes para acudir ao curativo e sustentação dos pobres enfermos que nelle buscão refugio e amparo nas suas moléstias estava determinado a doar como por este Instrumento Dona Causa Mortis de hoje para todo o sempre a ditta Casa Santa da Misericórdia desta Villa a quantia de vinte contos de reis e que desde já cede e trespassa nos primeiros outorgantes Provedor Mezários da mesma Santa Casa da Misericórdia para a admenistração como proprios que fica sendo do hospital e applicados para o curativo dos pobres e os constitui seus procuradores em rem [sic] propriam e lhes dá e concede todos os poderes por direito necessário [Fl.2 v.] para que possam administrar aquelle fundo dos vinte contos de reis na forma das seguintes clausullas e condicens expressas e declaradas, e da de outra sorte são a saber, primeira que o ditto fundo de vinte contos de reis sera desde já administrado pellos Mesários que ora são desta Santa Casa da Misericórdia dita e ao diante forem; mas o outorgante duador reserva para si enquanto vivo for o rendimento ou juro correspondente aquelle fundo duado, o qual será dado entregue e saptisfeito todos os annos sem falencia quebra nem deminuição alguma cujo pagamento tera principio o seu vencimento em dia do Espirito Santo e findará o anno para o pagamento em outro tal dia de Pashoa do Espirito Santo do anno fecturo de mil oito centos e vinte e sete seguindo assim o mesmo pagamento enquanto for vivo elle duador: Segundo, que a não saptisfazerem os primeiros outorgantes a elle duador aquella reserva e rendimento do fundo duado dentro de sesenta dias contados do vencimento em diante, ficará sem efeito algum a presente Escriptura de Duação, e elles primeiros outorgantes obrigados a restetuir e entregar a elle duador o mesmo fundo sem puderem exigir comissão nem outro algum premio de o terem administrado por qualquer tempo que seja Terceira que reserva mais elle duador o rendimento do mesmo fundo vencido no anno de seu fallecimento quer seja no principio do anno, quer no meio, quer no fim d'elle, sempre saptisfarão a mencionada quantia do rendimento ou juro por inteiro à Theresa de Jesus Pereira de Azevedo, minha afilhada e filha do alferes

Custodio António de Azevedo, e de sua mulher Maria Pereira de Azevedo assistentes e na rua de Santo António do Bom Jardim da Cidade do Porto, e se esta for falecida será entregue a mesma quantia a seus herdeiros; isto por huma vez somente, dos quais haverão paga rasa e geral quitação a qual se apresentará no acto das primeiras contas depois do seu falecimento, as quais serão dadas na respectiva Provedoria todos os annos athe ao fim do Mundo debaixo da pena asima referida e cominadas; declarando mais que desde então ficará todo o rendimento libre para o curativo [Fl.3] dos Imfermos que se recolherem no mencinado Hospital desta Santa Casa da Mesericordia. Quarto que dos rendimentos deste fundo não se podera tirar em tempo algum do Mundo a mais piquena quantia para outro fim que não seja curativo sustentação e secorro dos pobres de hum e outro sexo que se recolherem ao Hospital desta Santa Casa da Mesericórdia para nelle se tratarem e se curarem nas suas doenças: Quinto que o ditto fundo duado de vinte contos de reis permanecerá em todo o tempo do Mundo exceto se por algum asidente inprevisto e sem culpa dos mesários se perder alguma escriptura de divída, o que Deos tal não permite mas numca se tocará no fundo restante para se despender delle afim de se não deminuir, nem faltar, enquanto o Mundo durar, o mais necessario para o curativo dos Pobres pois que para elles he que ficão applicados os rendimentos annuais do mesmo fundo; declarou mais elle Duador que os vinte contos de reis aqui doados não poderão elle Provedor e Mesários desta Santa Casa dar e emprestar maior quatia de quatro centos mil reis cuja quatia será dada a voto de todos os Mesários ficando elle Illustrissimo Provedor presidente cujo dinheiro será dado na forma seguinte de epoteca especial em bens de Rains Livres e desembargados de outra qualquer divida, embargo, sequestro, legitima, ou outros quaisquer emcargos; e juntamente com dous fiadores chanos e abonados, e senhores de bens de rains, tambem livres de empenho ou gravame, a fim de ficar sempre seguro o ditto capital e seu juro; declarou mais o ditto capital e seu juro; declarou mais o ditto doador que querendo alguns dos devedores, quiserem mais quantidade do que a referida conta dos quatricentos mil reis lhes sera emprestada na forma supra, e segunda escriptura, e segundos fiadores, e em outros bens não hipotecados, mas nunca os senhores da mesa poderão exceder a quantia de quatro centos mil reis, a fim do capital se conservar sempre eleso = Sexto que no principio de cada ano que vem a ser em dia de Santa Isabel se nomeim todos os annos doze irmãos desta Irmandade para servirem dois cada mês no Hospital hum com o titulo de mordomo, e o outro de bolsa e administrarem o dinheiro que receberem para o curativo [Fl. 3v.] e sustentação dos pobres infermos, e assistirem as vesitas do Médico e Cirurgião, e ao dar



o almoço, gentar, e ceia aos duentes, a fim de verem se são bem tratados, e seus remédios se aplicão a tempo e horas, e determinarem o que julgarem mais necesario e util, ou para requererem a mesa, vegiando pella dispensa e comestivos para que não sejam maos e pellos remédios para que não sejam compostos de drogas corruptas e nocivas; e não consentindo emfim que não se cometão dentro do Hospital usurpaçoens e maus tratamentos com os pobres em prejuiso e grave persão da desgraçada Humanidade: Septimo que o enfermeiro ou enfermeira na sua respectiva enfermaria resará com os doentes dipois da ceia, todos os dias hum Padre Nosso e huma Ave Maria apelicado pellos bemfeitores desta Santa Casa e não o fazendo assim e sendo apanhados em maleciosa falta e omisão serão expulsos e nunca mais serão admetidos a servir no Hospital. Oitavo cada hum dos pobres de ambos os sexos ao sahirem do Hospital para fora se lhes dará para sua comvalecença dois arrateis de carne verde de boy e hum pão de dois vinteis, e no mesmo acto de se lhe entregar o pão e a carne se lhe recomendara que rezem outro Padre Noso e Ave Maria pellos bemfeitores desta Santa Casa da Misericordia: Nono que por morte delle duador a mesa desta Santa Casa mandará diser todos os annos no altar do mesmo Hospital hum terno de missas em dia de Natal pella alma delle duador, a qual sera dita pello mesmo capellam que servir no mesmo Hospital desta Santa Casa da Misericordia e isto inalterabelmente e sem fallencia alguma e desta he que se dará conta a respectiva Provedoria, enquanto o Mundo durar. Decima = que fallecendo elle Duador e querendo que seu corpo seja enterrado na Igreja desta Santa Casa se lhes dará e fará huma sepultura ou hum descente carneiro no qual nunca em tempo algum se haja de interrar, outra pesoa e quando no fecturo por algum asidente imprevistose mude esta Santa Casa, seus osos serão treslladados e depositados em outro igual carneiro feito a custa desta Santa Casa da Misericordia. = Undecimo = que de todos os dinheiros do Fundo Duado se aumentarem ao juro da Ley serão emprestados por escriptura publicas com hipotecas gerais e especiais na forma que fica ceclarado no Capitullo quinto: E outro sim se sujeitarão os devedores e fiadores à expressa clasullas e condição de que não [Fl. 4] saptisfazendo os juros nos proprios dias dos seus vencimentos terão em remediavelmente de mandados, pondese logo em juiso as escripturas sem que os mesarios desta Santa Casa; possam por pretexto algum por mais expcioso que seja, conceder aos devedores e fiadores prorroia de tempo; alem disto se obrigão a responder para onde forem chamados e ajuisados, renunciando todos os Previllegios do seu foro, e todos os mais de que gozem, ou possam vir a gosar, de modo que as sobreditas duas causullas se explicarão em todas as escripturas de dívidas. E logo

pello duador lançou sobre huma mesa a quantia de vinte contos de reis, em moeda corrente deste reino, em que emtrarão des contos de reis, em moeda papel, que o provedor e mesarios desta Santa Casa contarão e acharão certos, receberão e meterão no cofre respectivo que para esse efeito se achava fabricado de que eu taballião dou fé dizendo elle provedor e mesarios desta que da dita quantia e fundo recebido davão paga rasa e quitação geral a elle Duador Sargento Mor Manuel José do Covello, e que aceitavão a presente Escriptura, e tudo quanto nella se extipulla transige e declara e se obrigação por si e em nome de seus sucesores a cumprir e guardar observar fiel e exactamente a vontade e as disposicoens do Duador e não se desviarem dellas em tempo algum do Mundo subpena de incorrerem à que lhes fica asima mencionada e comminada e declarada a qual se sujeitavão de seu mutu proprio, e expontania vontade sem comtrangimento nem cuação alguma, e no caso não esperado de contravir em algumas das referidas dispusicoens clausullas e condicoens da presente escriptura nesse caso querião se lhe impusesse a dita pena e para maior sigurança obrigação ao cumprimento de tudo os bens presentes e fecturos direitos e acçoens desta mesma Santa Casa e por esta publica escriptura os hipotecão geral e especialmente, e quando por algum principio sejam mandados em juiso pella presente escriptura se obrigavão a responder perante as justiças da cidade do Porto ou perante aquellas aonde forem chamadas ou ajuisados e renunciavão a privilegio do foro e os mais que lhe possuão ou hajão de cumpetir; antes sim tudo cumprir e guardar cujo dis foramento aqui mandarão por e escrever por intenderem seu effeito, não por obrigação de meu officio, o que huns e outros aseitarão. Em fé dou testemunho de verdade assim o dicerão, quiserão, outorgarão e sendo-lhes lida aceitarão, e eu pellas partes absentes a que tocar para lhes adquerir direito, e concederão, e outorgarão os tresllados necesarios deste thior [Fl. 4v.] a que forão testemunhas presentes Thomas Teixeira de Sousa, selleiro, e José Manoel de Carvalho, boticário, ambos da rua da Ordem desta villa, e Antonio José Pereira Cerqueira da rua e concelho de Gouvea e José Joaquom de Sousa da rua do Seixedo, e Manuel José Pereira da rua da Ordem que aqui asignarão com estas partes depois de lido por mim João Teixeira de Miranda o escrevi = João Teixeira de Miranda = O Provedor António Teixeira de Vasconcelos e Queirós = O Escrivão António Cerqueira = O P<sup>e</sup> José de Azevedo Gomes = O Reitor Manuol Caetano Pinheiro = José Bernardo Pereira = João Teixeira de Miranda = Francisco Teixeira Pinto = Antonio José Alves = Manoel de Freitas Marques = Bernardo Fernandes Fragoso = Manoel José de Covello = Thomaz Teixeira de Souza = José Manoel de Carvalho = Manoel José Pereira = José



Joaquim de Sousa = António José Pereira Cerqueira. E não contem mais o ditto instrumento que fiz copiar aqui do meu proprio libro de notas a que me reporto nesta villa de Amarante hoje dia mes e anno retro declarado, e eu José Victorino Mendes taballião que no impedimento do respectivo o sobbscrevy. Lugar do signal publico = Em fé de verdade = José Victorino Mendes.

Comforme a propria a que me reposto a qual uni aos documentos do maço nº que se aha no Arquivo. Amarante 1 de Janeiro de 1836 = o carturario = Bernardo José Marques.

Declaro, que este bemfeitor Manoel José Covello falleceo com testamento no dia 18 de Janeiro de 1831 o qual testamento copiei no libro 2º do Hospital f.2v.athe 5, no qual deixou mais ao dito Hospital cincoenta mil cruzados na ley era de supra.

**F:** ASCMA - *Livro para juntar o casco do legado do hospital instituido por Manuel José do Covelo.* Livro 64, fls. 2 a 4v.

Atribuição de relíquias à Misericórdia de Amarante por Frei Manuel de São Boaventura

*Amante e restimei a Carta q. V. M. l. e  
se dignarad escreverme e honrar-me  
dandome com ella occasião de servir e  
honrar a Meza e obsequiar a minha patria,  
agradeço os maiores Cuidados, e o Ser-  
vizo de V. M. l. e mais Cuidados e empregos.  
No em q. V. M. l. e agora me occuparad,  
fui adellig. q. d. vira e ha Misericórdia  
nos duas Autenticas, q. com esta lhe ve-  
neco, e por via de meus irmãos d. L. e  
ronimo Guedes, neste mesmo Correo,  
humo bbeuinha lacrada, em q. vado as  
Reliquias mencionadas nas Autenticas,  
com as quaes podem V. M. l. e Condecorar  
e enriquecer a sua nova Casa de sorte  
q. em m. l. e terras m. l. e grandes, a nas ha  
semelhantes, por q. todas as Reliquias  
singulares, primas, e exquezitas, sobre m.  
verdades, e p. q. V. M. l. e como tod  
grandes, Catholico, os tentas de baxo  
de Crave, e com aquella veneração q. se  
requer, como também q. nos dias da sua  
Cruz a tres de Mayo e quatorze de Se-  
tembro as expontas no Altar maior  
com luzes competentes a veneração de p. q.*



e Será preciso q. q. d. Arribe a grua  
na Cruz seja com a pte. de algum de  
V. M. p. q. q. as nos de frade. P. m.  
mae, q. for do Serviço de f. M. m.  
Mezafico com a mae vendida d. b.  
L. q. d. a V. M. m. an. L. X. a. d. c.  
L. m. a. d. o. Con. d. de f. a. d. b. a. d.  
Cidade, em 8. de Março de 1727

Le f. a. d. M. m. m. m.

Menor Capetad.

L. m. a. d. o. Con. d. de f. a. d. b. a. d.

De Manoel de São Boaventura Lente jubilhado  
na Sagrada Theologia, Qualificador do Sancto Offi-  
cio, Examinador dos tres ordens militares, Congul-  
gado Theologo do Tribunal da Relação da Santa Cruzada  
Academico Supernumerario da Academia Real da Triun-  
via Portuguesa, Exvisitador Geral, e Padre da Prov.  
dos Algarves, e do Religiozissimo Seminario, e Real Con-  
de do Ar. de Varatoz, Exprovincia, e Padre do Bo-  
vinctia de Portugal da Regular Obsequencia de S. S.  
Seraphico de São Francisco. N.º João Sabes aos 7 de  
prezente attestado e autentica virem em Com. eu, por  
Sei natural da Villa de Amaranhe, no fido na Villa de  
Covello junto a Fonte do Couto, e baptizado na Igreja de S.  
M.º del. Reg.ºs Bispo do Ar.º, Con.º de gouvia da Ta-  
meia, e todos de Contiguo com a dita Villa em que me  
Criei e estudei gramatica com o insigne M.º e exemplar  
viximo Sacerdote João Rabelo Esteves, e dando Saki  
de idade de quinze annos a tomar o habito de meu P.º São  
Franc.º neste Real Con.º de São Francisco da Cidade de L.º de  
occidental, em Langue em dezoceit.ºs do mes de Mayo de  
mil e cem. Centos e Setenta e Sete o me prodephino anno  
seguinte de mil e oit.ºs Centos e Setenta e seis aos dez.ºs dias  
do dito mes de Mayo. De Manoel de São Thiago Lente jubili-  
lado, Qualificador do S.º Officio, Examinador dos Ordens  
militares, Guardião, e então era do dito Con.º das dioc.  
de L.º de L.º da mesma Prov.º de Portugal, e o P.º da Sobreda  
Villa de Amaranhe da L.º de Gerago Reg.º de S.º M.º Mag-  
dalina Arcebispado de Braga, por e por v.ºs, e motambem  
por me representarem os M.ºs M.ºs e P.ºs Provedores e  
irmãos da M.ºza da L.ºza da Misericordia da Sobreda  
Villa de Amaranhe por Carta sua assignada por 1000,ºs  
e feita em dez.º e seis de Fevereiro do presente anno de mil  
e Sete Centos e vinte e Sete, e que ne custavão de huma  
Reliquia de S.º Linho da Cruz, em d.º por n.ºs remedios mor-  
reli n.ºs S.ºs e Christo com moças algumas Reliquias  
p.º.ºs e carem em huma Cruz de prata e intentavão ga-  
zer p.º.ºs servir nas procissões da dita Paroquia por annos



Por tanto em obsequio da minha m.<sup>a</sup> estimada patria,  
e dos M.<sup>os</sup> Illustr.<sup>es</sup> S.<sup>rs</sup> Provedor e mae Jm.<sup>a</sup> da cidade  
de São Paulo, e por fazer a d.<sup>a</sup> de Serviço, Comflicença  
do meu Prelado maior, dou o Durgo a S.<sup>a</sup> devida  
S.<sup>a</sup> Casa da Misericórdia da S.<sup>a</sup> devida Vila de Ama-  
ronte p.<sup>a</sup> se engastarem em humo Cruz de prata q.  
se intentaz azer p.<sup>a</sup> os prozigos, as treze reliquias se-  
guintes.

1. Primeira: duas pedrinhas, ou particulas do S.<sup>to</sup> Enho da  
Sma Cruz, em q.<sup>a</sup> padeceu por n.<sup>ro</sup>s remedio n.<sup>ro</sup>s S.<sup>to</sup> Je-  
sus Christo, das quaes se pode formar humo Cruzinha  
servindo de attica o mais commodissimo, e de oratorio o mais  
curto, com sua autentica, e com esta remeto.
2. Segunda: quatro pedrinhas da Sma Cruz a d.<sup>a</sup> de seve  
atado o Reliquio de mendo quando for a g.<sup>a</sup> da d.<sup>a</sup>  
pelos Judeus.
3. Terceira: humo pedra da gruta do Horto de Gethsemani  
aonde o S.<sup>to</sup> orou e sudu sangue na noite de sua pas-  
coia.
4. Quarta: Reliquia da Casa aonde nasceu a Virgem Ma-  
ria n.<sup>ra</sup> e S.<sup>ra</sup>.
5. Quinta: Reliquia do S.<sup>to</sup> Sepulchro de n.<sup>ro</sup>s S.<sup>to</sup> Je-  
sus Christo.
6. Sexta: Reliquia do Lugar aonde encarnou o Divino Ver-  
bo nas purissimas entranhas da Virgem Maria n.<sup>ra</sup> e S.<sup>ra</sup>.
7. Setima: Reliquia do S.<sup>to</sup> Presepio aonde nasceu Christo S.<sup>to</sup>  
n.<sup>ro</sup>.
8. Oitava: Reliquia do Lugar aonde nasceu São João Baptista.
9. Nona: Reliquia do S.<sup>to</sup> Monte Calvário.
10. Decima: Reliquia do Sepulchro dos Santos Innocentes.
11. Undecima: da gruta dos Santos Cosme, e David a brar  
e Minino S.<sup>to</sup> nascido.
12. Duodecima: Reliquia do deserto e Lugar aonde jejuou Chris-  
to S.<sup>to</sup> n.<sup>ro</sup>.
13. Terceira Decima: Reliquia duas Medallas feitas da terra da  
Casa da Virgem Maria n.<sup>ra</sup> e S.<sup>ra</sup> em Nazareth; tirada da

terra







Do S.<sup>o</sup> Officio Examinador dos Tres ordens Militares Com  
 Sultor Theologo do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada  
 Academiço lugar numerario da Academia Real da Historia por  
 Inguiza Exceçitador Geral e Padre da Santa Provincia  
 dos Algarves e do Reluzozissimo Seminario e Real Convento de  
 S.<sup>o</sup> Antonio da Varadon. Ex Provincial e Padre da Provincia  
 de Portugal agual luteis arcebispado por uerda deira obor  
 adua propria Loba deya sempre uia econdito Not.<sup>o</sup> th. a tntu  
 uito fazer muitas uezes a fante a loba hmo oten signal au  
 gee della der sempre ingenu e am fce de uerdo de galeia a  
 prezenta Certidam entetalaõ por m n feita assignada de  
 meuy honra publico eolazo de que uo nesta loba S. Gran.  
 da loba de Libia occidental em oitu de Maio de mil e loba  
 cento e uinte e loba annos

Integritatem Veritatem



V. M. da Silva  
 Pro. da Silva  
 V. M. da Silva

gratias







## XXVII

*Documento pelo qual Frei Manuel de São Boaventura declara enviar um conjunto de relíquias à Misericórdia de Amarante, para serem usadas nos actos litúrgicos da mesma. Neste documento são apresentadas as autenticações das personalidades que intervieram neste processo até que estas relíquias chegaram à posse de Frei Manuel de São Boaventura, atestando deste modo a veracidade desses objectos de culto (Lisboa, 1727, Março, 8).*

[Fl. 1] Indulgências dadas à Santa Casa da Misericórdia de Amarante pelo Frei Manoel de São Boaventura.

Muito Ilustres Senhores Provedor e Irmãos da Meza da Santa Casa da Misericórdia da villa de Amarante.

Sumamente estimei a carta que Vossas Mercês se dignarão escrever-me para honra-me dando-me com ella occasião de servir essa Illustre Meza e obsequiar a minha patria a que desejo os maiores creditos e no serviço de Vossas Mercês os mais crescidos empregos no em que Vossas Mercês agora me occuparão fiz a diligencia que vera essa Illustre Meza nas duas authenticas que com esta lhe remeto, e por via do meu Irmão o Padre Jeronimo Guedes, nesse mesmo correio, huma Baetinha lacrada, em que vão as Santas Relíquias mencionadas nas authenticas com os quaes podem Vossas Mercês condecorar e enriquecer a sua nova Cruz de sorte que em muitas terras muito grandes o não haja semelhante, porque todas as Relíquias são singularissimas, e exquezitas sobremaneira verdadeiras espero, que Vossas Mercês como tão grande Catholicos as tenham debaixo de chaves, e com aquella veneração que se requer, como tambem que nos dias de semana cruz a tres de Mayo e quatorze de Setembro as exponhão no Altar maior com luzes competentes a veneração do povo [Fl. 1 v.] e sera preciso que quando o Artifice as grave na Cruz seja com a histola de algum de Vossas Mercês para que as não defrude. Para tudo mais que for do serviço dessa Illustre Meza fico com as mais rendida obediencia.

Deus guarde a Vossas Mercês muitos anos. Lisboa occidental do Convento de São Francisco da Cidade em 8 de Março de 1727.

Dessa Illustre Meza

Menor Cappellão

FREI MANOEL DE SÃO BOAVENTURA

[Fl.2] Frei Manoel de São Boaventura Lente Jubillado na Sagrada Theologia, qualificador do Sancto officio, examinador das tres ordens militares consultor theologo



do Tribunal da Bulla da Sancta Cruzada Academico Supernumerario da Academia Real da Historia Portuguesa Exvizitador Geral e Padre da Provincia dos Algarves, e do Religiozissimo Seminario, e Real Convento de Santo Antonio de Vartojó, ex provincial, e Padre da Provincia de Portugal da Regular observancia de Nosso Seraphico Padre São Francisco. Faço saber aos que a presente atestação e authentica virem em como eu por ser natural da villa de Amarante nasido na Rua do Covello junto a fonte do Couto, e baptisado na Freguesia de Santa Maria de Cepellos Bispado do Porto e concelho de Gouvea de Riba Tâmega o que tudo he contiguo com a dita villa em que me criei e estudei gramatica com o insigne Mestre e exemplarissimo Sacerdote João Rabello Esteves, e donde sahi de idade de quinze annos a tomar o habito de meu Padre São Francisco neste Real Convento de São Francisco da cidade de Lisboa occidental e me lansou em desaseis dias do mes de Maio de mil e seis centos e setenta e sete e me profesou no anno seguinte de mil seiscentos e setenta e oito aos dezoito dias do dito mes de Maio Frei Manoel de São Thiago Lente Jubilado, Qualificador do Santo Officio, examinador das ordens militares, guardião, que então era do dito convento e ao dispois foi Provençal da mesma Provincia de Portugal, natural da sobredita villa de Amarante da Rua do Gestaço freguesia de Santa Maria Madalena Arcebispado de Braga, por estas razões, como tambem por me representarem os Muito Illustres Senhores Provedor e maes Irmãos da Meza da Santa Caza da Mizericordia da sobredita villa de Amarante por carta sua assinada por todos e feita em desaseis de Fevereiro do presente anno de mil setecentos e vinte e sete, que elles necessitavão de huma Reliquia do Santo Lenho da Cruz, em que por nosso remedio morreu nosso Senhor Jesus Christo com maes algumas Reliquias para collocarem em huma crus de prata que intentavão fazer para servir nas procissões da dita Santa Caza; por tanto em obzequio da minha muito estimada patria e dos muito Illustres Senhor Provedor e maes Irmãos da meza de tão Santa Caza e por fazer a Deos serviço, com licenza do meu prelado Mayor dou e outorgo a sobredita Santa Casa da sobredita villa de Amarante para se engastarem em huma cruz de prata, que se intenta fazer para as procissões as treze reliquias seguintes:

1 Primeira: dous pedacinhos ou particulas do Santo Lenho da Santissima Crus, em que padessem por nosso remedio Nosso Senhor Jezus Christo, dos quaes se pode formar huma cruzinha servindo de astea o maes compridinho, e de braços o maes curto, com sua authentica que com este remeto

2 Segunda: quatro pedrinhas da Santissima columna a que esteve atado o redemptor do mundo quando foi flagelado pelos Judeos

- 3 Terceira: huma pedra da gruta da Horta de gethsemani aonde o Senhor orou e suou sangue na morte da sua paixão
- 4 Quarta: Reliquia da Caza onde nasceu a Virgem Maria Nossa Senhora
- 5 Quinta: Reliquia do Santissimo sepulcro de Nosso Senhor Jesus Christo
- 6 Sexta: Reliquia do lugar aonde encarnou o divino verbo nas purissimas entranhas da Virgem Maria Nossa Senhora
- 7 Setima: Reliquia do Santissimo Prezepio aonde nasceo Christo Senhor Nosso
- 8 Oitava: Reliquia do lugar aonde nasceu São João Baptista
- 9 Nona: Reliquia do Santo Monte Calvario
- 10 Decima: Reliquia do Sepulcro dos Sanctos Innocentes
- 11 Undecima: da gruta dos Sanctos Pastores, que forão adorar o Menino Deos nascido
- 12 Duodecima: Reliquia do dezerto e lugar aonde jejuou Christo Senhor Nosso
- 13 Terciadecima: Reliquia duas medalhas feitas da terra da Caza de Virgem Maria Nossa Senhora em Nazareth; tirada [Fl. 3] a terra de que se formarão as ditas medalhas, do mesmo lugar, em que o anjo annunciou a Sua Encarnação do Divino Verbo em suas purissimas entranhas.

E eu sobredito Frei Manoel de São Boaventura atesto e posto por fé como sacerdote que sou, que todas as ditas Reliquias são verdadeiras, as do Sancto Lenho, como consta da Authentica que com esta remeto; e as maes me enviarão Religiosos filhos desta provincia que assistirão e assistem nos Santissimos Lugares da Terra Santa e outros que dela vierão; e não faça duvida o haver excomunhão rezervada aos Sumos Pontifisses, para se não tirar couza alguma dos Santissimos Lugares da dita terra Santa porque estas se tirarão ou em occaziões de obras, em que forcozamente se tirarão alguns pedaços ou porque tambem os Turcos, Arabes e Gregos Sismaticos as tirão e se lhe não pode evitar em fé do que dou esta Authentica escrita toda de minha letra e firmada de meu nome e costumado signal de que uso; hoje que se contão 8 do mes de Março do anno de Christo de mil setecentos e vinte e sete, sendo Pontifisse da Igreja de Deos Benedicto XIII e reinando em Portugal o serenissimo Rey D. João V, o Magnifico, e sendo geral da ordem de meu Pae São Francisco o Reverendissimo Padre Frei Matheus de Peveta. Dada neste Real Convento de São Francisco da cidade de Lisboa occidental.

FREI MANOEL DE SÃO BOAVENTURA



Frei Nicolau da Cruz Pregador e Publico Nottario Appostolico dos aprovados na forma do Sagrado Concilio Tredentino e morador neste convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa occidental certifico e faço fee aos que esta minha presente certidam e atestaçam virem que eu cunheso e recunheso ser toda a letra da atestaçam e autentica supra com o signal ao pee do Munto Reverendo Padre Mestre Frei Manoel de S. Boaventura Lente Jubilado na Sagrada Theologia Qualificador do [Fl. 3 v] Santo Officio examinador das tres ordens Militares Consultor theologo do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada, Academico Supernumerario da Academia Real da História Portuguesa exuezitador Geral e Padre da Santa Provincia dos Algarves e do Religiosissimo Siminario e Real Convento de Santo António de Varatojo ex Provincial e Padre da Provincia de Portugal a qual cunheso e recunheso por verdadeira ser a sua propria letra de que sempre usa e eu ditto notario lha tenho visto fazer muntas vezes e tanto a letra como o seu signal ao pée della ser sempre o mesmo e em fée de verdade pasei a presente certidam e atestação por mim feita e assignada de meus sinais publico e razo de que uso nesta corte S. Francisco da Cidade de Lisboa occidental em oito de Março de mil cettcentos e vinte e sete annos.

Intestimoium veritaty                      Gratis

FREI NICOLLAU DA CRUZ

PREGADOR E NOTARIO APPOSTOLICO

[Fl.4] Antonio Manescal Familiar do Santo Officio, Sindº Geral da Terra Santa e Notario Apostolico dos aprovados conforme o Sagrado Concilio Tridentino e pello Arcebispado de Lisboa occidental certifico que pelo Padre Fr. João Capistrano me foi apresentada huã atestação da qual o theor he o seguinte:

Digo yo Fray Juan Baquerizo, religioso de Nuestro Padre S. Francisco, y Notario Apostolico de todos los Reynos de España, como deí el Padre Conductor de Portugal Fray Juan de Capristano para que use da dicta Reliquia de la mesma Cruz de Christo Nuestro Señor; y asi lo digo, juro y declaro por Dios y a que esta Santa Cruz dada em Jerusalem en catorze dias del mez de Agosto del año de mil setecentos, y veinte y seis años = Fray Juan Baquerizo, Notario Apostolico = E não se continha mais na dita atestação, que eu dito Notario Apostolico fielmente tresladei e conferi com a propria a que me reporto a qual me foi apresentada pelo dito Padre Frei João Capristano, que como a recebeo assinou aqui; e outro sy certifico e dou fé ser a letra e sinal de mão

propria do dito Padre Fray Juan Barquerizo, por ter visto varias vezes letra sua, de que passei esta assinada de meos sinais publico e razo de que uso Lisboa Occidental vinte de Janeiro de mil setecentos e vinte e sete annos.

ANTONIO MANESCAL

NOTARIO APOSTOLICO

Eu Frei João de Capristano irmão Leigo e filho da Santa Provincia de Portugal da Rigolar Observancia de Sarafico S. Francisco nomeado com a osutensica asima e que trouxe de Jerusalem a Reliquia do Santo Lenho de que na dita autenticação se faz menção, dei ao Munto Revrendo Padre Illustre Frei Manoel de S. Boaventura Padre da mesma Provincia = que nela foi provincial dois bocadinhos do sobredito Santo Lenho = dos coaes se pode fazer huã cruzinha para a Santa Caza da Mizericordia da villa d'Amarante patria sua em ffe do que fiz este termo da minha letra neste convento [Fls. 4] de S. Francisco da cidade em 7 de Março do presente anno de 1727 e me asino do meu Costumado Sinal.

O IRMÃO FREI JOÃO DE CAPRISTANO

Frei Nicolau da Cruz Pregador e publico Nottario Appostolico dos aprovados na forma do Sagrado Concilio Tredentino e morador neste Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa occidental certifico e faço fé aos que esta minha presente certidam virem em como a letra e signal da atestação retro ao pe do Nottario Antonio Manascal he do Irmam Frei Juan de Capristano a qual letra e signal conhecho reconhecho por ser verdadeira por lha ter visto muitas vezes e conheso ser a letra propria de que sempre usa em fée de verdade passei a presente atestacam firmada de meus sinais publico e razo de que uso nesta corte de S. Francisco da Cidade de Lisboa occidental em 7 de Março de mil cettcentos e vinte sette annos.

Intestimoium veratis          Gratis

FREI NICOLLAU DA CRUZ

PREGADOR NOTTARIO APPOSTOLICO

F: ASCMA. - *Livro de relíquias e indulgências*. Livro 98, fls. 1 a 4 v.



## XXVIII

*Provisão emitida pela Chancelaria de D. Pedro IV que autoriza Manuel José do Covelo a instituir, na Igreja da Misericórdia de Amarante, o Sagrado Lausperenne (Lisboa, 1826, Maio, 3).*

[Fl. 45 v.] Provisão a Manuel José do Covelo aprovando a instituição do Sagrado Lausperenne em todos os Domingos do ano na Igreja da Misericórdia de Amarante.

Dom Pedro por graça de Deos Rey de Portugal Faço saber que Manoel Joze do Covello Negociante da Praça do Porto Me representou; que o Imperador e Rey Meu Senhor e Pay que esta em Gloria, por sua Provizão de 25 de Janeiro de 1817 expedida em conformidade da sua Imediata Rezolução tomada em Consulta da Meza do Meu Desembargo do Paço lhe tinha concedido a faculdade de se poder ajuntar com a Meza da Santa Caza da Meziricordia da Villa de Amarante afim de se estabelecer em dinheiro hum fundo pelo qual enstituisse perpetuamente o Sagrado Lausperenne na Igreja da mesma Meziricordia em todos os Domingos do anno de manha e de tarde, e porque a dita Provizão se lhe tinha dezemcaminhado antes do Contracto celebrado e sem a qual não podia tratar suplicandome lhe mandasse passar outra nova Provizão com salva para o dito fim e visto o seu Requerimento e a consulta mencionada a que se tinha sobre seu requerimento a informação que tinha havido do Provedor da Comarca essas audiencias da sobredita Meza da Mizericordia e a resposta do Procurador da Coroa que tinha sido ouvido. Ao que attendendo e ao mais que foi prezente na mesma Consulta: Hey por bem de [Fl. 46] Permeter conceder e aprovar a pertendida instituição do Sagrado Lausperenne em todos os Domingos do anno e em todo o dia na Igreja da Mizericordia da Villa de Amarante podendo o Suplicante ajustar-se por quantia de dinheiro com a Meza da mencionada Mizericordia para fundo e pertuidade do referido Sagrado Lausperenne. Esta se comprira como nella se contem sendo registada nos livros da dita Santa Caza e incerta na Escriptura do Contracto e seus treslados e valera posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do Livro 2 folhas 40 em contrario com declaração que aparecendo a primeira Provizão não tera valor. Pago de novos direitos 40 reis que forão carregados ao tesoureiro delles no livro 41 de sua receita a folhas 123 o que constou do conhecimento registado a folhas 240 do livro 96 do registo geral. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e seus Desembargadores do Paço na conformidade de immediata rezolução. Manoel Joaquim Pereira da Silva a fez em Lisboa a trez de Mayo de 1826 = Desta 1600

reis e de assinaturas 1800 reis = Pedro Padilha e Seixas a fez escrever = D. Jozé Francisco de Lencastre = Bernardo Teixeira Coutinho de Carvalho = Por despacho do desembargo do Paço de 26 de Abril de 1826 e na conformidade da Imediata Resolução de 12 de Julho de 1826 em Conselho da Meza de 27 de Janeiro do anno = Antonio Gomes Ribeiro = Pago 540 reis e aos outros 2000 reis. Lisboa 20 de Maio de 1826 Francisco Joze Bravo = A folhas 153 do livro 41 da Receita dos Novos Direitos se Carregarão ao tesoureiro delles seccenta mil reis que se achou mais dever esta Provizão. Lisboa 20 de Maio de 1826 = Antonio Joze Martins = Antonio Carlos da Malha = A folhas 262 do livro 96 fica este registado. Lisboa 20 de Maio de 1826 = Salvador =

### JOÃO AUGUSTO DE CASTRO

F: ANTT - *Livro da Chancelaria de D. Pedro IV*. Livro 2, fls. 45 v. e 46.

## XXIX

*Documento com os encargos religiosos da Santa Casa e do hospital (Amarante, 1827, Setembro, 3).*

### ENCARGOS DA SANCTA CAZA

[Fl. 4 v.] Tem esta Sancta Caza obrigação de mandar fazer pelo Reverendo Capelão Mor em todas as 4<sup>as</sup> feiras Procissão de Defunctos com Missa e Responso 10,400

Item trezentas e sessenta e cinco Missas do legado de Manoel da Silveira Pinto ditas na Igreja propria por dous Capelaens, que por receberem a sua esmolla em certas e determinadas medidas conforme atenção do Testador não entram no numero das Missas da Caza, nem no seu recibo e despesa

Item hum aniversario da Irmandade de 13 de Dezembro com Missa 5,000

Item ha de dar annoalmente vestidos para pobres da Villa e vizinhanças por differentes Instituiçoens 60,000

Item para saptisfazer o Legado da Madre do Sacramento 1,000

Item o Legado annoal, que por alternativa pertense a huma das Familias das Cazas da Faia, Melres e Cobrantoens 15,000

[Fl.5] Item obrigação de mandar saptisfazer na propria Igreja e fora Missas rezadas, cantadas, e de Natal pelos differentes Legados, constantes do respectivo livro e tocantes a este Estabelecimento 1,376 humas por outras a 180.

247,680

Item pelo Legado annoal dos dotes das descendentes de Manoel Fernandes



Valle no Concelho de Felgueiras	210,000
Legado da Capella da Senhora da Livração Item pelo annoalmente	30,000
Item obrigação na propria igreja de mandar fazer duas Festas, huma ao Senhor da Agonia, e outra a Nossa Senhora da Misericordia no dia da Visitação e de fazer a Procissão de 5 <sup>a</sup> feira Sancta	60,000
Item obrigação de socorrer os pobres, e envergonhados diaria e semanariamente, como costuma em que alternadas chegam a	200,000
Item pelos Ordenados dos Reverendos Capelaens e maes Empregados no serviço respectivo da Sancta Caza	125,000
Item para as fabricas e reparos annoaes	20,000
[Fl. 5 v.] Item pelos Offícios dos Irmãos falecidos uns annos por outros	16,000
Item obrigação da fiscalização da roda dos expostos de Gouveia e Gestaço	
Alvara de 18 de Setembro de 1806. Provisão de 24 de Dezembro de 1807	
	1.000,080

#### ENCARGOS DO HOSPITAL

Primeiramente se hao de saptisfazer se no proprio Oratorio deste Estabelecimento annoalmente huma Missa todos os Domingos e dias Sanctos do Legado do Doutor Balthazar Vieira que sendo 80 a 200	16,000
Item dous Jogos de Missas de Natal e 3 Resposos de defuntos na Procissão das 4 <sup>as</sup> feiras do Legado do Doutor Domingos Cerqueira Moniz	2,000
Item obrigação de 405 Missas em que foram reduzidos varios Legados ditas em qualquer Igreja que importa a sua Esmolla	48,800
Item para dar annoalmente ao Major Manoel José do Covello enquanto vivo	1.000,000
Item pelo que importao os Ordenados de todos os Empregados deste Estabelecimento	123,000
[Fl. 5 v.] Item para a fabrica e reparo do Estabelecimento e seu Oratorio, de roupas, louças e mais utensilios annoalmente	40,000
	1.229,800

**F:** ANTT - *Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Maço 431, Caixa 539, fls. 4 v. – 5 v.

### XXX

*Relação dos encargos religiosos da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (Amarante 1822, Dezembro, 27).*

#### Amarante

[Fl. 1] Rellação de todos os Encargos pios, religiosos da Sancta Caza da Mizericordia desta Villa.

Item esta Sancta Caza obrigaçam de mandar saptisfazer annoalmente na propria Igreja, e fora duas mil trezentas e setenta e quatro missas; inclusas seis cantadas pelos differentes Legados, que acceitou.

Item obrigaçam de mandar fazer annoalmente hum aniversario de treze pessoas com missa de cada hum pela Irmandade.

Item obrigaçam de hum Officio de treze pessoas com missa de cada hum pela alma de cada pessoa que morre: e tendo servido da Meza tem mais sete Missas.

Item hum Missa semanal todas as 4<sup>as</sup> feiras com procissão de defunctos por fora da Igreja a que acrescerão este anno mais 3 responsos pelo Legado do Doutor Domingos Cerqueira Moniz.

Item dous ternos de Missas de Natal pela tenção do Doutor Moniz.

Item obrigação de vestir pobres desta Villa emthe o vallor de dezasete mil reis de pannos: e para vestir os pobres das freguesias de Villa Cham, e Carneiro se dão quinze mil reis de pannos: mais se costumão vestir doze pobres parentes do Legatario Luís de Macedo: e quatro parentes pobres do Legatario Padre Thome de Barros emthe o vallor de 6000 reis: e mais dous pobres, hú do lugar da Castanheira, e outro da freguesia de Gatão: isto annoalmente, e no tempo do Inverno.

[Fl. 1v.] Item obrigaçam de gastar com o curativo dos doentes no hospital annoalmente 205:620 reis. E daqui por diante depois de se liquidar a erança do referido Legatario Doutor Domingos Cerqueira Moniz, se deve gastar o seu liquido tocante a esta Sancta Caza no mesmo hospital.

Item para o legado da Madre do Sacramento, mil reis annoaes.

Item com o Legado da Faia annoalmente quinze mil reis.

Item com os dotes das Legatarias de Manoel Fernandes Valle do Concelho de Felgueiras annoalmente duzentos e des mil reis.

Item com o Legado da Capella da Senhora da Livração annoalmente trinta mil reis.

Item obrigaçam de prover todas as Cartas de guia ordinarias e com cavalgadura a todos os Mendigos, e doentes transportados para os differentes hospitaes.



Item obrigação de fazer huma festa a Sancto Estevão, e outra no dia da vizitação de Sancta Isabel annoalmente.

Item obrigação de soccorrer todos os Miseraveis que a esta Sancta Mizericordia recorrem.

[Fl. 2] Item finalmente obrigaçam d'enterrar e prover, de mortalha todos os pobres falecidos no hospital, e fora; e d'acompanhar com a bandeira a todos, e quaes que falecidos que se ouverem d'enterrar em alguma das Igrejas desta Villa.

E são todas as referidas obrigaçõens, as de qu'esta Sancta Mizericordia presentemente se acha encarregada: sendo as verbas legatarias extraidas do competente livro, que eu Manoel Joze da Costa Leite actual Escrivão da mesma aqui fiz declarar, por mandado do actual Provedor e Meza para saptisfazer ao Offício do Meretissimo Senhor Doutor Provedor desta Comarca. Amarante e Caza do Despacho, 27 de Dezembro de 1822. E eu Manoel Joze da Costa Leite Escrivão Altissimo asignei.

MANOEL JOZE DA COSTA LEITE

F: ANTT - *Ministério do Reino Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Maço 441, caixa 552.

### XXXI

#### Encargos da Santa Casa com missas no século XVIII

<i>Nomes dos Legatários</i>	<i>Encargos dos Legados</i>	<i>Importâncias deixadas para os encargos (em reis)</i>
Pedro Cerqueira *	seis missas por semana cada uma 50 reis	550.000
Gaspar Ribeiro *	uma missa quotidiana cada uma 50 reis	650.000
João Coelho de Moreira * •	duas missas por semana (2ª e 4ª feira) cada uma 30 reis	290.000
Maria, a Colaça * •	três missas pelo natal cada uma 100 reis	100.000
Reverendo Baltasar Borges * •	vinte missas por ano (uma cantada)	100.000
Manuel Teixeira e Inês de Siqueira * •	oito missas por ano	900
Maria Mendes do Covelo * •	doze missas por ano	2.000
Legado do Hospital (Baltasar Vieira) ■	todos os domingos e dias santos	30.000
Catarina Fernandes Cerqueira * •	uma missa aos sábados todas as semanas cada uma 50 reis	Medidas de pão, vinho, lenha e leitões
Gafaria ■	uma missa às 5 <sup>as</sup> feiras	

Irmãos que faleceram	doze missas rezadas e uma cantada com ofício de nove lições pelos irmãos falecidos	
Pelos benfeitores e administradores	todas as quartas-feiras, uma missa como responso	
Maria Pinheiro * •	sessenta missas por ano, com uma em dia de Nossa Senhora cada uma 50 reis	96.600 (valor das casa e bens deixados)
Ana Mendes da Portela * •	vinte missas por ano cada uma 50 reis	30.000
Isabel Mendes * •	cinquenta missas por ano cada uma 50 reis	9 medidas de trigo
Reverendo Francisco Coutinho	duas missas por ano cada uma 30 reis	240.000
Paula Teixeira * •	três missas pelo natal	
Reverendo João de Siqueira Gomes * •	vinte missas por ano cada uma 50 reis	30.000
José Martins e Ana Borges * •	dezanove missas por ano cada uma 100 reis	50.000
Baltasar Gomes, índio e sua mulher *	duas missas cantadas no Dia de Fieis de Deus	400.000
Manuel da Silveira Pinto *	uma missa quotidiana	3.500
Reverendo João Camelo Alcoforado, prior de Germelo * •	uma missa quotidiana cada uma 30 reis	650.000
Domingos Martins * •	uma missa por semana cada uma 50 reis	85.000
Manuel de Basto e sua mulher Isabel Teixeira * •	três missas nos Fieis de Deus cada uma 100 reis	10.000
Clara Teixeira e Joana Teixeira * •	três missas por cada uma em dia de natal cada uma 50 reis	33.000
Domingos Teixeira * •	três missas no dia de Fieis de Deus cada uma 100 reis	10.000
Maria de Abreu, viúva de Manuel Teixeira, do lugar de Pardelhas * •	cinco missas por ano cada uma 30 reis	16.000
Manuel Cerqueira, de Relas * •	seis missas por ano cada uma 30 reis	24.000
Alexandre Rangel de Magalhães *	duas missas por semana cada uma 30 reis	214.300
Reverendo Ignacio Pinto, padre de Vila Garcia * •	uma missa por semana cada uma 30 reis	135.000
Maria Pereira e seu irmão Padre João Pereira abade de S. Vicente * •	uma missa quotidiana cada uma 30 reis	2.000
Dr. Manuel Cerqueira *	vinte missas	200.000
Francisco Machado de		2.000



Castinheira ♦ ♦		
Luís de Queirós ♦	quatro missas por ano cada uma 100 reis	14.000
Reverendo Tomé Cardoso de Vasconcelos, abade de Santo Estêvão, Vila Chã *		400.000
Paulo de Faria ♦	uma missa por semana	170.000
Manuel Mendes Ribeiro, Brasil ♦	uma missa quotidiana	1.170.000
Maria Leite da Madalena ♦	uma missa por semana	170.000
Reverendo João Alves Pereira, Abade de Santa Leocádia ♦		1.170.000
João Rodrigues Cerqueira ♦	uma missa quotidiana	1.200.000
Manuel de Sousa Azevedo ♦	uma missa por semana e três pelo natal	
Maria Clara do Sacramento, freira de Santa Clara ♦		20.000
João da Cunha e Sá	uma missa quotidiana	2.410.650
Reverendo Padre Tomé Ferreira de Barros ♦	uma missa no dia de entrega da esmola	240.000
Luís de Macedo da Cunha e irmã ♦	duas missas no dia de entrega da esmola	600.000
João Pinheiro Machado	uma missa cantada sem musica no dia de entrega da esmola	70.000
Ana Barbosa, do Porto ♦ ♦	uma missa quotidiana e dois jogos de missas pelo Natal	2.000.000
Luís da Cunha Coutinho ♦ ♦	15 missas	60.000
Casa da Faia ♦		600.000
Domingos Moreira ♦	Uma missa quotidiana	2.000.000

**Fonte:** ASCMA - *Livro dos Legados da Santa Casa da Misericórdia, 1702-1795*, Livro 58.

▪ Legados instituídos no século XVI.

\* Legados instituídos no século XVII.

♦ Legados instituídos no século XVIII.

• Legados enviados para Roma (pedir redução).

## XXXII

### Encargos da Santa Casa com missas após o Breve Apostólico para redução de alguns legados em 1802

<i>Relação das Missas</i>	<i>Numero de Missas rezadas</i>
<b>Missas Diárias</b>	
Pelos Legados reduzidos	365
Pela alma de Domingos Moreira	365
Pela alma de João da Cunha	365
Pela alma de Manuel da Silveira Pinto	365
Pela alma de Ana Barbosa e seu irmão, mas com obrigação de ser dita na Igreja da Santa Casa	365
<b>Todos os Domingos e dias Santos</b>	
Pela alma de Baltasar Vieira dita no Hospital do Espírito Santo da Rua da Ordem	80
<b>Todas as semanas</b>	
Pela alma de Manuel de Sousa Azevedo	52
<b>Todas as Quartas-feiras</b>	
Pelos benfeitores e administradores da Santa Casa da Misericórdia ditas na Igreja da mesma com responso pelo adro	52
<b>Todas as Quintas-feiras</b>	
Pelos os que deixaram renda a Gafaria e ditas na Capela de Santo Estêvão da Rua da Ordem	52
<b>Dia dos Fieis Defuntos</b>	
Cantada pelos benfeitores e administradores da santa Casa da Misericórdia	1
<b>Dia 8 dos mesmos</b>	
Por todos os irmãos da Santa Casa da Misericórdia com uma missa cantada com officio de 9 lições e 13 padres	13
<b>Dia de Natal</b>	
Pela alma de Ana Barbosa e seu irmão que são 2 jogos de missas ditos na Igreja da Misericórdia	6 3
Pela alma de Manuel de Sousa Azevedo	
Pela alma de Domingos Cerqueira Moniz 2 ternos na Igreja da Misericórdia	6
Pela alma de Manuel José do Covelo 1 terno na Capela do Hospital	3
<b>Na Quaresma</b>	
Pela alma de Dr. Manuel Cerqueira	20
<b>Quando se repartem os Manteos</b>	
Pela alma de Luís Macedo e irmã	2
Pelo Padre Tomé Ferreira de Barros	1
<b>Anuais cantadas</b>	
Pela alma de João Pinheiro Machado sem música	1



Pela alma de Manuel José do Covelo uma no dia do Senhor Crucificado e outra no dia de Nossa Senhora da Misericórdia	2
<b>Rezadas</b>	
Pelo resto das missas quotidianas dos legados reduzidos que impôs mais os juiz executor do Breve	40 98
Pela alma de Pedro Cerqueira	38
Pela alma de Alexandre Rangel	35
Pela Maria da Cunha	
Pelos irmãos que faleceram dos quais uma cantada com ofício de 9 lições e 13 padres	13 7
Pelos irmãos que tiveram servido na mesa	

Fonte: ASCMA - Livro dos Legados e Missas que a Santa Casa tem obrigação de satisfazer, 1801-1861. Livro 68.

### XXXIII

*Relação de documentos que integravam o arquivo da Misericórdia de Amarante e inventário de bens da sacristia da igreja daquela instituição (Amarante, 1680).*

#### INVENTÁRIO DO CARTÓRIO, LIVROS, E MAIS PAPEIS QUE NELLE ESTÃO

Item- O compromisso desta Stª Casa da Meza

Item- O Livro das provisões

Item- O Livro dos Juros

Item- O Livro das Rendas

Item- O Livro da Irmandade

Item- O Livro dos Mamposteiros

Item- O Livro dos Capellães

Item- O Livro do Tombo

Item- O Livro das Elleições

Item- Settenta e hum Livros

Item- Huã Carta de arrematação das cazas do Capitão Gonçalo Gonçalves Ferreira

Item- Hu Tresllado do tombo da Alvergaria

Item- Huã Escritura de João Marinho e seus herdeiros de dous mil reis que paga de foro de huã vinha que foi do Reverendo António de Magalhães Villa

Item- Treslado do Testamento de João Cerqueira

Item- Sentença da Casa contra Jerónimo Ribeiro Ferraz no tocante ao legado de João Cerqueira.

Item- Manda de Maria Mendes

Item- Compra das Medidas de Pouzada

Item- Testamento de Salvador Cerqueira

Item- Prazo de Mathias Ribeiro de S. Lazaro

Item- Testamento de Maria = Pinheira Varella

Item- Sentença em favor dos Mamposteiros

Item- Sentença contra Paulo Carvalho sobre a sentença do Terreiro

Item- Carta de compra de hum almude de azeite do lugar de Ordia pires

Item- Codecillio de Maria da Cunha de Figueiró

Item- O tresllado do testamento de Gonçalo Velozo

Item- Carta de compra de cazas e quintal de Gaspar Ribeiro o Florido

Item- Testamento de Gomez o Indio

Item- Testamento de Maria Pinheiro

Item- Huã Carta de venda a António Machado

Item- Prazo do Cazal das Eiras de Ferreira

Item- Prazo do Cazal da Costa de Ferreira

Item- Outro Prazo do mesmo Cazal

Item- Prazo de Philipe Pinto de Gatão

Item- Doação de Ignez de Siqueira

Item- Tresllado do Testamento de Baltasar Vieira

Item- Tresllado do testamento Dr. Baltasar Vieira

Item- Uma sentensa em favor dos irmãos da mesa

Item- Prazo de Maria Preta

Item- Tresllado da Escriptura que faz de seu morgado o Abade Manuel Mendes

Item- Contrato da Escriptura com a confraria de S. Pedro

Item- Prazo das hortas que traz Joane Correa

Item- Quitação do dinheiro do Abade de S. Mamede

Item- Doze papeis em hum massinho tocantes ao legado de Manuel de Silveira

Item- Assinado do dinheiro à razão de juros

Item- Assinado de André Carvalho da Costa

Item- Assinado de Manuel Pereira

Item- Assinado de Manuel Carvalho

Item- Assinado do Padre Manuel Gomez

Item- Escriptura de Marianna de Andrade

Item- Escriptura de Gonçalo de Faria



Item- Assinado de João da Silveira  
Item- Escripura de Francisco Pinto  
Item- Escripura de António Roiz Cardoso  
Item- Assinado de Manuel Moura de Carvalho  
Item- Escripura de Montalvão Ribeiro  
Item- Assinado de João Teixeira e Jerónimo Roiz  
Item- Escripura de António Ribeiro  
Item- Escripura de João Cerqueira de Silveira  
Item- Escripura de Francisco de Moura  
Item- Escripura do Padre Paulo Marinho  
Item- Prazo de António Roiz  
Item- Escripura de Gonçalo Gonçalves Ferreira  
Item- Prazo do Espadello  
Item- Assinado do P[adr]e Manuel Mendes de Castro  
Item- Assinado de Francisco Pinheiro  
Item- Assinado de António Monteiro  
Item- Quitação das Freiras  
Item- Assinado de Manuel de Queirós Cerqueira  
Item- Assinado do Licenciado João Branco  
Item- Assinado de António Monteiro de Fervença  
Item- Assinado de Manuel de Moura de Barrozende  
Item- Escripura de João Pinto de Pascoais  
Item- Escripura do Licenciado Manuel de Magalhães Villella  
Item- Assinado de Thomé Francisco  
Item- Escripura de Manuel Ferreira da Cunha  
Item- Assinado de João Clemente  
Item- Assinado de André Salgado  
Item- Escripura de João Marinho e Josepha Marinho  
Item- Assinado do P[adr]e Francisco de Siqueira  
Item- Assinado de Manuel Gonçalves Lopes  
Item- Assinado de Manuel de Moura de Barrozende  
Item- Escripura de Manuel Pinheiro do Concelho de Gouveia  
Item- Assinado do Licenciado Manuel de Meireles  
Item- Assinado do Abade Manuel Barboza

Item- Assinado do P[adr]e Gaspar Gomes  
Item- Assinado do P[adr]e Gaspar Ribeiro  
Item- Assinado do P[adr]e Domingos  
Item- Assinado de Cerqueira de Rellas  
Item- Assinado de P[adr]e Mendes de Villa Gracia  
Item- Escripura de Vasco de Macedo  
Item- Escripura de Manuel Machado e João Garcia  
Item- Assinado de Manuel Magalhaens Coelho  
Item- Assinado de Domingos Coelho de Barrozende  
Item- Assinado de Bernado Soares  
Item- Assinado de Mathias de Fonseca  
Item- Escripura de Gonçalo Francisco  
Item- Assinado de Manuel Machado o Conde  
Item- Escripura de João Fernandes o Roda  
Item- Escripura de Clemente Ferreira  
Item- Assinado de Manuel de Magalhães Coelho  
Item- Assinado do P[adr]e António de Magalhães Villella  
Item- Assinado do P[adr]e António Correa  
Item- Contrato do Abade de Villa Chão  
Item- Assinado do Licenciado Manuel de Magalhães Villella  
Item- Escripura do P[adr]e João Vieira  
Item- Assinado de João da Motta  
Item- Assinado de João Gracia de Perlourinho  
Item- Assinado de Marçal Vieira  
Item- Assinado de Bernado Soares  
Item- Assinado de Leonor Fernandes  
Item- Assinado de Francisco Cerqueira Moniz  
Item- Assinado de Gaspar de Magalhães  
Item- Assinado de Mathias Ribeiro Sapateiro  
Item- Assinado de P[adr]e Mendes de Villa Gracia  
Item- Escripura de António Pereira Bajão  
Item- Assinado Dona Guiomar Borges  
Item- Assinado de Francisco Teixeira  
Item- Assinado de Gaspar de Seixas



Item- Assinado de João da Silveira de S. Remão  
Item- Assinado do P[adr]e João Pinheiro  
Item- Assinado de Bernardo Teixeira  
Item- Assinado de Manuel Teixeira de Macedo  
Item- Assinado de Francisco de Francisco de Moura  
Item- Assinado de António Morejra  
Item- Assinado de Gaspar Siqueira Tavora  
Item- Assinado de Francisco Fernandez de Barrozende  
Item- Carta da compra da Tapada de S. Martinho  
Item- Assinado de Manuel Carneiro carpinteiro  
Item- Assinado de Bento Gracia  
Item- Assinado de Padre Magalhães Villella o novo  
Item- Assinado de Joseph Coelho  
Item- Assinado de António de Magalhães Cerqueira  
Item- Assinado de Phellippe de Basto  
Item- Assinado de Manuel de Lemos  
Item- Assinado de Padre António  
Item- Assinado de André Cerqueira  
Item- Assinado do Abbade Manuel Barboza  
Item- Assinado de Alvaro Pinto  
Item- Assinado de Domingos Marinho  
Item- Assinado do P[adr]e Domingos do Salvador  
Item- Prazo de Maria Preta  
Item- Assinado de Phellipe de Basto  
Item- Assinado de Manuel Teixeira da Ordem  
Item- Assinado de Francisco Ribeiro Sapateiro  
Item- Assinado do P[adr]e Manuel de Basto  
Item- Escriptura de Philippe de Basto  
Item- Escriptura de Francisco Barboza e outros de Gouveia  
Item- Assinado de João Mendes de Vasconcelos de Villagracia  
Item- Escriptura do Capitão – mor de Meijão Frio  
Item- Escriptura de Isabel Teixeira  
Item– Escriptura de Isabel Teixeira  
Item- Assinado de Manuel de Abreu Abade que foi de Gatão

Item- Escripura do Legado de Manuel da Silveira  
 Item- Assinado de Gaspar de Siqueira Távora  
 Item- Escripura de P [er]o Fernandez de Barrozende  
 Item - Escripura de André Cerqueira  
 Item- Assinado de Dona Guiomar  
 Item- Assinado de Maria Correa  
 Item- Assinado de João da Motta  
 Item- Assinado de Pantallião Ribeiro  
 Item- Outro de Pantallião Ribeiro  
 Item- Assinado de Manuel Gonçalves Lopes  
 Item- Assinado de Padre de Magalhães o novo  
 Item- Carta de Compra das Cazas das Travassas  
 Item- Licença para pedir para a Gafaria  
 Item- Sentença contra Manuel Pinheiro da Eira  
 Item- Prazo das hortas de António Vaz  
 Item- Embargo que se fez da obra que queria fazer Domingos Pinto, o Coixo  
 Item- Quitação dos P[adr]es de S. Gonçalo

#### O ROL DA SANCHRISTIA DESTA SANTA CAZA

Item- Quatro Callices e hu no hospital sinco:  
 Convem a saber na Caza dous, hu que esta por emprestima no Regengo em casa de  
 Provedor de Magalhães Villella cõ o peé de Bronze oitro que esta em S[an]to Estevão e  
 oitro no hospital aparalhadas cõ suas patenas  
 Item- Quatro digo sinco missais hu velho esta no Regengo  
 Item- Hu Manual velho e hu cartapacio velho de defuntos  
 Item- Onze frontais  
 Item- Sete Vestimentas  
 Item- Cinco Alvas cõ seus amitos  
 Item- Toalhas do Altar dez  
 Item- Castissais sette  
 Item- Huã Alcatifa e hu tapete  
 Item- Hu docel preto e duas cortinas vermelhas  
 Item- Três cortinas dos altares brancas de linho  
 Item- Estantes trez  
 Item- Sinco mezas de Corporais com duas balssas vermelhas



Item- Pano de tumba hu preto de sarja  
Item- Três lampadarios hu de prata dous de bronze  
Item- Três pares de Galhetas cõ seus pratos  
Item- Huã caleira de cobre  
Item- Hu pano de pulpito preto  
Item- Quatro cruces de pao dos Altares  
Item- Escabellos quatro  
Item- Dous bancos das Tochas  
Item- Dous compridos  
Item- Duas Escadas  
Item- Quatro fugareos  
Item- Huas cadeas do sino  
Item- Hua caixa da sanchristia  
Item- A insignia dos domingos e quartas feiras  
Item- Onze bilindraos cõ suas caretas  
Item- A tumba da irmandade cõ dous panos de velludo preto  
Item- Mais outro pano de veludo da tumba ordinária  
Item- Seis tocheiros  
Item- Duas bandeiras da irmandade huã nova outro velha  
Item- Outra bandeira da irmandade  
Item- Nove insignias  
Item- Hu cobertor verde  
Item- Tres bacias huã grande e duas pequenas  
Item- Quatro pendoes  
Item- O pano enserado de tumba  
Item- Três varas  
Item- O pano de meza redonda  
Item- Duas escadas pequenas pretas  
Item- Huã talha do azeite  
Item- Três caixas hua grande e duas pequenas  
Item- Os bancos de meza redondo que são quatro  
Item- Duas ratoeiras  
Item- Huã eixada

### XXXIV

*Documento com as medições da Igreja da Misericórdia de Amarante, da Casa do despacho e respectivas confrontações (Amarante, 1650).*

[Fl.23] Titelo da mediçam da Igreja da Santa Caza da Misericórdia desta Villa e Casa do Cabido e da secretaria nova della, e terreyro e Adro.

A Igreja da Santa Casa da Mesericórdia desta villa que principiandoce a medir do cunhal da fronteyra vindo com a mediçam pella cabeça do Nacente donde comfina com o caminho que vay do Terreyro para a Igreja de Sam Francisco do Campo da Feyra tem de cumprido de cunhal a cunhal trinta varas e medida pela trazeyra da capella mayor de cunhal a cunhal que he na cabeça do Norte donde comfina com terra e rigeyra que fica entre a Capella Mor e a Caza do Cabido e Caza do Licenciado Joam Carlos Moreyra, Médico desta villa que também sam foreyras a gafaria tem de largo por esta parte dezassete varas, em medida de Norte para Sul pella cabeça do puente donde comfina com o caminho público que dece do terreyro de Sam Joan Degollado, para a Rua do Seixedo tem honze varas e desta parte fica huma fonte pública e virando a mediçam do Poente para o Nacente pella cabeça do Sul donde comfina com o Adro da mesma Igreja nove varas, e virando daqui a mediçam do Norte para o Sul pella cabeça do Puente donde comfina com o mesmo Adro tem a Igreja por esta parte dezanove varas; e medida a mesma Igreja na fronteyra donde comfina com o Terreyro tem nove varas do Puente para o Nacente e aqui principiou e acabou esta mediçam. “Tem esta Igreja três Altares a saber o Altar Mor e dois collaterais hum do Senhor Esse Homo e outro do Santo Cristo.”

[Fl. 23 v.] Esta Santa Casa de fronte da porta principal um pedaço de terreyro Ladrilhado de pedra que tem de cumprido da porta principal da Igreja para o terreyro seis varas de Adro e para a parte do Puente donde fica a porta Traveça da Igreja tem hum Adro que medido pello meyo do Norte para o Sul tem vinte e três varas e de largo Nacente a Puente na cabeça do Sul donde comfina com as casas de Francisco Xavier da Silva Braga tem seis varas e medido na cabeça do Puente das escadas que são da porta traveça e Adro para o Seixedo por sima da parede emthe chegar as casas do mesmo Francisco Xavier da Silva Braga donde comfina com terra do Padre Manoel da Fonseca Reytor de Santiago de Amorim tem dezassete varas e meya e medido na cabeça do Sul pella beyra das cazas do mesmo Francisco Xavier da Silva Braga de parede do Puente



emthe o caminho que vay do terreyro para o campo da feyra tem quinze varas e declaro que na cabeça do Norte donde comfina com a Caza nova do cabido emtrando as escadas nesta mediçam tem nove varas e mays declaro que a parede que esta para o Puente sobre a terra do Reytor de Amorim he livre da Santa Caza e atras da capella Mor e Casa do Cabido tem terra de cinco varas de comprido e coatro e terça de largo e comfina com a Caza do Doutor Joam Carlos Moreyra.

**F:** ASCMA - *Livro do tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta Vila e Gafaria a ela anexa.* Livro 89, fl. 23.

### XXXV

*Carta da Chancelaria de Filipe III sobre o distrate da tença dos 30. 000 reais de juro de 16.000 reais o milhar para 20.000 reais (Lisboa, 1623, Julho).*

Treslado de hua Apostilla de trinta mill reais de tença de juro.

[Fl. 249] Proquanto El Rey meu senhor e pay pousando gloria aja proveito já em treze de dezembro de seis centos e catorze ou hei pro bem que todos os juros de retro que estivessem caregados sobre quaisquer rendas suas a dezasseis o milhar ou a menores precos se remisem pagando o principal aos donos delles e os mesmos juros se vendessem e que puzessem a render ho pello menos de vinte o milhar de maneira que bem junto se reduza a menos e que querendo as pessoas que os tivessem reduzilos ou subilos ao dito preco o podessem fazer pera dou comicção geral ao Conde de Protalegre Dom Diogo da Silva do seu Comselho do Estado como se comtem na provisão que pera iso mandou pasar de que o traslado he o seguinte:

Eu El Rey faco saber aos que este meu alvara virem aqui se hade tresladar e emcorporar outro tal alvara como neste livro fica registado a folha coatro ate onde diz o duque de Villa Ermosa Conde de Ficalho e proque o provedor e irmãos do hospitall e misericordia da villa de amarante tinhão pelo padrão e postilla atraz escritas trinta mil reais de juro de preco de dezasseis mil reais o milhar e sendo noteficados pera os distratar sobir ou redosir a preco de vinte mil reais o milhar com comicção que não a podendo no tempo que pera isso se lhe asinou se lhe abaterião e reduzião entendendo se pela razão de não acodirem que comsentião niso e como o dito tremo he pasado sem a tresfazerem [Fl. 249 v.] com mais que mandarem o parecer o dito padrão lhe ouve os ditos trinta mil reais de juro reduzidos de que mandei fazer liquidacção pello provedor Miguel Godinho Cabral e pello comtador Simão Luís do que nelles montaria a respeyto

dos dezaseis mil reais o milheiro proque forão comprados e do juro que avião de aver feita a dita redução e pella ditta liquidação constou valerem os ditos trinta mil reais de juro quatrocentos e oytenta mil reais e que reduzidos a juro do dito preço de vinte mil reais o milheiro montavão vinte quatro mil reais e se lhe ficavão abatendo seis mil reais e pera lhe ficarem todos os ditos trinta mil reais pre ynteiro me enviarão dizer pro sua pitição depois de feita a dita redução e riscado o asiento delles dos libros de minha fazenda ho registo do dito padrão e postilla dos libros da igreja que estavão na Tore do Tombo e postas nelles as verbas nesarias os querião sobir como de feito sobirão ao dito preço de vinte mil reais o milheiro pro vertude da dita provisão e pera yso entregou pellos ditos provedor e irmãos o padre Antonio Carvalho sacerdote de missa a Francisco Fragoso thesoureiro do dinheiro da exti (sic) e redução dos juros cento e vinte mil reais sobre que me forão caregados em receyta que he a comtia que se monta no crescimento dos ditos trinta mil reais de juro da qual receyta lhe foi pasada certidão emfroma (sic) de que o trasllado he o seguinte: recibo do libro da receyta de Francisco Fragoso thesoureiro do dinheiro da extinção [Fl. 250 v.] e redução dos juros lhe ficão caregados cento e vinte mil reais que recebeu do provedor e irmãos da Casa da Misericordia da vila de Amarante em que se montão seis mil reais de juro de preço de vinte mil reais o milhar para com os ditos seis mil reais e com mais vinte e quatro mil reais de juro a que se lhe reduzirão ao mesmo preço os trinta mil reais de juro que tinha de preço de dezasseis pro hum padrão asentados no almoxarifado da villa de Gimaraes em que se montarão quatrocentos e oytenta mil reais ficaram tendo os mesmos trinta mil reais de juro subidos e reduzidos ao dito preço de vinte mil reais o milhar de que se lhe hade pasar postilla no dito padrão pera comesarem a vencer pro ele os ditos trinta mil reais de juro do primeiro de Janeiro do ano que vem de mil seiscentos e vinte e tres proque neste ano prezente vencem e haode aver pagamento pello que nelle lhe vai dado na folha do dito almoxarifado comfrome ao despacho que se tinha dado sobre a redução do dito juro em seis de Março pasado pello Comde de Protalegre Dom Diogo da Silva e a outro da junta feyto em quatorze de Outubro deste mesmo ano registado no libro dos registos de extinção e redução dos juros folha 18 e folha 53 v e os ditos cento e vinte mil reais entregou pellos ditos provedor e Irmãos Antonio Carvalho sacerdote de missa em dezoito do dito mez de Outubro e se rompeu o escrito raso que o dito thesoureiro tinha pasado delles e da dita receyta se pasou esta certidão emfrome asinada pello provedor [Fl. 250 v.] Miguel Godinho Cabral e pro mim comtador Simão Luís e pedindo me o dito provedor e irmãos do dito hospital e misericordia que dos ditos trinta mil reais de juro



lhe mandase pasar postilla em seu nome no dito padrão o que tudo visto pro mim lhe mandei pasar a presente pella qual hei pro bem e me praz que elles ditos provedor e irmãos que ora são e ao diante forem do dito hospital e misericordia da vila de Amarante tenham e ajão de minha fazenda do primeiro de Janeiro deste ano presente de seiscentos e vinte e tres em diante os ditos trinta mil reais de tença cada ano de juro e herdade pera sempre ao dito preço de vinte mil reais o milhar proque forão sobidos e reduzidos visto com a comdição de retro declarado no dito padrão e postilla atras escritas e com todas as mais clausulas e privilegios penas e obrigações nelle comteudas proque de todas e cada hua dellas quero e me praz que uzem e gozem e se lhe cumprão e guardem inteiramente com a dita condição de retro asi como se de todas ellas e de cada hua em particular se tronara a fazer a que expreca menção e que se não posa fazer embargo no dito juro prodividas civeis que se ajão contra juro depois de feita esta apostila os quais trinta mil reais de juro lhe serão asentados no almoxarifado da villa de Gimaiais [Fl. 251] e pagos do dito juro de Janeiro deste ano prezente em diante asi e da maneira que se lhe pagavão pello dito padrão e postilla e comfrome a elle e se pello tempo em diante os ditos provedor e irmãos que ora são e ao diante forem do dito hospitall e misericordia os quizerem mudar a qualquer dos outros almoxarifados, alfandegas, casas e rendas o posão fazer [o] se lhe mudem as vezes que quizerem como não seja em prejuizo dos que nas ditas partes primeiro estiverem asentadas e dellas se lhe não poderão mudar sem seu comsentimento e mando ao executor do dito almoxarifado que ora he e ao diante for que do dito primeiro de Janeiro deste ano presente em diante lhe de e pague os ditos trinta mil reais de juro aos quarteis do ano pro ymteiro e sem quebra alguma posta que ahi aja pro esta so carta geral e pello traslado della e do dito padrão e postilla que sera tudo registado no libro dos registos da minha fazenda e no do dito almoxarifado pello escrivão delle com conhecimentos dos ditos provedor e irmãos mando aos comtadores que tiverem em conta ao dito executor os ditos trinta mil reais de juro que lhe asi pagar cada ano haos vedores da minha fazenda que lhos fação asentar no libro dos juros della e do dito tempo em diante levar cada ano na folha do asentamento do dito almoxarifado para lhe nelle serem pagos como dito he constando lhe primeiro pro certidão nas costas desta do dito comtador Simão Luís de como no Libro da receyta do dito thesoureiro Francisco Fragoso a margem [Fl. 251 v.] da adição da receyta dos ditos cento e vinte mil reais conteudos na certidão emfroma nesta incorporada fica posta verba que comfrome a ella se pasou esta postilla dos ditos trinta mil reais de juro eo asento que delles estava no libro da dita minha fazenda em seu

nome hahi o registo do dito padrão do libro dos registos da igreja que já estava na Tore do Tombo se riscarão e puserão verbas do conteudo nesta apostilla como se vio pro certidões dos officiaes a que pretencia pro as tais verbas as quais com a dita certidão emfroma despachos do dito Comde e junta a dita liquidação se rompeu tudo ao asinar desta que hei probem que valha tenha força e vigor como se fosse carta feyta em meu nome sem embargo da ordenação do libro titulo 40 que comtrayro dispõem e que os ditos provedor e irmãos vencerão ate fim do ano pasado dos ditos trinta mil reais de juro ate o tempo em que se lhe reduzirão e depois de reduzido o que venceu o direito com que os sobirão ou derão pagamento pello que lhe foi libado na folha do asentamento do dito almoxarifado de Gimarais. Antonio de Baros o fez em Lisboa ao primeiro de Julho de mil seiscentos e vinte e tres. Luís de Figueyredo o fez escrever.

Consertada

LUÍS BATALHA

**F:** ANTT - *Livro da Chancelaria de Filipe III*. Livro 40, fls. 249 a 251 v.



## **MEMÓRIAS PAROQUIAIS**

[Fl. 423] Villa de Amarante

Esta villa de Amarante está situada em a Provincia de entre douro e minho Arçebispado de Braga Primas termo da comarca da Villa de Guimaraiz donde dista sinco legoas entre o nascente e o meyo dia compoence de huma só rua muyto comprida e estreita com algumas travessas e bairros que a ella vam desembocar corre do nascente ao poente tendo principio a sua demarcação e destricto em hum cruzeiro que está no meyo da ponte do Rio Tamega e deste athe outro cruzeiro que esta nos montes de Pinheiro adiante da forza na estrada que vay para Guimaraiz tem de comprido 2120 varas em altura de quarenta e hum graos e vinte e nove minutos de latitude esta situada em as aprasiveis margens de hum valle o pe do rio Tamega e cercada em distancia da eminência [Fl. 424] de alguns montes parte do nascente com o rio Tamega do poente com a freguesia de Sam Veríssimo conçelho de Santa Crus tendo por divisam hum piqueno regato e do norte com freguesia de Som Joao de Gatam conçelho de Cirollico de Basto, em hum cruseiro que esta nos montes junto a quinta de Pascoaiz na estrada que vay para o mesmo conçelho. A sua antiga fundaçam querem os autores fosse dos Turdetanos da Lusitania 360 annos antes da vinda de Christo sem lhe descobrirem outro nome athe que ocupando os romanos os povos Bacraros a cuja jurisdiçam esta villa pertencia, o capitam Amaranto lhe deu o seu nome que athe o presente conserva. Jas sepultado este nobre cappitam romano no hospital de Sam Marcos da cidade de Braga com estas letras

AMARANTVS SENECIONIS

Aqui jas sepultado Amaranto H.S.E.

Seneções

[Fl. 425] consta que totalmente foy destruida mas como neste reyno entraram varias innundacoens de Barbaros nam se sabe quais foram os instrumentos da sua total ruina; nesta forma se conservou athe o anno de 1250 sendo seu primeiro habitador Sam Gonçallo em huma Capellinha de Nossa Senhora da Assumpçam em hum rochedo proximo eminente ao Rio Tamega; neste sitio viveo alguns annos e fallecendo nelle foy sepultado e como a devoçam dos fieis comcorreyo a vesitar o sepulcro do Santo, foram povoando a villa que hoje se conserva.

Foy o transito de Sam Gonçallo a huma sesta feyra des do mes de Janeyro de 1259 governando a Universall Igreja do Papa Alexandre 4º e reynando em Portugal o Senhor Dom Afonço 3º e a Matropolli Primaz,o senhor Dom Martinho Geraldès.

O Orago desta villa he Sam Gonçallo e antigamente foy a matriz a Igreja da



Freguesia de Sam Verissimo proxima a ella pois tambem o Parocho della he por annual apresentaçam [Fl. 426] do Padre Prior e Relligiosos deste convento, que disfrutam os dizimos e como o povo da villa se foy aumentando e dividiram as freguesias.

Esta villa he del Rey Nosso Senhor deste Reyno de Portugal, e nam reconhesse outro senhor em o Arquivo da Camera desta villa se acha hum termo de posse simada pello Provedor da Torre de Moncorvo, Joam de Olliveira e notificaçam que fes a camera em como o povo desta villa ellegia a Sua Magestade por Senhor della e nam queriam outro Senhor algum, em 10 de Setembro de 1639.

Tem a villa perto de quinhentos fogos; 1350 pessoas entre mayores e menores. Esta situada em hum valle ainda que a rua tem alguma sobrada della e nam descobre mais do que montes, valles em redor e algumas casas dispersas de que nam faz mençam per diminutas.

A villa nam tem termo, lugares, nem aldeyas, so algum lemitado a [Fl. 427] rabalde como he a Vazeira, Real, e Ordiapires.

A sua Parochia he a mesma Igreja do Convento de Sam Gonçallo dos Relligiosos de Sam Domingos a qual esta o pé do Rio Tamega, em o principio da villa da parte do nascente que antigamente foy uma Capellinha que deu a Rainha Donna Catarina molher Del Rey O Senhor D [om] Joam 3º aos Relligiosos no anno de 1559. A Igreja he manifica e foy principiada para tres naves que se nam concluíram pois o corpo da Igreja esta forrado de madeira. Tem nobre Capella mor e bom arco cruzeiro de arcaria e hum elevado zimborio; a Capella mor he toda de abobada, com huma grande Tribuna ao moderno detalhe dourada com seu trono e sacrario da comunidade com duas collunas de quada parte entre as quais da parte de Epistolla esta Sam Domingos e do Evangello de Sam Francisco: O altar esta alto e com bom desafogo, porque do pavimento da Capella athe o supe do meio [Fl. 428] do altar se sobe huma escada que tem 13 degraos, aos lados do altar tem duas grades frestas de vidraças goarnecidas de talha douradas e dous Prisbitérios tambem emtalhados, e dourados debayxo dos quais no pavimento da Capella da parte da Epistolla esta hum altar de marmore goarnecido de prata e nella collocada a millagrosa imagem de Sam Gonçallo a qual tem habito, e Capello de prata batida na qual foy ingaltado o seu corpo no anno de 1681 na presença da Camera e testemunhas. Em correspondencia deste da parte do Evangelho estam humas grades e dentro huma capellinha com retabollo, paredes, e tecto de paineis emtalhados e dourados e no meyo della posto emforma que se circunda, esta hum tumello de pedra e no altar a imagem de Sam Gonçallo; he tradiçam, que no lugar desta

capellinha estava a de que falamos onde se sepultou o Santo; e que no mesmo lugar se conserva na frente desta capellinha esta hum lampeda continuamente acesa, no arco [Fl. 429] cruzeiro estam duas soberbas collunas, e sobre os capiteis dellas por remate estam as duas collunas da Igreja Sam Pedro em hum e na outra Sam Paullo e nas bases dellas estam huns letreiros que sam os seguintes = Este convento fundou El Rey D.[om] Joam Terceiro deste nome a honra do Glorioso Sam Gonçallo da Ordem dos Pregadores, digo da Ordem de Sam Domingos no anno de 1542 e depois El Rey D.[om] Sebastiam seu neto alcançou licença do Papa Pio 4º no anno de 1561 digo de 1562 para nestes Reynos se poder resar do dito Santo e no anno de 1595 El Rey D.[om] Fellipe o 3º deste nome e primeiro de Portugal mandou declarar por provisam sua que esta registada no libro da Camera desta villa como he Padroeyro deste Convento; e como tal defende que na Capella mor delle senam possa interrar ninguem como mais largamente consta da dita provisam que esta no arquivo deste convento por Ordem delle Rey O Senhor D.[om] Joam 3º seu fundador no [Fl. 430] anno de 1593. Lançou a primeira pedra o Padre Frei Joam de Ledesma vigario e filho da mesma rilligiam de Sam Domingos.

Tem o corpo desta Igreja oyto Capellas quatro de quada lado metidas em arcarias de abobeda com boa vallentia tendo a porta principal vezinha a hum rochedo que se mete de permeyo hum caminho de carro para a servidão do convento e hum cuberto de arcaria em que se sustenta o coro e a mam esquerda a portaria do convento.

Intrandosse pella porta principal pello lado direyto em hum arco debayxo do coro esta hum retabolluzinho de pinturas que he da Senhora da Guia.

Logo a primeyra Capella da Senhora do Popullo, onde esta a imagem de Sam Pedro Martir, esta capella he dos Relligiosos.

No segundo arco esta a Capella de Sam Jacinto o Santo he de pintura, tem retabello de talha dourado, he seu Padroeyro Joam Ignacio Teixeira de Vasconcellos Queiros e Magalhais morador em a sua Quinta de Pascoaes.

No arco seguinte esta a porta [Fl. 431] travessa que dá saida para o terreyro com hum frontispicio de admiravel arquitetura com collunas labradas ao borril as primeiras da Ordem debayxo de huma grandeza que sam quatro, entre as quais da parte direyta esta Sam Domingos e da esquerda sam Francisco no segundo andar sam seis collunas tem no meyo Sam Gonçallo e dos lados Santo Thomas e Sam Pedro Martir e no remate Nossa Senhora do Rosario; foy feita esta portada no anno de 1684. Entre esta portada e a porta principal esta huma baranda que chamão dos reis por estarem nella quatro



figuras dos Senhores Reis de Portugal que sam as seguintes:

O Senhor D.[om] Joam 3º

O Senhor D.[om] Sebastiam

O Senhor Cardeal Henrique

O Senhor D.[om] Fellipe Rey de Portugal

Esta baranda serve de divertimento para os Relligioso verem as feyras que se fazem no terreiro e as romagens que vem o Santo a entrada della he pello coro. [Fl. 432] Adiante desta porta travessa do mesmo lado a Capella de Santa Rosa com Retabollo dourado, he seu ademenistrador Francisco Xavier Ferreyra Gaviam morador na sua Quinta de Pinheyro.

Junto do arco cruzeiro da parte que incosta a Capella mor esta a Capella do Senhor Jesus, imagem muito antiga e devota e com ella se fazem presses por alguma needade communa tem retabollo dourado e a lampada de prata sempre aceza he seu ademenistrador, o morgado da Casa de Fontellas que hoje vivem no Campo de Coimbra.

Nas costas desta Capella entre as paredes sem entrada nem servidam esta hum terreno que chamão a Capella do Pombal há tradicam que os Relligiosos tem rendas a ella pertencentes.

Tornando a porta principal e discorrendo pello lado esquerdo debayxo de hum arco fichada com grades esta a Pia Baptismal da Freguesia.

A esta se segue a Capella de Santo António no primeiro arco que dotaram Francisco de Puga Pinto, Corrigidor do crime da Rellaçam do Porto, e seu irmão [Fl. 433] Gonçallo Borges Pinto Inquesidor que foy na Inquisição da Cidade de Coimbra e suas irmãs naturais desta villa e per instinçam desta famillia esta ademenistraçam desta capella hoje e bens a ella dotados no Padre Prior do Convento nomiado pellos instituidores com obrigaçam de casarem quada anno huma orfa com dote de trinta mil reys a e fazerem a festa ao mesmo Santo. Tem retabollo dourado a imagem do santo e santicario das suas relliquias que se abre na sua novena e dia.

No segundo arco estão a capella de Nossa Senhora do Rosário que pertence aos Valladescas. Tem retabollo emtalhado e dourado e huma perfektissima imagem de Nossa Senhora do Rosário com tres alampadas de prata e huma grande comfraria da mesma Sennhora que teve principio no anno de 1626. O primeiro Domingo de quada mes tem pratica e prociçam, e todos os sabados missa e ladainha a que assiste toda a comunidade e a festa principal he o Domingo da Rosa que he o primeiro do mes de

Mayo com o Senhor exposto e sermam de meinham, e tarde, e neste dia fazem [Fl. 434] eleyçam de ofeciais, preside em mesa o Padre Prior, tem quada irmão que morre com missa.

No terceiro arco esta a Capella de Sam Thiago com a imagem do Santo, retabollo dourado he seu ademenistrdor Francisco Cerqueira Mendes de Magalhais e Vasconcellos.

Segueçe a esta huma parte que da intrada para o claustro do convento; e junto ao arco cuzeyro na parte que incosta a capella mor esta cercada de grades de ferro a Capella do Santissimo Sacramento com o sacrario ao povo onde o Parocho fas os actos Parochiais. Tem retabello dourado, tres alampadas de prata feytas o romano e a comfraria do Senhor, a sua festa he o segundo Domingo de Agosto e nella fazem elleyçam de offeciais, he ademenistrador desta Capella Alexandre Luis, morgado de Balsemam.

Tem a Igreja dous pulpitos em correspondência de talla dourada com seus remates e figuras e no arco do cruzeyro dous grandes atallantes com vellas que alumeyam nas festividades.

[Fl. 435] Tem hum coro com duas ordens de cadeas e todo o espaldar de quadros de Santos da mesma Orde; e junto ao coro sobre a Igreja admiravel Orgam ao moderno que tem 45 rezistos com caixa inde per dourar.

Huma grande e bem assiada sanchristia goarnecida de bellas pinturas com caixilhos dourados e huma em taboa dentro de huma vidraça do Senhor preso a huma cousa singular que parece de vulto. Tem admiráveis relíquias em caixonzinhos e costodias de prata com que bemzem os romeiros.

Dous grandes claustros o primeiro de abobeda com hum chafariz de agoa perene.

He este convento dos magníficos que tem a relligiam de Sam Domingos e tem de presente assignados sincoenta e dous relligiosos. Entre os dormitórios tem hum de boa grandeza e porbayxo delle hum jardim de murtas cousa gallante a que se segue huma dillatada serca por sima do rio Tâmega que nas inchentes rega parte della com as suas agoas. Tem dentro [Fl. 436] tem nella moinho de azeite por terem na mesma serca abundância delle.

O Parocho he sacerdote clérigo por apresentaçam anoal do Padre Prior e mais Relligiosos tem seis mil reis de comgrua e com os mais meses insertos fará de renda quada anno pouco mais ou menos secenta mil reis e os Relligiosos comem os dízimos



da freguesia.

He esta igreja dos santuários mais vesitados que tem este reyno de romagens todo o anno; no dia des de Janeiro que he o de Sam Gonçallo concorre imnumeravel povo e véspera do Espírito Santo vem muyta gente de Guimaraes, na primeira oitava o Marquesado de Villa Real, quada freguesia separada com seu clamor e todos os homens e mulheres trazem vellas de cera que deixam de esmolla e no meyo das procicções trazem ramos de castinheiro e cheios de cera; que também deixam, no mesmo dia vem em procissam o Concelho de Mondim de Basto, e na primeira segunda feyra de Junho o concelho de Santa Cruz que tem vinte e cinco freguesias, o de Tuias e o de Canavezes em honze do mesmo mesmo mês, o de Filgueiras, em treze [Fl. 437] o de Unhão a dous de Julho vem a freguesia de Soalhais e no mesmo dia a do Grillo, Villa Martim, Teixeiró, Teixeira, Sediellos, e Mondroins, em Agosto vem o concelho de Montellongo, e as freguesias de Santa Marinha do Zêzere, Tizouras, Penajoya, Fontes e Resende, Viaris e Gestaço; em Setembro vem a freguesia de Barro, Sam Martinho de Mouros, Sam Pedro de Paos e Sam Joam de Ovil; em Outubro a freguesia de Lobjigos, nos sábados deste mês e no de Novembro um agente da terra da Feyra e concelho da Maya, que distão desta terra dez, doze, quinze legoas.

À mão esquerda da porta principal da igreja encostada ao rochedo que lhe fica eminente se levanta huma famosa torre feita ao romano onde estam os signos e rellogio, e tem esta entrada pello antecoro do Convento, foy situada em anno de 1693.

Huma fresta da torre da entrada a hum passadeiro que camonica o convento, com huma capella que no alto do rochedo que chamão da rocha se fundou no anno de 1725 que he dos Terceiros de Sam Domingos [Fl. 438] com a invocaçam do Senhor dos Afflictos imagem devota e milagrosa a qual está collocada na capella mor que he estucada e da mesma forma toda a capella tem tribuna e toda a capella mor cobertas as paredes de talha douradas tem o pé da crus do Senhor, Nossa Senhora, O Evangelista e Madallena, da parte da Epistolla Sam Domingos e do Evangelho, Sam Francisco e no meyo sobre o altar Santa Catarina de Sena. Tem dous altares collaterais em hum nossa Senhora das Dores e no outro Santa Rosa. As grades e as sacadas das frestas sam douradas. Esta capella he piquena e feyta a romana [sic], mas no asseyo e perfeiçam he o mais corioso santuário que tem esta villa o seu director he hum Relligioso do Convento.

Perto desta Capella esta o Mosteiro das Relligiosas de Santa Clara sogeitas ao Provencial de Sam Francisco. Hum piqueno terreyro da intrada para a Igreja a qual he

piquena mas bem assiada. A capella mor esta readificada de novo, tem tribuna inda por dourar com o sacrário das Relligiosas, e nos lados a Senhora da Conceyçam e Santa Clara; he Padroeyro desta Capella mor [Fl. 439] o Conde de Redondo. Tem dous altares collatrais no dollado direyto esta o Senhor da Agonia e Santa Anna e no dollado esquerdo Nossa Senhora do Rosário e hum millagrosa imagem de Santo António, e outra de Sam Francisco da parte da Epistolla no corpo da Igreja esta hum altar de Sam Joam Envagellista e tem nelle hum Senhor com a Invocaçam dos desamparados os Terceyros de S.[am] Francisco onde tem situada a sua Ordem Terceyra. O tecto da Igreja he apainellado de Santos e da mesma sorte o coro; tem bom mirante com admiraveis vistas para o poente: he muyto bom mosteyro a porpeçam da villa tem 104 Relligiosas. O seu principio foy de biatas num se sabe quem foy seu fundador, he que a Rainha D.[ona] Mafalda foy sua bemfeytora he lhe dotou algumas rendas. Contodo o tempo floresceram nelle innumeraveis Relligiosas em virtude e Santidade e de muytos annos por ser sadio, delle sahiram fundadoras para o Mosteyro da Ribeyra; que esta no Bispado de Lamego e pera Santa Clara de Guimaraes. E hoie se acha muyto atenuado nas rendas pois as Relligiosas não tem tensa, so quada hum tem quada [Fl. 440] semana hum lemitado pão. Defronte do altar dos terceyros na Igreja esta hum capellinha com grades de ferro toda de abobeda e no altar hum imagem da Senhor S [am] José. Tem capellam da missa cotidiana he hoie seu ademenistador Manoel Cardoso de Loureiro do Bispado de Viseu. O Mosteyro tem hum serca com sua nora.

Deste Mosteyro e do Convento dos Relligiosos terreyro e capella dos terceyros domenicos, serve a rua do Covello que terá cento e sincoenta vezinhos que he do Bispado do Porto, concelho de Gouveya da outra parte do rio Tâmega, situada junta as suas correntes e contiga a ella a freguesia de Santa Maria Madallena que he da comarca de Villa Real deste Arcebispado.

Na piquena sobida que faz a rua em pouca distancia esta hum terreyro e nella a Igreja de Sam Pedro, a sua entrada he por bayxo de hum terreyro tem no frontespicio da igreja onde estam os sinos e rellogio; esta igreja he de perpoconada grandeza e esta decentemente fabricada. A capella mor he de abobeda tem tribuna e sacrário inda por dourar [Fl. 441] nos lados tem Sam Pedro e Sam Paullo. Tem dous altares collatrais no da parte da Epistolla esta Santo André e Sam Goncallo abbade e no da parte do Evangelho Sam Fellipe tem mais dous altares no corpo da Igreja hum de Nossa Senhora da Conceyçam com sua Irmandade que teve principio no anno de 1626. A sua festa he no dia da mesma Senhora e nelle fazem illeçam em que preside o Protector da



Irmandade O outro altar he de Sam Martinho cujas festas sam da Misericórdia per neste sitio estar antigamente huma capellinha do mesmo Santo que deu a Irmandade da Misericórdia para nella se fundar esta Igreja. Tem este altar Nossa Senhora do Desterro e Sam José. Tem a Irmandade obrigaçam de huma missa cantada no dia do Santo pertençam da Misericórdia. A igreja he toda de azulejo e forrada de madeira apainellado tem huma sanchristia huma casa de despacho e paramentos he esta [Fl. 442] Igreja de huma noblissima Irmandade de Clérigos e bem ademenistrada a sua festa he o primeiro dia de Agosto at vincolla e no mesmo dia fazem illeçam de Protector e mais ofeciais para o governo della tem obrigaçam de muytos legados, porque alem de outros muitos quada dia sam oyto capellas a dizer missa, tem dous legados de bem utellidade para o povo que sam a missa das honze horas e a missa da lua todos os domingos e dias santos.

Tem huma comfraria a que chamam de pobres ademenistrada pellos mesmos sacerdotes para todo o pobre que falecer no destricto desta villa tem doze padres para o acompanhar a sepultura he lhe fazerem hum officio e quada hum lhe dizer a sua missa.

Tem coro e hum dos Ecónomos que rezam nelle nas horas costumadas com algumas obrigaçoens de missa conforme suas pençoens que sam deminutas, as duas mayores sam de quarenta mil reis, estes dous capellais alternativamente tem missa cotidiana, estes instituyo Frey António de Guadalupe e Bispo que foy do Rio de Janeyro irmam da Irmandade e natural desta villa, as mais sam humas de vinte e sinco [Fl. 443] outras de vinte, dezoyto, quinze e doze mil reis, vagando algumas destas capellarias se põem a comcurso e sam examinados os opositores em presença da mesa pello regente e apontados do coro e o eleyto as serve enquanto he vivo. He irmandade do coraçam de Jesus. Nesta Irmandade há quarenta horas e prociçam dos Passos a 3º domingo da Quaresma.

O terreyro desta Igreja tem admiraveis vistas per que delle se descobre muyta parte do rio, do concelho de Santa Cruz e de Gouveia.

A Igreja da Misericórdia tem seu terreyro no fronstespicio a imagem de Nossa Senhora, he contigua e nam tem capella mor no pano da parede onde avia de altar tem três altares no do meyo esta pintada Nossa Senhora da Misericórdia, no do lado direyto hum crucifixo, e no esquerdo o Senhor Ecce homo. Para todas se sobe por duas escadas que estam emcostadas as paredes no pavimento esta hum altar das almas com Confraria e nelle a imagem de Santo André, estes altares estão separados do corpo da Igreja com grades de ferro foy seu fundador Pedro [Fl. 444] da Cunha Coutinho do concelho de Gestaço.

Era costume nesta Igreja haver sermões na Quaresma às quartas feiras que hoje se mudaram para os domingos de tarde.

A sua festa principal he dia de Vesitação o segundo dia do mês de Julho e nelle fazem a sua illeyçam de Provedor e mais irmãos da mesa para o governo della.

Tem muytas obrigacois de legados e tem de renda quada anno hum conto, duzentos e tantos mil reys.

Seguesse hum descida que faz a rua a que chamam o Seixedo com huma piquena ponte de pedra de hum só arco porque neste sitio atravessa a rua hum lemitado ribeyro que nasce em o lugar de Maderne na freguesia de Sam Joam de Gatam a este riosinho chamavam antigamente os autores Loçia tem outro mais algum fundamento para este nome mais que [Fl. 445] estar o pe a mão esquerda huma capelinha de Santa Luzia com a imagem da Santa retabello per dourar que he dos Relligiosos do convento de Sam Gonçallo, que trazem arrendado as ofertas.

Em pouca distancia esta o pelourinho que antigamente esteve no terreyro da Misericórdia e per requerimento que os irmãos della fizeram a camera se mudou para este sitio no anno de 1617.

Logo a mam esquerda desta rua que se chama da orde esta a casa do Hospital a qual he sujeita a Misericórdia e Baltasar Vieyra Desembargador que foy do Passo e natural desya villa foy seu fundador; tem trinta mil reis de renda tem altar em que se diz missa todos os domingos e dias Santos pello seu capellam que também asacramenta os doentes. A sua invocaçam he do Spirito Santo.

No alto desta rua esta a Capella de Sam Joam Baptista que algum dia se dizia de Santo Estevão [Fl. 446] que he da Misericórdia e tem sues reditos. Tem a sua confraria de Sam Joam e festa no dia dos Santos e elleiçam de offeciais a que preside o Juiz de Fora da villa e o escrivam da Camera na mesma capella esta collocada huma bellissima imagem com a invocaçam da Bandeyra com huma confraria de rapases ignocentes que todos os sábados cantam de noute o terço pella rua e tem festa a oyto de Setembro. Neste sitio finda a rua devedindosse em duas estradas hua que vay para Guimaraes e a da mam esquerda para o Porto.

Atrás da Igreja da Misericórdia no Bayrro de Sam Joam Degollado esta huma capella muyto boa da Invocaçam do mesmo Santo de que he adeministrador Theotonio Manoel de Magalhais Meneses e Vasconcellos morador em sua quinta de Alvellos o qual tem obrigaçam de mandar dizer nella 150 missas de vincullo de Morgado.

No mais alto da villa esta hum campo que chamam da feyra e nelle huma capella



que antigamente [Fl. 447] foy da invocaçam de Sam Sebastiam e nella esta a sua imagem a que se faz huma festa no seu dia; a qual capella hoje se diz de Nossa Senhora da Ajuda e tem sua comfria e festa a oyto de Setembro; tem capella mayor fichada de grades de ferro e dous altares collatrais; no da parte do Evangelho esta Sam Caetano e no da Epistola Sam Benedito.

No fim deste campo onde chamam a Devesa o pe do Calvário onde acaba a via sacra estava huma capellinha da Senhora do pe da cruz e em hum tumello com vidraça o Senhor da Boua Morte que era da câmara e por suplica a deram aos terceiros de Sam Francisco e per ordem de sua Magestade que Deos guarde veyo o Provedor da villa de Guimaraes e junto com o senado desta villa lhe demarcaram a terra nessezaria para os mesmos terceyros de Sam Francisco fazerem huma Igreja para a sua Ordem a qual esta de meyas paredes feitas e vendo a nam podiam concluir por falta de dinheyro unida a ella fizeram [Fl. 448] humas casas de despacho e duas cellas onde residem os seus commissarios e no terreno dellas e de estuque hum bem ornado e decente Oratório onde estam colocadas as sobreditas imagens e nos lados dous alteres em hum de Sam Francisco e no outro o Senhor Ecce Homo. Tem obrigaçam de dizerem quada anno por tençam da Camera huma missa.

Como este pais he lemitado nunca pode prudozir fructos necessários para sustento do povo mas a sua propoçam he fecunda de bastante azeite, pam vinho e abundantissimo naceram de fructos singularizandoce entre todas as milancias, melloiz e pessesgos, sendo estes dous altíssimos géneros em mayor grandesa e gosto neste reyno.

Tem Juis de Fora que também serve de cappitam mor, vereadores, procurador, e escrivam da camera, cadeya e casa para os actos do senado e audiências as quais justças estam sojeitas a Rellaçam da cidade do Porto. O primeyro juis de [Fl. 449] fora que houve foy no anno de 1604. Nam he couto nem cabessa de concelho.

Foy natural desta villa D.[om] Álvaro da Silva conigo regular Arcebispo de Goa.

D.[om] Frey António de Guadallupe Relligioso de S.[am] Francisco Bispo do Rio de Janeyro.

António de Sousa Macedo inviado de Sua Majestade e secretario de estado do Senhor Rey Afonso Sexto.

Gonçallo de Magalhaens Valleroso nas armas que fez maravillas nas Índias.

Frey Fernando de Alcinho Caraça; Frey Joam de Deus = Frey Manoel de Sam Tiago = Frey Joam do Spirito Santo = Frey Joam da Presentaçam = Frey Gonçallo de Amarante Relligioso Leygo Mercenário que floresceu nas Índias de Espanha em virtude e santidade.

[Fl. 450] Santo Amaranto mártir que morreu em França = Frey Pedro de Amarante; Frey Diogo de Amarante falecido em Viseu = Frey José de Santa Maria Carmellita = Frey Gaspar do Spirito Santo, O padre António de Sousa da Companhia de Jesus, morreu indo para a Índia.

Tem feyras de bois a seis e vinte de todos os meses, de porcos a 25 de Novembro, a 13 de Dezembro e dia de Sam Silvestre o ultimo dia do anno de mercearias a des de Janeyro e no dia e outavos do Espirito Santo, em todos se paga cisa.

Tem correyo que teve principio em o anno de 1632 vem na quinta feyra ao meyo dia de Villa Real leva as cartas desta villa para a cidade do Porto e chega a esta villa outra ves no domingo a noute e leva outras para Villa Real e trás dos Montes.

Dista esta villa da Catedral de Braga oyto legoas e de Lisboa capital do reyno 64 legoas.

Os privilégios que os Senhores Reys de Portugal tinham concedido pela devoçam que tinham o Senhor Sam Gonçallo [Fl. 451] dos seus romeiros não poderem ser presos se acham derogados.

Nam ha fonte que tenha especial virtude a sua agoa, ja os banhos do Rio Tâmega estam aprovadissimos pellos professores da medecina

Nam padeceu esta villa a mínima ruyna no terramoto de 1755.

## Rio

Nella não nasce rio algum o que a faz vistosa he o rio Tâmega que nasce em Galiza o pe do monte rey em huma fonte que chamam Tâmega elle o divide toma o nome que conserva athe se meter no mar a pouca distancia do seu nascimento recebe copiosas agoas de huma Lagoa distante da villa de Chaves 3 Legoas onde tem ponte de cantaria outra ponte em Cabezasima do Arco de Bagulho e outra na villa de Mondim de Basto em soberbecendosse em toda a sua distancia de vários rios que nelle se metem o faz caudelloso e no Inverno tem cheyas extraordinárias entra pella villa onde chamam o passo [Fl. 452] da Vaseyra e de frente da cerca do Convento faz uma grande ínsoa



devedindose por duas partes ficando a insoa no meyo a que chamam a insoa dos frades, rega esta villa e nella tem uma ponte de cantaria de três arcos junto a igreja que tem de comprido 320 palmos, de largo 14 e de altura athe a agoa 74. O arco do meyo 101 palmos o que da huns dos outros 65 palmos tem ameyas e no meyo delas tem hum cruzeyro que deve este Arcebispado de Braga do Bispado do Porto e esta villa do concelho de Gouveya, o dito cuzeyro tem da parte desta freguesia a imagem de Nossa Senhora da Piedade e da outra parte hum Senhor crucificado, e no pe do cruzeyro este escudo.

Tem hum lampiam aceso de noute no ambos da ponte para a parte desta villa dizem que antigamente estavam humas letras que se mandaram picar sem se saber para que motivo que diziam assim.

ESTES PILARES FES

Pº F-co ANO DE 98

[Fl. 453] Há tradiçam que Sam Gonçallo principiou a mandar fazer esta ponte no anno de mil duzentos quarenta e sete e que durou 30 meses a sua factura.

Dizem que no meyo della estava hum padram que hoje não aparece que tinha o letreyro seguinte

PONSISTECHROSERVAT  
MARIAMATRIVIRGEDEI  
IPSI SE AVENTIBUS ABSO=  
LVTVSXXVOCTOBIAEA  
MCCLLIX

POSTMENSXXXASVAIN  
CHOATIONE  
CHREDEVSSERVAPONTE=  
MTVMINHONOMETCO=  
MMODVMSERVORUMTVO=  
RVMADEFICATUMAMENDEO  
GRS

[Fl. 454] Esta ponte se acha arruinada em termos de brevemente vir abayxo pellas cheyas lhe deitarem abayxo o forte que tinha no pe de arco do meyo da parte debayxo que todo se alagou e no pe do arco do meyo que he muito grande cahiram

muytas pedras da sua firmeza será perda inconsideravel nam so para estas terras mas também por ser estrada continua para Trás dos Montes. Per suplicas que se fizeram a Sua Magestade fedelissima que Deos Goarde tem avido informaçois do Provedor da Comarquã de Guimaraes mas athe o presente nam tem suprido efeyto. O rio por razam das assudas que estam abayxo desta villa nas azenhas da quinta do Morlleyro faz huma grade emsiada e grande pego e sendo as azenhas inumeraveis perto da ponte as nam tem no districto desta villa entre a ponte e a capella mor da igreja estam humas escadas que descem para o rio e no meyo dellas em hum pátio esta a fonte que chamam de S.[am] Gonçallo que dizem a sua agoa sabe azeite pello Santo milagrosamente lho fazer deitar para os officiais da ponte e [Fl. 455] comerem os peixes que elle com a sua bemça tirava do rio. Esta fonte tem huma imagem do Santo e hum letreiro que paresse antigo pella pouca collocaçam do latim que diz assim

Gonsalve ó Santissime

Qous pascis hic amplissime

Nos terge a piaculiz

Hic fonte miraculiz

Discurrendo vay o rio desta villa per varias partes passando em humas per bons valles e em outras per montes athe a distancia de duas Leguas onde tem huma ponte na villa de Canavezes e della vay entre ambos os rios a juntarce com o Douro e com elle de socradade a Ribeyra do Porto e morre no mar de S.[am]João da Foz.

Nam he navegável em rezão das muytas assudes, penedos e pesqueyras e se fosse seria de muyta utilidade e pella rezam em humas partes corre sereno em outras arebatado; os moradores em nenhuma partes se utilizam [Fl. 456] da sua agoa para regarem os campos por correr fundo as pescarias sam librés os peixes que produz sam grandes barbos, barbiscos, bogas, escallos, enguias, poucas trutas mas grandes e lampreyas no veram se fazem grandes cassadas com tresmalhos e barredouras, em todo o tempo a chambeyra e cana e em Fevreyro, Março e Abril e Mayo em pesqueyras alguns curiosos para o mesmo efeyto tem suas barquinhas para pescarem nesta villa o pe delle há hum sitio que chamam o rocio com muytos ollemos e boa fresca de veram para onde vay muyta gente divertirce nas tardes corre de norte para o sul.

Tem mais esta villa três engenhos de azeite dous nos sítios da Vazeyra e hum em Ordiapires.

Esta he noticia que posso dar desta villa de Amarante, freguesia de São Gonçallo na forma dos interrogatórios, que vay na verdade, e per verdade aqui [Fl. 457]



me assigney com os Parochos meus vezinhos. Amarante de Mayo 22 de 1758.

O PAROCHO SILVESTRE CERQUEYRA RIBEYRO

O PAROCHO MANOEL DE VASCONCELOS

O PADRE JOÃO DE MAGALHÃES

CURA DE S.[AM] JOÃO DE GATÃO

**F:** ANTT - *Dicionário Geográfico, Amarante*. Volume 3, m. 57, fls. 423-457.

[Fl.459] Da freguesia de S.[am] Verissimo

Matriz de Amarante

Esta freguesia de S[am] Verissimo fica na provincia de Entre Douro e Minho no Arcebispado de Braga Primas do termo da comarca de Guimarães donde dista cinco Leguas e do concelho de Santa Cruz De Sima Tâmega

O Senhor deste concelho de Santa Cruz he o Senhor Conde Meirinho Mor tem ouvidor feyto pello Senhor Conde de três em três tem juiz espadano dois veriadores elleytos pella Camera com asistencia com o Corregedor da mesma comarqua de Guimaraes que governam nam mais que hum anno tem dois Almotaceys feytos pello Juis que não governam mays que três meses e findos elles ellegem outros do mesmo Concelho.

Esta freguesia de S.[am] Verissimo que comrespondendo com a villa de Amarante para a parte do Nascente em diante a mesma villa de Amarante e para a parte do poente fica comrespondendo com a a freguesia de Santa Maria de Fregim de Malta intermediando entre hum a outra hum valle de largo de metade de hum coarto de legoa e para a parte do poente fica correspondendo com as freguesias de Freyxo de Bayxo e com a de Santa Maria de Telões e para a parte do sul fica comrespondendo com o Rio Tâmega.

Esta situada a Igreja de S[am ] Verissimo [Fl.460] no meyo da freguesia ao pe de hum lugar de coatro moradores entre campos nam planos por causa de ribades abundantes de arvores e silvados por causa dos quais della se nam descobre mais que parte da villa de Amarante e os montes que ficam correspondendo a mesma igreja como he ou digo sam os montes do Maram e os montes que serquam a freguesia de Sepellos e da freguesia do Salvador que ficam para a parte do sul.

Nam tem lugares vizinhos mais que os da mesma freguesia com quem fica imediatamente corespondendo.

Orago desta freguesia he o Senhor Sam Verissimo o qual esta na capella Mor a parte esquerda e a direyta o Senhor Sam Gonçallo e no meyo a image da Senhora da Piedade da qual capella mor sam administradores os Relligiosos de Sam Domingos do Convento de Sam Gonçallo, pois elles sam os que dam os paramentos necessários e tudo o mais que faz mister para ornato da mesma Capella mor. Tem dois altares colatrais o da parte esquerda tem a imagem da Senhora de que o Mártir S[am] Sabesteam pertenesse administracam della e freguesia sosim o que possuir a Casa de Rellas da mesma freguesia he obrigado a dar para o mesmo altar a lampeda e o azeyte



para elle arder todos os dias de guarda emquanto se esta a durar a missa com missal em casticays e sera para alumiar ao mesmo altar emquanto dura a missa Conventual do dia, o altar da parte direyta tem a imagem [Fl. 461] do Menino Deus. Sam administradores do osnato delle os fregueses tem este mesmo altar huma confraria do Menino Deus de que toma contas o Provedor da Comarca de Guimarães faselle festa com sermam e missa cantada a conta de Mordomos que se ellegem todos os annos. Tem mais esta Igreja de Sam Veríssimo huma outra Ermandade da Senhora da Piedade de que tem Jubileo por Breve Ponteficio concedido para o dia da purificacam no qual dia se festeja a Senhora da Piedade he a Igreja propessionada feita ao antigo armada feito de madeira e cuberta de telha com hum sino posto por sima da porta principal.

He esta Igreja de S[am] Veríssimo apresentada todos os annos pellos Relligiosos de Sam Domingos do Convento de S[am] Goncallo a qual Igreja foi antigamente dos Conigos Templários de Freyxo de Bayxo a qual Igreja lhe deo o Senhor Dom Joam 3º por extincam dos mesmos Conigos Templários e elles comem as rendas della so dam ao cura que nella apresentam todos os annos seis mil reis em dinheiro três libras de cera branca dois alqueires de trigo e dois almudes de vinho e com o pe da altar rendem para o cura sincoenta mil reis e em algum anno nam chegam nem a quarenta. Tem a freguesia de S[am] Veríssimo huma ermida no lugar da Granja de Joam de Magalhais da invocação da Senhora do Bom Sucesso. Tem obrigação todos os Domingos e dias Santos de nelle dizer uma missa para o que tras tresentos mil reis a juros para renderem para o Cappellam della e tem esta Capella na villa de Amarante humas ortas he herdade que rendem para a fabrica [Fl.462] della. Tem outra Capella sita na quinta de Pinheyro de Manoel de Souza da Invocação da Senhora da Conceição que foy de Joam de Queirós não tem obrigação de missa tem outra Capella no lugar de Sam Lazaro com a invocaçam do mesmo Santo pertence a fabrica della a Misericórdia da villa de Amarante as esmolos pertencem a mesma Casa da Misericórdia em dia do Santo por parte do povo da mesma vila e da mesma freguesia e nam tem mais romagens de outra parte nem em outro dia. Tem outra Capella no Lugar de Pinheiro Dalém da invocação de Sam Francisco Xavier não tem obrigação de missa he obrigado a fabrica de Francisco Xavier Ferreira.

### Aldeias

Tera esta freguesia de comprido do sul a norte três coartos de legoa e do nascente ao poente a metade de meio coarto de legoa. Componse esta freguesia dos lugares seguintes = Lugar do Acento que contem coatro moradores = Lugar de Sa que se compõem de três moradores = Lugar do Eydo que se compõem de seis moradores = Lugar da Granja que consta de coatro moradores = Lugar do Ribeyro que se compõem de treze moradores = Lugar da Torre que se compõem de vinte e sete moradores = Lugar do Morturio que consta de coatro moradores = Lugar de S[am] Lazaro que consta de três moradores = lugar de Pinheiro Dalém que se compõem de [Fl.463] de sinco moradores = Lugar da Ferreira que se compõem de des moradores = Lugar das Rellas que contem dois moradores. Tem mais moradores des pessoas pella freguesia que consta cada hum so morador que vem a ser o lugar e murada de Outeiro = Raposeira = Monge = Marantinho = Casas = Morleiros = Povia = Rellas = Pinheiro Daquem Pinheiro de Cima = Outeiro da freguesia Lugar da Devesa que consta de coatro moradores = contem pessoas de Sacramento trezentas e trinta e sinco.

Esta freguesia he abundante de frutos necesarios para o sustento como dos da freguesia como he de milho graúdo, milho miúdo, senteo, bastante vinho verde, azeite. Dom Luiz António de Souza filho natural do Marques das Minas foi Cappitam de cavallos cuja companhia a Lembrança sua custa e depois comissário da Cavallaria Coronel e Governador das armas do Castello de Vianna e ultimamente Brigadeiro e Sargento mor de Batalhas. António de Queirós Masquarenhas servio na guerra da felles aclamação de Cappitam de Infantaria e ultimamente ordenouse de Presbítero e morreo Abbade de Real D[om] Luiz netto do sobredito asima he mestre de Campo de Infantaria de auxiliares da Comarca do Porto e Senhor [Fl.464] Donatário da villa de Ovelha do Maram Comendador da Comenda de Santa Maria Compromesa de huma alcaidaria mor.

Joam de Queiroz Botelho do Lugar de Pinheiro foi Cappitam de Infantaria e Mestre de Campo de Auxiliares e seo Irmam Goncallo Pinto de Queiroz foi tenente de cavallos O Douctor Jacinto de Queiroz de Pinheiro Colegial de S[am] Pedro e Conductario na Universidade de Coimbra.

O Douctor José Caetano de Moura e Vasconcellos do Lugar de Rellas foi Juis de Fora de Freixo de Espada a Sintra e de Chaves e auditor da Veira Alta e Baixa ultimamente Provedor da Comarca de Torre de Monquorvo e Comissário das três Ordens Melitares. O Correio desta terra he o que passa pela villa de Amarante



immediata a esta freguesia quando vem do Porto pasima para Vila Real chega aqui o Domingo e no mesmo Domingo parte pasima e quando vem de sima para baixo chega aqui a esta villa a quinta feira e na mesma quinta feira parte para baixo.

Dista desta freguesia de S[am] Veríssimo a Cidade e Capital de Braga Primaz oito legoas e a Cidade Capital do Reino a Cidade de Lisboa sincoenta e sinco legoas [Fl.465 ] por esta freguesia de S[am] Veríssimo passa hum Ribeyro que atravessa a freguesia da parte do Norte para o Sul nasce na freguesia de Freixo de sima e bem acabar nesta freguesia no Rio Tâmega. Leva de Inverno bastante agoa de vram chega a nam moer hum moinho nam tem nome certo toma o nome do lugar por onde passa como toma o nome do rio Rellas por passar por lugar assim chamado = Rellas = e no mesmo lugar tem huma ponte de arco de hum so Ilhel ao pe do Rio Tâmega aonde fenece toma o nome do rio da Torre por se chamar assim o lugar da Torre este Rio ou Ribeiro neste lugar da Torre tem dezoito moinhos, que moem de Inverno e de vram muntos annos sendo sequos não moem por rezam de levar pouca agoa neste rio e nesta freguesia no lugar de Pinheiro moe agoa delle hum Ingenho de azeite. O Rio Tâmega passa pelo pe desta freguesia pella parte do Sul nesta parte por onde passa nella tem dez rodas de azenhas com assudas e por causa das quais não pode ser navegável nesta parte he abundante de peixes chamados Bárbaros e Bogas e escallos e alguas trutas e nalguns annos algumas Lampreas e em todo o anno se pesca nelle a cana e chumbeira e no vram com toda a qualidade de lodos a [Fl.466] de redor a com erdades ao Rio. Tem as agoas deste Rio espece a vontade pera nelle se tomarem banhos no mês de Agosto e Setembro para os que padesem calores como se tem ja exprementado.

O Rio ou Ribeiro que atravasa esta freguesia de S[am] Veríssimo como já dise asima não tem nome como alguns lhe chamão em seo nascimento o Rio Locia corre por entre campos com curso menos arebatado.

E não tenho mais que responder aos interrogatórios por não haber o que se contem em muntos delles nesta freguesia hoje S[am] Veríssimo 22 de Mayo de 1756.

O PAROCHO MANUEL DE VASCONCELOS

O PAROCHO SILVESTRE CERQUEIRA RIBEIRO

[Fl.501] Gouveia de Tâmega.

Ex[celentissi]mo. e R[everendissi]mo S[enh]or.

Satisfazendo a peritissima Ordem de V.[ossa] Ex [celencia], e a resposta dos Interrogatórios inclusos digo o seguinte:

1. Esta Parochia de São Simão de Gouveia fica em a Província de Entre Douro e Minho, Bispado do Porto, Comarca de Sobretamega, termo do concelho de Gouveia Ribatamega.

2. He Senhor deste termo Fernando de Souza Coutinho, Castello Branco e Meneses Conde de Redondo da Corte Da Cidade De Lisboa.

3. Tem = 183 = Vezinhos, e he o numero das pessoas = 577 =

4. Esta situada em Campina debayxo de altos oiteyros, e assim não se descobrem della povoacoens algumas.

5. Não tem termo privativo mais do que o referido.

6. Esta parochia esta em lugar da Igreja, e compreende os lugares seguintes: Villanova, Lourosa, Assento da Igreja, Bugalheyra, Aldeavelha, Aldeanova, Infesta, Paredes, Bellece, e Friande.

7. O Orago desta Parochia he São Simão Apostolo: tem sete Altares digo sinco Altares, Silicet, o Altar Mor de São Simão, e Santa Anna, Nossa Senhora com o Minino Deos, e o Altar Colateral da parte da Epistola com a Imagem do Senhor Crucificado, São Sebastião, e o Minino Deos; e outro colateral da parte do Evangelho, aonde esta colocada a Imagem da Senhora do Rosário, e dous subcolaterais, hum da parte da Epistola da Invocação do Senhor Jesus, de que he administrador o Religioso Dom António de São Gonçalo da Ordem dos Cruzios tem somente huma nave: tem mais da parte do Evangelho hum Altar subcolateral da Invocação das Almas, privilegiado em o dia de segunda feyra de cada semana com o retábulo das Almas pintadas: tem duas [Fl.502] Irmandades, huma das Almas, e outra de Nossa Senhora.

8. O Parocho desta Parochia he cura por apresentação do Reverendo Reytor de Santo Eloy da cidade do Porto, cuja renda comimmente consta de quinhentos e sesenta e sete mil reis.

9. Não tem o conteúdo neste interrogatório.

10. Tambem não tem o conteúdo neste.

11. Nem o conteúdo neste.

12. Nem o conteúdo neste.



13. Tem esta Parochia quatro Ermidas, huma da Invocação do Patriarcha São Domingos, outra da Invocação de São Martinho, e outra da Invocação da Senhora do Campo, e pertencem ao povo desta Paróchia e outra da Invocação do Senhor Jesus, e pertence ao Reverendo Presbytero Pantaleão Marques Barreto do Habito do Apostolo São Pedro: As primeiras três estão separadas do povo, a ultima esta contigua as casas da residência do dito Padre.

14. A Ermida de São Domingos acode huma romagem da freguezia de São Martinho de Carvalho de Rey, Arcebispado de Braga em o primeyro Sabbado do mês de Junho de cada hum anno: à da Senhora do Campo acode outra romagem da dita freguezia do Arcebispado em o dia decimo do mês de Agosto de cada hum anno; e outras mais em diversos dias do anno.

15. Os frutos da terra, que os moradores recolhem em [FL.503] Mayor abundância são milho grosso, centeyo, e vinho verde.

16. Nesta Parochia não há o conteúdo neste, pois o há em a de Santa Maria de Cepellos vezinha desta.

17. Não tem o conteúdo.

18. Não tem o conteúdo.

19. Nem o conteúdo neste.

20. Não tem correyo e serve do correyo da villa de Amarante, donde dista huma Legoa.

21. Dista esta Parochia da Cidade do Bispado Do Porto onze Legoas e da Cidade de Lisboa sesenta Legoas.

22. Não tem o conteúdo.

23. Não tem.

24. Não he.

25. Não he.

26. Não padeceo ruína alguma.

27. Não ha.

1. Chamasse esta Parochia São Simão de Gouvea: tem de comprimento huma Legoa, e de Largura meya Legoa: principia em a Aldea de Villanova, e acaba em a aldea de Bugalheyra.

2. Não se conhecem os nomes.

3. Não nascem nella rios.

[Fl.504] 5. Não tem o conteúdo.

6. Não ha.

7. Não ha.

8. Alguma parte da Serra há nesta Parochia, e se cultiva de nove em nove annos, e o mais que produz he centeyo.

9. Não ha.

10. He fria e ventosa do Oriente, Ocidente, e Norte.

11. Sim ha creações de vacas, egoas, ovelhas, e cabras, e caça de lebres, coelhos perdizes, e galinhas.

12. Não tem.

13. Não ha noticia de maiz.

1. Não ha rio.

2. Não ha.

3. Não ha.

4. Não ha.

5. Não ha.

6. Não ha.

7. Não ha.

8. Não ha.

9. Não ha.

10. Não ha.

**F:** ANTT - *Dicionário Geográfico, São Simão de Gouveia*. Volume 17, m. 90, fls. 501-504.



[Fl 1771] Resposta aos interrogatórios que o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor e Bispo do Porto que mandou entregar por ordem de sua Majestade Fidellissima, em o primeyro de Março de mil e setecentos sincoenta e oito.

Resposta ao que se quer saber desta terra

1. Esta Igreja Parrochial se chama Santa Maria de Cepellos esta na Provincia do Minho he Bispado do Porto, Comarca de Guimaraens termo do concelho de Gouvea;

2. Esta terra ou concelho de Gouvea he de Donatario que he o Conde de Redondo;

3. Tem esta freguesia cento trinta e seis visinhos e tem trezentas e oitenta pessoas de comunham menores trinta e nove;

4. Esta Igreja esta situada em monte, descobrece della a villa de Amarante e dista della perto de meya Legoa, mas não de toda a freguesia por que esta debayxo della tem huma rua chamada a Rua de Gouvea, pegada ao Ryo Tamega que nas emchentes de Inverno entra à mesma Rua e cazas e só dista da dita villa o Ryo que medeya em a dita villa, desta freguesia;

5. O termo desta freguesia he seu por ser a cabeça do concelho, aonde esta a caza do Fural, das audiencias. Os lugares que comprehende no destrito de duas Legoas, este concelho, podem os Parrochos [Fl 1772] das freguezias numeralas com evidencia, a que tempo me nam dá lugar;

6. Este Parrochia esta so no fim de freguesia tem a rua de Gouvea, o lugar de Formam, o lugar de Figueyredo e o lugar do Tapado;

7. Ourago deste Parochia he a Senhora da Assumpçam a quinze de Agosto; tem trez Altares o Altar Mayor, aonde esta a Padroeira e das bandas Sam Vicente Ferreyra, a parte do Evangelho e a parte da Epistolla, Sam Joam de Deos; e doiz colatraez; o da parte do Evangelho tem Nossa Senhora do Rosário; e o da parte da Epistolla, Santa Anna; He só de huma nave; nam tem Irmandade, nem comfraria, por que os fregueses são Irmãos e confrades na villa de Amarante.

8. He esta Igreja Abdadia da mesa Episcopal em que o Convento dos Monges de Sam Bentode Pombeyro, tem alternativa e andam os dizimos e samjoaneyra arrendadas em

centoe trinta e coatro mil e coatro centos e e pé de Altar hum anno, por outro, oytente mil reis.

9. Nada

10. Nada

11. Tem a Mezericordia da villa de Amarante nesta freguesia a ilharga da caza do Fural, huma Albergaria, para passageiros, instituida pella Serenissima Senhora Mafalda; tem de renda secenta mil reis.

[Fl 1773] 12 Nada

13. Tem esta freguesia na Rua de Gouvea a Cappella de Santa Anna, que he meya dos moradores da freguesia, e meya de José Navarro de Queiroz da freguesia da Magdalena, Concelho de Gestaço, tem outra Cappella na quinta de Fontelas, que he fora do povoado, he pertence aos herdeyros de Lourenço Mendez de Vasconcellos Senhor da quinta de Quimbrez freguesia de Sam Martinho de Axvere, no Campo de Coimbra.

14. Nada

15. Os frutos que se recolhem nesta terra em mais abundancia he só o vinho verde, porque chega para os moradores e par vender para fora; os mais nam chegam para os moradores

16. Este concelho tem juiz ordinário, e camera e della se aggrava para o corregedor e se apella e aggrava para a Rellaçam do Porto

17. He a cabeça do Concelho

18. Nada

19. Nesta freguesia todos os sabados antes de primeyra e segunda feira do mês que tem para entrar e se faz uma feyra do Linho, asim em rama, como curado, debayxo do Paço do Conde Redondo, Senhor Donatario da qual se paga portage

20. Nam tem esta terra ou freguesia correyo e se servem [Fl 1774] do da Villa de Amarante, que dista só o que medeya o Ryo se passa pela ponte de Sam Gonçalo no meyo da qual esta hum cruzeyro que divide esta freguesia da de Sam Gonçalo; e este Bispado do Porto, do Arcebispado de Braga; Recebemos as cartas que vem pello Correyo do Porto, nas sigunda feira pella manham, e remetemos as respostas nas quintas feiras athe o meyo dia e as cartas que vam para Lamego e de Villa Real para cima recebemos as quintas feiras de tarde e respondemos no Domingo por todo o dia.

21. Dista esta terra dez legoas da cidade do Porto, capital do Bispado; e secenta e duas de Lisboa



22. Nesta freguesia esta sito o Morgado e quinta de Fontellas que foi instituido no anno de mil e quinhentos e trinta e quatro e foy o primeyro pessuidor delle Ruy Mendes de Vasconcellos, he sollar desta familia, com cazas antigas, que mostram a sua nobreza; e huma torre desta caza foy o valerozo Antonio de Queiroz e Mascarenhas cappitam de cavalos, no Reynado do Senhor Dom Joam o quarto, Tem huma quinta de grande extemçam, que rende muito pam e vinho, e azeite, e castanhas, e tem grandes souts e devezas, e muita caça de coelhos, e perdizes, e pegado nas mesmas cazas esta a capella do dito Morgado.

23. Nada

24. Nada

[Fl 1775] 25. Nada

26. Nada

27. Contigua aos passays desta Igreja, esta sita a quinta de Figueyredo que antiguamente foi pessuhida por Goncalo Esteves, o grande de Figueyredo, por quem a dita quinta se chamou de Figueyredo; e foi pay de outro Goncalo Esteves, que foi com cavalos e armas a sua custa as guerras de Azamor; e ambos Senhores da Casa e quinta de Figueyredo, que hoje pessuhe Thimoteo José de Queiros Figueyredo, cappittam mor do Concelho de Gestaço, de quem descende por varonia. A este Goncalo Esteves fez prazo da dita quinta o Arcebispo de Braga Dom Luís a requerimento de Dom Pedro Vaz Prothonotario e admenistrador do mosteyro de Pombeyro, no anno de mil e quatro centos e setenta e sinco; a qual antiguamente, se chamava a quinta de Cepellos pega quazi na beyra do Ryo Tamega e athe o Ryo que vem Ovelha do Maram espacio quazi de huma Legoa se pode hir com pouca diferença sempre por terra de mesma quinta e hoje a tem o possuhidor acrescentada com bastantes compraz. He sollar de familia dos Esteves Figueyredos e Queirozes de cuja procedem muitas cazas nobres de Amarante e seus arredores. Da muito vinho, pam e azeite e castanhas e frutas; bastantes caças de coelhos e perdizes, em rezam das grandes matas. Tem pesqueyras no Tamega das milhores que nelle há em que se pescam bogas e barbos e eyroes e algumas vezes lampreas. Este terra ainda que montuoza nam he serra.

Resposta aos interrogatorios do rio

1. O Ryo que corre pellas faldas deste freguesia he o Ryo chamado Tamega nasce seis legoas por Galiza dentro e asima da praça de Chaves, em huma fonte chamada a fonte Tamega.

2. Nasce da mesma fonte em quantidade de hum rego ordinario e corre todo o anno  
3. Nesta freguezia nam entra nella Ryo algum. Nam he navegavel, por causa das asudas que em se tem para azenhas de pam e para pesqueyras e era capas de navegarem barcos senam tiveze as ditas asudes e hum salto grande que tem abayxo da Ponte de Canavezes

5. He de curso arebasado em partes

6. Corre do Norte ao Poente, ou para melhor dizer do Nordeste ao Sudueste

7. Cria barbos, bogas, escalos e algumas trutas

9. As pescarias sam livres

10. As suas pescarias [Fl 1777] digo as suas margens em partes cultivamce e dam fruto de pam e vinho verde, em carvalhos, em salgueiros e nam tem arvores de outra casta, salvo amieyros.

11. Nada

12. Conserva sempre o mesmo nome do seu nascimento athe feneçer

13. Morre no Ryo Douro no sitio de Entre ambos os Ryos

14. Tem muitas asudes que embaraçam a ser navegavel

15. Tem huma ponte de cantaria ao pé de Monforte, Villa de Brim, praça que confronta com Chaves tres legoas distante della; Tem outra em Chaves entre a praça e o forte da Magdalena, Outra chamada a ponte de Cabez, por bayxo de Ribeira de Penna; outra em Basto daqui sinco legoas; Outra a de Sam Gonçalo, outra em Canavezes todas de cantaria.

16. Tem azenhas de moer pam

17. Nam há noticia que delle se tirace ouro

18. Deste Ryo nam say agoa para se utilizar as terras

19. Tem este Ryo vinte e sete Legoas de donde nasce athe donde fenece e passa pella Villa de Brim em Galiza de que he Senhor o Duque de Alva [Fl 1778] e por Chaves e pella Villa de Amarante e por Canavezes

20. Nada

*De Sua EX<sup>a</sup> Reverendissimo*

*Menor e Maior Rever Subdito*

*Abbade de Cepellos*

*Francisco Pereyra de Sampayo*



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## I - Fontes Manuscritas

### Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (ASCMA)

- **Actas ou livros de Termos:** Livros: 1 (1739-1803); 2 (1742-1751); 3 (1784-1892); 4 (1803-1859).
- **Legados:** Livros: 56 (1614-1660); 57 (1627); 58 (1702-1795); 63 (1816-1852); 64 (1826).
- **Matrículas:** Entrada de Irmãos - Livros: 23 (1761-1934); 24 (1856-1921).
- **Obrigações e Missas com os legatários:** Livros: 68 (1801-1861); 69 (1802-1861); 70 (1861-1864).
- **Património:** - Foros - Livros: 81 (1710-1711); 82 (1715-1716).
  - Livros de Tombo e de Prazo - Livros: 87 (1650); 88 (1762); 89 (1762-1781).
  - Inventários – Livros: 94 (1680-1681); 95 (1801-1821); 98 (1727).
- **Contabilidade:** - Casco - Livros do casco do dinheiro que a Santa Casa traz a juros: 217 (1640); 218 (1677); 219 (1682); 220 (1703-1731); 221 (1753); 222 (1782); 223 (1811-1827).
  - Irmãos Esmoleres e Mamposteiros - Livro de Mamposteiros de diferentes freguesias de Amarante: 224 (1742-1760); Livros de contas dos irmãos esmoleres da Santa Casa: 225 (1725); 226 (1750-1753); 227 (1754); 228 (1766); 229 (1767); 230 (1779-1780); 231 (1798-1799); 232 (1800); 233 (1803-1823); 234 (1806-1714); 235 (1815-1833); 236 (1834-1850).
    - Livros de despesa da Santa Casa: 237 (1698); 238 (1700-1701); 239 (1702-1703); 240 (1705-1706); 241 (1706-1707); 242 (1707-1708); 243 (1710-1711); 244 (1711-1712); 245 (1712-1713); 246 (1713-1714); 247 (1714-1715); 248 (1715); 249 (1716-1717); 250 (1717-1718); 251 (1718-1719); 252 (1719-1720); 253 (1720-1721); 254 (1721-1722); 255 (1722-1723); 256 (1723-1724); 257 (1726-1727); 258 (1727-1728); 259 (1728-1729); 260 (1729-1730); 261 (1732-1733); 262 (1733-1734); 263 (1765-1766); 264 (1782-1783).
    - Livros de receita ou recibo: 265 (1705-1706); 266 (1706-1707); 267 (1709-1710); 268 (1711-1712); 269 (1712-1713); 270 (1713-1714); 271 (1714-1715); 272 (1716-1717); 273 (1717-1718); 274 (1718-1719); 275 (1720-1721); 276



(1721-1722); 277 (1722-1723); 278 (1723-1724); 279 (1727-1728); 280 (1729-1730); 281 (1731); 282 (1768-1769).

- Livros de despesa e receita: 283 (1701-1702); 284 (1704); 285 (1708-1709); 286 (1719); 287 (1726); 288 (1730-1731); 289 (1734-1735); 290 (1741); 291 (1742-1743); 292 (1743-1744); 293 (1744-1745); 294 (1746-1747); 295 (1747-1748); 296 (1749); 297 (1753-1754); 298 (1755-1756); 299 (1759-1760); 300 (1760-1761); 301 (1763-1764); 302 (1770-1771); 303 (1773-1774); 304 (1774-1775); 305 (1775-1776); 306 (1778-1779); 307 (1782-1783); 308 (1783-1784); 309 (1786-1787); 310 (1795-1796); 311 (1796-1797); 312 (1810-1835); 370 (1800-1850).

- Hospital - Livros de caixa, capitais, fundos e juros: 540 (1797-1805); 541 (1853-1876).

- Administração: Livro 619 (1735).

- Vários: Documentos dispersos: 620.

### **Arquivo da Câmara Municipal de Amarante (ACMA)**

- **Actas:** Livros de actas da Câmara: 310 (1637-1639); 311 (1699-1701); 312 (1730-1738); 313 (1772-1773); 314 (1798-1806); 315 (1808-1815); 316 (1815-1817); 317 (1817-1825); 318 (1825-1834); 323 (1856 – 1861).
- **Registos de Testamentos:** Livro de Registos de Testamentos 1738 (1810-1835).
- **Registo de Corporações administrativas e de beneficência:** Livro da Capela de Santo António 40 (1535-1717).

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)**

- **Chancelaria de D. João III:** Livros 17, 48 e 57;
- **Chancelaria de D. Filipe I:** Livros 1 e 4;
- **Chancelaria de D. Filipe II:** Livros 1 - Privilégios;
- **Chancelaria de D. Filipe III:** Livros 1 Privilégios, 40 e 23;
- **Chancelaria de D. João VI:** Livro 12;
- **Chancelaria de D. Pedro IV:** Livro 2;
- **Ministério do Reino. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:** maço 431 (caixa 539) e maço 441 (caixa 552);

## II - Fontes Impressas

ALMEIDA, Fortunato de - *História de Portugal: Tomo I: Desde os tempos pré-históricos à aclamação de D. João I (1385)*. Coimbra: Fortunato de Almeida, 1992.

ALMEIDA, Manuel Gomes de - *Liturgia dos fiéis*. Braga: Edições do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, 1974.

BARROS, João de - *Colecção de Manuscritos: Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Tipografia Progresso, 1919.

BÍBLIA SAGRADA. *Antigo Testamento*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1988.

CARDOSO, Padre Luiz - *Dicionário Geográfico da Notícia Histórica de todas as Cidades, Vilas, Lugares e Aldeas, Rio, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas como modernas*. Lisboa: Régia Oficina Silvana e Academia Real, 1747.

CASTRO, João Baptista de - *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763.

COSTA, Avelino Jesus da - *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Junta Distrital, 1965.

IDEM, - *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Paleografia, 1993, 3ª edição. (Edição melhorada.)

COSTA, Padre António Carvalho da - *Corografia Portugueza, e Topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares que contem*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra - *Memórias ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1992.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL - Lisboa: Circulo de Leitores, 2000. (Dir. Carlos Moreira de Azevedo).

DICIONÁRIO TEOLÓGICO - Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1795.

ENCICLOPÉDIA LUSO BRASILEIRA. - Lisboa: Verbo, cop. 1971.

ESTAÇO, Gaspar - *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1725.

FREIRE, António Oliveira - *Descripçam Corografica do Reyno*. Lisboa, 1739.



GEOGRAFIA E ECONOMIA DA PROVÍNCIA DO MINHO NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII - Porto: FLUP. Centro de Estudos Humanísticos, 1970. (Rec. Anot. e pub. por António Cruz).

MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO PORTUGUÊS DOS MUSEUS. - *Colecção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio, Século XVI-XVIII*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1996.

ROSÁRIO, Diogo do - *Flos Sanctorum ou Historia das Vidas de Christo e Sua Santíssima Mãe e dos Santos e Suas Festas*. Lisboa: Tipografia Universal, 1869.

SMITH, Robert - *Frei José de Santo António Ferreira de Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1972.

VITERBO, Frei Joaquim da Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984.

### III - Bibliografia Consultada

#### 1. Sobre Amarante

ALVES, Artur da Mota - *O Brasão da vila de Amarante*. Amarante: Edições do Tâmega, 1993.

FLÔR DO TÂMEGA (periódico fundado em 1886).

MACHADO, António de Sousa - *Amarante Medieval*. [S.l.]: Edição do autor, 1979.

MARÂNUS - *Antologia de textos sobre Amarante: a terra e as gentes*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1979. (org. e pref. António Cardoso).

MARQUES, Bernardo da Serpa - “Amarante de uma vila sem termo a um concelho de quarenta freguesias”. ACTAS DO CONGRESSO HISTÓRICO 98, Amarante, 1988, Poder Local, Municípios, Autarquias e Instituições. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 2000.

SANTOS, Costa - *Amarante e a Guerra Peninsular*. Amarante: Edições do Tâmega, 1993.

SARDOEIRA, Albano - *A Antiga Ponte Fortificada de Amarante. Referências a outras fontes*. Amarante: Grupo de Amigos da Biblioteca e Museu de Amarante, 1994.

IDEM - *O General Silveira e a Reedificação de Amarante*. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes (imp.), 1954.

IDEM - *Notícias de alguns artistas que trabalharam em Amarante*. Porto: Imprensa Portuguesa (imp.), 1957.

#### 2. Sobre o tema “As Misericórdias”

ABREU, Laurinda - “As misericórdias de D. Filipe I a D. João V”. PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol.I.

IDEM - *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e de poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

IDEM - *Memórias da Alma e do Corpo. A misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.

ALBURQUEQUE, Ana Silvia - “Os Brasileiros e a Santa Casa da Misericórdia do Porto”. OS BRASILEIROS DE TORNA VIAGEM NO NOROESTE DE PORTUGAL.



Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 2000.

ALBURQUEQUE, Maria João - “A irmandade e confraria da Misericórdia de Vila Verde dos Francos”. *Oceanos*, Jul. Set. 95, n.º 35.

BARREIRA, Aníbal - “Para a história da Misericórdia de Amarante”. *Entremuros, Revista Cultural*, 1990, n.º 1.

BASTO, Artur de Magalhães - *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto, 1934 e 1964, 2 vols.

CAETANO, Joaquim Oliveira - “Sob o manto protector. Para uma Iconografia da Virgem da Misericórdia”. *MATER MISERICORDIAE*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

IDEM - “A Virgem da Misericórdia: uma aproximação iconográfica”. *Oceanos*. Jul. Set. 1998, n.º 35.

CORREIA, Fernando da Silva - *Estudos sobre a história da assistência. Origens e formação das misericórdias portuguesas*. Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

COSTA, Américo - *A Misericórdia de Guimarães. Caridade e assistência no meio vimarense nos séculos XVII e XVIII (1650-1800)*. Guimarães, 1999.

GOODOLPHIM, Costa - *As Misericórdias*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

LEÃO, Francisco G. Cunha - “Os caminhos da piedade: o impressor Valentim Fernandes e a Misericórdia de Lisboa”. *Oceanos*, Jul. Set. 95, n.º 35.

LOPES, Maria Antónia - “As Misericórdias de D. José ao final do século XX.” *PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. I.

MARQUES, José - “A assistência no norte de Portugal nos fins da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Instituto de História da Faculdade de Letras, 1989, IIª série, vol. VI.

IDEM - *Antecedentes das misericórdias portuguesas*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002.

PENTEADO, Pedro - “Os arquivos e a história das misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas”. *Oceanos*, Jul. Set. 95, n.º 35.

IDEM - “As Misericórdias: contributo para um guia dos Arquivos”. *PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. I.

SÁ, Isabel dos Guimarães - “As Misericórdias: da fundação à União Dinástica”. PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. I.

IDEM - “As Misericórdias no Império Português (1500-1800)”, 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. SOLIDARIEDADE DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

IDEM - *Igreja e assistência em Portugal no século XV*, separata do boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1995, vol. III.

IDEM - “Misericórdias, portugueses no Brasil e “brasileiros”. OS BRASILEIROS DE TORNA VIAGEM NO NOROESTE DE PORTUGAL. Lisboa, 2000

IDEM - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

IDEM - *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

IDEM - “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias Metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI a XVIII): algumas metáforas”. *Oceanos*. Jul. Set. 95, n.º 35.

SANTOS, Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos - *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos 1799-1812*. Tomar: Misericórdia de Tomar, Câmara Municipal de Tomar, Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - “Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na história”. *Oceanos*, Jul. Set. 95, n.º 35.

IDEM - *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

SERRÃO, Vítor - “O mecenato da Rainha D. Leonor e a pintura da corte”. *Oceanos*, 1991, Out. n.º 8.

SILVA, Francisco Ribeiro da - “Brasil, Brasileiros e Irmandades/Ordens Terceiras Portuenses”. OS BRASILEIROS DE TORNA VIAGEM NO NOROESTE DE PORTUGAL. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

IDEM - “A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Instituto de História da Faculdade de Letras, 1995, II Série, vol. XII.



SOUSA, Ivo Carneiro de - “Da fundação das Misericórdias aos brasileiros nas Misericórdias portuguesas”. OS BRASILEIROS DE TORNA VIAGEM NO NOROESTE DE PORTUGAL. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

IDEM - “Da esmola medieval às Misericórdias da Rainha D. Leonor”. 500 ANOS DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS. SOLIDARIEDADE DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2000.

IDEM - *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade, e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

IDEM - “O compromisso primitivo das Misericórdias Portuguesas: 1498-1500”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto: Instituto de História da Faculdade de Letras, 1996, n.º 13, pp. 259-306.

IDEM - “Da fundação e da originalidade das Misericórdias Portuguesas”. *Oceanos*. 1998, n.º 35.

IDEM - *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

IDEM - “D. Leonor e a Fundação das Misericórdias”. *Oceanos*, 1991, Outubro, n.º 8.